



FEUC

Faculdade de Economia

Universidade de Coimbra

Narrativas de Resistência Contra as “Promessas Sem Destino”: Crise da Indústria do Caju e Lutas do Quotidiano em Angoche

André Cristiano José

Bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian

Dissertação de Mestrado em Sociologia
Programa em “Pós-colonialismos e Cidadania Global”

Orientador: Prof. José Manuel Oliveira Mendes

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	1
RESUMO	3
INTRODUÇÃO GERAL	4
Capítulo I – PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	16
Capítulo II – RESISTÊNCIAS, LUTAS DE LIBERTAÇÃO E TEORIA PÓS-COLONIAL	31
Introdução.....	31
2.1 Colonialismos e as malhas da (in)dependência	33
2.1.1 Colonialismos em África: a construção da dependência.....	33
2.2 Lutas de libertação e utopias pós-coloniais em África.....	42
2.3 Legados de luta e teoria pós-colonial	53
Capítulo III – PÓS-COLONIALISMO E DESENVOLVIMENTO: RUPTURAS E CONTINUIDADES	65
Introdução.....	65
3.1. O declínio do ciclo colonial português	66
3.2 Rumo ao Socialismo: Entre o mito e a utopia	75
3.2.1. A indústria do caju na economia planificada.....	80
3.3. Os espinhos do socialismo.....	83
3.3.1. A participação política: entre a emancipação e o autoritarismo do Estado..	83
3.3.2. As sementes e os frutos da guerra quente.....	88
3.3.3. Os limites da planificação centralizada e a guerra por outros meios.....	94
3.3.4 O caso da Companhia de Culturas de Angoche: o sabor amargo da castanha98	
3.4. Programa de Reabilitação Económica: a dança dos elefantes.....	102
3.4.1. A crise da indústria do caju: o dramático aperto do cinto	109
3.4.2. Novas dinâmicas, antigos dilemas: nova escravatura?.....	114
Conclusão	117
Capítulo IV – DADOS DE CONTEXTO SOBRE A CIDADE DE ANGOCHE.....	119
Introdução: breve referência histórica	119
4.1. Actuais dinâmicas económicas e estratégias de sobrevivências: os fantasmas de Angoche industrial.....	122
4.2. Pluralismo político e democracia em Angoche	133
Conclusão	145
Capítulo V – O QUOTIDIANO DE LUTA EM ANGOCHE CONTRA “AS PROMESSAS SEM DESTINO”	149
Introdução.....	149
5.1. Sindicalismo em Moçambique: entre a lealdade política e a luta sindical	152
5.1.1. Dos Conselhos de Produção à unidade sindical	152
5.1.2. Pluralismo político e liberdade sindical	154
5.2. O quotidiano de luta da “Massa Trabalhadora” de Angoche	156
5.2.1. A organização e mobilização dos trabalhadores da CCA: entrelaçando os fragmentos	156
5.2.2. A Luta dos trabalhadores e democracia: para além do “bater as latas”.....	162
5.2.3. Batalha jurídica: os rostos da (i)legalidade.....	179
5.2.4. Fractura interna e os novos termos da luta: calcular o “cálculo de saberes”182	
Conclusão	196
Notas (In)Conclusivas: deixando abertas as portas da história	200
BIBLIOGRAFIA	218
ANEXOS	235

LISTA DE ACRÓNIMOS

AICaju – Associação Industrial do Caju

Angocaju – Fábrica de Caju de Angoche, SARL

AR – Assembleia da República

BM – Banco Mundial

B.O. – Boletim Oficial

BR – Boletim da República

CCA – Companhia de Culturas de Angoche

CNSL – Cashew Nut Shell Liquid

COMECON – Council for Mutual Economic Assistance

CONSILMO – Confederação Nacional dos Sindicatos Livres de Moçambique

ENACOMO – Empresa Nacional do Comércio

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOB – Free on Board

FFPI – Fundo de Fomento à Pequena Indústria

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

IDPPE – Instituto de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala

INE – Instituto Nacional de Estatísticas

OTM – Organização dos Trabalhadores Moçambicanos

PPABAS – Projecto de Pesca Artesanal no Banco de Sofala

PPANNCD – Projecto de Pesca Artesanal ao Norte de Nampula e Cabo Delgado

PRC – Poupança e Crédito Rotativo (PCR)

PRE – Programa de Reabilitação Económica

PRES – Programa de Reabilitação Económica e Social

RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique

SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SADCC – Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da *África Austral*

SNASP – Serviço Nacional de Segurança Popular

SINTIC – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria do Caju

AGRADECIMENTOS

Passados alguns anos desde que ingressei no programa de mestrado «Pós-colonialismos e Cidadania Global», escrever os agradecimentos é tarefa simultaneamente fácil e difícil. É fácil porque tenho a convicção de que as pessoas e instituições que me apoiaram neste percurso fizeram-no de boa vontade, com inteira disponibilidade, sem que esperassem da minha parte qualquer espécie de contrapartida ou de reconhecimento público. É particularmente difícil porque estou consciente de que nenhuma palavra serão capazes de demonstrar o quanto grato e amparado me sinto pelo carinho e pela solidariedade manifestada pelos professores, colegas e amigos. Seguem-se então algumas palavras, à partida vencidas pela desmedida dos meus sentimentos.

Aos angocheanos e, em particular aos trabalhadores da CCA pelas vidas partilhadas e por me terem ajudado a entrar nos mundos de Angoche.

Ao professor José Manuel Mendes, pela paciente e rigorosa orientação em todas as fases do trabalho. O seu entusiasmo contagiante tem sido uma importante fonte de inspiração para a vida e de desbravamento de novas pistas de investigação.

Aos professores do programa «Pós-colonialismos e Cidadania Global», nomeadamente, António Sousa Ribeiro, Boaventura de Sousa Santos, Elísio Estanque, Margarida Calafate Ribeiro e Maria Paula Meneses, por terem proporcionado momentos de enriquecimento recíproco nas aulas, nos seminários e noutros contextos.

À Maria José Carvalho e ao Acácio Machado pelo apoio incansável na pesquisa bibliográfica.

Aos colegas do Programa, Eliana Arrivabene, Eurídece Monteiro, Fátima Rodrigues, Hélia Santos, Paula Medeiros, Odair Varela e Teresa Cunha, pela solidariedade e pelas cumplicidades que ficaram para sempre. Um especial

agradecimento à Paula Medeiros por ter lido e comentado todo o trabalho (e por discordar de muita coisa que escrevi).

À Fundação Calouste Gulbenkian, por me ter concedido uma bolsa de estudos que permitiu a minha estadia em Coimbra e a realização do trabalho de campo em Angoche.

À ex-Ministra da Justiça de Moçambique, Esperança Machavela, por ter autorizado a minha deslocação a Coimbra.

Ao João Trindade, o *brô* de todas as horas, pelo apoio pessoal e institucional prestado enquanto director do Centro de Formação Jurídica e Judiciária.

Aos meus pais e à *Fandi* por serem a minha vida.

Aos amigos Alice Cruz, Ana B., Ângela Filipe, Bruno Martins, Conceição Gomes, Eduardo Baixo, Fátima de Sousa, José António Fernandes, Hélder Nguelume, Isabel Casimiro, João Pedroso, Kátia Cardoso, Margarida Gomes, Mónica Rafael, Raul Fernandes, Ricardo Santos, Sara Araújo, Sílvia Roque, Susana Baptista e Tatiana Moura, por serem amigos.

À Ernestina Neto e à família Leitão, pelo precioso afago familiar em Coimbra.

À família Varanda, pelo amor que nos une.

Ao Pedro Abreu por resolver pacientemente os soluços do meu *pentium-qualquer-coisa*.

RESUMO

Neste trabalho analiso as políticas de desenvolvimento implementadas em Moçambique após a independência: primeiro o modelo desenvolvimentista, de orientação (ou inspiração) socialista, e posteriormente (a partir dos meados dos anos 80) o neoliberal. Nessa análise, para além avaliar a natureza e o impacto das políticas nacionais (inseridas num contexto global), interpreto as experiências de luta contra as lógicas de dominação subjacentes a essas políticas. Para o efeito, tomo como exemplo as transformações ocorridas no sector do caju e, particularmente, a história de uma das fábricas de processamento de caju da cidade de Angoche (província de Nampula), a Companhia de Culturas de Angoche (CCA).

Por um lado, procuro problematizar os modelos de desenvolvimento, transgredindo os limites da historiografia oficial (linear, ortodoxa e triunfalista), tal como nos é sugerido por Bragança e Depelchin (1986). Assim, pretendo explorar as lógicas e contradições internas das políticas em causa, analisar as formas de dominação que incorporam, desvendar as estruturas de poder que servem e os resultados políticos, económicos e sociais da sua aplicação. Por outro lado, a partir da realidade quotidiana dos trabalhadores da CCA, procuro saber que processos de sobrevivência são levados a cabo, que acções reivindicativas desenvolvem, e que dilemas políticos e ideológicos enfrentam.

As janelas de análise da vida política, económica e social de Angoche conduzem-me a duas tarefas epistemológicas complementares. Em primeiro lugar, levam-me a questionar o sentido do pós-colonialismo para os povos e trabalhadores que tanto viram frustradas as suas expectativas de liberdade, como têm sido violentamente combatidos pelo facto de lutarem pelos seus direitos. Em segundo lugar, a politização do social que resulta das experiências de sobrevivência e de luta dos trabalhadores obriga-nos a reconceptualizar o sentido do político, encontrando-o também fora das instituições tradicionais. São essas experiências de vida e de luta que mantêm abertas as portas da história de Moçambique e, quiçá, do mundo.

INTRODUÇÃO GERAL

Em *A fronteira da cultura*, Mia Couto retrata de forma eloquente as encruzilhadas do tempo histórico de Moçambique, ao afirmar que nenhum dos artefactos da história (o passado, o presente e o futuro) com que foram trabalhadas as consciências colectivas dos moçambicanos tem verdadeiramente estado ao serviço dos cidadãos: «o passado foi mal embalado e chega-nos deformado, carregado de mitos e preconceitos. O presente vem vestido de roupa emprestada. E o futuro foi encomendado por interesses que nos são alheios». Um dos maiores dramas dos tempos actuais é que, como afirma ainda Mia Couto, o colonialismo tornou-se indígena em Moçambique e, ao importarmos a nova linguagem do «desenvolvimentês», somos reduzidos a meros consumidores de pensamentos (Couto, 2005: 10-18).

As narrativas de desenvolvimento que vigoraram em Moçambique desde o período colonial podem ser traduzidas como histórias de relações entre predadores e vítimas. Embora motivadas e informadas por pressupostos políticos, contextos históricos e culturais diferentes, essas narrativas têm em comum o registo de relações complexas, e por vezes ambíguas, entre predadores e vítimas. As trajectórias destas relações de poder, e as tensões nelas presentes, têm sido objecto de análise de uma parte da historiografia moçambicana mais recente. Quer sejam representados como crocodilos ou leopardos (Adam, 2006), quer sejam encarados como espíritos maus (Macamo, 2005: 25) ou como sanguessugas e jibóias (Machel, 1983: 29),¹ quer, ainda, vistam a pele de caçadores (Gentili, 1999), os agentes de desenvolvimento e os respectivos paradigmas que advogam são entendidos como instrumentos de poder ao serviço dos predadores, ou seja, de poderes hegemónicos.

¹ Discurso proferido no dia da independência de Moçambique.

Se, como diz Elísio Macamo (2005a), o desenvolvimento não existe (é ilusório) porque assenta na falaciosa premissa da inevitabilidade, do desenvolvimento linear e teleológico, não se pode descurar o facto de que a configuração do mundo contemporâneo, a construção e reprodução das desigualdades entre regiões, países, e dentro de cada país, serem também produto dessas perspectivas providenciais da história. Akhil Gupta (1998: 11) diria que os discursos de desenvolvimento, ao se centrarem em construções teleológicas e em hierarquias espaciais, criaram condições para a reprodução de desigualdades mesmo depois da destruição formal da dominação colonial.

Mas, os paradigmas de desenvolvimento, longe de serem conceitos *a priori* no sentido kantiano do termo, constituem-se como um processo não linear, com uma determinada materialidade, sujeitos às complexidades e vicissitudes da própria história. É precisamente no contexto historicamente localizado que é importante analisar as lógicas de poder, as tensões e as transfigurações entre predadores e vítimas, tanto nos discursos, como nas práticas de desenvolvimento.

Estas afirmações remetem-nos para o que têm de comum a teoria do sistema-mundo e a teoria da dependência, nomeadamente a explicação das hierarquias do mundo actual enquanto produto de uma construção social ancorada na história. Assim, a reinterpretação das novas formas de colonização ou dominação presentes no espaço pós-colonial moçambicano e a compreensão das lógicas de reprodução da dependência em relação ao Norte, exigem que se tenha em conta que, enraizada na expansão mercantil e colonial, a economia-mundo capitalista construiu-se e reproduz-se sobre uma divisão de trabalho à escala mundial, na qual as esferas que a integram (centro, semiperiferia e periferia) desempenham papéis político-económicos específicos e

beneficiam desigualmente do funcionamento do sistema (Amin, 1974, 1977, 1999; Dos Santos, 1975; Frank, 1971, 1972, 1977; Rodney, 1982; Wallerstein, 1990, 1994).

As independências nacionais (sobretudo dos países da África sub-sahariana) não conduziram a uma ruptura com esta configuração hierárquica do mundo. Moçambique, por exemplo, é considerado um dos países mais pobres do mundo, com cerca de 54% da população a viver na pobreza absoluta (Banco Mundial, 2005). Os optimismos do governo, em virtude dos resultados macroeconómicos, não ocultam as novas roupagens de que se veste a colonização, nem os gravíssimos níveis de exclusão a que está sujeita a maioria dos cidadãos. Moçambique torna-se num laboratório apetecível e fértil da indústria do desenvolvimento (Abrahamsson e Nilsson, 1995; Adam, 2006; Hanlon, 1996; Macamo, 2005; Pitcher, 2002; Saul, 1994, 2005).

Como afirma Gupta, o subdesenvolvimento não diz apenas respeito à posição económica de determinado estado-nação relativamente a outros. É também uma importante forma de identidade no mundo pós-colonial. Ser subdesenvolvido ou estar em vias de desenvolvimento é sinónimo de estar atrasado, de ser deficiente, inadequado (Gupta, 1998: 11). Nas teorias tradicionais de desenvolvimento são abundantes as caracterizações de países em situações idênticas às de Moçambique: terceiro mundo, subdesenvolvido, em vias de desenvolvimento, em transição, conturbado, falhado, frágil, etc. Se nos apoiarmos na economia política e nos processos históricos subjacentes a estas caracterizações, entendemos que elas também descrevem uma relação hierárquica e de dependência entre os países. Enquanto expressões, que não são inocentes, representam uma certa escalonização do mundo e transformam-se em referenciais importantes que justificam intervenções paternalistas, em nome do progresso, da democracia, dos direitos humanos, da estabilidade política e social, do crescimento económico e da capacitação institucional.

Mas ao se constatar que as independências nacionais não trouxeram o fim das hierarquias (e das dependências que a elas lhes estão associadas), é importante estar também consciente que vivemos num mundo cada vez mais desigual, de exploração e de exclusão social, mesmo dentro de cada país. Tal como Boaventura de Sousa Santos (2006) sugere, para além da contraposição entre o Norte e o Sul, é necessário reconhecer – como, aliás, fizera Ruy Mauro Marini – a existência do colonialismo interno e sua articulação com outros sistemas de poder e de discriminação. De acordo com Boaventura de Sousa Santos, a perspectiva pós-colonial de oposição deverá, assim, também estar atenta à contraposição entre o Sul do Sul e o Norte do Sul entre o Sul do Norte e o Norte do Norte (Santos, 2006: 41).

Um olhar desmistificador sobre as realidades pós-coloniais permite reconhecer a existência não só de elementos que são resultado da relação colonial capitalista (Santos, 2006: 33), mas que também são produtores dessa mesma relação. Como diz Timothy Mitchell, ao mostrar quanto podem ser complexas, incertas e violentas as lutas pelo controlo político local (de Kamshish, Egipto), o poder não é uma simples força centralizada que se articula com aliados locais, é também uma construção local, independentemente da dimensão das articulações que se desenvolvem e, por vezes, são as forças locais que explicam a actuação do poder central (2002: 169-170).

Encontramos esta relação dialéctica entre o capitalismo central e as elites nacionais igualmente no caso de Moçambique. Por exemplo, Graham Harrison (1999) e Joseph Hanlon (2004) identificam relações íntimas entre a ajuda externa, o neoliberalismo e a corrupção em Moçambique, tomando como modelo os processos de privatização em curso no âmbito dos programas de reajustamento estrutural. Na mesma linha, Pitcher (2002) introduz a expressão *transformative preservation* para caracterizar a capacidade de sobrevivência da Frelimo às profundas transformações políticas e

económicas ocorridas ao longo dos anos. Conservando o controlo político e económico do país, desde a independência nacional, a Frelimo tem assegurado que os membros mais proeminentes do partido adquiram vantagens tanto do socialismo, como dos programas de reajustamento estrutural. Entendo que em Moçambique, se a ajuda externa serve para cumprir objectivos geopolíticos, por parte de quem a providencia (Macamo, 2005: 5-6), ou se a ajuda, aliada à desestabilização e às estratégias de desenvolvimento, forma a «espiral viciosa do colapso social» de Moçambique (Adam, 2006: 6), essa ajuda, e as políticas que lhe estão associadas, só são possíveis porque são localmente viabilizadas, legitimadas e reproduzidas.

Esta realidade obriga-nos a ir para além da corriqueira exaltação das conquistas da independência nacional e a entrar nas histórias dos que ainda não puderam cantar vitórias, daqueles cuja angústia reside no facto de adiarem constantemente os sonhos, como expressa uma personagem de Mia Couto: «vinte e cinco é para vocês que vivem nos bairros de cimento. Para nós, negros pobres que vivemos na madeira e zinco, o nosso dia ainda está por vir» (Couto, 2004: 11).

Em Moçambique, entre a segunda metade do Século XX até aos nossos dias, é possível identificar três narrativas dominantes de desenvolvimento que assentam em pressupostos políticos diferentes: o colonialismo, o socialismo, e o capitalismo. Quer fosse em nome da missão civilizadora ou, mais tarde, da nação pluricontinental e plurirracial (colonialismo português); ou em nome do progresso e do homem novo (socialismo); quer ainda, nos últimos 20 anos, em nome do liberalismo económico (capitalismo), os paradigmas de desenvolvimento em causa têm em comum o facto de se manifestarem como expressão do poder de intervenção (estatal e não estatal) sobre os destinatários, os objectos, as «vítimas» do desenvolvimento. Nesta medida, os

programas de desenvolvimento, para além de não terem alcançado as promessas escatológicas que propalavam, acabam por se traduzir numa actuação de confronto, muitas vezes violenta, contra os respectivos destinatários, sobretudo quando estes se afirmam como sujeitos política, social e culturalmente situados. Por isso, mais do que não cumprirem as suas promessas, aqueles paradigmas de desenvolvimento traduziram-se em «promessas sem destino», como eloquentemente sentencia um trabalhador da fábrica de caju de Angoche.

Estas considerações conduzem-nos a uma dupla tarefa: por um lado, de transgressão da memória institucional sobre as políticas de desenvolvimento e da historiografia oficial (linear, ortodoxa e triunfalista), tal como nos é sugerido por Bragança e Depelchin (1986) e, por outro, de aprendizagem com o Sul não só enquanto metáfora do sofrimento humano, mas também como resistência à dominação do Norte (Santos, 2006). A desfamiliarização do Norte proposta por Boaventura de Sousa Santos – na esteira de Homi Bhabha (2003), que defende a necessidade de desfamiliarização da democracia liberal para mostrar as suas fragilidades e contradições – implica o reconhecimento tanto do sofrimento causado pelo colonialismo e pelas formas de opressão nos estados pós-coloniais, como das lutas travadas contra esse mesmo sofrimento. Numa palavra, implica quebrar o «paradigma do silenciamento» (Depelchin, 2005) a que têm sido condenados os oprimidos.

Esta é a preocupação central do grupo dos *Subaltern Studies*, como tinha sido a dos movimentos independentistas e dos autores das ideologias de libertação em África como Frantz Fanon, Nkwame Nkrumah, Julius Nyerere, Eduardo Mondlane, Amílcar Cabral, Leopold Senghor e outros, cuja luta consistiu em devolver a história aos «sem história». É esta orientação epistemológica que actualmente informa um determinado sector das teorias pós-coloniais e que resgatam a importância da história e da economia

política na análise social. Mas também de um conjunto de perspectivas que, para além de se fundar nas lutas contra a dominação, reconhece o que Homi Bhabha designa o «terceiro espaço de enunciação» enquanto de lugar de concorrência, de conflito, de intersecção e de negociação identitária e política, isto é, enquanto espaço dinâmico e produto das contingências da história. Segundo Bhabha, o reconhecimento do «terceiro lugar de enunciação», não pondo em causa a existência de contradições históricas, abre espaços para a rearticulação ou tradução das formas de representação do mundo e de luta contra a opressão. Deste modo, afirma ainda Bhabha, também se destrói a polarização entre sujeito/objecto de conhecimento e dicotomia teoria/prática política, na medida em que nos livramos de amarrar as lutas políticas no colete-de-forças de qualquer racionalidade teleológica, redentora ou transcendental (Bhabha, 2004: 28-56).

Para Boaventura de Sousa Santos, o trabalho de tradução, juntamente com a sociologia das ausências e a sociologia das emergências, são procedimentos meta-sociológicos sobre os quais se funda a razão cosmopolita. Através da sociologia das ausências pretende-se expandir o presente, reconhecendo a diversidade de experiências vividas e incluindo as realidades condenadas à não existência, isto é, as realidades suprimidas, silenciadas ou marginalizadas. Com a sociologia das emergências, Boaventura de Sousa Santos propõe a contracção do futuro (no sentido de atenuar a discrepância entre a concepção do futuro da sociedade e a concepção do futuro dos indivíduos), abrindo o tempo-espaço para um futuro de possibilidades plurais, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente. A tradução, enquanto procedimento que cria inteligibilidade mútua entre as experiências possíveis e disponíveis sem destruir a sua identidade, incide tanto sobre os saberes como sobre as práticas e seus agentes (Santos, 2000: 229-235; 2003; 2006).

Seguindo Boaventura de Sousa Santos, o presente trabalho orienta-se pela preocupação epistemológica de construção de uma epistemologia da visão que assenta sobre a epistemologia dos agentes ausentes enquanto «demanda de subjectividades desestabilizadoras, subjectividades que se rebelam contra práticas sociais conformistas» (Santos, 2000: 231). Não se trata, no entanto, de qualquer intenção de dar visibilidade aos «agentes ausentes» ou subalternos (como se preocupa Chakrabarty), do mesmo modo que me livro da presunçosa ilusão académica de dar voz aos que falam por si (apesar das angústias de Spivak). Trata-se, simplesmente, de, na esteira de Boaventura de Sousa Santos (2000), interpretar as práticas sociais que tornam possível a transformação da acção conformista em acção rebelde.

No estudo das relações estabelecidas na esfera produtiva, concretamente na fábrica de processamento de caju da Companhia de Culturas de Angoche (CCA), procuro dar conta dos antagonismos que opõem os trabalhadores às elites nacionais (e estrangeiras), congregadas em poderosas teias de dominação que articulam interesses económicos e políticos. Tendo a economia do caju como elemento de contexto, centro-me na análise das lutas desenvolvidas pelos trabalhadores da CCA pelo reconhecimento dos seus direitos, tentando interpretar os sentidos dessas mesmas lutas.

Aqui, é particularmente importante o conceito de resistência proposto por James C. Scott (1985: 289-303) – a resistência entendida em termos bastante amplos, que permite captar a base sobre a qual assentam as relações sociais e as lutas de classes – como todos os actos do(s) membro(s) das classes dominadas, com vista a investir determinada exigência às classes dominantes ou a mitigar ou contrariar os interesses destas mesmas classes. Trata-se de uma formulação aberta, necessariamente incompleta, que permite captar a base das dinâmicas das relações sociais e das lutas de classes; que incorpora tanto os actos individuais de resistência como os colectivos; que reconhece os

conflitos enquanto processos, tanto na sua vertente institucionalizada (*public transcript*), como nas formas de resistência subterrânea (*hidden transcript*); e que, reconhecendo que muitos actos de resistência podem não alcançar os resultados a que se propõem, privilegia a atenção na intenção dos actos, em detrimento das efectivas consequências.

Parto do pressuposto de que as lutas dos trabalhadores da CCA, ainda que deixem incólume, na sua essência, as lógicas de opressão e de acumulação capitalista localmente presentes, não só tornam desconfortável e difícil o exercício do poder hegemónico subjacente a essas mesmas lógicas, como também abrem e criam espaços de negociação ou, como diz José Manuel Mendes (2004), criam um «espaço público dialógico e participado» onde se testa a possibilidade efectiva de criar práticas emancipatórias que interpelam a hegemonia do Estado e/ou de outros poderes. Assim, seguindo as orientações epistemológicas acima mencionadas e as estratégias metodológicas descritas no primeiro capítulo deste trabalho, parto da realidade quotidiana dos trabalhadores do caju para perceber os processos de sobrevivência que são levados a cabo, a organização social e política existente, as acções reivindicativas que desenvolvem, os discursos que mobilizam, as alianças que estabelecem e os dilemas políticos que enfrentam.

Ao mesmo tempo em que é uma janela importante de estudo das políticas de desenvolvimento ensaiadas em Moçambique, a economia do caju permite analisar os processos de construção do Estado pós-colonial moçambicano. Através dessa análise, torna-se possível descortinar as interacções locais, nacionais e globais que remetem Moçambique para a periferia do sistema mundial e que tecem (e reproduzem) as linhas da dependência e da pobreza extrema para a maioria da população.

Elísio Macamo (2005: 12) afirma, com razão, que a teoria da dependência está fora de moda. Paradoxalmente, ainda que aprimados com novos recortes, continuam na moda os pressupostos políticos e as práticas contra as quais se insurgiu a teoria da dependência. Enquanto corrente que privilegia a explicação histórica da dependência (centrada nas experiências de colonização e nas novas formas de exploração capitalista), a teoria da dependência continua a representar a possibilidade de desenvolver lutas políticas emancipatórias através do combate epistemológico.

Por isso, no segundo capítulo, tendo subjacente a matriz das teorias da dependência e do sistema-mundo, começo por recapitular, de forma genérica, os processos de integração de África na economia mundial e as formas com que se tecem as malhas da dependência. Em seguida, embora reconhecendo a diversidade das ideologias e das lutas de libertação nacional procuro analisar como é que os (in)sucessos desses projectos de emancipação informam a teoria pós-colonial como ferramenta de compreensão do mundo. Equivale a perguntar que lugares ocupam a história, a economia política e os processos (e legados) de luta, na análise das sociedades contemporâneas. Está claramente presente nesta análise a angústia de não desperdiçar os caminhos construídos pelos combates epistemológicos e políticos por um mundo melhor. Assim, contra uma certa amnésia da história, resgato o papel da história e da economia política, revisitando ideologias de libertação em África, na medida em que são corpos teóricos que se inserem nas experiências de luta epistemológica e política contra a hierarquização do mundo e da vida.

No capítulo terceiro, percorro as políticas de desenvolvimento aplicadas em Moçambique, descrevendo as rupturas e as continuidades ocorridas após a independência. Neste capítulo analiso especificamente as trajectórias da economia de caju, desde o período colonial. Procuro mostrar que os três paradigmas de

desenvolvimento aplicados na economia de caju (sobretudo de Angoche) – nomeadamente o colonialismo, o socialismo e o capitalismo – produziram efeitos perversos sobre as populações. No entanto, a incursão na economia política colonial (na sua fase tardia) é feita de forma estritamente necessária para enfatizar que se trata de uma realidade histórica incontornável que condiciona as opções políticas de Moçambique e que ainda fundamenta alguns dos dilemas de desenvolvimento que o país enfrenta. Procuo mostrar como Angoche se transformou num lugar de desemprego e de precariedade, depois de ter sido o maior produtor de castanha de caju no país e de possuir o maior parque industrial do caju. Se tivermos em conta que, em meados dos anos 70 do século XX, Moçambique era o maior produtor mundial de caju, percebemos não só as potencialidades económicas de Angoche, como também a dimensão dos dramas que a actual situação acarreta.

No capítulo seguinte, descrevo as dinâmicas económicas, sociais e políticas de Angoche, com vista a fornecer dados sobre o contexto em que se desenvolvem as lutas dos trabalhadores da indústria do caju. Este capítulo apresenta, por isso, os pressupostos e os caminhos por que se orientam as dinâmicas mais recentes de Angoche, mostrando por um lado que, com o encerramento das principais unidades industriais, a cidade atravessa uma crise económica sem precedentes, estando a maior parte dos cidadãos condenados a uma vida bastante precária. Mostra-se, por outro lado, que Angoche tem sido um campo de confrontação política bastante violenta entre o partido do governo (Frelimo) e o maior partido da oposição (Renamo), reflectindo-se de forma negativa no acesso aos serviços públicos por parte dos cidadãos, mas também proporcionando fissuras de negociação e participação política.

No quinto capítulo, analiso a luta dos trabalhadores da CCA, a partir da interpretação das formas de mobilização e de organização encetadas, das acções

reivindicativas que desenvolvem, dos instrumentos de que se socorrem e dos dilemas políticos que enfrentam. Situo a luta dos trabalhadores num contexto mais amplo de confrontação política, no qual enfrentam as elites económicas, associadas perigosamente ao Estado e aos sindicatos. A partir dessa experiência de luta e de sofrimento dos trabalhadores da CCA, não só é possível interpretar as estruturas de poder e as suas lógicas de reprodução em Moçambique, como também se percebe que, não sendo homogêneos nem inertes, os espaços de estruturação de poder são campos de «efervescência política» que estruturam as relações sociais e marcam o quotidiano das pessoas (Mendes, 2005).

Termino este trabalho, escrevendo algumas notas (in)conclusivas, no sentido de reconhecer que a luta dos trabalhadores deixa aberta a porta do futuro que tem sido construído por eles próprios, entre vidas preenchidas de acções, dores, fomes, promessas, sonhos, desilusões, fantasmas, amores, medos, mas também de inconformismo e de rebeldia.

Capítulo I – PERCURSOS METODOLÓGICOS

Tomei conhecimento do caso dos trabalhadores da fábrica de caju da CCA em 2003, quando me desloquei a Angoche no âmbito do projecto de investigação sobre a reforma judiciária em Moçambique.² O trabalho de campo em Angoche coincidiu com a fase de tomada de medidas radicais na luta dos trabalhadores, depois de um longo processo de esclarecimento dos problemas que enfrentavam, de denúncia das estratégias dos empresários (aliados ao poder político) e de negociação. Esta fase da luta ficou conhecida por «Bater as latas», caracterizando as formas de protesto protagonizadas pelos trabalhadores da CCA que consistiu em tomar uma posição de força, marchando, cantando pelas ruas da cidade e ocupando os imóveis da empresa. Retomarei esta questão mais adiante.

Na altura, no trabalho de investigação que mencionei, era dada uma maior centralidade à análise das redes de resolução de conflitos enquanto, de certo modo, se consideravam periféricas (mas não menos importantes) as questões político-económicas e, particularmente, a luta dos trabalhadores. Contudo, a luta dos trabalhadores da CCA era e é uma realidade incontornável na cidade de Angoche. Ela marca o quotidiano dos angochanos e a actualidade política local. Por essa razão não seria possível a qualquer investigador ficar incólume e indiferente ao que se passava.

Ao testemunhar a marcha quotidiana dos trabalhadores e tomar conhecimento da sua causa, fiquei duplamente intrigado. Durante cerca de dez anos, enquanto percorri o país inserido numa equipa de investigação na área da sociologia do direito – conhecendo e experimentando vidas diversas nas cidades, vilas, aldeias e pequenas

² Investigação realizada pelo Centro de Formação Jurídica e Judiciária (de Moçambique), em parceria com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, coordenada por João Trindade e Boaventura de Sousa Santos.

povoações, algumas das quais bastante recônditas – testemunhei e partilhei os encantos dos múltiplos mundos que fazem Moçambique. Mas nesta singular oportunidade de cruzar o país também fui invadido por muitas inquietações, dúvidas, angústias e, inevitavelmente, revoltas. O confronto com a realidade sugeria-me quão frágil (e eventualmente falso) era o optimismo do crescimento macroeconómico. Atrás dos números escondem-se vidas que pouco têm para somar e muito menos para multiplicar. No entanto, Angoche, mais do que um espaço de contestação do optimismo cego do governo, insurgia-se como um campo de luta e de questionamento dos sentidos do pós-colonialismo moçambicano.

O confronto com Angoche, como disse, foi duplamente intrigante. Por um lado, pelo facto de se tratar de uma luta invisível aos olhos dos órgãos de informação e, conseqüentemente, da maioria dos moçambicanos. Por outro lado, porque não havia (e não há) qualquer debate político a nível nacional sobre a luta dos trabalhadores e os problemas políticos, económicos e sociais que a motivam.

Três anos depois da primeira visita, continuava seduzido por Angoche. Decidi então que a minha dissertação de mestrado seria sobre a luta dos trabalhadores da CCA.

A minha intenção não é, no entanto, dar visibilidade aos «agentes ausentes» ou subalternos, nem dar voz àqueles que falam por si. As minhas motivações e possibilidades são mais modestas. Por um lado, centrando-me na economia política do caju, procuro aprofundar, sistematizar e problematizar a memória institucional sobre as políticas de desenvolvimento aplicadas em Moçambique. Assim, pretendo explorar as lógicas e contradições internas das políticas em causa, analisar as formas de dominação que incorporam, desvendar as estruturas de poder que servem e os resultados políticos, económicos e sociais da sua aplicação.

Por outro lado, procuro traduzir as estratégias de resistência ensaiadas pelos trabalhadores da indústria do caju contra essas formas de dominação, analisando os processos de sobrevivência que levam a cabo, as configurações sociais e políticas que os orientam e as condições e formas em que desenvolvem as acções reivindicativas. Como referi na introdução a este trabalho, trata-se simplesmente de, na esteira de Boaventura de Sousa Santos (2000), interpretar as práticas sociais que tornam possível a transformação da acção conformista em acção rebelde.

Parto do pressuposto de que esses actos de rebeldia, ainda que deixem incólume, na sua essência, as lógicas de opressão e de acumulação capitalista localmente presentes, não só tornam desconfortável e difícil exercício do poder hegemónico subjacente a essas mesmas lógicas, como também abrem e criam espaços de negociação ou, como diz José Manuel Mendes (2004), criam um «espaço público dialógico e participado» onde se testa a possibilidade efectiva de criar práticas emancipatórias que interpelam a hegemonia do Estado e/ou de outros poderes.

A opção por Angoche também se deve, por um lado, ao facto daquele distrito ser o maior produtor de castanha de caju no país e, por outro lado, de ao facto de nele ter sido implantado o maior parque industrial do caju. Se tivermos em conta que, nos meados dos anos 70 do século XX, Moçambique fora o maior produtor mundial de caju, percebemos a pujança económica que existiu em Angoche. Correspondendo aos trajectos políticos de Moçambique, foram ensaiadas em Angoche diferentes paradigmas de desenvolvimento. O resultado não podia ser mais sinistro: as três fábricas de caju e outras unidades industriais acabaram por ser encerradas, remetendo a maioria dos trabalhadores para o desemprego e condenando milhares de angocheanos a uma vida precária.

Para além da importância da temática de estudo, o trabalho em Angoche representa para mim um desafio pessoal. Não só provenho da área do direito, como, até ir para Angoche, a minha experiência de investigação tinha sido integrada em equipas multidisciplinares. Nessas equipas cruzam-se saberes (e não só) de forma bastante enriquecedora, mas, como afirma Roger-Dillon (2005), também estão presentes questões protocolares, relações de poder, dinâmicas interpessoais e problemas de gestão de emoções. Durante o trabalho de campo que conduziu a esta dissertação, fiz duas deslocações a Angoche. A primeira, de trinta dias, fi-la sozinho, confrontando comigo mesmo alguns dos problemas e dilemas que se colocam nas equipas de investigação. Na segunda, permaneci quinze dias em Angoche, integrado numa equipa do Centro de Formação Jurídica e Judiciária. De qualquer modo, a especificidade do meu trabalho contribuiu para manter os relativos níveis de autonomia e, na medida do possível, conservar os modos de estar comigo e com os outros.

Cheguei a Angoche num momento particularmente agitado. Uma comissão constituída por três trabalhadores deslocara-se a Moma (distrito vizinho de Angoche), na tentativa de falar com o Presidente da República, em visita àquele distrito. Enquanto aguardavam o regresso dos colegas, aproximadamente mil trabalhadores concentravam-se nas instalações da CCA. Ocupavam a sede, as casa, os escritórios, mas também a via pública, juntando-se em pequenos grupos nos passeios, nos jardins e nas estradas próximas da sede da empresa.

A ida a Moma visava pôr o Presidente da República ao corrente da situação dos trabalhadores da CCA e discutir os termos do acordo que lhes tinha sido proposto pelos representantes do governo provincial. Os trabalhadores consideraram que era uma proposta ofensiva para os angocheanos. Efectivamente, o governo propôs o pagamento de uma indemnização de 73 mil meticais (correspondentes a cerca de 3 dólares

americanos).³ De modo que a minha chegada foi inicialmente interpretada como mais uma aproximação do governo. Até que esta imagem se dissipasse, passei um processo relativamente longo de inserção na vida dos angocheanos e na luta dos trabalhadores. Estes percursos condicionaram as estratégias e opções metodológicas que orientaram o trabalho, tendo estas sido suficientemente flexíveis para serem utilizadas e ajustadas em função das dinâmicas e das contingências da vida local e do trabalho.

É certo que, como se tem sobejamente apontado, em muitos casos existem evidentes desigualdades de poder entre os investigadores e os «objectos» da investigação, a favor dos primeiros. Estas desigualdades manifestam-se de diversas maneiras: tanto no acesso aos dados como na sua interpretação e validação. Como diz Donna Haraway, citada por Jensen e Lauritsen (2005), a pretensa igualdade de posicionamento é uma recusa de responsabilidade e de questionamento crítico. Esta postura deve ser substituída por um conhecimento parcial (no sentido de não ser total), situado e crítico, de modo a que se seja capaz de assegurar a análise das teias de conexões presentes nas práticas sociais. No entanto, não é menos certo que na medida em que o processo de produção de conhecimento é relacional, os contextos sociais condicionarão as formas, as variações e a natureza das relações que se desenvolvem nesse mesmo processo. Como afirmou Norbert Elias (1971), qualquer concepção que reduza o processo de produção de conhecimento a uma condição estática e isolada do investigador que dissecar o «objecto» de estudo, está condenada a cair numa encruzilhada epistemológica sem saída.

³ As referências ao metical correspondem ao valor nominal vigente na altura da realização do trabalho de campo. Foi posteriormente introduzida uma reforma monetária (a nova família do metical): 1,00 MT passou a corresponder a 1,00/1000 MTN. O salário mínimo actual corresponde a cerca de 60 dolares americanos.

O primeiro encontro com os representantes dos trabalhadores evidenciou-me que, longe de serem passivos e de estarem à disposição das minhas intromissões, anteciparam a solução de uma das preocupações epistemológicas com que partia. Refiro-me concretamente à necessidade de transgredir o binómio sujeito/objecto de investigação, reconhecendo, na prática, aos tradicionais «objectos» o seu lugar de sujeitos no processo de produção de conhecimentos. Ao afirmarem, por exemplo, «ok, já falámos muito, você já pode escrever aí um jornal, agora temos que ir falar com os trabalhadores» ou ao deixarem claro que não querem falar comigo porque estão cansados,⁴ os trabalhadores não só exprimem uma relativa posição de força, como também marcam o ritmo do meu trabalho e os termos do acesso aos dados.

O processo de negociação no trabalho de campo e as resistências que lhe são próprias, e que apenas foram mudando de grau e de forma, são também constitutivas do campo de estudo. Como diz Boaventura de Sousa Santos (2000: 31), o conhecimento é sempre contextualizado pelas condições que o tornam possível e ele só progride na medida em que transforma em sentido progressista essas condições. O meu posicionamento no trabalho confronta-se, assim, com outra preocupação epistemológica: a necessidade de ser vigilante em relação ao processo de recolha e de análise dos dados. Neste caso, avisado da falsidade do mito da neutralidade política das ciências, oriento-me por um imperativo ético que pressupõe que a produção de conhecimentos seja, ela própria, simultaneamente resultado e potenciador de práticas de transformação social, como exemplarmente nos mostram as correntes feministas do *standpoint theory* (Harding, 2003). Como afirma Sandra Harding (1995), a ilusão da objectividade fraca no sentido de que existem pontos de vista que não são construídos

⁴ Entrevista colectiva aos membros do comité sindical e da comissão dos trabalhadores da CCA, realizada no 12 de Junho de 2006.

no âmbito de uma relação de poder, deverá ser substituída porque representa a nostalgia de uma inocência epistemológica de um mundo que não existe.

Aqui impõe-se-me uma exigência ética complementar. Concordando que todo o conhecimento é autobiográfico (Santos, 2000), no entanto tento resistir ao egocentrismo de que falava Norbert Elias. Quer dizer, evitar a usual tendência para projectar nos outros sujeitos as minhas visões sobre mundo, as minhas angústias e os meus dilemas ideológicos. Por isso, tento ser fiel aos códigos, conceitos e símbolos produzidos localmente, reconhecer a centralidade histórica e política local, articular a dimensão histórica com a análise trans-escalar, e recuperar as experiências, memórias e imaginários de luta. No entanto, longe de procurar um pretenso distanciamento impenetrável em relação ao «objecto», reconheço que o meu posicionamento pessoal em relação à temática de estudo informa o modo como me situo no trabalho e como me relaciono com os demais actores.

Estas preocupações epistemológicas e exigências éticas informaram a utilização multifacetada e flexível de técnicas, a saber: a observação participante, a entrevista e a análise documental.

A observação participante foi a pedra angular da investigação, através da qual procurei sobretudo conhecer a vida quotidiana dos trabalhadores. A observação participante permitiu-me tanto viver os mundos dos angocheanos e dos trabalhadores da CCA, como também questionar sistematicamente os dados, à medida que me integrava no contexto local. Contudo, tratou-se de processo negociado, com algumas tensões, com avanços e recuos.

Inicialmente, foram explícitas as desconfianças por parte dos representantes dos trabalhadores. Nas primeiras entrevistas, os membros do comité sindical e da comissão dos trabalhadores limitavam-me o tempo de conversa, como já referi, sendo também

notório o esforço para controlar o discurso. Não afirmavam nada que não traduzisse a versão institucionalizada da história. A nenhum dos sindicalistas e membros da comissão era permitido falar a sós comigo. Do mesmo modo, era-me vedado o acesso às reuniões dos representantes dos trabalhadores.

Se no seio do sindicato e da comissão de trabalhadores era fácil estabelecer e seguir regras mais ou menos rígidas de relacionamento com o *outsider*, o mesmo não acontecia com os demais (cerca de mil) trabalhadores. Ainda que me tivessem informado que os trabalhadores não queriam falar comigo (aleadamente porque estão cansados da quantidade de comissões que aparecem e que não resolvem nada), não tinha outra saída senão contactá-los. O facto de não poder falar durante muito tempo com os representantes dos trabalhadores era uma excelente oportunidade para me aproximar dos outros trabalhadores, aproveitando os espaços que me dava a separação física e a distinção de estatuto entre os chefes (que passavam a maior parte do tempo no escritório) e os trabalhadores (concentrados nos quintais das casas da CCA, na rua e nos jardins).

Dado que a maioria dos trabalhadores desconhecia os objectivos da minha presença, a primeira preocupação era situá-los na mesma medida em que me situava no trabalho. As representações sobre mim eram quase inesgotáveis. Muitos confundiam-me com os membros do governo; outros julgavam que fosse jornalista; houve quem me vestisse a capa de «doador»; mas também houve casos de pessoas para as quais pouco importava o que eu fazia. Entre uma multiplicidade de representações e de preconceitos, uma experiência acabou por se traduzir, por um lado, num indicador forte do grau de integração no seio dos trabalhadores e, por outro lado, num dos dilemas éticos mais difíceis de resolver naquele contexto: o facto de me pedirem qualquer coisa “para matar a fome”.

Contudo, com o tempo os pedidos acabaram por dar lugar ao paradigma da solidariedade. Passei a fazer parte das redes de socialização e de partilha que existiam nos locais de concentração dos trabalhadores. Julgo que esta mudança foi possível sobretudo porque me deixei conduzir pelos «rituais de iniciação» angocheanos.

De modo diferente do que é usual nos trabalhos de investigação que proliferam em Moçambique e em Angoche (na sua maioria financiados por agências internacionais de cooperação), não dispunha de carro. Cheguei a Angoche em condições bastante precárias, transportado de chapa.⁵ Como quase todos os angocheanos, corri os bairros a pé ou de bicicleta, o que facilita a empatia dos corpos e da alma. Segui os ritmos da vida cultural e desportiva, repartindo-me entre o tufo, a poesia da likhorrea, o *Veteranos*, os jogos de futebol, etc. Experimentei a magia e os segredos da noite de Angoche. Acompanhei invariavelmente as concentrações, os rituais e as manifestações dos trabalhadores. Ofereci-me para dormir na fábrica da CCA com os trabalhadores que guardam as instalações. Particpei nos jogos de cartas (e outros) no local de concentração. Comecei a acompanhar melhor as conversas em Koti e aprendi a dizer algumas frases. Alguns trabalhadores interessaram-se pelo changana, uma das línguas do sul de Moçambique, região onde nasci e vivo. Convivi com os trabalhadores (e outros angocheanos) no contexto privado. Partilhei e guardei confidências. Enfim, vivi o que os mundos de Angoche se me ofereciam. Contudo, ainda que seja evidente a minha integração ao fim de seis semanas de trabalho, não tenho a pretensão de julgar que cheguei a ser angocheano. Transformei-me num *insider* sem que nunca tivesse deixado de ser *outsider*.

⁵ *Chapa* é o nome que se dá ao transporte de passageiros feito por operadores privados. Dadas as limitações da rede de transportes públicos é bastante limitada, os chapas tanto ultrapassam quase sempre a lotação máxima, como também transportam mercadorias. O nome *chapa* provém de «chapa 100», termo que se refere à primeira tarifa introduzida nestes transportes nos anos 80 (100,00 MT).

Este posicionamento ambíguo, e de certo modo precário, permitiu que me situasse em boas condições para captar as subtilezas e os impronunciáveis da vida de Angoche e da luta dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, ser o fiel depositário de algumas confidências. Por outro lado, fez com que o trabalho se desenvolvesse numa permanente tensão e negociação. Como tudo na vida, nada chegou a estar inquestionavelmente assegurado. Por exemplo, num momento de crise entre os trabalhadores não me foi permitido falar com ninguém. Embora pudesse acompanhar a contenda, ficou claro que a qualquer momento poderia perder a confiança que conquistara. Para que tal facto não acontecesse, tentei temperar a participação com o respeito pelos espaços, os tempos e os estados de alma dos trabalhadores.

Até onde foi possível e viável para os interesses dos trabalhadores, a minha presença no campo foi utilizada como um factor de mobilização e de unidade entre os mesmos. Aceitei esse facto com a humildade (e gratidão) de quem, socializado numa lógica de trocas, reconhece que nunca será capaz de retribuir o apoio que lhe foi prestado. Neste contexto de permanente negociação que tanto se impunha explícita como implicitamente, provavelmente cumprimos tantas outras condições que tornaram possível a conciliação dos interesses presentes. Com Boaventura de Sousa Santos, diria que «é tão impossível um conhecimento sem condições como um conhecimento plenamente consciente de todas as condições que o tornam possível» (2000: 77-78).

Contudo, para lá das questões políticas e processuais de produção de conhecimento, o que me ligou aos trabalhadores da CCA acabou por ser sobretudo a relação de amizade e de humanidade que vivemos. Fora do contexto familiar, nunca sentira uma onda de solidariedade como quando fiquei de cama em Angoche (gravemente doente) até que fosse evacuado para Maputo. Não será exagerado afirmar que a vida, com todos os seus encantos e desencantos, eventualmente nos estivesse a

conduzir para o paradigma da amizade na produção de conhecimentos. Introduzido por Lisa Tillmann-Healy, a amizade como método implica partilhar o mundo com os outros. Pressupõe, para além das tradicionais técnicas de observação participante, recolha sistemática de dados e de entrevistas formais e informais, seguir os procedimentos e a ética que estruturam as amizades, nomeadamente a conversa, o envolvimento diário na vida das pessoas, a entrega, a solidariedade, a partilha de esperanças, o carinho e até o amor (Tillmann-Healy, 2001; 2003).

Para além da observação participante, como afirmei, entrevistei vários actores, entre os quais trabalhadores (homens e mulheres), descendentes de trabalhadores da CCA (que participam na luta), empresários locais, o proprietário da CCA, representantes do governo local, líderes partidários, funcionários administrativos e representantes de associações de pescadores.⁶ Embora tivesse a consciência de que certos actores eram centrais, as entrevistas foram-se desenvolvendo à medida em que se mostravam úteis para perceber os percursos de vida dos actores e as dinâmicas locais. Contudo, seguindo José Manuel Mendes (2003), não estava em causa qualquer esforço de triangulação no sentido de busca da verdade última, mas apenas o objectivo de «estabelecer conexões parciais e ampliar o campo dos possíveis».

As entrevistas aos trabalhadores desenrolaram-se num contexto difícil. Os constrangimentos provinham tanto das dificuldades iniciais de inserção, como dos processos de luta em curso durante o trabalho de campo. Os trabalhadores tinham menor disponibilidade para as entrevistas, chegando mesmo a não ter qualquer interesse em falar comigo, sobretudo nos momentos de crise interna que marcaram a sua luta. De

⁶ Em anexo apresento a lista das entrevistas feitas, com a caracterização dos entrevistados por sexo, naturalidade, residência, a função que exercem actualmente e, nos casos aplicáveis, a função que exerciam na CCA (anexo n.º 1).

qualquer modo, apesar dos condicionalismos, foi possível fazer entrevistas a trabalhadores, homens e mulheres, dirigentes e não dirigentes.

Enquanto complemento da observação participante (que obviamente também envolve conversações mais desprendidas e pouco «institucionalizadas»), as entrevistas foram um instrumento importante de compreensão dos percursos de vida dos trabalhadores, das relações que estabelecem entre si e com outras pessoas e instituições, das suas motivações, aflições, etc.

A maior parte das entrevistas foram realizadas no local de concentração dos trabalhadores. Outras decorreram nas casas dos entrevistados ou noutros lugares por eles escolhidos. Não determinei previamente o número exacto de entrevistas a realizar. Segui antes o princípio da saturação, segundo o qual devemos fazer entrevistas até que os dados que delas resultam se tornem repetitivos, isto é, que não acrescentem mais nada de relevante para a questão que investigamos. Ao todo, realizei quarenta e duas entrevistas, das quais trinta e nove foram individuais e três colectivas. Daquele total, vinte entrevistas foram feitas aos trabalhadores da indústria do caju, sendo um secretário do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria do Caju; dezasseis trabalhadores da CCA; um trabalhador da Angocaju; e dois trabalhadores da Miranda Caju (um dos quais desce de um trabalhador da CCA entretanto falecido).

Neste trabalho procuro salvaguardar, na medida do possível, o anonimato dos entrevistados. Os nomes dos entrevistados são fictícios, excepto os titulares de cargos públicos (como o administrador de distrito) que me concederam entrevistas nessa qualidade, dos proprietários das fábricas de caju e de outros entrevistados que me forneceram meras informações de contexto sobre a cidade de Angoche. Todas as entrevistas foram gravadas, excepto quatro.

A questão da língua foi um dos problemas que enfrentei nalgumas entrevistas aos trabalhadores. De acordo com Temple e Young (2004), o facto de nos comunicarmos em línguas diferentes conduz a diferentes representações da vida, advindo daí desafios epistemológicos e metodológicos importantes, nomeadamente a questão das desigualdades de poder sobretudo no processo de tradução para a língua do cânone científico. Sem dúvida, é na língua, enquanto uma das formas de construção e de transmissão de sentidos e de subjectividades, que se exprimem múltiplas mundividências. Tratou-se de um factor condicionante do meu trabalho, na medida em que não falo koti nem makwa e em que alguns trabalhadores não falam português. Assim, apenas cinco entrevistas foram dirigidas em Koti. Embora as demais entrevistas tivessem sido realizadas em português, o Koti esteve sempre presente como recurso fundamental de facilitação dos diálogos.

Como afirmam, ainda, Temple e Young (2004), se assumirmos que a investigação é um processo participado e se nos preocupamos com a forma como representamos as pessoas sobre ou, melhor, com quem trabalhamos, então devemos ter sempre presentes as implicações da escolha de determinado tradutor. Assim, socorri-me de um trabalhador da CCA que, mais do que tradutor, foi determinante para o contacto com outros trabalhadores e para a compreensão das questões da investigação.

Trata-se de um trabalhador com quem tive um envolvimento mais próximo nos locais de concentração e noutros contextos, e que começou por me apoiar espontaneamente num momento de aflição. O facto de ser trabalhador da CCA tinha a vantagem, não só pelo facto de estar inserido entre os trabalhadores (evitando assim as desconfianças que poderia suscitar a presença de mais uma pessoa estranha), como também porque partilha com os demais trabalhadores os universos da vida de Angoche, incluindo as experiências de luta. Por isso, a entrevista serviu também para a

reconstrução conjunta de factos e de contextos da luta dos trabalhadores, e para a partilhar de emoções. Nesta medida, o tradutor, longe de se reduzir a um mero intermediário de palavras, é também produtor de novos sentidos.

Finalmente, a análise documental fez-se basicamente junto das instituições do Estado e no acervo dos trabalhadores. Nas instituições do Estado procurei documentação que me fornecesse elementos, por um lado, sobre as políticas nacionais de desenvolvimento e, em particular sobre a economia política do caju, e, por outro lado, o registo oficial das dinâmicas económicas locais (evolução da produção e do processamento do caju, dados sobre a exportação, operadores envolvidos, etc.).

Yussuf Adam (2006: 27-32) afirma acertadamente que um dos constrangimentos mais sérios da investigação em Moçambique reside no facto de os dados disponíveis serem bastante fragmentados, isto, pelas seguintes razões: a guerra que não só dificultava a investigação como também destruiu arquivos; a burocracia oficial que impedia o acesso aos documentos; imperativos de ordem ideológica que privilegiavam a divulgação da informação por parte do Estado (a informação socioeconómica chegou a ser considerada segredo de Estado); inexistência de uma base estatística sólida e consistente.

Penso que, para além da dispersão e do mau estado de conservação dos poucos dados disponíveis, a cultura do secretismo continua a estruturar as relações entre o Estado e os cidadãos, no que respeita ao acesso aos dados. Em Angoche foi praticamente impossível o acesso à documentação oficial. Uma vez porque «o chefe não está no distrito», outras porque «não estamos autorizados», ou simplesmente porque «não temos esses dados» e também porque «são dados antigos e é difícil encontrar», etc. Foram várias as justificações que tornaram praticamente impossível aceder aos documentos ou, pelo menos, saber se efectivamente existem. Como dizia um

funcionário administrativo de Angoche, transmitindo esse sentido de posse em relação aos documentos oficiais: «a água do lanho conserva-se melhor no próprio lanho».

O facto de passar a maior parte do tempo com os trabalhadores pode eventualmente ter contribuído para que houvesse maiores reservas na disponibilização dos documentos oficiais. É um desafio normal (e assumido) de quem faz investigação em contextos de conflito.

Os documentos dos trabalhadores permitiram analisar a forma como foi institucionalizada a luta por eles desenvolvida. Foi, assim, possível compreender a história da luta dos trabalhadores, percebendo as estratégias percorridas, fazendo uma cronologia das acções reivindicativas, descrevendo a linguagem dos protestos, identificando os seus interlocutores principais, conhecendo os obstáculos enfrentados e as forças contra as quais se opuseram, percebendo os impactos das acções de protesto desenvolvidas, etc.

Concluindo, devo dizer que a investigação em Angoche não me proporcionou somente desafios epistemológicos e metodológicos. Foi também uma oportunidade e uma lição de vida, ao mesmo tempo que procurou responder aos desafios que me coloquei no início. Deixa muitas questões em aberto e certamente suscita novas questões e outras possibilidades de análise. Ao contrário de Durkheim (1995), que defendeu que a regra mais importante do método sociológico é considerar os factos sociais como coisas, a experiência de Angoche mostrou-me que os factos são vidas em movimento, sendo o trabalho de investigação apenas uma das formas particulares em que essas vidas se manifestam. Acima de tudo, para mim este trabalho representa a possibilidade real de produção de conhecimento com base na solidariedade.

Capítulo II – RESISTÊNCIAS, LUTAS DE LIBERTAÇÃO E TEORIA PÓS-COLONIAL

Introdução

Boaventura de Sousa Santos sugere que é necessário repensar o passado de forma capacitante para que seja possível voltarmos a pensar a transformação social e a emancipação (2006: 53). De modo diverso, o anúncio do fim da história (Fukuyama, 1992) não só pretende transmitir a ideia de desnecessidade (ou impossibilidade) de imaginar outros futuros, como também ambiciona consagrar um certo passado, em nome do qual se construiu o presente. Tende-se então a apresentar um passado mítico, de exaltação de encontros e hibridismos culturais (nem sempre referidos como coloniais), como faz, por exemplo, Graça (2005: 205), que recupera a matriz do lusotropicalismo para celebrar a brandura do colonialismo português, produto de uma pretensa característica inclusiva da cultura portuguesa, em oposição à inglesa, francesa ou espanhola, alegadamente pouco abertas às culturas estrangeiras.

Esta forma de representação da história, a que Jacques Depelchin (2005) designa «síndrome do descobrimento», reflecte certas práticas de encobrimentos e de não-reconhecimento do «outro». Ao mesmo tempo que reclama a instauração de uma ética da verdade contra os silenciamentos de África na história, Depelchin defende que a imaginação de novas políticas emancipatórias em África deverá estar ancorada na experiência secular de exploração e de resistência dos povos.

Estas são também algumas das linhas por que se orienta a teoria pós-colonial, enquanto um conjunto de correntes críticas contra essencialismos e contra as formas dominantes de concepção do mundo. Não obstante partilharem algumas premissas, as correntes da teoria pós-colonial não são homogéneas, comportam uma enorme diversidade epistémica. Como diz Costa (2005), delimitar o campo teórico preciso no

qual se inserem os estudos pós-coloniais não é fácil e eventualmente não é uma tarefa concretizável.

Longe de pretender fazer uma genealogia da teoria pós-colonial ou uma cartografia dos campos epistemológicos onde se situa, neste capítulo procuro destacar alguns dos debates em torno da questão sobre os lugares que nela ocupam a história, a economia política e as lutas dos oprimidos. Ainda que esteja em voga uma certa tendência «culturalista» nos estudos pós-coloniais, estes não poderão ser dissociados das lutas epistemológicas e políticas encetadas em todo o mundo, contra as várias formas de opressão. Na medida em que dá primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na compreensão do mundo contemporâneo (Santos, 2006: 28), a teoria pós-colonial terá uma especial relação de intimidade com as teorias e práticas que se desenvolvem no âmbito da luta epistemológica e política contra a hierarquização do mundo e da vida. Entre estas, destaco as ideologias de libertação em África e as teorias do sistema-mundo e da dependência.

Ter como referência estas perspectivas teóricas visa não só reconhecer os legados que as mesmas têm transmitido à teoria pós-colonial, como também mostrar que continuam a ser ferramentas válidas para a compreensão do mundo contemporâneo, até porque persistem as práticas contra as quais se opuseram. Com Depelchin, entendo que este passado de sofrimento e de luta pode ensinar-nos a construir novos mundos de esperança. Reconhecê-lo será também uma forma de dar chão a todas as lutas contra a dominação. Como questionava Albert Camus, para que há-de alguém revoltar-se se não existe nada de permanente a preservar?

2.1 Colonialismos e as malhas da (in)dependência

2.1.1 Colonialismos em África: a construção da dependência

A análise das dinâmicas de desenvolvimento de Moçambique pressupõe perceber os processos históricos de incorporação do país no sistema mundial capitalista, a partir da experiência colonial. Tendo presente que os estados não se desenvolvem e não podem ser compreendidos senão integrados no âmbito da evolução de um sistema que assenta numa divisão de trabalho à escala mundial – e que pressupõe não apenas uma hierarquização ocupacional, como também dos benefícios do trabalho (Wallerstein, 1990; 1993; 1994) – percebemos que não se pode descuidar a importância do colonialismo enquanto sistema de construção das malhas da dependência de Moçambique.

Como construção que pretende explicar as causas do subdesenvolvimento das nações, a teoria da dependência também forneceu instrumentos para a compreensão da realidade do continente africano, sendo que, igualmente neste caso, as abordagens procuraram dar conta da situação política e social que se prolongou até finais do Século XX: o colonialismo. Cinco séculos de presença colonial são o tempo eterno que transforma a questão colonial numa realidade política incontornável em África. Incontornável no sentido de que, ao mobilizar a articulação de uma rede complexa de instrumentos de dominação, o colonialismo (des)estruturou decisivamente as sociedades africanas (territórios, populações, organizações, economias, políticas, culturas, subjectivações, etc.).

Como afirma Walter Rodney, o que normalmente chamamos «comércio internacional» não passa da extensão além-mar dos interesses europeus, nascendo, da integração dos territórios africanos no comércio internacional, os conceitos de metrópole e de dependência. Os territórios africanos tornaram-se, portanto, dependentes

em função do que a Europa se dispôs a comprar e a vender em benefício próprio (Rodney, 1982: 76-77). Isto equivale a dizer que na divisão internacional do trabalho os países colonizados foram-se especializando em determinadas funções ao longo do «ciclo colonial» (Fortuna, 1993: 31-36), ao sabor das exigências de desenvolvimento capitalista. Essas funções passaram invariavelmente pelo abastecimento das metrópoles em força de trabalho, matérias-primas, recursos minerais, etc., e pelo fornecimento de serviços e de mercados para o consumo dos produtos destinados ao mercado internacional.

O fornecimento de mão-de-obra escrava ou barata constituiu a coluna vertebral da «estagnação tecnológica e da distorção da economia africana» (Rodney, 1982), sendo um dos responsáveis primários do subdesenvolvimento de África. A migração coerciva afectou não apenas a esfera produtiva e as articulações económicas, mas também as dinâmicas e expectativas locais em relação ao futuro. Como todas as outras actividades, a economia da escravatura funcionou a reboque do desenvolvimento do comércio internacional, umas vezes desencorajada (como, por exemplo, quando no Século XVII Portugal e Alemanha a consideraram incompatível com o comércio do ouro que se desenvolvia na Costa do Ouro); noutras vezes defendida e incrementada, como quando a descoberta de ouro no Brasil tornou menos importante a exploração aurífera em África (Rodney, 1982: 95-113).

Mais do que exibir o seu poder de desestruturação, o colonialismo significou uma negação da humanidade aos povos colonizados, em relação aos quais o uso da violência se tornou uma componente hostil das relações. Como explica Achille Mbembe, trata-se aqui da articulação entre tipos de violência, sem as quais não se pode compreender a dimensão da violência colonial no seu conjunto: uma violência fundacional que originou o direito de conquista e todas as prerrogativas que daí resultaram; uma

violência com vista a legitimar ou a justificar a própria conquista, transformando a violência fundacional numa violência autorizada; e finalmente uma violência quotidiana que cumpre uma função de ratificação e reiteração das relações coloniais. De acordo com Mbembe, o poder colonial manifesta-se na combinação das três formas de violência, que, no seu conjunto, expressam tanto a autoridade do Estado como a moral colonial. Enquanto um veículo da autoridade colonial e da moralização da sociedade, a violência elimina o juízo ético e moral sobre os meios e os fins da sua aplicação, e desconhece as fronteiras entre o justo e o injusto, o legal e o ilegal (Mbembe, 2000: 6-7).

As sociedades colonizadas estavam, pois, submetidas a meios económicos e extra-económicos de exploração da mão-de-obra, encontrando-se aqui um dos fundamentos mais importantes da «troca desigual» (Amin, 1974). Evitando entrar na discussão sobre a extensão e intensidade do comércio de escravos em África, sobre o envolvimento e resistência das comunidades locais ou sobre a avaliação contabilística da economia escravocrata,⁷ pretendo apenas realçar que a economia colonial estava estreitamente vinculada à disponibilidade de mão-de-obra (escrava ou não), sujeita às necessidades e aos caprichos da acumulação capitalista.

Esta relação íntima entre o capital e o trabalho conduziu a que muitas das energias produtivas e de organização político-social fossem orientadas essencialmente para a necessidade de assegurar o controlo da força de trabalho. A concretização deste objectivo levou à implantação de uma estrutura administrativa eficiente que, perante a impossibilidade de controlo directo de todas extensões territoriais por parte do Estado, exigiu uma articulação criativa com as estruturas políticas e administrativas locais,

⁷ Sobre estes assuntos, ver, por exemplo, Bairoch (2001); Capela (1993; 2002); (M'Bokolo, 2003: 385-414); Rodney (1982); Zimba, Alpers e Isaacman (2005).

fundamentalmente, com as chamadas autoridades tradicionais.⁸ Pois, se o poder é também uma construção local, não se pode conceber o sistema colonial-capitalista como produto de uma lógica interna abstracta e fechada sobre si própria, que não interage com outras esferas sociais, nomeadamente o Estado, o espaço doméstico, etc. O colonialismo antes adapta-se, parasita e corrompe os modos de produção e de organização social já existentes (Mitchell, 2002: 209-271).

Esta capacidade parasitária do colonialismo (e também dos estados pós-coloniais) manifesta-se com particular relevância no relacionamento entre o Estado e as autoridades tradicionais.⁹ Na maior parte dos casos, essa relação significou cooptar, reconstruir, subverter, ou redimensionar as lógicas internas de distribuição do poder e de funcionamento das sociedades locais em função dos objectivos económicos e políticos coloniais.

Normalmente, identificam-se pelo menos duas formas de organização político-administrativa colonial que corresponderiam a duas formas de relacionamento institucional entre colonizadores e colonizados, ou seja, a dois modos distintos de responder à «questão indígena» e, conseqüentemente, ao problema do controlo da força

⁸ Tenho presente que as expressões «autoridade/chefe tradicional», «autoridade gentílica», «régulo» e o entendimento que normalmente destes se faz são construções do Estado colonial, algumas das quais reproduzidas acriticamente pelos governos saídos das independências nacionais. Ainda que reconheçamos que os conceitos encerram determinada carga ideológica, utilizo os termos «chefe tradicional» ou «autoridade tradicional» considerando, no entanto, que se trata de sujeitos políticos dinâmicos, em contínua transformação e que assumem características heterogéneas, em função dos contextos em que se inserem e das diferentes fontes de legitimidade de que deriva o seu poder. Sobre as autoridades tradicionais em Moçambique, ver, por exemplo, Gentili (1999), Mamdani (1996), Mbilana (1997), Harrison (2002), Meneses *et. al.* (2003), Meneses (2005), Santos e Trindade (2003a; 2006).

⁹ Sobre a relação entre o Estado moçambicano e as autoridades tradicionais, ver Capítulo III.

do trabalho: um implementado pela França (*assimilation*) e Portugal (*indigenato*); e outra, que vigorou nas colónias inglesas (*indirect rule*).¹⁰

O *indirect rule*, introduzido primeiro no Norte da Nigéria por Frederick Lugard¹¹ e que se desenvolveu para o resto do continente africano após a I Guerra Mundial, consistiu na edificação de duas estruturas político-administrativas separadas (mas articuladas para fins económicos), que correspondiam a estatutos jurídicos diferentes: um para os «cidadãos», colonizadores, sujeitos ao direito estatal; e outro para os «nativos», colonizados, sob o domínio das *native authorities*, sujeitos ao *customary law* (aplicado sobretudo às relações não mercantis relacionadas com a terra, a família e a comunidade).

Por seu turno, os colonialismos português e francês, erigidos sob o mito da missão civilizadora, orientavam-se pela ideia de um certo evolucionismo social e cultural, um processo civilizacional de assimilação da cultura europeia, através do qual os indígenas se transformariam em cidadãos.

Os resultados políticos e económicos dos dois sistemas de administração colonial são, no entanto, semelhantes, tendo as autoridades tradicionais sido concebidas como uma extensão do poder colonial, e exercendo funções de controlo social como o recrutamento de mão-de-obra, a cobrança de impostos, a gestão de terras comunitárias e a manutenção da ordem social através da resolução de conflitos.

¹⁰ A política francesa de assimilação posteriormente deu lugar à *association* que, na prática, traduziu-se numa política semelhante ao *indirect rule*. A vigência de cada um dos modos de governação foi central para a reconfiguração das autoridades tradicionais e condicionou o debate sobre a sua natureza e o papel que cumprem nas sociedades pós-coloniais. Esta questão é desenvolvida, por exemplo, em Gentili (1999), Mamdani (1996) e Santos e Trindade (2003), onde os autores mostram a diversidade da intervenção colonial dentro de cada sistema de governo e também de cada colónia.

¹¹ Segundo Gentili (1999: 213), Frederick Lugard inspirou-se no califato de Sokoto, Estado teocrático do Norte da Nigéria, que tinha uma organização administrativa articulada, gerida por emires que chefiavam as várias províncias.

Apesar de mobilizar muita energia retórica, a missão civilizadora não passou de uma hipocrisia colonial que legitimou uma construção binária do mundo: de um lado os colonizadores e do outro lado os colonizados, ainda que cada um dos grupos não fosse homogêneo e comportassem estratificações e clivagens internas. Como escrevia Fanon:

O mundo colonizado é um mundo compartimentado. É sem dúvida desnecessário, a nível da descrição, recordar a existência de bairros indígenas e bairros europeias, de escolas para indígenas e escolas para europeus, tal como é desnecessários recordar o apartheid na África do Sul. No entanto, se penetramos na intimidade dessa compartimentação, teremos pelo menos a vantagem de pôr em evidência algumas das linhas de força que ela comporta (1975: 29).

Segundo Mamdani, esta construção bifurcada do Estado colonial originou situações de «despotismo descentralizado», uma vez que autorizou a actuação autoritária e arbitrária das autoridades tradicionais, reconstruídas na base de uma identidade tribal, ela própria também produto de artificialismos coloniais (Mamdani, 1996: 35-179).

O Estado colonial tenta, assim, adoptar os mecanismos semelhantes aos da «sociedade disciplinar» nos termos analisados por Foucault, procurando responder a três objectivos: tornar o exercício do poder o menos custoso possível, tanto economicamente como politicamente (neste caso, desencorajando as resistências); fazer com que os efeitos desse poder sejam tão alargados e intensos quanto possível; e ligar o crescimento do poder à eficácia dos instrumentos no interior dos quais se exerce o poder, de modo a fazer crescer a docilidade e a utilidade de todos os elementos do sistema (Foucault, 1977: 179-180). Segundo Bayart (2000: 246-247), para alcançar o terceiro objectivo assumiriam particular importância o que Max Weber designou «instituições sociais», ou seja, todas as instituições (escolas, igreja, hospitais, mercados, etc.) que medeiam as

relações colonizador/colonizado e que, ao serem produtoras de modos de vida e de subjectivações, contribuem para a «naturalização» da dominação.

Mas a formulação de Bayart vai muito além da simples constatação de que a reprodução da dominação depende da eficácia dos instrumentos que a tornem legítima ou justificada aos olhos de quem se sujeita e nela fundamenta a sua própria vida. Bayart afirma que através das «instituições sociais» muitos africanos aderiram ao «estilo de vida» proporcionado pelo colonialismo e que, em última análise, é isso que explica que a ocupação europeia se prolongasse por muito tempo (2000: 248).

Bayart reivindica, deste modo, uma posição supostamente divergente dos seguidores da teoria da dependência (como por exemplo, Samir Amin, Walter Rodney, Basil Davidson), propondo-se mostrar que os africanos têm sido agentes activos de construção da sua própria dependência. Segundo Bayart, a experiência colonial proporcionou experiências bastante diversificadas e complexas, não se reduzindo ao antagonismo radical entre colonizadores e colonizados, como sustentam os críticos do imperialismo. As relações de dependência, afirma, resultam de uma articulação entre um processo lento, gradual e muitas vezes imperceptível, de alianças. Assim, os poderes locais e outros actores políticos, não sendo simplesmente objectos do colonialismo, recorrem ao que o autor designa por «estratégias de extroversão», isto é, estratégias de colaboração com o colonialismo europeu que transformam os constrangimentos externos em instrumentos de reforço do poder dos africanos (Bayart, 1993; 2000).

Bayart vai mais longe, ao afirmar que não sendo singular a inserção de África no sistema mundial, ela deve ser «cientificamente» desdramatizada, uma vez que, por um lado, as desigualdades sociais sempre existiram ao longo dos tempos e, por outro lado, tem sido recorrente o recurso à estratégias de extroversão na história do continente (1993: 21-31). Mais, as trajectórias de extroversão explicariam tanto as lutas políticas (e

as guerras) em África, como a crise de legitimidade que os Estados contemporâneos enfrentam, uma vez que o drama de muitos desses estados é ter que governar o povo, quando preferiam concentrar-se na extracção de petróleo e diamantes (Bayart, 2000: 235-237). Daqui a afirmar, como faz John Thornton,¹² que a participação de África no comércio de escravos foi voluntária é um passo.

Ainda que menos radical, a posição de Chabal e Daloz é semelhante no que respeita ao relacionamento das elites africanas em relação ao colonialismo e, no contexto pós-colonial, em relação aos programas de reajustamento estrutural. Os autores afirmam que a dependência deve ser simultaneamente entendida como constrangimento, porque impõe condições económicas e políticas na governação; e como recurso, porque tem sido instrumentalizada a favor das elites que nunca pensaram o futuro de África fora dos quadros da dependência (Chabal e Daloz, 1999: 110-119).

A análise das relações de poder no continente africano tem, pois, suscitado um debate semelhante ao que se desenvolveu na América Latina em torno da teoria da dependência, nomeadamente, no que respeita à importância dos factores externos e internos para a explicação da situação de dependência. A necessidade de recorrer a «estratégias de extroversão» ou de «instrumentalizar» as imposições externas para sobreviver económica e politicamente é corolário da posição subordinada das elites africanas. Efectivamente, estas são dependentes porque são colonizadas e não o contrário. Sem dúvida que, em muitos casos, a presença colonial e o tipo de alianças que o colonialismo proporcionou foi importante para a consolidação ou recomposição dos poderes locais. No entanto, este posicionamento das elites locais só era possível na medida em que beneficiava o colonialismo.

¹² *Apud* Mamdani (1996: 10); Depelchin (2005: 94).

Mas essa é apenas uma parte da história. Pois, se, por exemplo, é verdade que a actuação do poder tradicional em África tornou-se mais problemática (ou quase impossível) quando não sancionada pelo Estado colonial, não é menos verdade que é no âmbito da luta pela preservação do seu poder, da identidade cultural e política em que actua, que se pode interpretar a sobrevivência das autoridades tradicionais. Adaptando-se, colaborando, manipulando, reciclando-se, exercendo o «poder na sombra», etc., as autoridades tradicionais conservam ou reforçam o poder e recriam a sua legitimidade. Numa palavra, as autoridades tradicionais afirmam-se como autoridades ardilosas, astutas, como actores políticos que interpretam as contingências do exercício do poder e que se posicionam em função da correlação de forças em que estão envolvidos.

O *ardiloso* resulta do conceito de «Estado ardiloso» proposto por Shalini Randeria (2004) para caracterizar os estados semiperiféricos que, segundo a autora, estão em condições de articular a sua posição de relativa fraqueza, quer para justificar a aplicação selectiva ou tardia das imposições das instituições internacionais, quer para justificar a não protecção dos cidadãos, alegando incapacidade de resistir a pressões externas. Entendo que essa capacidade ardilosa pode resultar de qualquer relação de poder, independentemente do lugar que os sujeitos ocupam na constelação de poder em que se inserem. Considero, por isso, que tanto para as autoridades tradicionais, como para as elites urbanas e para os líderes governamentais, só uma análise contextualizada das diferentes situações de confronto nos levaria a perceber se a resignação, adaptação ou, se preferirmos, estratégias de extroversão ou de instrumentalização, não encobrem, de facto, um acto de resistência em relação ao poder que os subjuga.¹³ Mas isto não invalida que as mesmas elites, por sua vez, exerçam poder sobre outras pessoas, classes ou grupos que lhes estão subordinados. O que Bayart, Chabal e Daloz não dizem é que a

¹³ Para maiores desenvolvimentos sobre esta questão, ver José (2005).

cadeia de dominação vai para além da relação entre o poder colonial/capitalista e as elites africanas. A maior parte dos cidadãos de África e do mundo não tem qualquer interesse em viver nos quadros da dependência, nem sequer tem possibilidades de «instrumentalizar» poderes hegemónicos. Perante a iminência da morte, não lhes resta outra alternativa senão resistir. A história colonial, do capitalismo e de outras formas de poder é, pois, também produto dessa relação dialéctica entre dominação e resistência.

A dominação externa não se efectiva sem a articulação com as componentes de dominação internas, elas próprias também produtoras de exploração e diferenciação social como, aliás, reconhecem os defensores da teoria da dependência. Mais recentemente, Chakrabarty afirma, na esteira de Ranajit Guha, que para a compreensão da história do poder e da condição dos subalternos, por um lado, devem-se perceber também as outras formas de dominação e de subordinação existentes, para além das articulações entre o colonialismo e o capitalismo. Por outro lado, é preciso ter em conta que o colonialismo e do capitalismo global não têm necessariamente a mesma lógica em todo o mundo, uma vez que coexistem e se articulam, de diferentes maneiras, com as várias formas ou sistemas de dominação e subordinação (Chakrabarty, 2005: 475-476).

2.2 Lutas de libertação e utopias pós-coloniais em África

A segunda metade do Século XX foi marcada pela proliferação de movimentos independentistas em todo o mundo. Naquele período, o movimento internacional favorável às independências tornou-se mais expressivo, quer porque se reivindicava o direito efectivo à autodeterminação dos povos, quer porque as potências coloniais, desgastadas com a crescente crise de legitimidade e com as guerras, passaram a apostar em novas formas de relacionamento entre os estados.

Imediatamente a seguir à II Guerra Mundial, em Outubro de 1945, o V Congresso Pan-Africano, realizado em Manchester, contribuiu significativamente para a maior visibilidade aos movimentos de reivindicação do direito de autodeterminação dos povos. Dez anos mais tarde, como consequência da descolonização dos países do Médio Oriente e do Sudeste Asiático, a Conferência de Bandung, na qual se marcou a posição de neutralidade, do não-alinhamento na guerra fria, por parte dos países recém-independentes, constituiu um catalisador importante para a reivindicação das independências em África. Assim, pela primeira vez se definiam as linhas de demarcação e de ruptura política entre o Norte (imperial, colonial) e o Sul (colonizado).

Os objectivos das lutas pela independência consistiam em destruir tanto a dominação estrangeira como os elementos internos que inviabilizassem as possibilidades de desenvolvimento aut centrado e independente. Comportando uma composição (social, cultural, política e classe) diversificada, e sendo eles próprios uma arena de conflitos sociais e ideológicos, muitos movimentos independentistas, confrontavam-se com a dupla necessidade de combate contra o colonialismo e de construção da unidade interna. Nesta tensão colocavam-se, então, algumas questões incontornáveis e que continuam presentes nos estados pós-coloniais, nomeadamente, a questão de saber qual o conteúdo das independências alcançadas, o tipo de Estado, de democracia e de organização social que se pretende construir, a orientação económica a seguir, a política internacional que se perfilha, os projectos culturais que se perspectivam, etc.

Apesar da diversidade política dos movimentos independentistas, as independências foram encaradas como ameaça ao capitalismo, não sendo indiferente para as potências coloniais a questão de saber que tipo de relações seria possível no futuro estabelecer com os países independentes. Por isso, a oposição das potências

coloniais ao desenvolvimento económico e social das colónias torna-se mais acentuada quando as aspirações populares de libertação nacional se manifestam através de movimentos revolucionários que lutam contra a ordem social e económica dominante. Esses entraves, que assumem formas diversas, passam pela intervenção militar, pelo fomento de formas de «suborno» dos povos das nações subdesenvolvidas, quer através de acções de «ajuda ao desenvolvimento», quer patrocinando regimes autoritários. Nestes casos, as independências políticas dos países em causa não passariam de uma farsa, na medida em que os países continuariam a ser meros apêndices económicos e políticos dos países capitalistas desenvolvidos (Baran, 1977: 62-65).

Com as independências nacionais, apesar da transformação qualitativa no debate sobre o desenvolvimento dos países colonizados, a questão do lugar ocupado pela África sub-sahariana no sistema mundial permaneceu inalterada. Num contexto de bipolarização do mundo entre os blocos socialista e capitalista, África continuou a ser uma área de intervenção e de dominação das potências mundiais através de políticas neocoloniais. Analisando a situação concreta do Gana e de outros países africanos, Kwame Nkrumah (1965) viria a mostrar que apesar de terem conquistado a independência formal, acabaram por cair na sinistra malha do poder neocolonial, de tal modo que as políticas que implementam são ditadas do exterior. Por este motivo, Kwame Nkrumah considera que o neocolonialismo, a última fase do imperialismo, será provavelmente a fase mais perigosa de desenvolvimento do sistema mundial. Já Amílcar Cabral (1976: 190) aconselhara cautelas aos novos estados independentes, frisando que não se pode esquecer que nenhum dos inimigos que estão dispostos a transformar as vitórias de África em derrotas foi real e completamente vencido e

expulso do continente.¹⁴ Hardt e Negri viriam posteriormente a afirmar, e a meu ver com razão, que «o Estado é presente envenenado da libertação nacional» (2004: 155).

A repartição colonial dos territórios africanos, como afirmei no ponto anterior deste capítulo, gerou diferentes sistemas de governação e de administração colonial, dos quais também resultaram realidades pós-coloniais diversificadas, isto é, variados contextos políticos e históricos que convocaram respostas específicas sobre desenvolvimento, democracia, organização social, cultura, etc. No entanto, as independências africanas, no seu conjunto, têm um significado político óbvio, representam a reivindicação de uma historicidade própria e de um lugar digno no mundo. As questões de desenvolvimento continuaram, pois, a dominar o pensamento político africano, tendo uma boa parte dos países da África sub-sahariana optado pela via socialista. Apesar da diversidade ideológica e de práticas (socialismo científico de Nkrumah, Kenneth Kaunda, Modibo Keita ou, mais tarde, de Samora Machel; «via não capitalista» de Sekou Touré; socialismo africano ou *ujamma* de Julius Nyerere; etc.), a opção socialista significava adoptar uma política de modernização do Estado, de desenvolvimento das forças produtivas, de investimento social e de promoção da cultural nacional.

Acabar com as relações neocoloniais em África requeria não apenas a emancipação económica e política dos antigos territórios coloniais em relação às colónias, como também pressupunha uma ruptura dos elos de ligação entre o capitalismo central e os estados independentes. As estratégias políticas daqui resultantes, ao levar a uma tentativa de destruição de todas as estruturas sociais «conservadoras» conotadas com o poder colonial, tornaram particularmente difícil o convívio entre os estados pós-coloniais e as elites rurais e urbanas, sobretudo nos países

¹⁴ Discurso de Amílcar Cabral proferido na III Conferência dos Povos Africanos realizada no Cairo, de 25 a 31 de Março de 1961.

governados por forças revolucionárias. Frantz Fanon fazia o seguinte diagnóstico das primeiras experiências de divórcio entre o Estado moderno e as tradições africanas:

[...] da capital vão cair em pára-quedas, nas aldeias, dirigentes desconhecidos ou demasiado jovens que, investidos pela autoridade central, pretendem dirigir o aduar ou a aldeia como célula de empresa. Os chefes tradicionais são ignorados, algumas vezes maltratados. Os fazedores da história da nação futura espezinham, com singular desenvoltura, as pequenas histórias locais, isto é, a única actualidade nacional, quando seria necessário inserir harmoniosamente a história da aldeia, a história dos conflitos tradicionais dos clãs e das tribos na acção decisiva a que se chama o povo. Os velhos, rodeados de respeito nas sociedades tradicionais e geralmente revestidos de uma indiscutível autoridade moral, são publicamente ridicularizados (1975: 106-107).

Este tipo de práticas repetiu-se em muitos países africanos, confrontados com a necessidade de modernização do Estado e de construção de uma nação que, ao contrário do que aconteceu na época colonial, não assentasse numa base racial, étnica ou tribal. Ainda que nalguns casos, como na Tanzânia, se apelasse ao retorno às origens africanas, ao colectivismo «natural» das sociedades africanas (Nyerere, 1967; 1967a), foi à luz das políticas de modernização que se perspectivou a construção socialista. A *ujamaa* defendida por Nyerere traduziu-se, na prática, na aplicação de políticas de modernização, definidas de cima para baixo, e que colidiram violentamente com os modos de vida tradicionais. O modelo tanzaniano, particularmente no que respeita aos projectos de colectivização compulsiva das zonas rurais, serviu de inspiração para as políticas de desenvolvimento rural aplicadas durante a experiência socialista de Moçambique.¹⁵

¹⁵ Esta questão é desenvolvida no capítulo seguinte.

Segundo James C. Scott (1998), estas experiências de modernização são produto de uma simplificação da sociedade, com vista a torná-la legível e susceptível de intervenção por parte do Estado. Assim, os projectos de modernização, articulando-se de forma sinistra com a ordenação administrativa da sociedade e com o autoritarismo de Estado, possibilitam que este último planifique a vida humana, de modo a que as sociedades percorram uma linha de progresso linear. Ao privilegiarem determinadas formas de organização social condizentes com os interesses oficiais do Estado, os projectos de modernização propõem-se a concretizar o objectivo utópico de transformação da vivência das pessoas, da sua conduta moral e das cosmovisões presentes, empenhando-se, assim, na uniformização dos códigos, das identidades, das regras, etc. Estas uniformizações acabam pondo em causa as fronteiras das formações políticas tradicionais. É exactamente por este motivo, conclui Scott, que esses projectos, ainda que bem intencionados, falham nos objectivos de melhorar as condições de vida humana. Ainda segundo Scott, o facto de existir uma sociedade civil frágil, incapaz de resistir aos planos de simplificação e modernização da sociedade, torna o terreno fértil para a intervenção do Estado. A ideologia modernista estimula um desejo, ao mesmo tempo em que o Estado moderno providencia os meios para que esse desejo seja cumprido; e a sociedade civil, por ser frágil, proporciona o melhor terreno para a construção dessas utopias (Scott, 1998: 3-6; 77-78; 87-90; 93-95).

O drama dos estados pós-coloniais reside, pois, no facto de muitos deles, não obstante os relativos sucessos das políticas de redistribuição, participação popular e de acesso aos serviços e bens públicos, terem acabado por reproduzir algumas das práticas coloniais, implantando estruturas de dominação interna, em nome do progresso ou da unidade nacional. Ainda que não houvesse coincidência absoluta entre a prática e os discursos, a verdade é que o discurso da unidade nacional motivou várias tentativas de

homogeneização e estimulou a intolerância contra a reivindicação de historicidades locais, diversas das que eram projectadas pelo Estado.

A luta contra o tribalismo e a luta de classes foram também assumidas como um instrumento importante de purificação ideológica dos movimentos revolucionários e de transformação das sociedades pós-coloniais. Se nalguns casos se entendia que apenas o campesinato era a única força revolucionária por excelência, uma força dotada de uma natural espontaneidade revolucionária (Fanon, 1975), noutros casos, como o de Amílcar Cabral, afirmava-se que a pequena-burguesia era o único «sector social» com papel de formação ideológica dos demais e com capacidade para dirigir o aparelho de Estado herdado do colonialismo. No entanto, Cabral partilha do mesmo cepticismo de Fanon em relação à pequena-burguesia (constituída principalmente por intelectuais), supostamente porque esta teria uma tendência natural para promover situações de neocolonialismo, de modo a salvaguardar os seus interesses particulares. Cabral propõe, como condição para alcançar os objectivos da independência, que a pequena burguesia reforce a sua consciência revolucionária, suicidando-se como classe e ressuscitando como trabalhadora revolucionária (1976a: 104-105).¹⁶

As tensões entre a construção de um projecto nacional (inclusivo, independente, centralizado) e os interesses da burguesia e o exercício de poder autárquico (através das instituições tradicionais ou de outras formas de poder) manifestaram-se e produziram resultados diferenciados em função dos contextos. A história mostra, no entanto, que nem as autoridades e comunidades tradicionais foram completamente destruídas, nem as sociedades africanas se «desetnicizaram», e muito menos a burguesia se deixou cair num suicídio de classe. Para além de não faltarem exemplos de exaltação de identidades étnicas e do protagonismo político das autoridades tradicionais nas sociedades pós-

¹⁶ Intervenções de Amílcar Cabral no seminário organizado pelo Centro Frantz Fanon de Milão, de 1 a 3 de Maio de 1964.

coloniais, as independências também proporcionaram a formação, reconstituição e consolidação das classes sociais. Em muitos casos, a participação na gestão do aparelho burocrático e empresarial do Estado traduziu-se numa oportunidade privilegiada de acumulação de capital e de ascensão social. Por isso, à semelhança do que aconteceu durante as lutas de libertação, a história dos estados pós-coloniais africanos é marcada por uma intensa luta política na qual se intersectam componentes internas e externas.

Mesmo os estados pós-coloniais que seguiram a via revolucionária comportaram fissuras para a composição de novos burgueses, deitando por terra os sonhos da igualdade social e tornando estéreis os discursos sobre o combate à corrupção e ao capitalismo. A morte da utopia socialista em África foi consumada com a introdução de programas de reajustamento estrutural preconizados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, como uma das consequências mais visíveis da crise económica mundial dos anos 70. A debilidade económica e os desequilíbrios sociais herdados da administração colonial, a dependência de capitais estrangeiros, a dívida externa, as pressões políticas e sociais internas, a fome e a guerra, são algumas das realidades que se cruzam, que servem de pano de fundo do drama africano e que tornam os países mais vulneráveis perante as seduções do capitalismo.

Os programas de reajustamento estrutural, enquanto instrumento da globalização neoliberal, obedecem ao mesmo leque de medidas aplicadas noutros países africanos, no âmbito da chamada transição democrática, nomeadamente, austeridade orçamental, privatizações e liberalização dos mercados: os três pilares do Consenso de Washington (Stiglitz, 2002: 93). No plano político, implicou a introdução de democracias liberais e a adopção de um programa articulado de reforma do Estado (reforma administrativa, fiscal e judiciária).

De modo semelhante ao período colonial, as medidas políticas e administrativas visam tornar exequíveis e rentáveis os interesses do capitalismo central. As democracias liberais funcionarão nos limites estritamente necessários para legitimar o poder político, principal interlocutor do capitalismo central. Os níveis baixos de participação e as fraudes eleitorais estarão fora das preocupações políticas, desde que o sistema seja funcional. Os programas de descentralização e desconcentração serão a componente obrigatória da reforma administrativa, não se traduzindo, contudo, numa maior participação política dos cidadãos. A reforma do judiciário situa-se num processo mais abrangente de institucionalização do direito como um dos principais instrumentos da globalização neoliberal, e exige a adopção de um novo enquadramento jurídico de desenvolvimento que incorpore as trocas comerciais, os movimentos financeiros e o investimento (Santos, 2003; 2000a). Os países africanos mergulharam, assim, em novos condicionalismos, sujeitos à disciplina e ao controlo do capitalismo.

De acordo com Timothy Mitchel (2002: 221; 231-232), um dos problemas das políticas de desenvolvimento neoliberais reside no facto de prescreverem a mesma receita para quase todos os países, independentemente das respectivas diferenças históricas e sociais. Por exemplo, numa tentativa de replicar algumas das experiências do sudeste asiático, o FMI e o USAID¹⁷ defenderam no Egipto o aumento das exportações de vegetais, de produtos têxteis e de outros produtos manufacturados para os mercados europeus e do Golfo, alegadamente para arrecadar maiores rendimentos para a amortização da dívida externa. Contudo, ao contrário do que aconteceu na Coreia do Sul, o Egipto não beneficiou de uma condição política que permitisse que os camponeses e a maioria da população rural tirasse proveito das exportações: a reforma agrária. Antes, a USAID recusou-se a apoiar uma proposta de reforma agrária

¹⁷ Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional.

independente e forçou a introdução de um programa de mercado livre de terras nas zonas rurais que contribuiu para a concentração de terras em poucas pessoas.

Como diz Boaventura de Sousa Santos (2005), esta visão tecnocrata do mundo, aparentemente despolitizada, é um instrumento forte da governação neoliberal, uma prática política que silencia tanto os excluídos, como os conceitos por que se orientam as lutas políticas e epistemológicas, nomeadamente os conceitos de transformação social, participação social, contrato social, justiça social, relações de poder, etc.

A extensão e a intensidade do impacto dos programas de reajustamento estrutural não são os mesmos em todos os países africanos, do mesmo modo que o colonialismo não produziu os mesmos resultados em todas as sociedades. Pode, no entanto, afirmar-se que o balanço do neoliberalismo é negativo (Abrahamsson e Nilsson, 1995; Mkandawire e Olukoshi, 1995; Zeleza, 1997; Nugent, 2004; Sachs, 2005; Saul, 2005).

Como refere Achille Mbembe, a coerência das sociedades africanas e a suas capacidades de autodeterminação são condicionadas por dois tipos de problemas: por um lado, os perigos de dissolução interna; e, por outro lado, as pressões externas resultantes sobretudo da dívida externa e dos programas de reajustamento estrutural que lhe estão associados. Em quase todo o continente, afirma Mbembe, o Estado perdeu a capacidade financeira, e o poder de regulação e de administração da coisa pública. Entendidos como estados falhados enquanto agentes produtivos, os estados africanos são obrigados a abdicar das suas funções tradicionais, em nome da liberdade de actuação das forças do mercado e da maximização dos ganhos económicos. Na prática, este entendimento das coisas significa, entre outros aspectos, privatização dos bens e serviços públicos, reforma da política cambial e das finanças públicas, transferência do capital público para as mãos de privados, etc. Ainda segundo Mbembe, esta política

criou condições para a «privatização da soberania» dos países africanos e para o surgimento de novas formas de dominação no continente, isto é, formas de «governo indirecto privado». Isto porque a luta pela privatização da soberania do Estado geralmente se sobrepõe à luta pela privatização dos meios de coacção que permitem assegurar vantagens nos conflitos resultantes da apropriação dos recursos do Estado (Mbembe, 2001: 77-89).

Em Moçambique, o caso da indústria do caju é paradigmático dessa intervenção sinistra da governação neoliberal. Por imposição do Banco Mundial, com fundamento na velha fórmula ricardiana das vantagens comparativas, Moçambique liberalizou o mercado do caju, permitindo a exportação de castanha em bruto sem restrições. Alegadamente, esta medida proporcionaria maiores lucros aos camponeses e permitiria ao Estado a recolha de maiores receitas para o financiamento do Orçamento e para a amortização da dívida externa (Hilmarsson, 1995). Tiraram proveito desta política os industriais ocidentais que operam na Índia e a burguesia comerciante de moçambicana, com custos económicos e sociais elevadíssimos para Moçambique. As privatizações e a liberalização dos mercados agravou as tensões e clivagens, não apenas entre trabalhadores e empregadores, mas também entre os sectores agrícola, comercial e industrial. Primeiro, com a crise dos industriais que não estavam em condições de concorrer com os importadores indianos, cerca de 10 mil trabalhadores perderam os postos de trabalho. Em segundo lugar, os camponeses sujeitaram-se ao poder de intermediários e comerciantes (formais e informais), não obtendo ganhos acrescidos, ao contrário do que supunha o Banco Mundial. Mas cruza-se, no caso do caju, outra realidade que contribuiu para a periferização do sector industrial e para o acolhimento da política do Banco Mundial: os espinhos da experiência socialista de Moçambique e os espaços de recomposição da burguesia nacional.

A luta pelo controlo dos recursos no contexto da globalização neoliberal acentuou a polarização entre centros e periferias do sistema mundial, criando e reproduzindo novas desigualdades, novas zonas e sectores sociais de pobreza extrema e de exclusão social. Simultaneamente, a globalização neoliberal abre espaços para o florescimento da burguesia local que está em condições de beneficiar das políticas de privatização e de liberalização da economia. Cumpre-se, assim, o círculo vicioso da articulação transescalar e transtemporal da dominação e da dependência.

2.3 Legados de luta e teoria pós-colonial

A desilusão em relação aos projectos socialistas traduziu-se numa certa crise de imaginação de novos projectos políticos emancipatórios, quando não num pretenso apagamento ideológico. O anunciado fim da história (Fukuyama, 1992) e, alegadamente, das ideologias reflectiu-se na forma como a teoria pós-colonial se reciclou, passando a centrar-se na formulação de um novo discurso sobre as construções e dinâmicas culturais nos contextos coloniais e pós-coloniais.

Segundo Arif Dirlik (1999), «pós-colonialismo» tem sido uma expressão conveniente para acomodar um leque amplo de questões que nos surgem com a reconfiguração contemporânea do mundo, esquecendo-se de que a crítica pós-colonial funda-se nas ideologias de libertação nacional que visam a independência em relação ao passado colonial e ao presente neocolonial. Dirlik afirma que os trabalhos dos autores como Edward Said, Gayatri Spivak e Stuart Hall, que normalmente são considerados os precursores da teoria pós-colonial, estão marcados pelas ideologias de libertação nacional, ainda que estes autores articulem novos discursos sobre cultura, etnicidade e raça que neguem aquelas origens. O divórcio entre crítica pós-colonial contemporânea e a revolução, continua Dirlik, reflecte-se no abandono de dois conceitos que foram

fundamentais no discurso revolucionário: classe e nação. Os movimentos de libertação sempre assumiram a revolução social como um pré-requisito para a independência, sendo, por isso, necessário quebrar as cumplicidades entre as classes «feudais» e «burguesas» nacionais e o imperialismo. Dirlík esclarece, contudo, que o que está em causa não serão propriamente as concepções teóricas pós-coloniais, mas o facto de o tipo de abordagem dominante proporcionar a apropriação e a negação das preocupações revolucionárias, sendo estas substituídas por um «consenso anti-revolucionário». Reclama, por isso, uma teoria pós-colonial que resgate para a história o que foi suprimido pelo colonialismo, a história das revoluções, para que seja possível imaginar um mundo diferente (Dirlík, 1999).

É justamente a propósito da relação entre a teoria pós-colonial e a história que Stephanie Newell aponta fragilidades, por exemplo, ao *post-colonial transformation* de Bill Ashcroft. Segundo Newell, ao afirmar que o pós-colonial se deve desligar da tediosa e persistente ligação com a história, deixando, por isso, de reflectir sobre as consequências do colonialismo, Ashcroft acaba por adoptar uma concepção de pós-colonialismo muito pouco clara. Não se percebe, concretiza Newell, se Ashcroft quererá simplesmente analisar as subjectividades humanas, relegando para plano secundário os contextos históricos em que elas se produzem; ou se pretenderá afirmar que os colonizados serão sempre «pós-coloniais» porque eventualmente nunca terão sido completamente colonizados. Newell conclui, na linha de Dirlík, que Ashcroft menospreza a relevância de questões como género, geração, classes sociais, etnicidade, língua (que não seja a inglesa) e centra-se na ideia de que as sociedades pós-coloniais se apropriam da cultura «global» – sendo indiferente que esta seja fruto do sensacionalismo de Hollywood ou de outro tipo de produção capitalista – transformam-

na e geram novos sentidos que sirvam os seus próprios interesses (Newell, 2001: 752-753).

Noutro lugar, Dirlik leva mais longe os argumentos contra a crítica pós-colonial contemporânea, ao afirmar que, independentemente das virtudes que encerre, o pós-colonialismo dominante é um discurso de elite, uma expressão das tensões culturais no seio da elite; e que os antigos colonos (seguidores da teoria pós-colonial, portanto) não têm qualquer interesse em criticar o sistema em que estão integrados, mas apenas reivindicar uma nova forma de poder (2002: 439).

Mas Dirlik também afirma que, ao sobrepor «os encontros coloniais», os encontros de culturas, aos contextos históricos em que aqueles se produzem, a crítica pós-colonial transita das divergências entre colonizador e colonizado, para enfatizar as condições de contacto, onde o dominado e o dominador se encontram, zonas de hibridização, de mútua apropriação e, particularmente, de resistência quotidiana do colonizado. Entende, contudo, que ainda que esta concepção contribua para dar voz às vítimas do colonialismo, esse processo de libertação dos silenciados acaba por ofuscar a dimensão do colonialismo, visto a partir das vítimas. Isto porque – Dirlik volta ao argumento da origem social dos autores – há que tomar em conta que muitos dos grupos que, em virtude das cumplicidades com o colonialismo, foram anteriormente considerados obstáculos da unidade nacional, aparecem no discurso pós-colonial como produto do encontro de culturas (2002: 433-434).

Crítica semelhante à que é formulada por Dirlik, vem de Walter Mignolo que propõe a construção de um pensamento descolonial, a partir da ferida colonial dos povos colonizados, isto é, a partir das experiências de dominação colonial e de resistência. Mignolo pretende distinguir o pensamento descolonial da teoria pós-colonial, ao afirmar que esta última é ainda um discurso de elite cuja génese

supostamente se encontra mais no pós-estruturalismo francês e nas experiências das elites das antigas colónias inglesas, do que na densa história de luta contra a matriz do colonialismo e da colonialidade do poder. O pensamento *descolonial* é, assim, um pensamento que nasce de uma rede pluriversal (e não universal) de experiências, no qual cada membro dessa rede (pessoas, organizações, movimentos sociais, instituições, etc.) é um ponto de partida e de abertura que (re)introduz línguas, memórias, economias, organizações sociais e subjectividades múltiplas (Mignolo, 2005).

Hardt e Negri seguem uma linha de pensamento que não se afasta muito de Dirlik, considerando que os teóricos do pós-colonialismo que defendem uma «política da diferença, de fluidez e de hibridização, contestando as oposições binárias e o essencialismo da soberania moderna, se deixaram ultrapassar pelas novas estratégias do poder» (2004: 160). Segundo esta perspectiva, o que faltaria para uma completa compreensão do mundo contemporâneo seria, portanto, o reconhecimento da existência de novas formas de exercício do poder, isto é, da existência do Império, concebido como uma realidade diferente do imperialismo. Para Hardt e Negri, o conceito de Império pretende caracterizar o sujeito político que efectivamente regula as trocas comerciais no mundo actual; um aparelho descentralizado e desterritorializante de governo, em permanente expansão, que funciona a todos os níveis da ordem social e penetra as regiões mais profundas do mundo social; e que dispõe de enormes poderes de opressão e de destruição (Hardt e Negri, 2004: 11-18).

Dirlik viria posteriormente a afirmar que a análise do Império permitiria perceber o passado e o presente de forma mais clara (2002: 445-447).¹⁸ Contudo, apesar da posição que tomam, Hardt e Negri distanciam-se das críticas de Dirlik (e, até certo ponto, também de Mignolo) aos autores anglo-saxónicos, frisando que nada impõe que

¹⁸ A primeira publicação do *Império* foi em 2000.

duvidem da postura democrática e anticapitalista que informa largos sectores da teoria pós-colonial.

Reflectindo sobre a realidade da Índia, Akhil Gupta considera indispensável articular as especificidades locais com as trajectórias históricas do colonialismo europeu, da indústria do desenvolvimento e do capitalismo global. Mais do que tomar partido no debate sobre os rumos da teoria pós-colonial, Gupta procura saber em que medida essa teoria nos ajuda a identificar, descrever e analisar a realidade com relevância social no mundo contemporâneo, assumindo que falamos de um mundo que comporta diferentes realidades sociais e históricas. A opção pela teoria pós-colonial, afirma Gupta, prende-se com o facto de, ao articular as realidades locais com a história, lhe permitir a descrição e a análise da condição dos subalternos do norte da Índia, das suas práticas agrícolas e ecológicas, formas de organização política e não simplesmente porque considera o pós-colonialismo uma teoria nova e criativa, ainda que considere que esta última podia também ser uma boa razão para a utilizar (Gupta, 1998). Assim, tendo conta a presença de diferentes tempos, espaços e trajectórias no mundo, Gupta rejeita que se formule uma caracterização apenas da condição pós-colonial. Afirma que, por um lado, os discursos da modernidade, do colonialismo, do capitalismo, do desenvolvimento e da ciência, como fenómeno globais, produzem consequências específicas em cada local. Por outro lado, é crucial não ignorar essas diferenças, na forma como que se expressam e como produto de contestações ou de articulações entre o global e o local (Gupta, 1998: 24).

Por seu turno, Harootunian (1999: 143) afirma que mesmo na interpretação literária deverá estar presente uma análise da economia política, sob pena de se cair numa «miopia histórica», incapaz de ver o mundo que existe para além do «encontro colonial». Numa análise mais recente sobre a teoria pós-colonial, Boaventura de Sousa

Santos (2006: 242) segue os passos de Harootunian e propõe-se a reforçar a ideia de que a economia política deve estar presente também no estudo da cultura e do discurso. Boaventura de Sousa Santos considera, ainda, que é errado que a crítica pós-colonial se centre mais na modernidade ocidental do que no capitalismo (2006: 39); e, acrescenta o autor, na esteira de Aijaz Ahmad, que uma das limitações mais incapacitantes do pós-colonialismo é o esquecimento do neocolonialismo (2006: 243). Mesmo embora Boaventura de Sousa Santos também entenda que o pós-colonialismo, enquanto corrente analítica de processos identitários, contém uma crítica, explícita ou implícita, aos silêncios do pós-colonialismo como conjunto de análises económicas, sociológicas e políticas sobre a construção dos novos Estados (2006: 234).

Boaventura de Sousa Santos propõe-se então analisar processos identitários, numa busca do que chama hibridações emancipatórias, trazendo à colação a economia política (2006: 234; 244). O autor mostrou os dilemas identitários de Portugal, repartido entre uma posição subalterna na Europa e uma posição imperial em África, seguro da sua capacidade de adaptação aos trópicos, um agente de hibridações («da cor da pele», específica) e que colhe como troféu o mulato; em África, o mulato é uma «negação da imitação» colonial (2006: 227-278) e na América Latina, um representante da transculturação, um intelectual orgânico (no sentido gramsciano) e um semiperiférico por excelência, intermediário entre o centro e a periferia (2006: 224-225). No entanto, os colonizados, os condenados da terra (Fanon, 1975) continuam ausentes. Ainda que as representações identitárias dos colonizados fossem as mesmas, o importante seria discutir o seu significado político.

Mithá Ribeiro (2000), ao estudar as representações sociais dos moçambicanos, concluiu que estes têm uma «cultura de súbdito», isto é, que são passivos e submissos em relação ao Estado; e que o raciocínio dos moçambicanos não tem a ver com

objectivos políticos «propriamente ditos», mas apenas com questões económicas e sociais relacionadas com a sobrevivência, a estabilidade social e a paz. Acrescenta aquele autor que não detectou nos moçambicanos qualquer tendência para a transformação daquelas características.

Defendo o oposto de Mithá Ribeiro, afirmando, por um lado, com José Manuel Mendes (2005), que o social é um campo de efervescência política. Por outro lado, contra a compartimentação e compreensão estrita do sentido da política, diria que, subjacentes às preocupações (e estratégias) quotidianas de sobrevivência e de salvaguarda da paz, estão sempre presentes motivações políticas. A reconceptualização da política permite também compreender os diferentes espaços e formas de resistência vividas fora dos contextos tradicionais, nos círculos da vida quotidiana (Ochoa, 1999).

Ao contrário do que o trabalho de Mithá Ribeiro sugere, a história de África e particularmente de Moçambique é também feita de memórias de resistência. Na política e na historiografia moçambicana, o tema da resistência anticolonial é abundante,¹⁹ assim como não faltam registos sobre resistência ao Estado pós-colonial socialista, sobretudo por parte das autoridades tradicionais e das comunidades rurais, como componente de problematização das causas, manifestações e consequências da guerra em Moçambique.²⁰ Contudo, os outros campos de resistência, sobretudo os que se desenvolvem no actual contexto da democracia multipartidária e da economia de

¹⁹ Isaacman e Isaacman, 1979; Serra, 1983; Adam, 1993; Gentili, 1993; Penvenne, 1993; Mondlane, 1995; Mbilana, 1997; Newitt, 1997; Pélissier, 2000; O'Laughlin 2002; Manghezi, 2003; entre outros.

²⁰ Alguns exemplos: Geffray, 1991; O'Laughlin (1992); Dinnerman, 1999; Florêncio, 2002; Honwana, 2003; Pereira, 2006.

mercado, têm estado relativamente ausentes na análise social de Moçambique.²¹ Esta realidade leva-me a questionar se não haverá na sociologia moçambicana uma certa lógica de produção de ausências que contribuem para a legitimação de uma política de não-existência de que fala Boaventura de Sousa Santos (2005; 2006).²²

Sendo a dominação é uma constante na história dos povos, ela não pode, no entanto, ser concebida sem a resistência. E se a dominação pode assumir várias configurações e pode ser exercida de forma articulada em diferentes escalas espaciais e temporais, não se pode pretender que os actos de resistência sejam homogêneos, nem que através destes se construa uma concepção monolítica de resistência.

Por isso, também por via da cultura se podem encontrar espaços de resistência, ainda que, como adverte Santos (2006: 29), devamos ter em conta as relações de poder que intervêm na hibridação. Este será o motivo (negligenciado por Harootunian) que leva Ashcroft a captar as formas de resistência mais subtis, mas com significado político importante:

*Se pensarmos na resistência como qualquer mecanismo de defesa através do qual o invasor é posto «de fora», perceberemos que as formas de resistência subtis e por vezes silenciosas têm sido muito frequentes. Essas formas subtis e mais difusas de resistência, formas de dizer «não», são precisamente as mais interessantes porque difíceis de combater por parte dos poderes imperiais (Ashcroft, 2001: 20).*²³

²¹ Uma excepção clara a esta tendência são os trabalhos relacionados com a luta pela defesa dos direitos das mulheres. Alguns exemplos: Casimiro *et. al.* (1994); Loforte (2000); Osório *et. al.* (2000); Casimiro (2004); Arthur (2004).

²² Por exemplo, Paula Meneses (2003), reflectindo sobre a produção de conhecimento em Moçambique, sustenta que a proliferação das consultorias em Moçambique, muitas das quais ligadas às agências internacionais de desenvolvimento, acaba por reorganizar as relações de dependência e de subalternidade do Sul.

²³ Minha tradução da seguinte frase: «If we think of resistance as any form of defence by which an invader is “kept out”, the subtle and sometimes even unspoken forms of social and cultural resistance

Por exemplo, a apropriação das línguas coloniais para a construção do discurso da unidade e da luta contra o colonialismo é um dos exemplos paradigmáticos dos possíveis caminhos de resistência através da cultura. Trata-se, no fundo, de explorar as possibilidades de utilizar ferramentas hegemónicas para objectivos contra-hegemónicos (Santos, 2003a: 37-38). A propósito da resistência cultural, já Amílcar Cabral afirmara que a cultura resiste a todas as tempestades e que as massas populares, sendo portadoras e fonte de cultura, são uma entidade capaz de a recriar, isto é, de fazer história. Assim sendo, diz Cabral, a libertação nacional não é apenas um facto cultural, é também um factor de cultura (Cabral, 1974: 30; 1976b: 245).

As independências nacionais surgiram como resultado de várias formas de resistência contra a dominação colonial, sendo as lutas armadas a forma mais radical de confrontação. Como disse Fanon, a guerra não é uma batalha, mas uma sucessão de combates locais em que nenhum dos quais é, na verdade, decisivo (1975: 142). No mesmo sentido, Mário Pinto de Andrade reconheceu que a dinâmica colectiva de libertação só pode ser compreendida quando inserida no quadro global e na interdependência dos demais projectos libertadores (1998: 13).

Como sugere Akhil Gupta (1998: 12), as resistências e as contestações em diferentes contextos fazem com que os processos macro, como capitalismo e a colonialidade, tomem direcções incertas. Nesta medida, impõe-se-nos uma tarefa de interpretação do significado político das diferentes experiências de resistência e, através delas, perceber os caminhos de transformação social que afirmam. Por isso, aqui é particularmente importante o conceito de resistência proposto por James C. Scott,

have been much more common. It is these subtle and more widespread forms of resistance, forms to say “no”, that are more interesting because they are most difficult for imperial powers to combat» (Ashcroft, 2001: 20).

segundo o qual constituem resistência todos os actos dos membros das classes dominadas com vista a investir determinada exigência às classes dominantes ou a mitigar ou contrariar os interesses destas mesmas classes (1985: 289-303).

Scott esclarece, no entanto, que a análise das formas quotidianas de resistência não se limita a uma descrição dos comportamentos, a uma recolha de actos individuais ou colectivos. O desafio consiste precisamente na articulação entre os actos e a consciência de quem os pratica, isto é, em compreender o sentido que os sujeitos dão ao que fazem. Scott afirma ainda que não importa que os actores interpretem as situações, os contextos em que vivem, de forma correcta, mas simplesmente perceber por que valores e intencionalidades se orientam. Não é possível, portanto, compreender o sentido do quotidiano de resistência se não tivermos presente as intenções, as ideias e a linguagem de quem o experimenta, ainda que essas intencionalidades estejam, de certo modo, inscritas nos próprios actos de resistência (1985: 28-47).

Com esta formulação, Scott desafia a concepção gramsciana de hegemonia segundo a qual, pelo facto de serem titulares dos meios de produção e de controlarem os meios de produção ideológica, as classes dominantes estão em condições de impor uma certa ideia de justiça aos grupos dominados, fazendo com que estes naturalizem a exploração. Por conseguinte, Gramsci (como, aliás, Lenine, Amilcar Cabral, Samora Machel, entre outros) sugere que o partido revolucionário assuma o papel histórico de criar a consciência de classe, formar a consciência crítica nos grupos dominados. Scott contrapõe afirmando que é impossível separar o combate ideológico das condições materiais de resistência porque ao resistir contra determinados actos, quem o faz, necessariamente luta contra a racionalidade que justifica esses mesmos actos (1985: 287).

Scott acrescenta que à teoria da hegemonia escapam algumas questões: primeiro, ignora que as classes dominadas tenham capacidade de penetração e de desmistificação da ideologia dominante; segundo, não consegue perceber as formas veladas de resistência e a necessidade de uma submissão pragmática perante determinadas contingências de opressão; terceiro, a análise histórica mostra que o principal obstáculo dos movimentos revolucionários não é a falta de «consciência dos oprimidos», nem que a sua «consciência» seja a única base plausível para que ocorram revoluções (1985: 316). Assim, noutra lugar, Scott (1990) distingue entre *public transcript* e *hidden transcript* para, respectivamente, distinguir a luta pública, aberta, directa, contra as classes dominantes, das formas de resistência veladas, subtis, muitas vezes anónimas, difusas e fragmentárias. Scott considera que a generalidade dos estudos sobre as relações de poder concentra-se na análise das relações formais ou oficiais entre dominantes e dominados e que, deste modo, captam o conflito sobretudo na sua vertente institucionalizada, deixando de lado as formas de resistência subterrânea, igualmente importantes e com o mesmo potencial transformador.

Entendendo que os contornos e a utilidade desta distinção deverão ser observados em cada contexto específico, parto do pressuposto de que a mobilização de artefactos de luta (bem como a respectiva intensidade com que é feita) pode variar em função da conjugação de múltiplos factores, nomeadamente, o objecto e objectivos da luta; os interesses a preservar, resgatar ou combater; a avaliação das potencialidades da luta; a natureza e robustez do poder contra o qual se combate; os instrumentos de luta que se contrapõem. Apenas uma análise contextualizada das constelações de poder, das situações de dominação e das experiências de resistência, poderá mostrar de que modo e em que circunstâncias se articulam estes e outros elementos, como, aliás, Scott faz em relação ao sudeste asiático.

De qualquer modo, o conceito de resistência tal como é formulado por Scott é aberto, necessariamente inacabado e permite captar a base sobre a qual assentam e se desenvolvem as relações sociais e as lutas de classes; compreende o sentido político inscrito nos actos de resistência; reconhece a importância política das resistências, independentemente dos resultados efectivos que produzem; valoriza tanto os actos individuais de resistência como os colectivos, independentemente de serem espontâneos, concertados ou sistemáticos; obriga-nos a entrar no quotidiano de resistência e, por essa via, na vida quotidiana dos dominados; leva-nos a perceber as historicidades dos oprimidos.

Como diz Scott, mesmo quando as revoltas não atingem o objectivo a que se propõem, sempre alcançam alguma coisa, quanto mais não seja uma memória de resistência que fica para o futuro (1985: 29). Nos processos de luta, não se cruzam apenas identidades e narrativas individuais e colectivas múltiplas, como também se contribui para a criação de um «espaço público dialógico e participado», onde se testa a possibilidade efectiva de criar práticas emancipatórias que interpelam a hegemonia do Estado ou de outros poderes (Mendes, 2004). Para responder a Spivak (que denuncia os silêncios e silenciamentos dos subalternos) e a Chakrabarty (que questiona os lugares da «história subordinada» e dos «passados subalternos» na epistemologia contemporânea), diria que a resistência será uma das formas de expressão do subalterno. Interpretar os sentidos dos actos de resistência do subalterno, significa reconhecer-lhe o lugar de sujeito que lhe é negado pela historiografia imperialista, numa palavra, significa dignificar a história contada pelo leão, contra a narrativa do caçador imperial.

Capítulo III – PÓS-COLONIALISMO E DESENVOLVIMENTO: RUPTURAS E CONTINUIDADES

Introdução

Existe um provérbio africano que traduz o drama dos que sofrem as consequências das lutas dos mais poderosos: «quando os elefantes lutam, quem sofre é o capim». Um dos contributos mais importantes das teorias pós-coloniais, da dependência e do neocolonialismo reside no facto de mostrarem que as independências políticas não significam necessariamente o fim das desigualdades tanto entre os países, como no interior de cada país (Adam, 2006; Baran, 1977; Cabral, 1976a; Dirlik, 2002; Frank, 1972; Nkrumah, 1965; Santos, 2006).

No caso de Moçambique, a independência alterou significativamente os pressupostos e os objectivos de desenvolvimento, assim como forneceu novos termos de diálogo entre o Estado e os cidadãos. O governo da Frelimo adoptou uma política desenvolvimentista, de orientação socialista, perspectivando a construção de uma sociedade sem classes, livre da «exploração do homem pelo homem». Os trajectos do desenvolvimento socialista moçambicano comportam, por isso, rupturas importantes em relação ao colonialismo português. Contudo, nesse percurso há também algumas continuidades, contradições internas e conflitos de múltipla natureza e dimensão, entre os quais a guerra, em toda a África Austral, assume particular relevância. Essas incongruências e tensões internas foram, posteriormente, elementos importantes para a transição para o neoliberalismo, numa época de intensa expansão capitalista e em que o mundo assistia ao desmoronar do Bloco Socialista.

Neste capítulo pretendo analisar as dinâmicas de desenvolvimento de Moçambique, isto é, descrever as rupturas e continuidades dos processos políticos,

económicos e sociais ocorridos após a independência. Contudo, será importante fazer uma breve incursão aos pressupostos e práticas do colonialismo português, na sua fase tardia, enquanto realidade histórica incontornável que condiciona as opções políticas de Moçambique e que ainda fundamenta de forma perversa alguns dos dilemas de desenvolvimento que o país enfrenta.

Se, como disse, com a independência houve uma alteração profunda dos termos e das condições de diálogo entre o Estado e os cidadãos, não é menos verdade que muitas das promessas do socialismo não foram cumpridas e muito menos estão a ser as do neoliberalismo. Assim, centrando-me na análise das transformações ocorridas na economia do caju, procuro descortinar as interacções que remetem Moçambique para a periferia do sistema mundial e que tecem (e reproduzem) as linhas da dependência e da pobreza extrema para a maioria da população. Esta análise permitirá também perceber os contextos em que se desenvolvem as lutas dos trabalhadores da indústria do caju de Angoche, bem como compreender melhor as suas potencialidades e alguns dos constrangimentos que enfrentam.

3.1. O declínio do ciclo colonial português

Como diz Carlos Fortuna (1993: 41), Portugal é um «colonizador a destempo» que se empenhou com determinação na agenda colonial numa altura em que outros países se preparavam para a descolonização. Visando dar continuidade ao projecto colonial, num contexto marcado pelos processos de descolonização, Portugal foi constrangido a transitar da extrema exploração económica das comunidades africanas, da ideia de «civilização pelo trabalho», para uma política de justificação da incolumidade do império, isto é, para a construção do mito da nação pluricontinental e de democracia racial.

De acordo com Depelchin (2005), o combate epistemológico contra o silenciamento de África passa também pela transgressão dos limites da periodização e compartimentação da história colonial que conduz a desnecessárias comparações sobre a intensidade da dominação em diferentes fases, sobrevalorizando-se a etapa a que se tem chamado de ocupação efectiva, e descurando-se, assim, o processo que iniciara com o comércio de escravos. Esta afirmação não invalida, no entanto, que se acentue que determinada atmosfera político-económica marque certos períodos da história colonial e que se traduza numa fórmula específica de relacionamento entre a administração colonial e os povos colonizados, como aconteceu precisamente com a implementação do Estado Novo.

Já nos finais no Século XIX, Oliveira Martins (1996; 1978) defendia a necessidade de reforçar a política administrativa, a exploração de mão-de-obra e a disponibilização de capitais de investimento para se superarem as dificuldades económicas de Portugal. Seria apenas a conjuntura política e económica após a I Guerra Mundial que proporcionaria maior dinamismo económico. O aumento da procura de matéria-prima para as indústrias europeias, o despontar da indústria nos centros urbanos das colónias portuguesas e o florescimento da indústria mineira sul-africana estimularam maiores investimentos na agricultura e a necessidade de controlo dos fluxos de mão-de-obra, uma das variáveis mais importantes para a acumulação capitalista (Mondlane, 1995; O'Laughlin, 2002). Ainda assim, como aponta Newitt (1997: 390), até à implementação do Estado Novo, Moçambique representava para o poder colonial o que existia de errado no regime republicano: caos administrativo, falta de políticas financeiras e económicas coerentes, inflação e uma moeda sem valor, domínio estrangeiro e fraqueza e humilhação internacional.

Com o Estado Novo, no contexto da crise económica mundial iniciada nos finais dos anos 20, a administração portuguesa procurou reverter a relação vigente, retirando às Companhias Majestáticas as prerrogativas que detinham e implementando medidas destinadas ao saneamento das finanças públicas.²⁴ O Estado reclamou para si a condução da economia, com vista a tornar a exploração colonial mais rentável e eficiente (Gentili, 1999: 272; Mamdani, 1996: 153-155; Mondlane, 1995: 97-83).

O Acto Colonial, incorporado na Constituição Portuguesa de 1933, expressa a urgência por parte do Estado em assegurar o monopólio do controlo da economia e representa uma viragem na estrutura política e administrativa colonial. O diploma preambular da versão inicial do Acto Colonial era elucidativo quanto às intenções do Estado Novo:

A nação compreenderá, no seu claro patriotismo, que era forçoso publicar este diploma basilar antes mesmo da reforma geral da Constituição Política. Era indispensável fazê-lo quando vai ser estabelecido o crédito de fomento da economia ultramarina, quando se decreta um regime de moderação para as dívidas do império à metrópole, quando se preparam obras públicas importantes na África portuguesa e quando se tenciona promover nelas a colonização propriamente dita, com expansão da nossa raça.

Manifestando a urgência de controlar e sobreexplorar a mão-de-obra local, o Acto Colonial revogou todos os pactos através dos quais o Estado se obrigava a fornecer

²⁴ Através do regime de concessão de terras às Companhias Majestáticas, Portugal também cumpria a obrigação de ocupação efectiva, saída da Conferência de Berlim (1884-1885). As Companhias Majestáticas chegaram a ocupar cerca de dois terços do território moçambicano. Para além de exercerem funções administrativas, como o controle de mão-de-obra, cobrança de impostos, segurança, tinham a prerrogativa de povoar os territórios concessionados e investir na produção agrícola e nos serviços de transportes e comunicações (Newitt, 1997: 330-340; Mosca, 2005: 32-37).

trabalhadores às empresas instaladas e também aboliu todos os regimes de trabalho obrigatório dos «indígenas» para as mesmas empresas. Ao mesmo tempo, o Acto Colonial reserva exclusivamente para o Estado o poder de compelir os «indígenas» ao trabalho nas obras públicas e no caso de execução de sentenças penais ou no cumprimento de obrigações fiscais.²⁵

O centralismo económico do Estado Novo articulava-se com um sistema administrativo também ele centralizado, uniforme para todas as colónias e rigidamente hierarquizado. Na base do sistema, directamente subordinadas aos chefes de Posto Administrativo, encontravam-se as autoridades tradicionais que, no caso de Moçambique, era (e é) constituída nomeadamente por um colégio de régulos ou regedores, chefes de grupo de povoações, chefes de povoações, cabos de terra, etc., aos quais competia reforçar o controlo e recrutamento da mão-de-obra, garantir a cobrança de impostos, gerir as terras comunitárias, resolver conflitos e dirigir as cerimónias mágico-religiosas. A engenharia colonial pressupôs a reinvenção das diferenças, das fronteiras étnico-tribais e a interferência violenta nas hierarquias tradicionais e nas formas locais de distribuição do poder.

O posicionamento das autoridades tradicionais perante o poder colonial foi, no entanto, bastante diversificado. Dependendo dos contextos político-militares em que governavam, a posição das autoridades tradicionais variou entre resistência, resignação e aliança ao poder colonial. Por isso, a implantação do sistema administrativo colonial processou-se de forma diferenciada no país, consoante as dificuldades de penetração e de dominação. Apesar dos actos de resistência, nos meados do Século XX era praticamente impossível o exercício do poder tradicional sem que este fosse sancionado

²⁵ O Código de Trabalho dos Indígenas (1928) e o respectivo Regulamento (1930) e o sistema da Caderneta eram os instrumentos legais de controlo da mão-de-obra e que permitiam o recurso ao trabalho forçado. O recrutamento compulsivo de força de trabalho foi formalmente abolido em 1961.

pelo Estado colonial, isto é, sem que efectivamente fosse uma extensão do poder colonial e um instrumento de controlo social (Dinerman, 1999; Gentili, 1999: 273; Medeiros, 1997: 150-157; Mondlane, 1995:34).

O regime de trabalho compulsivo e as restrições à livre circulação de pessoas destinava-se basicamente a sustentar três eixos da actividade económica colonial: culturas obrigatórias, em particular do algodão; obras públicas; e o fornecimento de mão-de-obra para as minas da África do Sul.

Com o Estado Novo inicia-se um novo regime algodoeiro que pretende reverter a situação de menor rentabilidade da cultura do algodão em Moçambique. A nova política do algodão articulou-se com um regime de repressão extrema sobre os produtores, sujeitos à vigilância directa dos capatazes e das autoridades tradicionais. Todos os homens, entre os 18 e os 55 anos de idade, tinham a obrigação de cultivar o algodão numa área de um hectare no mínimo, cabendo às mulheres e aos homens mais velhos o cultivo de cerca de dois terços do hectare. A obrigação de produzir algodão estava também ligada ao cumprimento das obrigações fiscais. Estas tinham um carácter aleatório e abusivo, sendo os impostos fixados independentemente dos rendimentos, e as pessoas eram confrontadas com a necessidade de trabalhar para os pagarem. A partir de 1941, o algodão passou a ser o principal produto de exportação moçambicano, representando 51% do total das exportações, beneficiando a indústria têxtil portuguesa, a troco da periferização da economia de Moçambique e da degradação da vida dos produtores (Fortuna, 1993: 111-156; Isaacman e Chilundo, 1995; Mondlane, 1995: 72).

A partir de 1937 foram aprovados sucessivos planos de fomento com a duração de seis anos cada, nos quais eram definidas áreas de intervenção e o orçamento disponível. O sector dos transportes e comunicações foi, de longe, o que beneficiou de maiores investimentos. No âmbito dos planos de fomento, foram construídos os principais portos

e linhas de caminhos-de-ferro que ligam o interior de Moçambique à costa e aos países vizinhos (e que desempenharam, desde então, papel importante na economia moçambicana), vias rodoviárias, e aeródromos. Com a emergência de movimentos independentistas nas colónias portuguesas, no início dos anos 60, os planos previram, pela primeira vez, programas para as áreas sociais (saúde e educação) tendo as respectivas despesas ultrapassado 14% do que foi inicialmente previsto.²⁶ Os primeiros dois planos de fomento contribuíram também para o surgimento da indústria manufactureira e de transformação, nomeadamente de caju, algodão, chá, entre outras (Mondlane, 1995: 79-82; Newitt, 1997: 402-406).

Finalmente, o fornecimento de mão-de-obra barata para os países vizinhos era o terceiro eixo de actividade que justificava o regime do trabalho indígena. A indústria mineira da África do Sul era o principal destino dos trabalhadores moçambicanos, sobretudo do sul do país, ao abrigo dos acordos entre Lisboa e Pretória (em especial a Convenção de 1928). Os acordos em causa permitiam o pagamento diferido dos salários (pagos em ouro ao governo português, para posterior pagamento em escudos aos trabalhadores) contribuindo, assim, para o fortalecimento da balança de pagamentos de Portugal. Para assegurar a eficácia desta cláusula e o controlo do custo da força de trabalho, foi reafirmado o monopólio de recrutamento dos trabalhadores por Witwatersrand Native Labour Association (WNLA).²⁷ Por seu turno, o governo sul-africano obrigou-se a utilizar o porto de Maputo em 47,5 % das importações e

²⁶ Plano de Fomento 1959-1964.

²⁷ Esta prerrogativa da WNLA data de 1901, altura em que foi firmado um acordo secreto (conhecido por *modus vivendi*) entre os governos de Portugal e Transvaal e a WNLA. O monopólio da WNLA durou até 1965, com a criação de três organizações privadas (ALGOS, de Albano Domingos; ATAS – Agência de Trabalhadores para a África do Sul; CAMON – Companhia Angariadora de Mão de Obra Nacional) que recrutavam mão-de-obra para as minas não filiadas na Câmara das Minas e para a agricultura (CEA, 1998: 20).

exportações do Transvaal. Desde a década de 60 até ao fim do colonialismo, a mão-de-obra moçambicana e malawiana representava entre 30 e 40% do total da força de trabalho nas minas sul-africanas (Mondlane, 1995: 78-79; Newitt, 1997: 425-439; Mosca, 2005: 50-55; CEA, 1998:51).

Após a II Guerra Mundial desencadeou-se uma vaga independentista em África, contribuindo para o alargamento dos movimentos favoráveis à descolonização em todo o mundo. Portugal, embora tivesse saído da guerra com a imagem benigna de uma neutralidade colaboradora com os aliados, ao insistir no projecto colonial numa altura em que as outras potências e a opinião pública internacional seguiam no sentido contrário, «foi excluído da reorganização do novo sistema internacional, nos primeiros anos do pós-guerra» (Pinto, 2000: 51).

Portugal respondeu aos novos tempos, ao isolamento internacional e à emergência dos movimentos independentistas, introduzindo profundas reformas políticas. A revisão constitucional de 1951 revogou o Acto Colonial, definindo novos princípios da política colonial, tanto no que respeita à organização administrativa, como no estatuto jurídico das pessoas. Portugal assumiu-se como nação pluricontinental, passando as colónias a designar-se «províncias ultramarinas», no mesmo instante em que propunha o fim gradual do regime do indigenato. Consequentemente, foi aprovada a *Lei Orgânica do Ultramar Português*²⁸ e o *Estatuto dos Indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*.²⁹ Este último manteve, no essencial, o regime do indigenato, embora prevendo a possibilidade de assimilação gradual dos «indígenas» à cultura e cidadania portuguesas, uma vez cumpridos determinados requisitos: ter mais de 18 anos; falar correctamente a língua portuguesa; auferir rendimento necessário para se sustentar a si

28 Lei n.º 2066, de 27 de Junho de 1953.

29 Através do decreto-lei n.º 39666, de 20 de Maio de 1954.

próprio e aos familiares a seu cargo; ter bom comportamento e ter adquirido hábitos que permitam que lhe sejam aplicados o direito público e o direito privado europeu; não ter sido notado como refractário ao serviço militar, nem dado como desertor.³⁰

Em 1959 foi abolido o trabalho forçado e, posteriormente, revogado o *Estatuto dos Indígenas*, eliminando-se a distinção formal entre indígenas e não indígenas, isto é, passando todos a serem considerados como cidadãos portugueses. Consequentemente, foi abolido o regime de culturas obrigatórias. Contudo, nem a legislação foi uniforme no sentido de eliminar a diferenciação racial e social (uma vez que continuou a vigorar o regime do trabalho forçado para pagamento de impostos ou para cumprimento de sanções penais), nem as práticas discriminatórias foram eliminadas (Mondlane, 1995: 46-47).

No plano ideológico, o Estado Novo apropriou-se das teses do lusotropicalismo de Gilberto Freyre, propalando o mito da adaptação natural dos portugueses aos trópicos, da democracia racial e da convivência pacífica entre europeus e africanos, construções quase sempre feitas em oposição a outras experiências coloniais supostamente mais cruéis, menos inclusivas, menos abertas à diferença, como supostamente seria o caso do colonialismo inglês.

Porém, a realidade histórica mostra que as relações sociais no império português não apresentam tal quadro de convivência harmoniosa, nem mesmo depois do fim do regime de indigenato. O reconhecimento efectivo dos direitos negros era minimalista, continuando a sujeitar-se a práticas de extrema exploração económica e de exclusão social (Boxer, 1977; Gómez, 1999: 42-64; Mazula, 1995: 78-90; Mondlane, 1995: 55-58;).³¹ O fim do regime do indigenato e a transformação das colónias em províncias não

³⁰ Segundo o art. 56.º.

³¹ A educação é um dos casos mais evidentes de exclusão social dos negros. Na altura da independência, mais de 90% da população Moçambique era analfabeta.

se traduziu no fim do sistema de diferenciação social e racial, nem sequer eliminou o sistema de governo dualista. Antes, significou uma reciclagem colonial, o assumir de nova roupagem da exploração. Simplesmente, os *indígenas* transformaram-se em *cidadãos* sem cidadania.

Concluindo, no fim do ciclo colonial a economia de Moçambique subordinava-se aos objectivos de expansão capitalista de Portugal e de outros países. Tratava-se de uma economia voltada para a exploração intensiva dos recursos e que assentava na criação e exploração de reservas de mão-de-obra. A pressão do Estado colonial sobre a força de trabalho pôs em causa a base produtiva e de organização político-social das comunidades, sujeitas a uma política discriminatória, excludente e de extrema violência. Como diz Mosca, ao longo do território colonial uma divisão interna do trabalho criou «especializações produtivas», estreitamente articuladas com os interesses capitalistas no controlo de matérias-primas, mão-de-obra, transportes, etc. Esta divisão do trabalho teve consequências para os níveis de desenvolvimento económico e social das comunidades, nomeadamente, nos graus de escolaridade, nos rendimentos, infra-estruturas e transportes (Mosca, 2005: 74-75; 1999: 42-44).

Apesar dos esforços para a «nacionalização» da economia, o colonialismo português não deixou de estar profundamente dependente do capital estrangeiro e dos interesses de outras potências coloniais na África Austral. Beneficiando da sua posição geográfica, Moçambique estava virado para a prestação de serviços para os países da região, basicamente através dos portos e da rede de caminhos-de-ferro e, ainda, da exportação de mão-de-obra barata. Por exemplo, os serviços prestados por Moçambique, em 1970, proporcionavam cerca de 40% do PIB e o trabalho migratório este sempre situado entre 25 e 35% do emprego assalariado (Mosca, 1999: 40; CEA, 1998: 3). Por seu turno, o sector industrial era bastante incipiente, tendo sido

tardiamente incentivados investimentos portugueses e estrangeiros. Tratava-se de uma indústria descapitalizada, concentrada nas cidades de Maputo e da Beira e que apostava basicamente na extracção de minerais e na transformação primária de produtos para exportação. A agro-indústria dominava o sector industrial, com destaque para o processamento do caju, descaroçamento do algodão e transformação do chá e do açúcar. Apesar das características acima apontadas à indústria, nos meados dos anos 70, Moçambique chegou a ser o maior produtor e exportador mundial de caju, empregando as respectivas fábricas 22% do total da força de trabalho da indústria moçambicana (Mosca, 2005: 105; Mondlane, 1995: 79-82; Hanlon, 1984:74).

Não obstante existirem casos relativamente bem sucedidos como o do caju, os problemas e as debilidades da estrutura social e económica colonial, ao persistirem depois da independência, haveriam de condicionar a estratégia de construção do Estado após a independência nacional.

3.2 Rumo ao Socialismo: Entre o mito e a utopia

A independência de Moçambique foi alcançada depois de um longo período de luta armada, na impossibilidade de uma transição pacífica. As condições concretas da luta anticolonial, particularmente o recurso à via armada, contribuíram fortemente para que a Frelimo se tornasse um movimento revolucionário de inspiração marxista (Brito, 2001:40). As zonas libertadas³² desempenharam um papel importante de experimentação e de consolidação da linha política da Frelimo, permitindo o desenvolvimento das iniciativas de produção e comercialização colectiva, e a testagem de formas de participação popular na tomada de decisões.

³² Circunscrições territoriais conquistadas à administração colonial portuguesa, controladas pela Frelimo durante a luta de libertação.

Ainda que as estratégias de desenvolvimento e de transformação social projectadas tivessem alcançado resultados modestos durante a luta de libertação, as zonas libertadas representam a possibilidade histórica de emancipação e autodeterminação de Moçambique. Enquanto referenciais dessa possibilidade histórica, as zonas libertadas têm uma particular importância política e simbólica nos processos de construção do Estado pós-colonial moçambicano. Elas assumem uma posição mítica na construção da memória colectiva de Moçambique e do discurso da unidade nacional (Mazula, 1995: 105; Adam, 2001).

Após a independência nacional, o governo da Frelimo optou por pela ruptura política em relação a Portugal e ao bloco capitalista, ainda que tal facto não implicasse uma completa ausência de relações com os mesmos. A Frelimo propôs-se a eliminar as estruturas económicas e as interdependências coloniais e todas as formas de discriminação social em que o sistema assentava. Como disse Samora Machel:

*A descolonização não significa nem transferência geográfica dos centros de decisão de Lisboa para Lourenço Marques [...] nem continuação do regime de opressão exercido desta vez por governantes de pele preta, o que corresponde a esquemas neocoloniais. Descolonizar o Estado significa essencialmente dismantelar o sistema político, administrativo, cultural, financeiro, económico, educacional, jurídico e outros, que como parte integrante do Estado colonial se destinavam exclusivamente a impor às massas a dominação estrangeira e a vontade dos exploradores (Machel, 1983a: 14).*³³

A nível internacional, o governo de Moçambique estabeleceu relações de cooperação privilegiadas com os países socialistas africanos, asiáticos, latino-

³³ Mensagem de Samora Machel, difundida pela rádio moçambicana no dia 20 de Setembro de 1974, dia da tomada de posse do governo de transição (Machel, 1983a).

americanos e do Leste europeu. Em África, a criação da *Southern Africa Development Coordinating Conference* (SADCC)³⁴ significou uma aposta firme na luta contra a dependência económica em relação à África do Sul e aos interesses capitalistas por ela representados.

Ao nível nacional, através das políticas de desenvolvimento visava-se alcançar uma articulação virtuosa entre a transformação radical das relações de produção, a participação popular no processo revolucionário e o dirigismo estatal.

As nacionalizações foram um instrumento jurídico-político privilegiado no processo de transformação das relações de produção,³⁵ permitindo tanto o controlo directo dos principais sectores da economia por parte do Estado, como uma relação mais estreita entre a esfera produtiva, os processos de decisão política e as formas de organização social. No entanto, o ambiente de intensa confrontação política e social, vivido imediatamente após a independência, obrigou o Estado a estender a sua acção para áreas inicialmente não previstas, abrangendo sectores bastante diversificados da economia.

No período de transição para a independência, milhares de cidadãos abandonaram (ou foram forçados a abandonar) o país, entre os quais empresários e profissionais qualificados. Nalguns casos, o abandono foi acompanhado de sabotagem de equipamentos, edifícios e outros bens, provocando um rompimento da produção e da rede dos mercados (Christie, 1996:135; Egerö, 1992:160; Hanlon, 1984:72;). O Estado

³⁴ A SADCC foi criada em Abril de 1980, em Lusaka, por nove países: Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. Com a iminência do fim do *apartheid*, a SADCC foi transformada em Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, passando a contar com a África do Sul, República Democrática do Congo, Madagáscar, Maurícias e Namíbia, para além dos nove países fundadores.

³⁵ As nacionalizações dos principais serviços e bens ocorreram sete meses depois da independência, através do Decreto-Lei nº 5/76, de 5 de Fevereiro.

foi, por isso, obrigado a intervencionar vários estabelecimentos comerciais e unidades industriais, de modo a garantir a continuidade das actividades económicas.

As intervenções, ao implicarem uma gestão directa das empresas por parte do Estado (ainda que por intermédio de comissões administrativas por ele nomeadas), conduziram a uma certa dispersão das actividades do Estado, contribuindo para que este não se concentrasse no que seria central, nomeadamente no controlo dos mecanismos de acumulação e em garantir uma maior racionalidade e operatividade na distribuição dos recursos (Mosca, 1999:97). Para além de monopolizar o controlo das tradicionais áreas sociais (educação, saúde, habitação e transporte), o Estado passou a gerir desde a mais pequena mercearia de comercialização de produtos de primeira necessidade, até aos estabelecimentos industriais de grandes proporções. Para o efeito, foram criadas empresas estatais,³⁶ lojas do povo³⁷ e cooperativas³⁸. O controlo económico por parte do Estado ia para além da mera gestão empresarial, incluiu a definição minuciosa de planos e metas anuais de produção (PEC- Plano Estatal Central). Fruto do optimismo dos primeiros anos de independência, o governo estabeleceu metas de médio prazo no Plano Prospectivo Indicativo (PPI), no qual se previa vencer o subdesenvolvimento em 10 anos, na década de 1980-1990.

A direcção e gestão directa da economia permitiam uma forte intervenção do Estado nas relações de produção. Tratando-se de uma economia centrada no sector primário, o governo de Moçambique assumiu a agricultura como a base para o desenvolvimento, cumprindo a dupla função de abastecimento da indústria e dos mercados internos e de articulação entre as zonas rurais e urbanas. Pretendia-se, através

³⁶ Os princípios e normas de organização, funcionamento e gestão das empresas estatais foram, inicialmente, definidos pelo Decreto-lei n.º 17/77, 28 de Abril, posteriormente revogado pela Lei 2/81, de 30 de Setembro, que alterou a sua estrutura orgânica.

³⁷ Decreto n.º 24/76, de 17 de Junho.

³⁸ Formalmente instituídas pela Lei n.º 9/79, de 10 de Julho.

da política agrícola, impulsionar o desenvolvimento rural, melhorando as condições de vida e tornando as zonas rurais mais atractivas para as comunidades locais. A política de «socialização do campo» (institucionalização das aldeias comunais) à escala nacional seria, por isso, central para a transformação radical das relações sociais e de produção, rumo ao socialismo.³⁹

Na altura da independência, Moçambique tinha cerca de 10 milhões de habitantes. A maior parte da população vivia em zonas dispersas, em precárias condições de vida e dispondo de meios de produção bastante limitados. Para o Estado, a socialização do campo permitiria uma melhor aplicação de investimentos nas áreas sociais e, por essa via, melhorar as condições de vida das populações, ao mesmo que asseguraria a complementaridade entre o campo e a cidade, a indústria e a agricultura e contribuiria para o reforço da «aliança operário-camponesa».⁴⁰

A participação popular na tomada das decisões foi uma das componentes mais marcantes do processo revolucionário moçambicano. Como afirmei atrás, a articulação entre a transformação das relações de produção, o dirigismo estatal e a participação popular, visava dar coerência ao paradigma socialista moçambicano. Enquanto marxista-leninista, o governo da Frelimo entendia que a destruição total das relações coloniais enquadrava-se num processo de luta de classes, e que o poder do Estado radicava do povo, era exercido em nome do povo e com o povo. Assim, foram instituídas diferentes formas de participação popular, nomeadamente, nas assembleias do povo (implantadas em todas as circunscrições administrativas), nas Organizações

³⁹ A avaliação crítica desta política é feita no ponto 3.4. do presente capítulo.

⁴⁰ Ver o Decreto Presidencial n.º 1/78, de 2 de Março, que cria a Comissão Nacional das Aldeias Comunais.

Democráticas de Massas,⁴¹ nos tribunais populares,⁴² nos grupos dinamizadores, nas cooperativas, nas lojas do povo, nos conselhos de produção, etc.⁴³ Como diz Trindade (2003: 110), a genuinidade da democracia popular moçambicana era perceptível na participação voluntária de milhões de cidadãos em actividades de grande alcance social. No entanto, no âmbito do centralismo democrático,⁴⁴ a participação política nestas organizações económicas e sociais de base (que eram estruturas tentaculares do «partido-governo-estado»),⁴⁵ era também uma forma de assegurar o controlo político e a reprodução do poder da Frelimo.

3.2.1. A indústria do caju na economia planificada

A trajectória da economia do caju constitui um dos exemplos de como os territórios africanos tornaram-se dependentes em função do que a Europa se dispôs a comprar e a vender em benefício próprio, isto é, um dos exemplos de como, na divisão internacional do trabalho, os países colonizados foram-se especializando em determinadas funções, ao sabor das exigências de desenvolvimento capitalista.

⁴¹ As Organizações Democráticas de Massas eram estruturas sociais criadas pela Frelimo, como por exemplo, a Organização da Juventude Moçambicana, a Organização da Mulher Moçambicana e Organização da Criança Moçambicana.

⁴² Todos os tribunais, em todos os escalões eram colegiais, integrando tanto juízes com formação técnico-jurídica, como juízes não profissionais, eleitos pelas assembleias populares. Na base do sistema judicial, os tribunais eram constituídos exclusivamente por juízes sem qualquer formação técnico-jurídica, também eleitos pelas assembleias populares (Lei nº 12/78, de 2 de Dezembro).

⁴³ O papel dos Conselhos de Produção é analisado no capítulo V.

⁴⁴ O centralismo democrático era um dos princípios estruturantes do Estado moçambicano. Foi introduzido pela revisão constitucional de 1977.

⁴⁵ Expressão utilizada por Abel Assis (1997:43). Este sugere que o partido Frelimo, o governo e o Estado confundem-se, não sendo possível distinguir com clareza as respectivas estruturas organizativas, os membros e os âmbitos de actuação de cada órgão. Como disse Samora Machel (1983a: 13), «o governo é instrumento da Frelimo ao nível do Estado, é o braço executivo da vontade popular».

Sob o pretexto de que o álcool incapacitava os africanos para o trabalho, o cultivo do cajueiro foi inicialmente combatido pelas autoridades coloniais. O que motivou essa proibição é o facto de se entender que a produção caseira de aguardente de caju prejudicava os interesses da burguesia colonial ligada à importação de vinho. No início dos anos 30, com desenvolvimento da indústria de processamento do caju na Índia, e perante a necessidade de aumentar as receitas públicas, o governo colonial – envolvendo as autoridades tradicionais – passou a incentivar o cultivo do cajueiro. Posteriormente, com a instalação da indústria de processamento do caju em Moçambique a partir dos anos 50, a administração colonial adoptou medidas proteccionistas, limitando as exportações e controlando o licenciamento industrial. Esta viragem do poder colonial em relação ao caju trouxe conflitos, que se prolongaram até aos nossos dias, entre a burguesia industrial (de origem europeia) e a burguesia comercial (composta principalmente por comerciantes de origem indiana), convocando a intervenção do Estado para a protecção dos interesses dos industriais (Leite, 1999; Ribeiro, 2004: 185-199).

Em 1974, Moçambique era o maior produtor mundial de castanha de caju, com cerca de 42,7% da produção mundial. Representando 21,3% do total das exportações, o caju era uma das mais importantes fontes de divisas de Moçambique, chegando a superar os produtos tradicionais como o algodão e o açúcar (Leite, 1999: 3).

Após a independência, a intervenção do Estado continuou a ser vital para a sobrevivência da indústria do caju. Ao mesmo tempo que proibiu a exportação da castanha em bruto, o Estado assumiu o monopólio da exportação da castanha processada e a gestão de uma boa parte das fábricas. A regulação da economia do caju incidu também sobre o mercado interno, estabelecendo as metas de produção, determinando as regras de distribuição e colocação dos produtos, fixando os preços e

abrindo novas áreas de cultivo. A mediação entre estes agentes económicos e os consumidores passou a ser feita fundamentalmente pelas lojas de povo e pelas cooperativas de consumo.

Das catorze unidades fabris existentes na altura da independência (três das quais ainda em fase de instalação), sete passaram para as mãos do Estado (Leite, 1999: 5; Ribeiro, 2004: 204). Com o objectivo de facilitar a sua gestão, estas fábricas foram integradas numa única empresa estatal, a Caju de Moçambique, administrada por um director-geral. Por seu turno, cada unidade fabril era gerida por um delegado, em princípio apoiado pelos trabalhadores. Como corolário da gestão centralizada da economia, o director-geral da Caju de Moçambique estava na dependência hierárquica do Secretário de Estado do Caju e do Ministro da Agricultura, que coordenavam todo o sector do caju.

No sector do caju, Moçambique manteve relações comerciais tanto com os Estados Unidos da América, como com o bloco socialista, especificamente com a União Soviética e a República Democrática Alemã. Para os EUA seguiam as castanhas de melhor qualidade, com maior valor comercial, acarretando maiores divisas. Dos rendimentos da castanha de menor qualidade que se destinava ao bloco socialista, Moçambique pagava o petróleo e outros bens de que carecia para os programas de desenvolvimento (Ribeiro, 2004: 213-214).

Apesar do proteccionismo estatal e das relações comerciais privilegiadas com vários países, não foi possível evitar o declínio da economia do caju e, particularmente, da indústria de processamento. As políticas de desenvolvimento rural, a guerra, os problemas de gestão, a falta de investimentos, as lutas internas pelo controlo dos recursos, são elementos que, interagindo entre si, ditaram a crise da economia moçambicana e, especialmente, da economia do caju. No início dos anos 90, das catorze

fábricas existentes, apenas uma, a Companhia do Caju do Monapo (que continuou nas mãos de privados), funcionava (Leite, 1999: 6-7). Como veremos, ao impor a liberalização da exportação do caju em bruto, o Banco Mundial desferiu o golpe final contra o sector do caju, já moribundo, ao mesmo tempo em que a sua intervenção foi determinante para a reconfiguração das fábricas sob a forma de propriedade privada, e para a adopção de um regime de precarização dos direitos dos trabalhadores.

3.3. Os espinhos do socialismo

3.3.1. A participação política: entre a emancipação e o autoritarismo do Estado

A participação política foi sempre assumida como uma das componentes essenciais da construção do Estado nacional moçambicano. No entanto, é em torno da mesma questão que se levantam algumas das maiores controvérsias da história de Moçambique, colocando-se problemas de convivência entre os projectos de unidade veiculados pela Frelimo e os outros discursos políticos e identitários presentes.

Procurando suplantar as fragilidades de uma identidade territorial e histórica, ancorada nas extensões geográficas coloniais e no passado comum de dominação colonial, o discurso da unidade nacional é produto de uma construção ideológica da Frelimo que se processa num amplo campo de negociação e de luta política. Por isso, à semelhança do que acontece noutros contextos culturais, torna-se fundamental questionar para o caso de Moçambique: quem produz o discurso da unidade? a quem é destinado? que efeitos induz nas práticas sociais? quem se apropria desse discurso? qual é o efeito de proximidade ao poder oficial? (Mendes, 1996:129).

Já durante a luta de libertação nacional, a retórica da unidade tinha sido importante para responder às clivagens existentes dentro da Frelimo e para fundamentar as tentativas de homogeneização das comunidades. As clivagens em causa são expressão

das lutas de poder que se desdobram em, pelo menos, três questões básicas: reivindicação do direito de afirmação política por parte dos grupos que não subscreviam a ideologia dominante do movimento; reclamação de maior representatividade étnica nos órgãos de direcção; reclamação pela preservação das identidades políticas e culturais tradicionais.⁴⁶ Na historiografia oficial da Frelimo, estes conflitos são reduzidos a simples problema de «falta de consciência política» de uma minoria,⁴⁷ não se assumindo a presença de antagonismos de outra natureza, nomeadamente, ideológica, étnica, racial, sexuais e de classe.

A Frelimo, mais concretamente a ala dominante do movimento, reivindicou para si o monopólio da acção política, construindo os mecanismos e o conteúdo da participação dos cidadãos de acordo com os seus parâmetros ideológicos. É certo que a participação dos cidadãos nas decisões e nos processos de execução das políticas foi uma prática inquestionável da Frelimo. Nunca na história de Moçambique foram alcançados níveis de participação tão amplos e capazes de gerar políticas transformadoras como durante a luta de libertação e na primeira república (1975-1990). Mas não é menos certo que essa participação era, no mínimo, paradoxal, na medida em que era fortemente condicionada pelos órgãos centrais do partido, a quem a própria Constituição atribuía o poder de direcção da revolução e das massas populares. Em muitos casos, traduziu-se numa participação endossada para órgãos dirigentes do partido, cabendo ao «povo» a mera tarefa de execução das decisões.

Daí que a estrutura organizacional rígida e fortemente hierarquizada do partido, do governo e do Estado tivesse informado três dos princípios constitucionais estruturantes do Estado moçambicano, aos quais todos os órgãos e todos os cidadãos estavam

⁴⁶ Para aprofundar a discussão sobre a natureza, a intensidade, os protagonistas e as soluções do conflito, ver, por exemplo, Mondlane (1995), Florêncio (2002) e Ncomo (2003).

⁴⁷ Resoluções sobre a Luta Armada (II Congresso, 1968).

estritamente vinculados: os princípios da unidade do poder, do centralismo democrático e da dupla subordinação.

A tendência centralizadora do Estado acentuou-se a partir do III Congresso da Frelimo,⁴⁸ no qual a Frente assumiu oficialmente uma postura mais radical, transformando-se em partido marxista-leninista e conduzindo à primeira alteração profunda da Constituição. A revisão constitucional alterou a estrutura dos órgãos do Estado e a sua relação com o partido, reconhecendo à Frelimo o poder de direcção do Estado e do povo. Não havendo espaço para se equacionar o pluralismo político-partidário em Moçambique, houve uma repressão brutal contra os questionamentos ao projecto da Frelimo. Os campos de reeducação,⁴⁹ o tribunal militar revolucionário,⁵⁰ o Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP),⁵¹ a Operação Produção,⁵² são os exemplos mais dramáticos do controlo político e social a que os cidadãos estavam sujeitos.

A identidade político-ideológica sobrepunha-se a outros elementos identitários e foi assumida como requisito fundamental para a construção da identidade nacional. Como disse Samora Machel, a unidade nacional tem que suceder a unidade ideológica,

⁴⁸ Realizado de 3 a 7 de Fevereiro de 1977.

⁴⁹ Sobre a repressão e as execuções sumárias nos campos de reeducação, ver, por exemplo, os relatos de Bernabé Lucas Ncomo (2003).

⁵⁰ Criado pela Lei n.º 3/79, de 29 de Março, o Tribunal Militar Revolucionário era um tribunal de excepção, competente para julgar, sem direito a recurso e sem garantias de defesa, os crimes contra a segurança do Estado.

⁵¹ O SNASP foi criado pelo Decreto-lei n.º 21/75, de 11 de Outubro. Entre outras competências contendentes com os direitos e liberdades individuais, a direcção do SNASP tinha o poder para ordenar e realizar buscas e apreensões, instruir processos, deter pessoas e determinar-lhes o destino que achasse mais conveniente.

⁵² A Operação Produção teve início em 1983. Tratou-se de uma iniciativa de recrutamento compulsivo de cidadãos desempregados (e de outros considerados «improdutivos») para as zonas rurais onde, em princípio, desenvolveriam actividades de produção.

que a completa e a transforma em instrumento para a realização dos interesses das largas massas exploradas (1974: 109).

A necessidade de viabilização do Estado-nação conduziu a uma tentativa de anulação dos fenómenos que pudessem expor as suas fragilidades e contradições. Neste sentido, a Frelimo foi adversa ao «regionalismo», «tribalismo», «tradicionalismo», «racismo» e a todas as formas de dominação e de diferenciação social, sobrelevando uma ideia abstracta de povo moçambicano. É emblemática a sentença de Samora Machel:⁵³ morra a tribo, para que nasça a nação.

Esta realidade conduziu à intolerância contra as formas locais de organização política, económica e social e contra certas reivindicações identitárias, não apenas porque conotadas com o colonialismo, o obscurantismo, a superstição, a mentalidade medieval, a tradição, a tribo, etc., mas também porque consideradas incompatíveis com o esforço de modernização da sociedade. Por exemplo, do total de 1536 pessoas excluídas das primeiras eleições gerais nacionais (em 1977), 700 faziam parte das estruturas do poder tradicional.⁵⁴ A democracia popular seria construída através de um processo excludente, no qual a afinidade político-partidária ou ideológica era o principal, senão o único, critério de participação.

Contudo, apesar do discurso oficial dominante, seria incorrecto afirmar que a Frelimo foi, em absoluto, adversa ou manipuladora das tradições locais. Por um lado, a intolerância para com as historicidades locais foi bastante selectiva, verificando-se com maior ênfase nos casos em que não representavam uma ameaça séria ao projecto da Frelimo. Por outro lado, o reconhecimento da vitalidade dessas mesmas historicidades levou, em muitos casos, à sua apropriação por parte do Estado. É assim que

⁵³ *Apud* Mazula, 1995:105.

⁵⁴ Segundo o Relatório da Comissão Nacional das Eleições de 1977, apresentado na Assembleia Popular (publicado no BR n.º 150, 1ª série, Suplemento de 24 de Dezembro de 1977).

parcialmente se explica a incorporação de algumas autoridades tradicionais e das respectivas organizações sociais linhageiras nas estruturas administrativas e partidárias. E que, do mesmo modo, se percebe que determinadas práticas, como a poligamia e os ritos de iniciação, tivessem continuado sem uma firme interferência do Estado (Brito, 2001: 40).

No caso das autoridades tradicionais, a cooptação também se verificou no sentido inverso. Perante um novo contexto político, as autoridades tradicionais adaptaram-se, reciclaram-se e manipularam novos códigos e recriaram a sua legitimidade, integrando as estruturas partidárias, do governo e do Estado, como mostram alguns trabalhos sobre Moçambique e sobre outros países africanos (Dinerman, 1999; Gentili, 1999, Harrison, 2002; Mbilana, 1977). As mútuas apropriações compreendem-se num processo de intensa luta política, na qual as autoridades tradicionais procuram continuamente conquistar, preservar ou ampliar os respectivos espaços de actuação.

Esta capacidade de transfiguração política não é, no entanto, exclusiva das autoridades tradicionais. Encontra-se também entre os corpos dirigentes do partido Frelimo que sobreviveram às tragédias da luta de libertação, às convulsões da experiência socialista e aos pactos do reajustamento estrutural, articulando diferentes discursos, recorrendo a novas formas de legitimação do poder, recriando as alianças, etc.

Os cidadãos não foram, portanto, elementos passivos, meramente receptores da política governamental. A implementação do projecto socialista não foi linear em direcção ao progresso, não foi absolutamente coerente, pacífico, nem mobilizou incondicionalmente os cidadãos. O rumo ao socialismo também encerra contradições internas, tensões e reajustamento de posições dos actores sociais, tanto dentro, como fora do Estado. Exigiu uma permanente negociação entre o Estado, as comunidades e os

cidadãos e envolveu apropriações mútuas de discursos, práticas, símbolos e representações.

3.3.2. As sementes e os frutos da guerra quente

Para Geffray (1991), a marginalização das autoridades tradicionais durante o período socialista é a principal «causa das armas em Moçambique». Segundo o autor, os esforços de construção do Estado-nação incapacitaram a Frelimo de reconhecer a diversidade e heterogeneidade histórica dos grupos sociais, olhando para os mesmos como um conjunto aritmético de indivíduos sem qualquer vínculo social. Afirma Geffray que a construção das aldeias comunais constituiu mais uma forma de penetração do Estado nas zonas rurais, do que uma estratégia de desenvolvimento rural. Desta política, explica aquele autor, resultou um desrespeito profundo para com as tradições locais; uma desvantagem económica e social para os cidadãos compelidos a mudar de local de residência, sendo obrigados a permanecer em terras residuais, controladas por chefes rivais ou que lhes eram estranhos. Geffray conclui que os descontentamentos que daqui resultam explicam a adesão voluntária do campesinato à Renamo⁵⁵ (Geffray, 1991).

Problematizando a tese de Geffray, Dinerman (1999) mostra que a relação entre o Estado e as autoridades tradicionais foi mais complexa e que, num contexto de profunda crise económica, o Estado recuperou as formas de produção coloniais (restringindo a liberdade de circulação e reintroduzindo o trabalho forçado) e reforçou o papel das autoridades tradicionais, transformando-as em «chefes de produção» nas aldeias comunais. Segundo Dinerman, à semelhança do que acontecera no período colonial, a política do Estado serviu de pano de fundo para a (re)configuração das

⁵⁵ Resistência Nacional de Moçambique.

hierarquias tradicionais, tendo estas se adaptado aos novos tempos, assumindo uma nova roupagem (no seio ou fora das hierarquias partidárias) e fazendo com que ficasse «tudo em família», apesar das reestruturações político-administrativas (Dinerman, 1999: 134-161).

Alcinda Honwana (2003: 172-184) também mostra que era muita íntima a convivência com as tradições, apesar do discurso oficial de combate ao obscurantismo e à superstição. Sem que constituísse motivo de sanção, durante a guerra, tanto os soldados da Frelimo como os da Renamo, recorriam às instituições tradicionais para a resolução dos problemas e para, com recurso aos poderes mágico-religiosos, se protegerem contra o inimigo.

Mas nalguns casos, o discurso oficial propunha uma certa permeabilidade das instituições do Estado às tradições. O caso da administração da justiça é um exemplo paradigmático. Preocupado em construir uma justiça popular, de proximidade, acessível e compreensível para os cidadãos comuns, o governo implantou uma organização judiciária temperada com concepções e procedimentos das justiças comunitárias, nem sempre coincidentes com a legalidade revolucionária. A necessidade de articulação entre os diferentes corpos jurídicos presentes na sociedade reflectia-se na composição dos tribunais, na natureza dos casos processados nos tribunais, nos procedimentos que estes adoptam, nos mecanismos de tomada de decisão e no próprio conteúdo das decisões. Sachs e Welch (1990) argumentam que para a libertação do direito moçambicano os magistrados devem aprender a enquadrar a sua actuação e a construção do Estado num processo de transformação cultural do povo. Afirmam, por isso, que é importante conhecer as tradições do país porque, por um lado, o direito tradicional está vigente (ainda que num processo de transformação); e, por outro lado, porque muitos dos conceitos-chave do direito tradicional – porque constituintes do património cultural

do povo moçambicano – foram transformados e reintegrados no sistema de justiça popular.

Haverá, certamente, experiências diferentes em Moçambique. Efectivamente, não seria possível sustentar a guerra se a Renamo não tivesse nenhuma base social de apoio e se, a nível do país, não existissem condições para acomodar interesses capitalistas (Machel, 1974; Hanlon, 1984; Geffray, 1991; Honwana, 1996; Minter, 98; Adam, 2006; Pereira, 2006). Para além de ter sido, como vimos, bastante variada, complexa e por vezes ambígua, a relação entre o Estado moçambicano e as autoridades tradicionais, essa relação não pode, por si, explicar o apoio dos últimos à Renamo. «Colaborar» com a Renamo ou com a Frelimo pode, simplesmente, significar uma possibilidade de continuar vivo ou de sobreviver politicamente.

Mais importante do que os jogos de poder, é perceber que as ligações políticas das autoridades tradicionais não determinam necessariamente a posição dos membros das respectivas comunidades. Como diz O'Laughlin (1999), ao optar pelos anciãos como os exclusivos interlocutores das comunidades, a interpretação de Geffray acaba por desconhecer que o campesinato não é homogéneo, comportando diferenciações sociais, sexuais e políticas, etc. Segundo O'Laughlin, as outras vozes estão ausentes no trabalho de Geffray e considera, por isso, que este autor não tem base empírica suficiente para sustentar as suas conclusões. O'Laughlin afirma também que na análise de Geffray a história está ausente, não se reflectindo o peso das transformações políticas, económicas e sociais ocorridas, por exemplo, com o desenvolvimento da economia do algodão em Nampula, com a proletarização dos camponeses nos caminhos de ferro, com a crise económica após a independência nacional, etc. Geffray acabou, assim, por descurar as intersecções entre os mundos rural e urbano, concebendo o campesinato como uma massa que vive exclusivamente no contexto tradicional, dominado por cultos, regras e

práticas tradicionais. Finalmente, diz O'Laughlin, Geffray menospreza dois factores importantes para a explicação das causas e da intensidade da guerra em Moçambique: os processos de consolidação das classes sociais em Moçambique e as articulações entre o imperialismo e as forças nacionais. Para O'Laughlin, as dinâmicas das classes sociais em Moçambique (e concretamente na Frelimo) estão também associadas com as agressões externas, de natureza económica, política e militar.

Independentemente das interpretações que se façam sobre as causas da guerra, é um facto irrefutável que a revolução moçambicana esteve sempre debaixo de fogo, como diz Joseph Hanlon (1984). Não se pode deixar de ter em conta que, reflectindo os interesses geopolíticos presentes na guerra-fria, a África Austral foi campo de uma guerra quente que contou com a intervenção directa de tropas cubanas e soviéticas, de um lado; e, de outro lado, com militares rodesianos e sul-africanos, apoiados por alguns países da NATO, especificamente pelos EUA e pela Inglaterra (Christie, 1996:161; Gentili, 1999:362-363).

A guerra marcou decisivamente a história pós-colonial moçambicana até 1992, altura em que foram assinados os Acordos de Paz entre a Frelimo e a Renamo. Poucos meses depois da independência, em Agosto de 1975, o exército rodesiano iniciou ataques militares contra Moçambique, em resposta ao apoio militar e diplomático do governo moçambicano aos movimentos de libertação da Rodésia.

Depois da independência de Zimbabwe (em 1980), Moçambique continuou a enfrentar outro problema tão ou mais destrutivo e dramático que os ataques do regime de Ian Smith: a acção militar da Renamo e da África do Sul.⁵⁶ Esta guerra desenvolveu-se com muita intensidade em todas as regiões do país, causando danos colossais na

⁵⁶ Inicialmente chamada «guerra de desestabilização» ou «banditismo armado» pelo governo da Frelimo. Depois dos Acordos de Roma, passou a chamar-se «guerra dos 16 anos», sendo que a Renamo afirma que foi a «guerra pela democracia».

economia nacional e na vida das pessoas. Uma boa parte dos ataques militares visava atingir alvos económicos estratégicos, inviabilizando todos os projectos de desenvolvimento em curso no país e no âmbito da SADCC.

O Acordo de Não-agressão e Boa Vizinhança (Acordo de N`komati), assinado entre Moçambique e África do Sul em 1984, trouxe algumas esperanças de paz para a África Austral. No Acordo, a África do Sul comprometeu-se a pôr fim aos ataques militares contra Moçambique e a cessar o apoio à Renamo; e o governo moçambicano comprometeu-se a retirar o apoio militar ao Congresso Nacional Africano (ANC).

O jornalista moçambicano Carlos Cardoso entendia o Acordo de N`komati como uma recuperação da política ensaiada por John Voster nos anos 70. Voster, preocupado com os custos económicos e políticos da guerra, planeava uma estratégia de refreamento em relação às leis raciais e aos ataques militares contra os países vizinhos. Para Carlos Cardoso, do ponto de vista dos interesses do capitalismo sul-africano, o militarismo posteriormente seguido por Pieter Botha teve efeitos desastrosos, retraindo o mercado sul-africano e oferecendo menores possibilidades de colocação de produtos ocidentais (e americanos, em particular) na África Austral. Carlos Cardoso entendia, por isso, que perante a crescente condenação do *Apartheid* a nível internacional, com o Acordo de N`komati, o governo de Pretória pretendia ganhar credibilidade e algum tempo – cerca de dez anos – para consolidar os bantustões e assim manter o domínio da minoria branca na África do Sul. Deste modo, segundo Cardoso, podia Pretória estar a tentar passar de uma política de recuo militar para uma posição de ofensiva económica tendente a levar a economia do país à retoma da hegemonia regional.⁵⁷

⁵⁷ Carlos Cardoso (1984). «O penoso regresso a Voster». In *Revista Tempo* n.º 700, de 11 de Março de 1984, pp. 8-10.

A história deu razão a Carlos Cardoso, mesmo quanto ao horizonte temporal da queda do *Apartheid*.⁵⁸ Mas para Moçambique, o Acordo de N`komati fazia parte de uma estratégia mais alargada de rompimento do cerco diplomático ao qual Moçambique estava amarrado, gozando de pouca simpatia no Ocidente e com o apoio dos países do Leste europeu, mais virado para as questões militares.

Contudo, tanto o apoio à Renamo, como os ataques directos do exército sul-africanos a Moçambique, continuaram até à queda do *Apartheid*. Ao combinar os ataques indiscriminados e brutais contra as populações, os pontos-chave da economia (machambas, fábricas, lojas, transportes, comunicações e energia), os serviços administrativos do Estado e os sectores sociais, a guerra produziu danos inestimáveis na sociedade moçambicana, tanto económicos e sociais, assim como traumas psicológicos com os quais as pessoas passariam a conviver no contexto da paz e da democracia multipartidária, como mostra J. P. B. Coelho (2003).⁵⁹

⁵⁸ O *Apartheid* foi formalmente abolido em 1990. Em 1994 realizaram-se as primeiras eleições gerais livres na África do Sul.

⁵⁹ Alguns dados ilustrativos: o número de deslocados de guerra chegou a representar 40% da população do país. No fim dos anos 80, o corredor da Beira operava em apenas 40% da sua capacidade; e as ligações para Malawi e para as minas de Moatize foram encerradas. Nos anos de maior seca (entre 1981 e 1983) morreram cerca de 100 mil pessoas por não terem podido receber a ajuda alimentar. Entre 1983 e 1987, a rede escolar e a rede de saúde foram destruídas em cerca de 45 e 86%, respectivamente (Minter, 1998: 52; 252-253; Hanlon, 1984: 216-217; Mosca, 2005: 215-218).

3.3.3. Os limites da planificação centralizada e a guerra por outros meios

A avaliação crítica da política de planeamento central é relativamente abundante.⁶⁰ Encontram-se nessas análises factores comuns que explicam as dificuldades de gestão estatal, centralizada, da economia: o abandono generalizado das unidades de produção por parte dos antigos proprietários, obrigando o Estado a alargar a sua acção para áreas inicialmente não previstas;⁶¹ carência de quadros com experiência e capacidade de gestão; dificuldades práticas em formular planos de produção consistentes para todas as empresas sob o controlo do Estado; inflexibilidade dos planos, por não reflectirem as dinâmicas do mercado nem as particularidades dos sectores de trabalho; impossibilidade de exercer um controlo efectivo sobre as empresas; a guerra; a instabilidade macroeconómica; a indisponibilidade de investimentos, etc. Particularmente em relação ao último factor, a conjuntura política e económica mundial tornava Moçambique um lugar pouco apetecível para a colocação de investimentos estrangeiros, na sua maioria vinculados ao poder colonial, como explica Joseph Hanlon (1984: 84-85).

Os problemas financeiros resultavam também das dificuldades de arrecadação de receitas próprias. Como vimos, uma parte significativa das receitas de Moçambique provinha da prestação de serviços. Tratava-se de uma estrutura económica – um legado colonial – que tornou Moçambique dependente dos serviços prestados na área dos transportes e no fornecimento de mão-de-obra aos países vizinhos. Daí que, no contexto dos conflitos políticos da África Austral, à semelhança do que aconteceu com a confrontação militar, a guerra económica se tivesse centrado naquelas áreas.

⁶⁰ Alguns exemplos: Egerö, 1992; Abrahamsson e Nilsson, 1994; Pitcher, 2002; Francisco, 2003; Mosca, 1999; 2005; Adam, 2006; Ratilal, 2006.

⁶¹ «O estado a gerir barbearias?», questiona Yusuf Adam (2006: 121-125), ao analisar as políticas de desenvolvimento em Moçambique, entre 1978 e 1984.

Poucos meses depois da independência nacional, Moçambique aplicou sanções económicas à Rodésia,⁶² fechando-lhe o acesso aos portos. As Nações Unidas estimam que, em consequência desta medida, Moçambique sofreu prejuízos em 600 milhões de dólares americanos, correspondentes a mais de duas vezes o valor das exportações anuais no seu melhor ano de comércio externo, ou seja, 1981 (Christie, 1996:149; Ratilal, 2006: 5).

Em resposta, a África do Sul procurou explorar ao máximo a vulnerabilidade da economia de Moçambique. Não só reduziu drasticamente o movimento de mercadorias através dos portos moçambicanos, como, em 1980, a Câmara de Minas da África do Sul baixou para cerca de 30% o recrutamento de mão-de-obra moçambicana para as minas. Simultaneamente, foi revogada a Convenção de 1928 que permitia ao governo de Moçambique o pagamento diferido dos salários dos mineiros e que o autorizava a usar 60% dos salários para comprar ouro a um preço preferencial (Christie, 1996:172). Cortando uma das tradicionais e principais fontes de divisas, esta decisão provocou danos avultados na economia de Moçambique, colocando o governo perante o dilema de saber que destino dar aos potenciais trabalhadores que já não podiam ir para as minas.⁶³

Do Leste europeu também não chegaram os apoios desejados. Os interesses estratégicos de um dos mais importantes aliados de Moçambique – a União Soviética – ficaram relativamente prejudicados porque Moçambique opôs-se à constituição de uma base militar soviética, defendendo o princípio da conservação do oceano Índico como

⁶² As sanções tinham sido decretadas pelas Nações Unidas, como parte da pressão internacional para a independência de Zimbábue.

⁶³ Ao abrigo de acordos de cooperação, a República Democrática Alemã foi um dos novos destinos dos trabalhadores moçambicanos na década de 1980. Sobre este assunto, ver Oppenheimer (2004).

zona de paz e sem armas nucleares.⁶⁴ Esta opção política fez com que os apoios militares e económicos da União Soviética (e do bloco do Leste) estivessem muito aquém das necessidades de Moçambique. No início dos anos 80, a candidatura de Moçambique ao *Council for Mutual Economic Assistance* (COMECON) foi rejeitada, agravando-se, assim, as dificuldades para a implementação dos planos de desenvolvimento (Hanlon, 1984: 214-235).

Estes constrangimentos foram nefastos para a economia de Moçambique e, conseqüentemente para o emprego, para o rendimento familiar, para o consumo, para a estabilidade social, etc. Mas as dificuldades impostas pela guerra não só tornaram espinhosa a gestão centralizada da economia e o controlo da máquina burocrática do Estado, como também proporcionaram as condições para a acomodação dos interesses particulares dos gestores das empresas estatais e dos altos funcionários do Estado.

É certo, como diz Yussuf Adam, que as necessidades de sobrevivência levavam a que quase todos os grupos sociais procurassem contornar o rigor do centralismo político e económico: os camponeses vendiam os produtos excedentários no mercado paralelo; alguns camponeses recusaram-se a viver nas aldeias comunais; os comerciantes fugiam ao controlo do governo; os grupos religiosos organizaram redes clandestinas e a igreja católica adoptou uma estrutura organizacional muito semelhante aos comités da FRELIMO; etc. (Adam, 2006: 152-153). Mas de todos aqueles grupos, os comerciantes, os gestores das empresas estatais e os altos funcionários do Estado foram os que estiveram em condições de, por um lado, transformar as dificuldades, as contingências históricas, em estratégias de acumulação de capital. São os mesmos grupos que mais tarde também colheram as vantagens dos programas de reajustamento estrutural.

⁶⁴ Artigo 24.º da Constituição de 1975.

Como mostra o trabalho de Bessa Ribeiro, para o caso das fábricas de caju, cedo foi desvirtuada a participação dos trabalhadores na gestão empresarial, assumindo os directores o controlo absoluto das unidades industriais, sob a direcção do governo. De acordo com aquele autor, o posicionamento dos gestores reflecte os interesses da elite político-burocrática do Estado, «cada vez menos fazendo reserva dos objectivos de longo prazo que acalentava enquanto camada social privilegiada» (Ribeiro, 2004: 204-205). Em torno da economia do caju desenrolaram-se conflitos de interesses também entre os gestores estatais, ávidos pelo controlo das exportações de castanha processada. Este controlo proporcionaria pagamentos de comissões (e outros benefícios) em dólares americanos, ao mesmo tempo que contribuiriam para reforçar a posição dos gestores no aparelho do Estado (Ribeiro, 2004: 213).

A planificação centralizada e a modernização do Estado fracassaram também nas zonas rurais. Por um lado, a concentração das populações nas aldeias causou maior intensificação na exploração dos recursos naturais, com consequentes prejuízos para o ambiente e para a produção (Mosca, 1999:138). Por outro lado, em certas aldeias comunais o Estado replicou as formas coloniais de produção e de organização social, proporcionando o aparecimento (ou até o crescimento) de uma classe de privilegiados (autoridades tradicionais, membros do partido e dos Grupos Dinamizadores e outros notáveis) que controlavam o acesso à terra e a produção e comercialização de produtos; e recuperando (e, nalguns casos, subvertendo) as antigas hierarquias tradicionais. Também no campo emergiram, pois, tensões entre as experiências embrionárias de democracia participativa e o autoritarismo das autoridades tradicionais e do Estado (Dinerman, 1999; Geffray, 1991).

Ainda que autores, como João Mosca (1999:137) e Bridget O'Laughlin (1999: 125-129) afirmem que os métodos coercivos foram excepcionais em Moçambique, que

constituíam desvios às directivas existentes e que, em zonas de guerra, a colectivização e as restrições à liberdade de circulação também foram forçadas pelas necessidades de defesa, não é menos certo que estas experiências produziram efeitos perversos. Com as aldeias comunais, o Estado não alcançou os níveis de transformação social a que se propunha e, conseqüentemente, não melhorou as condições de vida dos cidadãos. Como realça James C. Scott, os projectos de modernização, ao se articularem com a ordenação administrativa da sociedade e com o autoritarismo de Estado, falharam na concretização do objectivo utópico de transformação da vivência das pessoas, da sua conduta moral, das identidades, etc. Este fracasso resulta, em última análise, da impossibilidade de uniformização da vida (Scott, 1998: 77-78; 87-90; 93-95).

A reacção do governo, reforçando o controlo e o aparelho repressivo (Ofensiva Política e Organizacional;⁶⁵ publicação de leis de defesa da economia, com penas severas; reforço da vigilância popular; etc.), não foi suficiente para resolver os problemas que enfrentava, não conseguindo travar as pressões das emergentes elites urbanas e rurais, que reivindicavam um espaço de actuação na política e na economia moçambicana.

3.3.4 O caso da Companhia de Culturas de Angoche: o sabor amargo da castanha

Segundo Bessa Ribeiro, no conjunto do parque industrial de Moçambique, a indústria do caju – que envolve grande complexidade produtiva – foi a mais afectada pela saída dos proprietários e técnicos portugueses, durante os primeiros anos de independência. O autor mostra que eram várias as razões do abandono das fábricas e da intervenção do Estado nas mesmas: sabotagem industrial; não contribuição para o

⁶⁵ Tratou-se de uma iniciativa do governo nos anos 80, que envolveu deslocações dos seus membros para os diferentes sectores produtivos e de organização social, no sentido de detectar os problemas de que o país enfermava e apontar soluções imediatas.

desenvolvimento do país; e a guerra. Para Bessa Ribeiro, o caso da Anglo-American Corporation of South Africa, accionista maioritária de duas fábricas, a Mocita (em Xai-Xai) e a Antenes (em Angoche), é ilustrativo da indisponibilidade dos industriais em contribuir para o desenvolvimento de Moçambique, fora dos parâmetros das relações coloniais. Apesar dos apoios oferecidos pelo governo e pelo Banco de Moçambique, todas as propostas foram ostensivamente rejeitadas ou ignoradas pela Anglo-American Corporation of South Africa, procurando desestabilizar ao máximo a economia moçambicana (Ribeiro, 2004: 202-204).

Para além da Antenes, existiam mais duas fábricas de caju em Angoche: a Cajuca – Sociedade Industrial de Caju e Derivados e a Companhia de Culturas de Angoche (CCA). Esta última conciliava a componente agro-pecuária (criação de gado bovino e plantações de sisal e de caju) com a produção industrial. A fábrica estava implantada na cidade de Angoche e as plantações e o gado situavam-se em vários distritos da província de Nampula, encontrando-se a maior concentração em Natiri, uma localidade do posto administrativo de Nametória, onde é cultivado o sisal.⁶⁶

Das três fábricas existentes em Angoche na altura da independência, a CCA⁶⁷ foi a única que não foi formalmente intervencionada ou nacionalizada, embora o Estado tivesse tido alguma responsabilidade em relação ao seu destino. O caso da CCA é outro exemplo de inconciliação de interesses entre o capital estrangeiro e o Estado, desavindos em relação às regras de amortização das dívidas da empresa para com o Estado e quanto ao tipo de intervenção da empresa nas novas políticas de desenvolvimento. A CCA fez um conjunto de três propostas: o pagamento de uma parte da dívida no prazo de 10 anos, a uma taxa de juro de 5%; a conversão da outra parte da dívida em acções a favor do Estado; o estabelecimento de uma linha de crédito num

⁶⁶ Sobre a divisão político-administrativa do distrito de Angoche, ver capítulo IV.

⁶⁷ A CCA foi montada em 1963, tendo começado a funcionar em 1964.

banco suíço, para o pagamento das despesas de assistência técnica e de importação de equipamento. Do lado oposto, o Estado considerava inaceitável a proposta de amortização das dívidas da CCA; e exigia que a empresa aumentasse os investimentos, antes de proceder à divisão dos lucros entre os sócios.⁶⁸

Perante este desacordo, os accionistas da CCA decidiram abandonar a fábrica em 1981, levando consigo os especialistas estrangeiros. Estando conscientes de que a fábrica, sobretudo sem técnicos qualificados, não estaria em condições de continuar a produzir, a CCA fez saber ao governo moçambicano que os especialistas poderiam colaborar na transferência gradual de responsabilidades para os moçambicanos, mediante o pagamento de uma «compensação adequada» no estrangeiro.⁶⁹

Depois do abandono dos accionistas e dos técnicos qualificados, uma comissão de trabalhadores, naturalmente tutelada pelo Estado, garantiu a gestão da empresa, entre os anos 1981 e 1984. À semelhança do que aconteceu em Manjacaze (Ribeiro, 2004: 317-322), o entusiasmo do operariado pela independência e as experiências acumuladas durante anos de trabalho, permitiram dar continuidade ao processo produtivo. Também na CCA, o Grupo Dinamizador (criado em 1974) e o Conselho de Produção (criado em 1977) foram estruturas importantes de articulação entre o sector produtivo e o partido Frelimo. No entanto, os problemas de gestão não permitiram o pagamento de sete meses de salários no último ano de gestão. Este problema arrasta-se até hoje, sendo a causa do movimento de reivindicação dos trabalhadores.

Em 1984, por ordem do então Secretário de Estado do Caju, foi interrompido o processamento do caju na CCA, alegando que não existia matéria-prima suficiente para continuar a produção. 1793 trabalhadores da fábrica (entre os quais 435 mulheres) e 719

⁶⁸ Carta de H. P. Amman, director da CCA, dirigida ao Secretário de Estado do Algodão, no dia 15 de Maio de 1981. Este documento foi-me fornecido por um trabalhador da CCA.

⁶⁹ Carta do director da CCA, de 15 de Maio de 1981, dirigida ao Secretário de Estado do Algodão.

trabalhadores das plantações de Natiri receberam uma declaração escrita, informando-os da sua «situação de dispensa por um período indeterminado até que a situação se normalize», por impossibilidade de «enquadramento». Entretanto, na altura da suspensão das actividades da CCA, o Secretário de Estado do Caju prometeu vender a castanha em *stock* – cerca de 40 mil toneladas de castanha e amêndoa – para pagar os sete meses de salário em atraso. Desde então, a fábrica passou sucessivamente por várias mãos, tendo sido finalmente adquirida pela Gani Comercial em Janeiro de 2003.

A situação nunca mais se normalizou. Sofrendo na pele os dramas de um «país de promessas sem destino»,⁷⁰ os trabalhadores até hoje não regressaram à fábrica, nem receberam os salários que lhes são devidos. Poucos anos depois de fechar a fábrica iniciou uma batalha política popular sem precedentes na história de Moçambique pós-colonial, na qual os trabalhadores exigem, até hoje, o pagamento dos salários em falta. Resta-lhes um quotidiano de luta, sobrevivência sofrida e de ressentimento contra o governo que não escapa a comparações com o poder colonial. As histórias do trabalho na fábrica convocam memórias e registos identitários aparentemente contraditórios, repartidos entre a nostalgia de um passado colonial, a lealdade para com o governo e os ideais da independência nacional, e a exaltação da singularidade da história do povo de Angoche. Estas contradições interpenetram-se e reflectem-se nos processos de luta dos trabalhadores contra os interesses privados e do governo em Angoche.

⁷⁰ Expressão utilizada por Abdul Rafik na entrevista colectiva aos trabalhadores da CCA, realizada no dia 13 de Junho de 2006.

3.4. Programa de Reabilitação Económica: a dança dos elefantes⁷¹

O primeiro sinal de que a adesão ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional era uma condição imprescindível para que Moçambique beneficiasse de apoio para enfrentar a crise foi dado em 1983 quando, por causa da seca, o governo solicitou ajuda alimentar à comunidade internacional. A ajuda foi, antes, reduzida, obrigando o governo a assinar o primeiro acordo com o Banco Mundial, que disponibilizou imediatamente 45 milhões de dólares.⁷² No ano seguinte, Samora Machel visitou os EUA, numa tentativa de colher maiores apoios do Ocidente. Nesta operação de charme, Samora Machel viria a proferir declarações que marcaram uma certa viragem de Moçambique na relação com os seus aliados tradicionais:

Pergunta: Acha que haverá alguma mudança do seu ponto de vista em relação à União Soviética depois desta visita aos Estados Unidos?

Samora Machel: Pensa que a União Soviética é patrão em Moçambique? Que quero mudar esse patrão por Washington? Vocês querem ser meus patrões? Pensam que a União Soviética é meu patrão e por isso estou aqui para ver se mudo o antigo patrão? Olhe, na vida só tive um patrão: o colonialismo português [...] Visito os Estados Unidos como Chefe de Estado da República Popular de Moçambique, não como província ou como uma das repúblicas da União Soviética. E aqui venho como convidado, para consolidar as relações diplomáticas, políticas e estabelecer a cooperação económica, científica e técnica com os Estados Unidos; consolidar o que nos une e eliminar o que nos desune. Portanto não vim aqui

⁷¹ Outra versão do provérbio africano mencionado na introdução a este capítulo: quando os elefantes dançam, quem sofre é o capim.

⁷² O Decreto n.º 6/84, de 19 de Setembro autoriza a celebração do acordo entre Moçambique e o BM e FMI. Como vimos, neste mesmo ano Moçambique assinou o Acordo de N'komati com a África do Sul, como um sinal de abertura para o diálogo com o Ocidente.

*para trocar de nada, porque não tenho patrão. O meu patrão é o meu povo,
não quero mais nenhum.*⁷³

Uma nova vaga de pressão internacional deu-se em 1986, quando a ajuda alimentar foi novamente travada até que Moçambique concordasse com o pacote do reajustamento estrutural (formalmente introduzido em 1987). Foram, então, introduzidos pacotes legislativos e montadas determinadas estruturas burocráticas que tornaram possível e viável a transição para o neoliberalismo. Com a adesão a estes programas, a «ajuda» externa aumentou de 360 milhões de dólares em 1985, para 700 milhões em 1987 e, pelo menos, 1 bilião por ano a partir de 1990, transformando Moçambique no maior beneficiário da «ajuda externa» na África sub-sahariana (Hanlon, 1996: 15-16). A implementação dos programas de reajustamento estrutural em Moçambique foi não só importante para enfrentar a situação de emergência como também condicionou, de forma decisiva, o fim da guerra no país.

Em África, a matriz da governação (a «boa governação»), procura, no geral, responder ao «fracasso» dos estados africanos, alegadamente produto do dirigismo estatal, do neo-patrimonialismo e das distorções do mercado que lhes são associadas (Mkandawire e Olukoshi, 1995a: 2-11; Macamo, 2002). Assim, em regra, nos chamados países em desenvolvimento, o reajustamento estrutural obedece a um núcleo invariável de medidas económicas (austeridade orçamental, privatizações e liberalização dos mercados), políticas (democracia representativa e multipartidária, primado do direito,

⁷³ Conferência de imprensa de Samora Machel nos EUA, publicada na Revista Tempo n.º 783, de 13 de Outubro de 1985, pp. 22- 25. A visita aos EUA foi também importante para o alargamento da luta contra o apartheid na África do Sul. Um ano depois da visita, a 19 de Outubro de 1986, Samora Machel morreu num acidente de avião ainda não esclarecido, sobre qual pairam legítimas suspeitas de ter sido deliberadamente provocado.

etc.), administrativas (descentralização, simplificação de procedimentos, transparência governativa) (Hutchful, 1995).

No plano económico, em Moçambique, as preocupações centraram-se no aumento da eficácia e da racionalidade empresarial, no redimensionamento do papel do Estado e no aumento da sua capacidade financeira, procurando reduzir os défices internos e externos (Francisco, 2003: 164-172). As privatizações assumiram proporções bastante amplas em Moçambique, alargando-se para todos os sectores que antes tinham sido objecto de intervenções e nacionalizações por parte do Estado (educação, saúde, habitação, transportes, banca, seguros, entre outros). Na maior parte dos casos, o Estado manteve a sua actividade, concorrendo, embora nas piores condições, com agentes privados. Noutros casos, o mercado passou a ser exclusivamente dominado por privados, como é o caso da banca.

Moçambique seguiu fielmente as prescrições do Banco Mundial, a ponto de ser considerado pelos «doadores» ocidentais, o «bom aluno do Banco Mundial», «o exemplo africano» a ser seguido por outros países. O que lhe confere essa singularidade é, naturalmente, o número alargado de empresas privatizadas num curto espaço de tempo. No entanto, os números referentes às empresas privatizadas não são coincidentes. Pitcher (2002:147) afirma que tinham sido privatizadas cerca de 1000 empresas até ao ano 2000. Cramer (2001:1), citando dados da Unidade Técnica para a Reestruturação das Empresas (UTRE), menciona 1400 empresas privatizadas, apenas nos anos 90. Num estudo sobre o impacto das privatizações em Moçambique, a empresa de consultoria Métier (2005:12) identifica 1254 médias e grandes empresas privatizadas até 1997.

As privatizações em Moçambique andaram a par de uma pressão para a liberalização dos mercados. Como veremos no ponto seguinte, a articulação entre as

privatizações e a liberalização na economia do caju conferiu um condimento específico, contextual, ao capitalismo praticado em Moçambique. A burguesia local procurou ajustar-se, influenciando (quando possível) as políticas nacionais e globais de desenvolvimento e tirando partido das dinâmicas do mercado.

A reestruturação do sistema político moçambicano foi uma das condições mais importantes para a paz e para o êxito do Programa de Reabilitação Económica. Assim, a nova Constituição de 1990 introduziu a democracia representativa liberal, e em 1994 realizaram-se as primeiras eleições multipartidárias em Moçambique. Trata-se, no entanto, de uma «democracia de baixa intensidade» (Santos e Avritzer, 2003: 37), com um défice de participação política e que funciona nos limites estritamente necessários para legitimar o poder político, principal interlocutor do capitalismo central. Os indícios de fraude eleitoral,⁷⁴ os boicotes eleitorais,⁷⁵ a amplitude do que Carlos Serra (1999) designou «o eleitorado incapturável», a sistemática contestação dos resultados eleitorais, as recorrentes ameaças de uma nova guerra, as declarações de intenções de anular a oposição política, a ausência de mecanismos institucionais de participação popular e de prestação de contas, são alguns dos sintomas das fragilidades do sistema democrático moçambicano.

A introdução da democracia liberal tem sido acompanhada por um amplo programa de reforma do Estado, no qual destaco as componentes administrativa e judiciária. A primeira teve início com a institucionalização das autarquias e dos órgãos locais do Estado,⁷⁶ passou pela aprovação da lei dos órgãos locais do Estado e

⁷⁴ Ver Acórdão do Plenário Tribunal Supremo de Moçambique, publicado no Boletim da República n.º 32, I Série, de 17 de Agosto de 1998.

⁷⁵ Por exemplo, a Renamo não concorreu às primeiras eleições autárquicas realizadas em 1998, tendo levantado suspeitas de irregularidades no processo eleitoral.

⁷⁶ Lei 2/97, de 18 de Fevereiro.

respectivo regulamento⁷⁷, pelo reconhecimento das autoridades comunitárias locais,⁷⁸ e culminou com a consagração constitucional do princípio da descentralização e desconcentração, no sentido de promover a modernização e eficiência dos serviços administrativos.⁷⁹

Nos processos de descentralização e desconcentração, enquanto mecanismos de delegação de funções dos órgãos centrais do Estado para as estruturas administrativas periféricas (Guambe, 1996:147), as autoridades tradicionais têm merecido especial atenção por parte do Estado e dos partidos políticos. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2003b: 83), o reconhecimento das autoridades tradicionais por parte do Estado tem sido minimalista, sendo concebidos como meros auxiliares administrativos do Estado. Às autoridades tradicionais tem vindo, pois, a ser reconhecido um papel instrumental semelhante ao que desempenhavam no período colonial (cobrança de impostos, angariação de força de trabalho, mobilização da população para actividades organizadas pelo Estado, gestão de terras, resolução de conflitos, direcção de cultos), sendo-lhes assistidos o mesmo tipo de direitos (retenção de uma parte dos impostos, ostentação de insígnias, participação em rituais públicos).

Quanto à segunda componente da reforma do Estado, a reforma do judiciário, ela situa-se num processo mais abrangente de institucionalização do direito como um dos principais instrumentos da globalização neoliberal. O *rule of law*, o consenso judicial, como um dos pilares do chamado Consenso de Washington, exige a adopção de um novo enquadramento jurídico do desenvolvimento que incorpore as trocas comerciais, os movimentos financeiros e o investimento (Santos, 2000a). A reforma do judiciário em Moçambique procura responder a esta preocupação, sendo entendida pelo

⁷⁷ Lei n.º 8/2003, de 19 de Maio e Diploma Ministerial n.º 80/2004.

⁷⁸ Decreto 15/2000, de 20 de Junho.

⁷⁹ Art. 250.º da Constituição da República.

governo como um meio importante para a criação de um ambiente favorável de negócios. A acção dos tribunais visa fundamentalmente, por um lado, assegurar a coesão social a níveis aceitáveis, tornando o país governável e, por outro lado, contribuir para uma maior previsibilidade e segurança jurídica no mundo dos negócios. Ficam, assim, fora das prioridades do governo todas as outras exigências de acesso à justiça, nomeadamente de efectivação dos direitos humanos.

Anne Pitcher (2002: 129-131) põe a questão da relação entre as agências internacionais de desenvolvimento e Moçambique em termos semelhantes aos que Mitchell (2002) coloca em relação ao Egipto. Segundo aquela autora, é verdade que a influência do Banco Mundial sobre Moçambique tem sido perversa. Os doadores frequentemente contratam consultores estrangeiros para analisarem toda a situação de Moçambique e prescreverem soluções para os problemas, desde a questão da produção do caju até ao problema do comércio informal, ainda que tenham um conhecimento muito limitado da realidade do país. Mesmo que reivindicuem uma racionalidade exclusivamente técnica, economicista, os consultores são politicamente motivados. Reforçam ou legitimam a posição do Banco Mundial e de outros doadores, como também vão ao encontro dos interesses políticos e económicos de certas camadas da sociedade moçambicana.

Por isso, a articulação das medidas – económicas, políticas e administrativas – inerentes ao programa de reajustamento estrutural não só deu outra coerência e novos conteúdos materiais às políticas de desenvolvimento, como também permitiu a penetração do capital estrangeiro e a recomposição dos interesses da burguesia moçambicana, respondendo, assim, a diferentes expectativas e pressões sociais. Por exemplo, se as receitas do Banco Mundial determinaram os parâmetros e os ritmos das privatizações, já o controlo do processo das privatizações (a definição das regras, o

estabelecimento dos procedimentos, a identificação dos candidatos elegíveis e a selecção dos eleitos, etc.) foi feito pelo Estado (Pitcher, 2002: 130-131). Tomando as privatizações como um exemplo, verifica-se aqui uma lógica clara de ocupação dos espaços e de distribuição do poder económico: as pequenas e médias empresas são destinadas aos empresários nacionais (na sua maioria, políticos, membros do aparelho burocrático do Estado, militares e respectivos familiares) e as grandes empresas entregues aos investidores estrangeiros (Francisco, 2003:164; Pitcher, 2002: 147-167).⁸⁰ Como veremos para o caso das fábricas do caju, os empresários moçambicanos colocam-se numa posição privilegiada que lhes permite incorporar novos discursos, agregar novos aliados, reequacionar as práticas, influenciar as políticas de desenvolvimentos ou tirar benefício das mesmas.

Se há diferentes percepções sobre os resultados macroeconómicos do programa de reajustamento estrutural em Moçambique, havendo quem inclusivamente desconfie da isenção dos métodos e dos resultados de avaliações optimistas das agências internacionais de desenvolvimento (Abrahamsson e Nilsson, 1995: 31), o mesmo não acontece em relação aos seus efeitos sociais. Os eventuais êxitos económicos de Moçambique não ocultam, nem compensam, os custos sociais causados pelas privatizações e liberalizações. O caso da indústria da caju é um dos exemplos paradigmáticos do duplo fracasso da política neoliberal: não gerou os ganhos económicos previstos e produziu resultados sociais desastrosos. O capim continuou a sofrer.

⁸⁰ Sobre a estrutura organizativa das privatizações, ver Pitcher (2002: 131-139) e Métier (2005).

3.4.1. A crise da indústria do caju: o dramático aperto do cinto⁸¹

No início dos anos 90, apenas uma fábrica do caju estava em funcionamento em Moçambique, e era uma das seis fábricas que continuaram nas mãos de privados (Leite, 1999: 6-7). A capacidade total instalada no país era, nesta altura, de 70 mil toneladas por ano, sendo que a única fábrica em funcionamento absorvia apenas 6 mil. A Caju de Moçambique que, no conjunto das fábricas que estavam sob a sua gestão, processava 80% do caju moçambicano, suspendeu as suas actividades, desde que iniciou o processo de privatização em 1992. Como vimos, a paralisação das fábricas esteve relacionada com os problemas trazidos pela guerra, pelo abandono por parte dos técnicos qualificados e dos antigos proprietários e com a indisponibilidade de matéria-prima.

Nos esforços de recuperação económica, o governo apostou na revitalização das fábricas do caju, apoiando os novos investidores, na sua maioria moçambicanos. Reconhecendo a importância da indústria do caju para a economia nacional e a eventual debilidade financeira dos empresários moçambicanos, o governo vendeu quatro das sete fábricas privatizadas a preços muito abaixo dos que tinham sido estabelecidos (em média, cerca de 17% do valor inicial). Os investidores também tiveram a prerrogativa de trabalhar durante um ano, antes de começarem a amortizar a dívida, como também lhes foram concedidos 10 anos de isenções fiscais e de redução de taxas alfandegárias para a importação de equipamento. Além do mais, o governo assumiu a responsabilidade por parte das dívidas acumuladas pelo conjunto das fábricas anteriormente intervencionadas, no valor de 12 milhões de dólares. Os novos investidores nacionais eram constituídos por familiares de governantes, a Enacomo⁸² e

⁸¹ Nos meados dos anos 80, Joaquim Chissano, então Presidente da República de Moçambique, plebiscitava a nova ordem político-económica nos comícios. Apelava ao aperto do cinto, em nome de um futuro melhor.

⁸² A Enacomo era uma empresa estatal que entretanto foi privatizada. Foi adquirida por um consórcio de sociedades moçambicanas.

algumas empresas ligadas à comercialização de caju em bruto, como é o caso do grupo AGT- Gani Comercial (Pitcher, 2002: 225-226; Ribeiro, 2004: 222-224).

Nos primeiros anos de recuperação, apesar dos apoios do governo, a indústria moçambicana do caju debatia-se com problemas financeiros e de eficiência, não estando, ainda, em condições de absorver uma parte considerável da castanha produzida. Colocando-se, então, o problema de saber que destino dar à produção excedentária, em 1991 o governo autorizou, a título excepcional, a livre exportação de castanha em bruto, estabelecendo, no entanto, um limite máximo de 10 mil toneladas para cada operador. A taxa de imposto de sobrevalorização na exportação do caju em bruto foi fixada em 60%.⁸³ Com a instalação de interesses fortes em torno da comercialização do caju, no ano seguinte o governo reduziu a taxa de exportação de 60 para 30%. Posteriormente, a conjugação de interesses entre os comerciantes moçambicanos, os importadores indianos, os industriais que operam na Índia e o Banco Mundial, conduziram a uma sucessiva redução drástica da taxa de exportação, primeiro para 20% (em 1995/1996) e depois para 14% (nos anos 1996/1997) (Leite, 1999).

A pressão do Banco Mundial sobre o governo de Moçambique foi, no entanto, determinante para a liberalização da exportação do caju. Hilmarsson, um consultor do Banco Mundial, seguindo a teoria ricardiana das «vantagens comparativas», concluiu que seria mais vantajoso para Moçambique desinvestir na industrialização (dado também o funcionamento precário das fábricas) e dedicar-se exclusivamente à exportação da castanha não processada. Alegadamente, dessa transferência de investimentos criar-se-iam, por um lado, novos postos de trabalho e assegurar-se-ia um maior financiamento do Orçamento do Estado e maiores amortizações da dívida

⁸³ Diploma Ministerial n.º 6/92, de 8 de Junho.

externa, e, por outro lado, com o aumento da procura da castanha em bruto, os preços subiriam, beneficiando os agricultores.

O trabalho de consultoria de Hilmarsson foi rapidamente integrado num relatório oficial do Banco Mundial dedicado aos constrangimentos da indústria de Moçambique, do qual, aliás, aquele consultor foi um dos autores. Para além dos problemas já mencionados, relacionados com a ineficiência técnica e a falta de capitais para investimento, o relatório realça que as privatizações, por si, não eram suficientes para assegurar uma rápida recuperação do sector industrial do caju. Seria, antes, importante eliminar alguns factores de distorção do mercado, nomeadamente a regulação dos preços e as restrições às exportações de castanha em bruto, dominada por um grupo de seis exportadores licenciados pelo governo. Segundo o mesmo documento, estas restrições não permitiam a angariação de maiores lucros por parte dos camponeses, e encorajavam, também, a recuperação de fábricas ineficientes, impedindo o desenvolvimento do sector do caju. Assim, o Banco Mundial recomendou duas medidas para a eliminação das «desvantagens competitivas de Moçambique»: a liberalização da exportação de caju em bruto, alegadamente porque aumentaria a transparência, a concorrência e, por conseguinte, os preços;⁸⁴ e a reconversão da indústria moçambicana para padrões de funcionamento menos mecanizados, mais baratos, com recurso à mão-de-obra intensiva, semelhante aos sistemas de produção das fábricas indianas (World Bank, 1995: viii-ix; xvi-xvii; 17-18; 77-89). Estas recomendações tornaram-se imposições bastante explícitas quando o Banco Mundial afirmou que a liberalização da exportação do caju em bruto era condição necessária para Moçambique continuar a beneficiar de apoio financeiro (World Bank, 1995a).

⁸⁴ O Banco Mundial recomendou que o governo baixasse a taxa de exploração precisamente para 15%, prevendo a sua redução gradual ao longo dos anos seguintes.

A nova política do caju despoletou uma luta pela apropriação da castanha por parte dos comerciantes e dos industriais do caju, e agudizou as fragilidades económicas e sociais dos operários e camponeses, cuja sobrevivência depende dos dois primeiros. A Associação Industrial do Caju (AICaju), em princípio apostada na recuperação e rentabilização das fábricas, opôs-se à liberalização da exportação do caju em bruto. Os industriais não estavam em condições de competir com os importadores indianos; e os comerciantes,⁸⁵ confrontados com os ganhos que advinham da colocação do produto no mercado internacional, tinham interesse em investir na exportação, em detrimento do fornecimento às fábricas nacionais. Por exemplo, na campanha agrícola 1992/1993, o preço *Free On Board* (FOB)⁸⁶ da castanha atingia os 689 dólares americanos por tonelada, contra 271 dólares pagos pelos industriais (Leite, 1999:9). Os industriais defendiam, então, que apenas uma política proteccionista poderia salvar a indústria do caju e os postos de trabalho criados.

Todavia, tanto os comerciantes como os industriais desenvolveram práticas contraditórias, procurando adaptar-se e oscilar ao sabor das dinâmicas do mercado, e tirando proveito das políticas nacionais e dos benefícios económicos proporcionados pelo governo. Alguns industriais, atraídos pelas possibilidades de colher maiores lucros em pouco tempo, lançaram-se para a exportação do caju não processado. Por isso, Pitcher (2002) alerta para o facto de, na prática, haver uma aparente distinção entre industriais e comerciantes, apesar dos diferentes interesses que se encontram na questão

⁸⁵ Os comerciantes defendiam os seus interesses fundamentalmente através da Associação Comercial Industrial e Agrícola de Nampula (ACIANA).

⁸⁶ FOB – Free on Board: o exportador deve entregar a mercadoria, desembarçada, a bordo do navio indicado pelo importador, no porto de embarque. Todas as despesas, até o momento em que o produto é colocado a bordo do veículo transportador, são da responsabilidade do exportador. Ao importador cabem as despesas e os riscos de perda ou dano do produto a partir do momento que este transpuser a amurada do navio.

do caju. Até aos anos 1993/1994, altura em que o preço do caju praticado pelos produtores moçambicanos estava a 1/3 do valor do mercado mundial, os comerciantes tinham interesse em exportar caju em bruto, auferindo lucros avultados. No entanto, na altura da privatização da Caju de Moçambique, alguns desses comerciantes compraram fábricas de caju, beneficiando das condições acima descritas. Quando, por força das pressões do Banco Mundial, a liberalização foi consumada, alguns industriais queixavam-se da política do governo, ao mesmo tempo que exportavam castanha de caju em bruto. A Gani Comercial, a empresa que comprou as fábricas de caju de Angoche, é um exemplo paradigmático dessas práticas contraditórias, mas coerentes do ponto de vista das estratégias de acumulação capitalista (Pitcher, 2002: 230; Leite, 1999: 10; Ribeiro, 2004: 223).

Neste tipo de casos, a retórica da crise da indústria serviu puramente para legitimar o desrespeito pelos direitos dos trabalhadores, como aconteceu na Angocaju – Fábrica de Caju de Angoche, SARL (antiga Cajuca - Sociedade Industrial de Caju). A fábrica foi privatizada em 1994, isto é, um ano antes da publicação do estudo do Banco Mundial, tendo sido vendida por 3 milhões de dólares americanos a um consórcio constituído pela Gani Comercial (que entrou com 35% do capital social), a Enacomo (33%) e o Estado (30%). No momento da adjudicação os sócios pagaram US\$ 600.000,00 ficando com a obrigação de pagar o remanescente em quatro prestações de US\$ 600.000,00 por ano. Em 1997, em consequência da crise, a fábrica ficou paralisada. Ainda que o Estado tivesse disponibilizado cerca de US\$ 1.930.833,00 à Angocaju para o pagamento de indemnizações a 798 trabalhadores, os trabalhadores afirmam que não receberam as indemnizações na totalidade. Desde então interpelam o governo e o Estado moçambicano, exigindo o pagamento dos valores em falta.

A liberalização da exportação da castanha de caju em bruto também implicou o fim do racionamento das licenças de exportação, levando à proliferação de exportadores e de intermediários formais e informais. Entre os agricultores e o mercado internacional, passaram a existir mais três níveis de intervenção na cadeia do caju: pequenos intermediários, armazenistas e, finalmente, exportadores e industriais. Não tendo condições para colocar os produtos directamente nas mãos dos armazenistas ou dos exportadores, os agricultores passaram a estar sujeitos à pressão dos intermediários, formais e informais. Longe de proporcionar ganhos substanciais, o aumento da procura do caju expôs as fragilidades económicas e sociais dos produtores, na sua maioria localizados em zonas bastante dispersas e sem mecanismos fortes de representação dos seus interesses. Ao contrário do que supunha o Banco Mundial, tanto o Estado como os agricultores não tiraram qualquer benefício acrescido da liberalização (McMillan *et. al.*, 2002:10-16).

Para além de não terem trazido os efeitos económicos previstos, a liberalização das exportações foi desastrosa para os trabalhadores da indústria do caju. Em 1998, já existiam cerca de 1000 trabalhadores sem postos de trabalho, com consequências sociais gravíssimas. O encerramento de postos de trabalho permitiu outro tipo de ganhos aos industriais: ao reconhecer o fracasso da política de liberalização, o Banco Mundial subsidiou o pagamento das indemnizações aos trabalhadores. No entanto, houve casos de industriais que pagaram valores inferiores ao que está estabelecido por lei e ao que lhes foi disponibilizado pelo governo, retendo para si o remanescente.

3.4.2. Novas dinâmicas, antigos dilemas: nova escravatura?

Actualmente a Índia domina o mercado mundial da castanha de caju, enquanto país produtor, processador, importador e exportador daquele produto. Entre 1990 e 2000, comprou 84% da produção mundial, seguida da China e de Singapura, cada um

com 4%. A Índia importa castanha de caju em bruto produzida nas diferentes partes do mundo, nomeadamente no sudeste asiático e África (Benin, Costa do Marfim, Gana, Guiné Bissau, Moçambique, Nigéria, Senegal e Tanzânia). A Índia também é o maior exportador mundial de caju processado (concentrando 52% do total das exportações), seguindo-se o Brasil (22%). Moçambique actualmente exporta apenas 2% da produção industrial mundial. Os EUA são os maiores importadores mundiais de castanha de caju processada (34% do mercado mundial), seguido da Índia (32%) (McMillan *et. al.*, 2002:18).

Os importadores americanos, como a multinacional *Nabisco Group Holdings*, desempenham um papel fundamental na fixação dos preços no mercado mundial do caju. Para além de intervir na produção e comercialização de outros produtos agrícolas e industriais na América Latina, a *Nabisco Group Holdings* opera no Brasil e na Índia, onde, em parceria com empresas locais, é proprietária de fábricas de processamento de caju. A Alemanha, a Austrália, o Canadá, a Holanda, o Japão, o Reino Unido e a Rússia, são os outros destinos mais importantes da castanha de caju processada (Chachage e Nyoni, 2002: 25-26).

Com a crise da indústria do caju em Moçambique, foram criadas as condições para a penetração mais firme dos interesses dos industriais (entre os quais alguns instalados na Índia). O Banco Mundial reconheceu o «erro» (e o desastre) da política de liberalização. No entanto, a terapia consistiu numa velha fórmula que, aliás, fazia parte do pacote de soluções estabelecidas no documento que anteriormente recomendara a liberalização das exportações: substituir a tecnologia altamente mecanizada por outra mais simples que requer menos investimentos, e que utiliza mão-de-obra intensiva (World Bank, 1995: 89).

Fazendo um estudo comparativo sobre os níveis de produtividade das fábricas em Moçambique e no Brasil, Bessa Ribeiro mostra a falsidade do argumento de que as tecnologias mais simples permitem produzir castanha de melhor qualidade. De acordo com o autor, o que está em causa neste «debate tecnológico» é uma lógica de rápida acumulação capitalista que um investimento em altas tecnologias não permitiria. Num contexto de grande disponibilidade de mão-de-obra e de flexibilização laboral, é mais vantajoso para os industriais apostar em tecnologias mais simples, capazes de serem manuseadas sem que para tal seja necessária uma qualificação ou formação específica (Bessa Ribeiro, 204: 379-406).

No fundo, os industriais do caju anteciparam-se à revisão da lei do trabalho de Moçambique, reclamada pelo Banco Mundial e pelos empresários que operam no país. A lei do trabalho tem sido vista como um dos entraves mais sérios aos investimentos, alegadamente porque reconhece excessivos direitos aos trabalhadores. Assim, para o governo, a revisão da lei do trabalho (no sentido da flexibilização do mercado) é prioritária, sendo assumida como um requisito essencial para a melhoria do ambiente de negócios e para a criação de postos de trabalho (Governo de Moçambique, 2005; 2000).

Além do mais, os industriais reclamam o apoio do governo para ultrapassarem a crise causada pela liberalização das exportações. Os industriais acumularam dívidas junto da banca (no valor total de 12,6 milhões de dólares) e do Estado (7,2 milhões de dólares). O Plano Director do Caju aprovado pelo governo em 2003 estabelece dois cenários possíveis para o «saneamento» económico das empresas: 1) o Estado assume a dívida dos industriais perante a banca, e assume também a responsabilidade de assinar com as empresas os respectivos contratos de amortização da dívida a longo prazo, a juros relativamente baixos e com um certo período de diferimento; 2) o estabelecimento de discussões tripartidas (Estado, banca e empresas) visando reprogramar o pagamento

da dívida para com a banca comercial em condições tais (taxas de juro, longos períodos de reembolso, etc.) que as fábricas possam se recapitalizar e retomar o processamento, assumindo o Estado o custo dessa reprogramação, que está estimado em cerca de dois milhões de dólares. Quer prevaleça um ou outro cenário, também por esta via serão proporcionados ganhos económicos aos industriais. E as lógicas de reprodução capitalistas vão se cumprindo.

Conclusão

Em pouco mais de 30 anos de independência, Moçambique foi atravessado por transformações políticas e económicas profundas, transitando de um modelo de desenvolvimento de orientação socialista para o capitalismo neoliberal. A ruptura com o sistema colonial, longe de ser pacífica, desenvolveu-se num contexto de conflitos políticos intensos que condicionaram a implementação do projecto socialista. A guerra que se estendeu desde a independência de Moçambique até 1992 foi uma das manifestações mais dramáticas desses conflitos.

As contradições nos discursos e nas práticas de desenvolvimento após a independência põem em causa a linearidade e o vanguardismo com que tem sido construída a história de Moçambique. Não obstante a massificação do acesso aos serviços e bens públicos, o socialismo moçambicano não alcançou os objectivos de transformação radical da sociedade. Não só foram problemáticas certas iniciativas de participação política e na economia do país – porque sempre condicionadas aos objectivos «superiores» do partido – como também se tornou possível o florescimento de uma burguesia nacional, ligada ao aparelho burocrático do Estado.

A implementação de programas de reajustamento estrutural requereu novas transformações políticas. Moçambique passou a estar sujeito à disciplina do Banco

Mundial e do FMI, enquanto condição para a disponibilização da «ajuda» ao desenvolvimento. A prática tem mostrado que a nova indústria do desenvolvimento tem contribuído para reproduzir a dependência de Moçambique em relação aos países centrais.

As trajetórias da indústria do caju são uma janela de análise dos processos políticos, económicos e sociais de Moçambique. Através dessa janela percebemos duas realidades que se cruzam e que contribuem para a periferização de Moçambique, nomeadamente os dilemas (e contradições) da experiência socialista e os condicionalismos a que Moçambique está sujeito, por força dos programas de reajustamento estrutural. A economia do caju funciona ao sabor dos interesses capitalistas (nacionais e internacionais) instalados em Moçambique. Como no período colonial, Moçambique volta a desempenhar o papel de fornecedor de matéria-prima e de mão-de-obra barata e descartável.

As novas articulações entre o Estado, o governo, a elite nacional e o capitalismo internacional permitem a acumulação capitalista, ao mesmo tempo que reproduzem a dependência de Moçambique e condenam a maior parte dos moçambicanos à pobreza. Para muitos destes, a independência nacional representará a mesma angústia de não ter como matar a fome.

Capítulo IV – DADOS DE CONTEXTO SOBRE A CIDADE DE ANGOCHE

Introdução: breve referência histórica

A cidade de Angoche é a sede do distrito com o mesmo nome, um dos dezoito distritos da província de Nampula, situada no litoral-norte de Moçambique. Como consequência do grau de desenvolvimento socioeconómico atingido, a sede de Angoche ascendeu à categoria de cidade em 1970.⁸⁷ Segundo Newitt, os primeiros registos escritos (conhecidos) sobre Angoche sugerem que o nascimento da cidade está relacionado, por um lado, com o crescimento do comércio do ouro na África Central e ao longo das escarpas do rio Zambeze e, por outro lado, com as crises políticas na ilha vizinha de Kilwa (ou Quiloa). Angoche oferecia boas condições geográficas de acesso aos mercados do ouro através do Zambeze; e foi em Angoche, concretamente na ilha de Catamoio, onde se fixaram os sultões dissidentes de Kilwa, fugidos dos conflitos internos (Newitt, 1972: 398-399). Malyn Newitt reconhece, no entanto, que a história das origens de Angoche é nublada, embora o conhecimento parcial que dela se detém possa ajudar-nos a compreender as dinâmicas políticas da época e as lutas pelo controlo do comércio do ouro na região.

Isendahl (2002: 2-3) levanta a hipótese de existirem povos angocheanos anteriores ao assentamento dos sultões de Kilwa, sugerindo que este momento apenas representa o marco temporal a partir do qual a cidade passou a desempenhar um papel económico e político relevante na costa oriental africana. A hipótese de Isendahl poderá dar algum fundamento a uma outra versão da história das origens de Angoche relatada

⁸⁷ A sede de Angoche inicialmente chamava-se Parapato. Em 1892 passou a chamar-se António Enes. Depois da independência de Moçambique tomou o nome de Angoche. Parapato é actualmente nome do bairro de cimento de Angoche, onde se concentram as principais instituições do Estado. Segundo Thilo Schadeberg e Francisco Mucanheia, citados por Lizzat Bonate (2003), Angoche é uma corruptela portuguesa da expressão *Ngoja*, nome original (em língua *Ekoti*) do arquipélago de Angoche.

por Liazat Bonate (2003:122), segundo a qual os fundadores da cidade provêm dos montes Namuli (situados na Zambézia), o berço mítico dos *makwa*, fundado por uma mulher. O termo *koti*, nome por que ficaram conhecidos os povos de Angoche, provém, assim, da expressão *okhota* que em emakwa (ou macua) significa o fim da viagem. Porém, Liazat Bonate chama a atenção para o facto de os *Koti* serem um grupo bastante heterogéneo, composto por todos os territórios da costa e do interior sujeitos à governação do sultanato de Angoche.

Ao articularem diferentes versões (que não são necessariamente contraditórias) sobre a fundação da cidade, os angocheanos manipulam vários elementos identitários que lhes permitem maximizar as relações com outros povos: a primeira versão realça a pertença à cultura islâmica e as afinidades em relação aos povos swahili; a segunda versão é importante para afirmar o direito sobre o território e para as interacções com os povos matrilineares do interior. Como diz Rafael da Conceição, as sociedades costeiras do norte pertencem tanto ao conjunto do Oceano Índico ocidental como ao conjunto moçambicano, confrontando-se com a dupla necessidade de afirmar uma identidade própria e de encontrar mecanismos de preservação das relações com as outras sociedades (Conceição, 2006: 48-55).

A dominação colonial de Angoche efectivou-se apenas no início do século XX, altura em que foi derrotado Farrallahi (ou Farelay), o poderoso chefe local que durante vários anos impôs a sua governação nos territórios reclamados por Portugal. O controlo político-militar e administrativo de Angoche respondia então aos interesses coloniais de Portugal, pressionado pelo expansionismo britânico e pelas posteriores obrigações resultantes da Conferência de Berlim. Desde então, Angoche foi definitivamente integrada na organização administrativa da colónia de Moçambique e sujeita às políticas económicas e sociais definidas pelo Estado.

O início da produção agrícola e industrial do caju na segunda metade do século XX produziu importantes transformações sociais e económicas em Angoche. Por um lado, o mercado contribuiu para a alteração da organização social das comunidades, confrontadas com a necessidade de assegurar o domínio (a propriedade) privada e individualizada do cajueiro. O cajueiro passou então a ser transaccionado entre os homens, tornando a família mais individualizada e afastada da matriz matrilinear que a estruturava. Por outro lado, cresceram os níveis de proletarização dos angochanos, transformando completa e decisivamente a base económica e social da população da cidade (Pereira, s/d: 6-8). A indústria do caju passou a ser uma das actividades de extrema importância para a vida da cidade, complementada por outras actividades económicas como a agricultura e a pesca.

Para além de se sujeitar às políticas económicas e sociais da colónia, a dominação de Angoche conduziu à sua integração definitiva na estrutura administrativa do Estado colonial. Desde então, as dinâmicas institucionais da cidade reflectem a evolução político-administrativa de Moçambique.

Actualmente, o distrito de Angoche é composto por quatro postos administrativos, nomeadamente o posto administrativo de Angoche-sede, posto administrativo de Boila-Namitória, posto administrativo de Aúbe e o posto administrativo de Namaponda.⁸⁸ O posto administrativo de Angoche-sede coincide com a área da cidade de Angoche, e é composto por cinco bairros: Cerema, Horta (“A” e “B”), Inguri (“A” e “Mussoriri”), Johar e Parapato.

Tendo sido criada em Angoche uma divisão administrativa municipal que se sobrepõe à divisão administrativa «nacional», em cada um daqueles bairros existe uma

⁸⁸ Moçambique é administrativamente composto por onze províncias. Estas subdividem-se em distritos. Por seu turno, os distritos integram postos administrativos. Estes são compostos por localidades ou por bairros.

localidade autárquica que, em articulação com as autoridades comunitárias locais, representam o conselho municipal no cumprimento de algumas funções executivas como a cobrança de impostos.

A cidade de Angoche tem uma população de 85703 habitantes, dos quais 42807 são mulheres. A população da cidade de Angoche corresponde a cerca de 37,5 % da população total do distrito, apresentando uma densidade populacional de cerca de 456 habitantes por km² (INE, 1999).

Nos últimos anos, Angoche tem sido um campo de intensa confrontação político-partidária que se faz sentir no funcionamento das principais instituições do Estado e nas relações que os cidadãos estabelecem com as mesmas. O conjunto das actuais dinâmicas económicas, sociais e políticas que se registam em Angoche fornecem os contextos em que se desenvolvem as lutas dos trabalhadores da indústria do caju. Este capítulo descreve, por isso, os pressupostos e os caminhos por que se orientam as dinâmicas mais recentes de Angoche.

4.1. Actuais dinâmicas económicas e estratégias de sobrevivências: os fantasmas de Angoche industrial

Desde a década de 60, altura em que foram implantadas as primeiras fábricas de caju, que a cidade de Angoche é associada ao desenvolvimento industrial. De «Angoche industrial» como lhe chamavam os seus habitantes, restam memórias nostálgicas de um passado próspero e um sentimento de revolta contra os empresários nacionais, conotados com o Estado central, principal agente de desenvolvimento desde a independência:

[A cidade] foi chamada «Angoche industrial». Estavam aqui a CCA-fábrica que foi construída em 1962, a data do início da luta armada;⁸⁹ a Mocita; e a Cajuca. Estas duas foram [depois da independência] da Caju de Moçambique. E tínhamos Sinla; e tínhamos Angopesca. Neste momento, com a reimplantação da fome para o povo de Angoche, [a Angopesca] está registada no norte, mas os barcos pescam no sul. Os operários de Angoche estavam amputados nas mãos, mas os papéis foram levados para Maputo.⁹⁰

Segundo o Conselho Municipal de Angoche (2001: 21), apenas cerca 26% da população activa, ou seja, 15159 pessoas da cidade de Angoche têm um emprego formal, estando incluídos neste grupo os funcionários públicos. Estes dados reflectem a actual situação de crise em que se encontra o município depois do encerramento das várias unidades fabris. Para além das três fábricas de caju que absorviam uma parte considerável da mão-de-obra da cidade,⁹¹ o parque industrial de Angoche era composto por uma fábrica de descasque de arroz, duas empresas de pesca industrial, uma empresa madeireira e uma salineira (Conselho Municipal, 2001: 5). À semelhança do que aconteceu com as fábricas de processamento de caju, a fábrica de descasque de arroz fechou as portas nos finais da década de 80 do século XX.

Desde o ano de 2004 que existe uma nova fábrica de processamento de caju em Angoche que funciona nos moldes de produção semelhantes aos da indústria indiana, isto é, com recurso a uma tecnologia mais simples, manual, e a mão-de-obra intensiva.⁹² O regime de trabalho vigente nesta fábrica sujeita os trabalhadores a uma exploração extrema, pondo em causa a sua dignidade enquanto seres humanos. Para além da mão-

⁸⁹ O entrevistado confundiu com a data da criação da FRELIMO. A luta armada iniciou-se em 1964.

⁹⁰ Entrevista pessoal a um trabalhador da empresa Angocaju, realizada no dia 1 de Julho de 2006.

⁹¹ Sobre a trajectória das fábricas de caju de Angoche, ver capítulo III.

⁹² A nova fábrica chama-se Miranda Caju.

de-obra flutuar ao sabor das dinâmicas do mercado, e do facto das remunerações serem pagas à peça, isto é, em função da quantidade de castanha inteira partida, a fábrica em causa, quando comparada com os antigos modelos de produção mecanizada, tem um impacto social limitado, apesar de fornecer cerca de setecentos postos de trabalho. Ainda assim, o proprietário da nova fábrica de Angoche afirma que a lei do trabalho (em vigor na altura em que realizei o trabalho de campo),⁹³ constitui um dos principais constrangimentos que enfrenta, alegadamente porque é demasiado proteccionista, não permitindo a livre contratação e desvinculação dos trabalhadores.⁹⁴

A condição social dos angocheanos não melhorou com a nova fábrica. Para além da precariedade e da humilhação a que estão sujeitos (ao serem revistados à saída, eram remexidos até nas partes íntimas, alegadamente porque roubavam), os trabalhadores de caju estão expostos a graves riscos de saúde. Nos contactos que tive com alguns trabalhadores da Miranda Caju, mostraram-me as queimaduras nas mãos, provocadas pelo líquido cáustico segregado pela castanha de caju (CNSL).⁹⁵ Aliás, este problema afecta a generalidade das fábricas moçambicanas que utilizam uma tecnologia manual, como mostra o trabalho realizado por uma equipa de investigação da Universidade Eduardo Mondlane e do *International Institute for Environment and Development* (Vijfhuizen, *et. al.*, 2003).

Os recentes investimentos na indústria do caju são acompanhados por novas iniciativas de revitalização das plantações de caju, promovidas pelo governo moçambicano, através do Instituto Nacional do Caju, em parceria com a Agência Francesa para o Desenvolvimento. Trata-se de um programa com três componentes complementares, a saber: o repovoamento de cajueiros, o maneio integrado dos recursos

⁹³ Lei n.º 8/98, de 20 de Julho.

⁹⁴ Entrevista pessoal realizada no dia 11 de Agosto de 2006, na cidade de Nampula.

⁹⁵ *Cashew Nut Shell Liquid*.

e o incentivo ao associativismo. Esta nova dinâmica tanto favorece o crescimento de associações familiares de produção de caju, como permite o florescimento da cadeia de comercialização, ao proporcionar maior intervenção aos pequenos comerciantes formais e informais, aos armazenistas e aos grandes exportadores, alguns dos quais também operadores industriais, como é o caso da empresa multinacional OLAM. No entanto, a nova economia do caju está muito longe de atingir a pujança registada nos meados da década de 70 do século XX. Nesta medida, o comércio informal, a agricultura e a pesca são as actividades económicas alternativas que garantem a subsistência dos angochanos.

A maior parte dos estabelecimentos comerciais da cidade de Angoche está encerrada, afectada pela crise que atravessa o distrito. O comércio formal de Angoche reduz-se a uma limitada rede de grossistas e de pequenas mercearias, talhos e padarias (Conselho Municipal de Angoche, 2001: 62). Quando se entra em Angoche, o estado de abandono em que a cidade se encontra salta-nos à vista. Uma parte considerável da população ocupa-se do comércio informal. À semelhança do que acontece noutras cidades do país, o comércio informal, para além de se desenvolver em torno dos pequenos alfaiates, artesãos, carpinteiros, mecânicos, etc., envolve a comercialização de pescados, de produtos agrícolas e de mercearia, assim como de bens (sobretudo vestuário e calçado) provenientes da «ajuda internacional» canalizada para Moçambique.

No campo agrícola, embora se registem algumas culturas de rendimento como o amendoim, predomina a agricultura de subsistência, praticada individualmente pelos núcleos familiares. O recurso ao trabalho assalariado na agricultura é bastante residual. Como afirma Rafael da Conceição (2003: 506), devido à escassez de terras aráveis na cidade de Angoche, a abertura de machambas em zonas distantes obriga a criar laços

sociais que facilitem a gestão dos campos. Em regra, são as mulheres que trabalham nos campos e fazem a gestão dos recursos provenientes da machamba. Em casos excepcionais, quando se emprega mão-de-obra externa ao núcleo familiar, os trabalhadores são normalmente pagos por espécie, pelo produto da própria machamba. Os parques excedentes provenientes da actividade agrícola são canalizados para o comércio informal, podendo ser utilizados na troca directa com outros produtos.

Quanto ao sector das pescas, as empresas industriais têm funcionado de forma bastante intermitente, para além de contratarem um número bastante reduzido de trabalhadores. A pesca artesanal torna-se, assim, numa actividade incontornável em Angoche, garantido o sustento da maior parte da população. Os representantes das instituições governamentais e não governamentais locais consideram que a pesca é a actividade impulsionadora de desenvolvimento da cidade de Angoche. Estima-se que existem cerca de vinte mil intervenientes no mercado pesqueiro, entre os quais se encontram pescadores, puxadores de rede, fumadores, secadores, transportadores, intermediários e revendedores. Como diz Faustino Omar Atumani, Secretário Executivo da Associação dos Pescadores Artesanais de Angoche, «a pesca aqui em Angoche é machamba. Há pessoas que vão à pesca só para tirar o consumo de um dia, 1 kg ou 2 kg. Não há nenhum angocheano que não esteja ligado à pesca, é emprego alternativo».⁹⁶

Em 1995, o governo instalou em Angoche o Instituto de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala (IDPPE), instituição tutelada pelo Ministério das Pescas. Sob a coordenação do IDPPE, estão em curso dois projectos de desenvolvimento da pesca no Norte de Moçambique, nomeadamente o Projecto de Pesca Artesanal no Banco de Sofala (PPABAS) que abrange as províncias de Sofala, Zambézia e Nampula (distritos de Moma, Mongicual e Angoche) e o Projecto de Pesca Artesanal ao Norte de Nampula

⁹⁶ Em entrevista pessoal realizada no dia 14 de Junho de 2006.

e Cabo Delgado (PPANNCD) que cobre os distritos do Norte da província de Nampula (distritos de Nacala, Ilha de Moçambique e Mossuril) e em toda a província de Cabo Delgado. O PPABAS tem um orçamento de 30 milhões de dólares americanos, e é co-financiado pelo governo de Moçambique, pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), pelo BSF Bélgica e pela Agência Norueguesa de Desenvolvimento (NORAD). Por seu turno, o PPANNCD conta com um orçamento de 23 milhões de dólares americanos co-financiado pelo governo de Moçambique e pelo Banco Africano de Desenvolvimento (Ministério das Pescas, 2003).

Estes projectos estão subdivididos em várias componentes que visam criar uma rede de desenvolvimento social e de rentabilidade da actividade pesqueira. Assim, para além das iniciativas de experimentação e de diversificação das áreas pesqueiras, os projectos apoiam a criação de infraestruturas sociais (escolas, postos de saúde, fontes de água, etc.), a colocação dos produtos no mercado e a angariação de fontes de financiamento das actividades.

Inspirados no regime da lei de terras moçambicana, as comunidades pesqueiras de Angoche criaram e delimitaram as respectivas áreas de pesca, correspondente ao que chamam «área de planificação». Esta área, que é reconhecida pelo governo como tal, compreende um centro pesqueiro e várias aldeias circunvizinhas. A área de planificação está sob a gestão directa de um Conselho Comunitário de Pesca,⁹⁷ constituído por pescadores artesanais locais que também tem a função de resolução de conflitos relacionados com a pesca. As funções de gestão dos recursos passam pelo controlo do número de pescadores na zona de pesca, pela autorização de novos ingressos de pescadores e pela fiscalização do cumprimento das normas de pesca.

⁹⁷ Anteriormente designado Comité de Co-gestão.

Perante as dificuldades de acesso ao crédito na banca ou noutras instituições formais (como o Fundo de Fomento à Pequena Indústria), as comunidades pesqueiras, com o apoio do projecto *Ophavela*,⁹⁸ desenvolvem um sistema de poupança informal que contribui para a superação de alguns dos problemas que enfrentam. As comunidades criam grupos de poupança e crédito rotativo (PCR). Trata-se de grupos de confiança compostos, em média por 19 pessoas, e que são dirigidos por um presidente e integram um tesoureiro, um secretário e um fiscal. Actualmente estão constituídos cerca de 150 grupos de poupança nos distritos costeiros de Angoche, Moma e Mongicual. Esses grupos são guiados por regras de conduta básicas, elaboradas por eles próprios, nas quais fixam o montante mínimo e a periodicidade das contribuições. Os valores só podem ser levantados, no mínimo, oito meses após o depósito. O dinheiro é guardado numa mala de madeira emprestada pelo *Ophavela*. O acesso ao crédito é rotativo e o montante do empréstimo dependerá naturalmente das poupanças arrecadadas e das regras existentes. Mas a acção do projecto *Ophavela* vai muito além da cedência de uma mala de depósito, compreendendo também programas de divulgação das vantagens dos grupos de poupança, acções de formação dos grupos no controlo da caixa, dos créditos e na gestão do dinheiro.

No entanto, o mar também é escasso. Confirmando os resultados do trabalho realizado por Rafael da Conceição (2003) nas zonas costeiras do litoral-norte de Moçambique, a investigação realizada em Angoche mostra que a pesca, enquanto meio de sobrevivência e fonte de rendimentos, transforma-se num lugar de conflitos. Estes conflitos são basicamente de três tipos: entre os pescadores e o governo; entre os

⁹⁸ *Ophavela* significa procurar. O nome pretende sugerir que o sucesso do programa depende da procura de novos elementos para os grupos de poupança e crédito. O projecto funciona em estreita articulação com o Instituto de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala (IDPPE), que recebe fundos de parceiros internacionais especialmente destinados para a promoção desta actividade.

pescadores artesanais e os operadores da pesca industrial; no seio das comunidades pesqueiras.

Os conflitos entre os pescadores artesanais e o governo estão relacionados com a questão ecológica. Ao procurarem satisfazer as necessidades básicas da vida através da exploração dos recursos marinhos, os angocheanos são confrontados com a exigência de observação das regras estatais de preservação ambiental. Quer se utilize o produto do mangal como combustível (lenha) ou como material para a construção de habitações, quer se ocupem os espaços do mangal para a prática de agricultura (Baia, 2004); quer se recorra à pesca nos períodos de defeso ou utilizando técnicas proibidas, estas práticas de utilização dos recursos naturais por parte das comunidades (também compostas por pescadores artesanais) têm sido sancionadas pelo Estado, causando conflitos difíceis de resolver:

André Cristiano José (ACJ): Quantas empresas industriais existem em Angoche?

Secretário Executivo da Associação dos pescadores Artesanais de Angoche (FO): É uma coisa muito engraçada que custa acreditar. Todas as indústrias nacionais trabalham no Banco de Sofala que vai do rio Selela até ao rio Save. As grandes capturas verificam-se a partir do norte da Zambézia até toda a província de Nampula. Isto obriga a que todas as empresas industriais rodeiem esta área. Eles trabalham no norte durante toda a campanha. Quando você vai ao mar à noite, só vê barcos. Trinta ou quarenta barcos, incluindo piratas que vêm da Coreia ou do Japão. Trazem redes pesadas, arrastam tudo desregradamente. Com o tempo o camarão pode desaparecer.

No dia 20 de Dezembro de 2005 o Ministério das Pescas fez um despacho que proíbe a pesca artesanal por três meses. Nós parámos os barcos, mas em Janeiro enviámos uma carta para o Presidente da República reclamando da situação. Agora tivemos uma informação de que foi nomeada

uma comissão para fazer o estudo da nossa carta. A comissão será chefiada por alguém do MICOA [Ministério da Coordenação para Acção Ambiental]. A partir daí deixámos de ser convidados para os encontros da Comissão de Administração Pesqueira [CAP], são convidados outros pescadores artesanais de Angoche.

ACJ: *Quem compõe essa comissão?*

FO: *É composta pelos pescadores artesanais, pescadores industriais e o governo. O governo arranjou outras pessoas de Angoche para dizerem que quem escreveu a carta não fomos nós. Só que quando o senhor governador veio cá, os pescadores perguntaram sobre a situação da carta.*

ACJ: *Quem são os outros pescadores a que se refere?*

FO: *São pescadores também membros da associação, só que parece que foram comprados com alguma coisa. Haverá um encontro com as instituições todas em Nampula. Vamos reunir o governo, os artesanais e os industriais. Esses nossos pescadores já vieram pedir desculpas e dizer que foram induzidos. Mas o mais importante a frisar é que a pesca artesanal da região sul de Nampula fornece proteína animal para toda a região norte do país, para além de fornecer postos de emprego alternativo e fixação de famílias.⁹⁹*

O segundo tipo de conflitos que se regista em torno dos recursos marinhos em Angoche, os conflitos entre pescadores artesanais e os operadores da pesca industrial, relaciona-se com os problemas de ocupação das áreas de pesca reservadas para cada um dos grupos, assim como com as técnicas de pesca utilizadas. Segundo os pescadores artesanais e outros residentes de Angoche, os industriais tanto utilizam técnicas destrutivas que põem em causa a reprodução das espécies, como invadem as áreas reservadas à pesca artesanal. O Secretário Executivo da Associação dos Pescadores

⁹⁹ Entrevista pessoal ao Secretário Executivo da Associação dos pescadores Artesanais de Angoche realizada no dia 14 de Junho de 2006.

Artesanais de Angoche lamenta a situação, alertando para os riscos de extinção local de algumas espécies, especialmente o camarão, porque os pescadores industriais «trazem redes pesadas, arrastam tudo desregradamente». De modo semelhante, o presidente do Conselho Municipal de Angoche, a propósito de uma pergunta sobre a existência de associações de pescadores, expressa as seguintes preocupações:

Sim, há uma associação de pescadores, só que eu não posso avaliar. Há pessoas que foram financiadas umas redes de pesca e depois não pagam. Essa situação de mau pagador prejudica os outros. A outra parte é que o material de pesca é muito caro. A outra situação é que aquilo que é a zona adstrita à pesca artesanal é invadida pelos industriais. Consequentemente, eles arrastam com as redes. Destroem. E quando destroem, não param para compensar essas pessoas. Há duas ou três milhas que é a zona para a pesca artesanal e as outras tantas milhas é para a pesca industrial. O camarão abunda mais a zona da pesca artesanal. Então eles invadem. Este canal todo está cheio de camarão. Então há uma colisão. Quando é assim, quem fica prejudicado é o pescador.¹⁰⁰

Sentindo-se impotentes perante o poder dos industriais, os pescadores artesanais limitam-se a expor os casos aos órgãos governamentais, dos quais esperam, até hoje, uma solução.

O terceiro tipo de conflitos é o que envolve apenas os pescadores artesanais e que se desenvolve no seio das comunidades pesqueiras. Também nestes casos, a maior parte dos conflitos emerge da violação das regras de gestão e de utilização comunitária dos recursos. Especificamente, resultam da ocupação de zonas de pesca alheias e do recurso a instrumentos de pesca proibidos. Dada a relativa eficácia dos mecanismos locais de

¹⁰⁰ Entrevista pessoal ao Presidente do Conselho Municipal de Angoche, realizada no dia 21 de Junho de 2006.

controle e a maior proximidade entre as partes em conflito, a gestão deste tipo de problemas tem sido mais fácil para os conselhos comunitários de pesca enquanto instância de resolução de conflitos.

Apesar dos problemas económicos que afectam Angoche, os representantes do governo a nível local são bastante optimistas em relação ao distrito no geral, defendendo que os rendimentos dos cidadãos têm aumentado, alegadamente «porque em cada campanha vemos que há muito aparecimento de bicicletas, motorizadas e casas de alvenaria».¹⁰¹ No entanto, sentindo na pele os efeitos da desestruturação da indústria do caju, experimentando os novos regimes de precariedade laboral e enfrentando a falta de incentivos consistentes na agricultura e na pesca, as percepções dos cidadãos de Angoche vão no sentido oposto ao das afirmações do administrador do distrito. Como diz um antigo trabalhador do caju, em jeito de balanço sobre a economia política de Angoche:

*[...] quando eu toco numa parte política...eu não sei...porque o senhor é entrevistador numa fase de defender uma tese. Mas se o senhor fosse deputado eu ia dizer um dia vai lá perguntar ao governo qual é relatório que dá sobre o povo de Angoche. Só esse sentido, só. Porque é um Angoche que só foi plantado fome para os angocheanos ficarem esfomeados.*¹⁰²

Estas experiências e percepções antagónicas sobre o desenvolvimento de Angoche – do lado do governo, uma imagem de prosperidade; do lado dos cidadãos, uma experiência de miséria – reflectem-se nas dinâmicas políticas do município. Em Angoche registam-se, pois, lutas políticas muito intensas, sendo um dos poucos locais

¹⁰¹ Opinião do administrador do distrito de Angoche em entrevista realizada no dia 3 de Julho de 2006.

¹⁰² Entrevista pessoal a um antigo trabalhador da Angocaju, realizada no 1 de Julho de 2006.

do país onde a contestação ao governo da Frelimo se reflecte nos resultados eleitorais e onde o ambiente político vivido abre espaços de confrontação e de participação aos cidadãos, especialmente aos trabalhadores da indústria do caju.

4.2. Pluralismo político e democracia em Angoche

A Constituição de 1990 introduziu formalmente a democracia multipartidária em Moçambique. A assinatura dos Acordos de Paz, no dia 4 de Outubro de 1992, pôs fim ao longo e doloroso conflito armado entre a Frelimo e a Renamo, estabelecendo os compromissos políticos necessários para a viabilização do processo democrático. Em 1994, realizaram-se em Moçambique as primeiras eleições gerais (multipartidárias). Desde então foram organizados mais quatro processos eleitorais (duas eleições legislativas e presidenciais e outras duas eleições autárquicas).¹⁰³

O regime institucional das autarquias locais foi consolidado em 1997, três anos depois da realização das primeiras eleições legislativas e presidenciais. Tratou-se do culminar de uma etapa do processo de descentralização que se iniciara em 1992, no âmbito do Projecto de Reforma de Órgãos Locais (PROL) financiado pelo Banco Mundial, destinado a apoiar a «capacitação institucional» dos governos locais e testar a implementação de autarquias locais.

Segundo a lei das autarquias locais,¹⁰⁴ não sendo possível, por enquanto, criar autarquias em todas as circunscrições territoriais, aquelas serão gradualmente implantadas à medida que forem asseguradas as condições económicas e sociais para o seu funcionamento. Foram, assim, criadas 23 autarquias em todas as cidades do país (entre as quais Angoche) e em 10 (das 68 vilas) existentes. Fruto da contestação dos

¹⁰³ Durante a redacção da presente dissertação houve mais um processo eleitoral para as autarquias locais (nos finais do ano 2008).

¹⁰⁴ Lei n.º 10/97, de 31 de Maio.

partidos da oposição, a nova lei consubstancia já um relativo alargamento das áreas municipais em relação a proposta inicial do governo que restringia o funcionamento das autarquias às principais cidades do país.¹⁰⁵

Se na revisão constitucional de 1996 houve consenso parlamentar em relação ao princípio da descentralização e da institucionalização das autarquias locais, o mesmo não se verificou no processo de aprovação de legislação ordinária sobre a mesma matéria. Um dos pontos de controvérsia entre o partido do governo e a Renamo foi em relação aos fundamentos para a criação de autarquias locais e da consequente cartografia das cidades e vilas municipais. A lei determina que, para a criação, extinção e modificação das autarquias locais, a Assembleia da República deve ter em conta «factores geográficos, económicos, sociais, culturais e administrativos; interesses de ordem nacional ou local em causa; razões de ordem histórica e cultural; avaliação da capacidade financeira para a prossecução das atribuições que lhes estiverem cometidas» (art. 5.º, 2, da Lei n.º 2/97, de 18 de Fevereiro). Estas formulações têm sido entendidas pelos partidos da oposição como uma restrição infundada à participação da maior parte dos moçambicanos no processo democrático.

O espírito da engenharia eleitoral subjacente à institucionalização das autarquias locais em muito se assemelha à Lei Orgânica do Ultramar (de 1963) onde esta afirma que «transitoriamente, nas regiões onde o desenvolvimento económico e social julgado necessário ainda não seja atingido, as municipalidades podem ser substituídas pelos distritos administrativos, constituídos por postos administrativos, excepto onde seja possível a criação de freguesias». Eduardo Mondlane argumentava que esta cláusula significa, na prática, impedir a participação dos africanos nos processos eleitorais (1995: 44).

¹⁰⁵ Lei n.º 3/94, de 13 de Setembro.

As primeiras eleições autárquicas realizadas em 1998 foram bastante problemáticas. A campanha eleitoral foi muito violenta, com posições bastante extremadas, envolvendo ameaças, acusações graves, chantagens, etc. (Ossemane, 1999). Em vários distritos, incluindo Angoche, alguns membros e simpatizantes da Renamo foram julgados e condenados a penas de prisão. Os motivos foram vários: rasgar boletins de voto e cartões de eleitores; manifestações ilegais; agitação; etc.¹⁰⁶ A Renamo e vários partidos da oposição não concorrendo nas eleições, participaram na campanha apelando ao boicote. Procurando capitalizar a popularidade de que gozava no distrito, o presidente da Renamo terminou a campanha do boicote em Angoche. Em consequência do boicote, em todo o país a abstenção foi elevadíssima, tendo atingido os 85%. Entretanto, o voto vencido de dois juízes-conselheiros do Tribunal Supremo sugere que, apesar de não ter havido concorrência significativa na maior parte dos municípios, tinham algum fundamento as denúncias de fraude eleitoral levantadas pelos partidos da oposição.¹⁰⁷

As segundas eleições autárquicas (2003) já contaram com a participação de todos os partidos da oposição e de grupos de cidadãos, embora o clima de desconfiança mútua não se tivesse completamente desvanecido. Estas eleições confirmaram, no geral, a hegemonia da Frelimo nas zonas urbanas. Os candidatos da Renamo à presidência do município venceram em seis autarquias, tendo o mesmo partido obtido maioria em apenas quatro assembleias municipais. Em Angoche, o candidato da Renamo alcançou 52,6 % dos votos, tendo o partido atingido 53,7%, correspondentes a 17 mandatos. A Frelimo perdeu a maioria na assembleia municipal, tendo arrecadado 40,47 % dos votos

¹⁰⁶ AWEPA, *Boletim sobre o processo de paz em Moçambique*, número 21, de 21 de Julho de 2008.

¹⁰⁷ Ver Acórdão do Plenário Tribunal Supremo de Moçambique, publicado no Boletim da República n.º 32, I Série, de 17 de Agosto de 1998.

(a que correspondem a 13 mandatos). No município de Angoche, uma terceira força, o Partido Independente de Moçambique (PIMO), conquistou um lugar na assembleia.¹⁰⁸

Com a vitória da Renamo nas eleições autárquicas de 2003, a convivência política tornou-se difícil em Angoche, sobretudo o relacionamento entre a administração do distrito (representante local do governo) e o partido Frelimo. Ao fazer o balanço sobre esse relacionamento, o presidente do Conselho Municipal afirma o seguinte:

[...] Pessoalmente, eu tenho mantido relações cordiais com o senhor administrador do distrito. Trocamos algumas ideias, discutimos alguns assuntos. É verdade que lutamos para que, pelo menos de três em três meses, haja este tipo de encontros. Mas talvez isso seja para manter as aparências porque no fundo, e isto eu ainda não disse abertamente ao senhor administrador, porque consta-me que as outras instituições estão a ser instrumentalizadas para não colaborarem com o conselho municipal. Eu até sinto na prática, de uma forma muito camuflada ou dissimulada. De qualquer forma, eu encontro isto: relacionamento, sim, entre o presidente e o administrador; os directores [distritais], não, sob pena de serem conotados de que são da Renamo. E algumas dessas figuras já me confidenciaram sobre isso. É verdade que há factos evidentes que me dizem que alguns directores, senão todos, estão a ser instrumentalizados para não colaborarem com o conselho municipal. E isso é motivo para questionar porquê se afinal de contas nós todos estamos a lutar com o objectivo de alcançar um certo desenvolvimento, com o objectivo de servirmos o município e os munícipes, o que estará por trás quando alguém não fala com o

¹⁰⁸ Os municípios de Angoche, Nacala-Porto, Ilha de Moçambique, Beira e Maputo são os únicos onde as formações políticas minoritárias conquistaram assentos nas assembleias municipais. Nos casos de Nacala-Porto, Ilha de Moçambique, Beira e Maputo, as chamadas «terceiras forças» foram constituídas por grupos independentes de cidadãos. Sobre o processo de descentralização em Moçambique e, em especial, no município da Ilha de Moçambique, ver Fernandes (2006).

presidente do município para tratar das questões de desenvolvimento municipal? O desenvolvimento municipal não é complementar ao programa do governo? É necessário haver uma governação sã, isenta de caprichos políticos. Se nós não transpusermos essa situação de politizar tudo por tudo, isso não ajuda. Há ameaças veladas aos directores distritais no sentido de que se eles colaborarem vão ser transferidos. Eu pessoalmente nunca confundi, nunca encorajei qualquer pessoa que seja da administração municipal para não colaborar com as instituições do Estado. Aqui há casos em que há instituições do Estado que realizam eventos e seminários aqui sem o conhecimento do conselho municipal. Isso é grave. Mas como eu não quero me meter em questões mesquinhas, nem faço questão, ignoro completamente por que isso revela a ignorância do chefe dessa instituição.¹⁰⁹

Os conflitos entre a Frelimo e Renamo em Angoche assumem diversas formas. Passam pela reivindicação da legitimidade política local, pela disputa de protagonismos nas cerimónias oficiais, pela luta pelo controlo dos bens, das receitas municipais e dos meios de comunicação comunitários, e culminam com a interferência nos processos de legitimação e reconhecimento das autoridades comunitárias locais e do policiamento comunitário. Muitos destes conflitos chegam a envolver actos de violência contra as pessoas, tendo alguns deles inclusivamente sido julgados no tribunal judicial do distrito. A seguinte explicação de um magistrado de Angoche é elucidativa da natureza e gravidade dos conflitos políticos que se vivem em Angoche:

Aqui, tudo, tudo, tem conotação política. Se a decisão foi neste sentido, não está connosco, é do outro lado. Se foi no outro sentido,

¹⁰⁹ Entrevista pessoal ao presidente do Conselho Municipal de Angoche, realizada no dia 2 de Agosto de 2006.

então já saltou para o outro lado. Muito complicado. Eu senti muito no início, quando comecei. Parece que, como dizia o Procurador, a dupla anterior, o juiz e o procurador anteriores, quiseram-nos fazer uma rasteira, deixaram processos pendentes que estavam marcados logo para o início dos dias em que íamos começar a trabalhar. E eram processos importantes da campanha eleitoral, em que membros de um partido bateram noutros e coisas assim... As primeiras decisões que eu fiz, pelo menos duas foram do desagrado da Frelimo e foram comentadas a nível do partido e, pelo menos, soube, que o administrador tentou chamar o Procurador para tentar perceber o que se estava a passar. Depois o Procurador falou comigo, mas depois o Sr. Administrador acabou viajando, não chegaram a ter a conversa, mas deixou isso para esclarecer. E uma das vezes fui lá para a administração para falar sobre este edifício. O edifício do tribunal não está em condições. Na tal conversa que tivemos, tentou puxar conversa que tinha a ver com um processo concreto, um membro do partido que foi condenado por ofensas corporais contra um membro do outro partido. Foi lá à delegação dos da Renamo e disse umas palavras e acabaram empurrando. O membro da Frelimo batendo. Então foi condenado. Então, ele queria saber o que é que eu podia fazer para o camarada.¹¹⁰

No que respeita ao processo de reconhecimento das autoridades comunitárias locais – a segunda componente da descentralização – tem estimulado conflitos partidários particularmente agudos. A expressão «autoridades comunitárias locais» pretende caracterizar um leque bastante alargado de actores sociais, de natureza diversa, cuja fonte de legitimidade local também é variada. Assim, fazem parte daquela categoria os chefes tradicionais, os secretários de bairro ou de aldeia, e outros líderes

¹¹⁰ Entrevista a magistrado de Angoche, realizada no dia 8 de Agosto de 2006.

legitimados como tal pelas respectivas comunidades.¹¹¹ Trata-se, pois, de uma formulação aberta, difusa e, de certo modo, imprecisa que reflecte as dificuldades do Estado na gestão das diferentes instâncias de poder que proliferam nas comunidades. Se esta indefinição abre espaços para que se encontrem respostas diferenciadas em relação às autoridades comunitárias, em função dos contextos políticos, sociais, culturais e históricos em que elas se situam, a verdade é que os processos de reconhecimento dessas mesmas autoridades têm-se traduzido em lutas políticas pelo controlo do poder local.

Após as eleições autárquicas de 2003, desenvolvem-se dois processos paralelos de reconhecimento das autoridades comunitárias locais em Angoche, protagonizados, por um lado, pela administração do distrito e, por outro lado, pelo conselho municipal. Até ao final de 2005, a administração tinha reconhecido vinte e cinco autoridades comunitárias locais em todo o distrito de Angoche (Ministério da Administração Estatal, 2005:9). Por seu turno, o conselho municipal desencadeou um processo de legitimação e reconhecimento de autoridades comunitárias na área municipal, tentando substituir os grupos dinamizadores (de que fazem parte os secretários de localidade ou de bairro), isto é, a estrutura político-administrativa das localidades e dos bairros implantada pela Frelimo no âmbito da experiência socialista de Moçambique.¹¹² Como explica o presidente do conselho municipal:

¹¹¹ Decreto 15/2000, de 20 de Junho.

¹¹² Segundo José Chichava (1999), os Grupos Dinamizadores são produto de um processo de transformação dos Comités do Partido Frelimo, criados durante a luta de libertação nas Zonas Libertadas. Desde o período de transição para a independência de Moçambique que os grupos dinamizadores, enquanto formas de participação popular, exercem uma diversidade de funções político-administrativas. Estas inicialmente envolviam, entre outras, a mobilização das populações para participação político-partidária, para a segurança nacional, a organização de processos de produção colectiva, a participação execução em programas de educação e na administração da justiça.

[...] Logicamente que na altura, no anterior mandato, o secretário [de bairro] que estava lá é o secretário do partido Frelimo. Esse secretário, porque estávamos num sistema monopartidário, exercia uma dupla função. Exercia funções do partido, mas foi obrigado pelas circunstâncias a acumular funções administrativas. E porque não tinham sido legitimados pela população, tinham sido uma escolha do partido, nós chegámos a uma situação em que os delegados da Renamo exigiam que fossem eles a trabalhar, em vez dos secretários da Frelimo. Se o Renamo ganhou as eleições, como é que continuam os secretários da Frelimo? Nós dissemos que os secretários da Frelimo que estavam lá eram produto de uma situação lógica do tempo do monopartidarismo. Naturalmente, nós não podemos pegar nos delegados da Renamo para os substituir. O que vai acontecer é um processo em que, no quadro do diploma ministerial sobre a legitimação das autoridades comunitárias, nós fazemos as eleições. Vamos fazer um processo em que a população participa. A população vai eleger os seus secretários. Essa eleição é a legitimação e nós vamos dar apenas o reconhecimento desses líderes que forem seleccionados pela população. Então, nós já temos praticamente consumado esse processo.¹¹³

No entanto, quando questionado sobre a organização das eleições dos «novos» secretários, o presidente do conselho municipal assume que se trata de um processo conduzido exclusivamente pelos membros do partido Renamo, concretamente pelos directores das unidades autárquicas. Naturalmente que a Frelimo contesta este processo, não lhe reconhecendo qualquer legitimidade democrática:

¹¹³ Entrevista pessoal ao presidente do conselho municipal de Angoche, realizada no dia 30 de Agosto de 2006.

André Cristiano José (ACJ): *Com a criação do município, esta estrutura [do grupo dinamizador] continua a existir?*

Secretário do Partido Frelimo (SPF): *Existia e existe. Nós dissemos que esses secretários de bairro não foram legitimados no primeiro mandato do município. Esta estrutura já existia. Não é porque ganhou a Renamo que vão sair. Essa é estrutura do governo central e não do município. Os secretários de bairro prestam contas ao administrador do distrito. Estes nossos secretários de bairro não prestam contas ao município. Em condições normais, se fossemos nós [da Frelimo] lá [no município], haviam de prestar contas. Mas como a coisa está ao contrário, temos que evitar a coisa. No primeiro mandato [que era da Frelimo] ele prestavam contas ao município.*

ACJ: *Os que o município está a legitimar são também secretários de bairro?*

SPF: *Dizem que são secretários de bairros e líderes.*

ACJ: *Os líderes quem são?*

SPF: *Para o nosso caso, falamos em líderes religiosos e líderes comunitários. No caso deles, dizem que são líderes comunitários. Como é que o líder comunitário é eleito? O partido deles seleccionou as pessoas e foi informar a população. O líder deve ser legitimado pela população e o conselho municipal tem apenas o papel de escolher. Legitimar afinal o que é?! É escolher as pessoas pela população. O que eles fazem? Levam as pessoas e dizem a partir de hoje este é líder. Sinceramente! Isso é uma imposição. Tinha que ser a população a escolher, como nós fizemos. Quando queremos legitimar um indivíduo, vamos até a comunidade e perguntamos a comunidade quem é o líder. Deve ser a própria comunidade que deve dizer quem é o seu líder. Eu vivo no bairro [da Horta]. Muitas vezes quando há conflito entre a estrutura da Frelimo e da Renamo, o que é que a Renamo faz? Vem de noite ou a qualquer altura e diz «você a*

partir de hoje é estrutura desta área». Então quando há problemas a gente pergunta «o senhor quem é? Quem foi que lhe escolheu?». É diferente da montagem da estrutura da Frelimo. Quando a gente pretende montar vai lá perguntar a população. Você quando vai para um determinado sítio e pergunta quem é o secretário, a população indica. Eles conhecem.¹¹⁴

A estrutura administrativa dos bairros instalada pela Frelimo (chefes de 10 casas, chefes de quarteirão e secretário de bairro) em princípio permitiria ter controlo sobre a população, conhecer a situação socioeconómica de cada família e dar conta do movimento dos moradores do bairro. O sistema burocrático das instituições públicas e privadas está, em muitos casos, construído no pressuposto de que aquela organização administrativa é funcional. Assim, para diversos fins (emprego, educação, adopção, patrocínio judiciário, recenseamento militar, instalação de água e energia eléctrica, exploração de estabelecimento comercial, benefício de subsídios de várias ordens, etc.), consoante as situações, o secretário de bairro certifica a residência, o comportamento ou a situação social e económica dos moradores do bairro.

Mahmood Mamdani (1996) mostra que a administração indirecta (*indirect rule*) construída pelo poder colonial britânico foi um dos instrumentos mais importantes de dominação, tendo através dela construído um estado bifurcado (um para cidadãos e outro para súbditos, sujeitando-se os últimos ao poder directo, descentralizando e despótico das autoridades tradicionais). Contudo, podemos afirmar que quer estejamos perante o *indirect rule*, quer se aplicasse o regime do indigenato e da assimilação, subjaz uma certa lógica de complementaridade e coerência (colonial, diga-se) entre os sistemas de administração para «cidadãos» e para «indígenas». Os resultados práticos

¹¹⁴ Entrevista pessoal a um Secretário do Partido Frelimo, realizada no dia 30 de Julho de 2006.

dos dois sistemas de governação são semelhantes, assentando ambos em formas de estratificação racial e étnica das sociedades e procurando assegurar o controlo político e administrativo dos «indígenas» e os fluxos da força de trabalho, indispensáveis para o desenvolvimento da economia colonial.

De modo diverso, o caso de Angoche mostra-nos que, para determinadas situações, estamos perante administrações directas paralelas, desarticuladas, mas conflituais, de tal modo que dificultam o funcionamento burocrático do Estado.

As lealdades políticas e, de certo modo, também os comportamentos rotineiros, repartem as pessoas entre os secretários de bairro da Frelimo e os secretários recentemente nomeados pela Renamo. Contudo, recorrer aos antigos secretários de bairro, pode significar uma impossibilidade de aceder aos serviços administrativos do município, segundo explica um secretário de bairro da cidade de Angoche:

Secretário de Bairro (SB): Não houve mudanças no trabalho. Continuamos a trabalhar como antes. O município não é nosso, é do outro grupo [Renamo]. Houve conflitos entre os secretários actuais e os delegados do município. Há mais de dois anos que estamos em conflito. Ainda hoje temos conflitos. Quando as pessoas querem pedir uma declaração vêm ter connosco porque somos do Grupo Dinamizador, somos do Estado. Os delegados são do município. A população vem sempre ter connosco. Quando fazemos uma declaração para as pessoas irem para o município, o município não reconhece essa declaração, não dá visto. Eles dizem que já têm os seus próprios delegados. Mas não paramos porque somos comandados pela administração [do distrito]. Na altura, quando o município nos pertencia, trabalhávamos com o município porque estamos dentro da área do município.

[...]

André Cristiano José (ACJ): Disse que as pessoas não conhecem os delegados e que o município recusa-se a receber os documentos passados por vós. Como que é que então as pessoas tratam os seus documentos?

SB: Ficam em branco talvez.

ACJ: As pessoas vão ter com os delegados?

SB: [silêncio]

ACJ: Ficam sem tratar os documentos?

SB: Nós passamos os documentos e entregamos.

ACJ: No município recusam...

SB: Dizem que recusam.

ACJ: Como é que as pessoas resolvem os problemas?

SB: Não sei agora como fica.

Se para os cidadãos a luta política que se desenvolve pode ser um entrave ao exercício dos direitos elementares, para as autoridades comunitárias locais (quer sejam autoridades tradicionais, delegados da Renamo ou membros do grupo dinamizador), o actual contexto político é mais uma oportunidade para a reconfiguração dos poderes ao nível local. Pode-se, contudo, afirmar que os pressupostos da descentralização em Moçambique reproduzem as características que Santos (2003b: 64) aponta ao Estado colonial, ou seja, fundamentam-se numa disjunção entre o controlo político e o controlo administrativo, obrigando à completa politização do administrativo. Como sustenta aquele autor, actualmente procura-se capitalizar as virtualidades administrativas das autoridades tradicionais e, ao mesmo tempo, controlar a «força centrífuga» que se reconhece nelas. Simetricamente, as autoridades tradicionais pretendem instrumentalizar o apoio do Estado para consolidar o seu próprio controlo político sobre as comunidades» (Santos, 2003b: 84).

Assim, no âmbito do pluralismo político, administrativo e cultural, tanto os secretários de bairro (da Frelimo), como os delegados e secretários da Renamo e, ainda, outras autoridades comunitárias (sobretudo autoridades tradicionais e membros do policiamento comunitário) vão exercendo as funções que lhes foram sendo reconhecidas pelo Estado e pelas comunidades: cobrança de impostos, resolução de conflitos, controlo administrativo da população, controlo da criminalidade, mobilização das populações para a execução de programas do governo e de outras entidades públicas e privadas, etc. É precisamente neste caldeirão político que se desenvolve a luta dos trabalhadores da indústria do caju. Trata-se de um contexto que não só condiciona as estratégias de sobrevivência levadas a cabo, como também as formas de organização social e política que se encetam, as acções reivindicativas que desenvolvem, os discursos que mobilizam, as alianças que estabelecem e os dilemas políticos e ideológicos que enfrentam.¹¹⁵ Como veremos no próximo capítulo, as lutas dos trabalhadores da indústria de caju de caju, ainda que invisíveis aos olhos da comunicação social e das ciências sociais produzidas em Moçambique, chegaram a condicionar o rumo de um processo democrático não tratado nesta secção: as eleições legislativas de 2004.

Conclusão

A cidade de Angoche atravessa uma crise económica sem precedentes, depois de ter passado por períodos de prosperidade praticamente até os primeiros dez anos de independência. O encerramento das principais unidades industriais – as três fábricas de processamento de caju, a fábrica de descasque de arroz, as duas empresas de pesca industrial, a empresa madeireira e uma salineira – transformou Angoche numa cidade

¹¹⁵ Não analiso neste trabalho as eventuais consequências políticas decorrentes das eleições autárquicas de 2008, vencidas pelo partido Frelimo.

estéril, abandonada à sua sorte. De «Angoche industrial» restam escombros e memórias nostálgicas de um passado áureo. A crise industrial arrasta consigo a rede comercial que se reduz a pouquíssimos grossistas e pequenas mercearias, um talhos e duas padarias. Milhares de Angocheanos, entre os quais os trabalhadores da fábrica de caju da CCA, estão condenados ao desemprego e à pobreza, gerindo os poucos recursos que retiram das machambas e do mar ou empenhando-se em pequenos negócios de carpintaria, alfaiataria e mecânica.

A escassez de terra arável, a indisponibilidade de tecnologias, a inacessibilidade das instituições de crédito e as limitações do mercado condicionam a prática agrícola. Predomina em Angoche a agricultura de subsistência, destinada a satisfazer as necessidades básicas de alimentação dos núcleos familiares.

A pesca artesanal é a grande alternativa para os angocheanos, na sua maioria associados em pequenas embarcações familiares e integrados numa ampla rede de pescadores, puxadores de rede, fumadores de peixe, secadores, transportadores, intermediários e revendedores. Milhares de intervenientes no processo de pesca garantem o sustento à maior parte dos habitantes de Angoche. Contudo, a pesca artesanal enfrenta dois constrangimentos muito sérios: as dificuldades de acesso ao crédito e a prepotência dos pescadores industriais que impunemente assaltam as áreas reservadas à pesca artesanal e destroem as espécies.

Embora em Angoche se desenvolva uma iniciativa inovadora (e inclusiva) de poupança e de crédito através do projecto *Ophavela*, o acesso a maiores financiamentos através das instituições formais é muito selectivo. Por exemplo, para beneficiar do crédito do Fundo de Fomento à Pequena Indústria, para além dos habituais estudos de viabilidade, é necessária uma comparticipação em 7,5 % do valor solicitado e ter capacidade para suportar juros (altíssimos) de 23%. Não admira que desde 1999, altura

em que arrancou um projecto de apoio à pesca artesanal, apenas sessenta pescadores tivessem beneficiado de crédito, muitos dos quais, por não suportarem as obrigações contratuais, foram obrigados a penhorar as suas casas.

Do ponto de vista político, a cidade de Angoche é extremamente conturbada, envolvendo confrontações violentas entre os principais partidos políticos do país, a Frelimo e a Renamo. As duas eleições autárquicas realizadas em Moçambique contribuíram para a intensificação dessas rivalidades, algumas das quais se manifestaram em agressões físicas. Não tendo concorrido nas primeiras eleições autárquicas, a campanha pelo boicote protagonizada pela Renamo, resultou na maior abstenção da curta história da democracia multipartidária moçambicano, atingindo os 85%. Nas segundas eleições autárquicas, a Renamo venceu no município de Angoche.

A vitória da Renamo reflectiu-se directamente na dinâmica das autoridades comunitárias locais, bem como de instituições locais de segurança e de resolução de conflitos, como, por exemplo, os conselhos de policiamento comunitário e os tribunais comunitários. Reivindicando maior legitimidade política para fazê-lo, o conselho municipal (da Renamo), por um lado, desencadeou um processo de implantação de uma rede de autoridades comunitárias locais e de membros de policiamento comunitário (em substituição dos grupos dinamizadores implantados pela Frelimo) e, por outro lado, empenha-se no questionamento da legitimidade dos juízes dos tribunais comunitários, muitos dos quais vindos do época dos tribunais populares. A instalação de uma estrutura político-administrativa paralela significa para muitos cidadãos não exercer alguns dos direitos mais elementares.

Se a Renamo questiona a legitimidade das estruturas implantadas pela Frelimo, o processo de legitimação e reconhecido das autoridades comunitárias conduzido por aquele partido também não está isento de críticas. Os representantes locais da Renamo

assumem que na prática se trata de um processo unilateral de legitimação de entidades que mereçam confiança política. A Renamo acaba, assim, por reproduzir os modelos que critica, ainda que se situando num contexto multipartidário. Como diz Mamdani (1996: 3-23), os estados pós-coloniais foram bem sucedidos na «desracialização» do Estado bifurcado anteriormente criado pelo poder colonial, mas falharam na sua democratização.

É nestes contextos de crise económica, de pluralismo político e administrativo e de intensa conflitualidade social que se situam os trabalhadores da indústria de caju de Angoche e que desenvolvem a sua luta. Tratando-se de um meio onde existe um relativo equilíbrio de forças por parte dos principais partidos políticos e, conseqüentemente, onde os resultados eleitorais são sempre imprevisíveis, abrem-se novos espaços de luta e de participação política.

Capítulo V – O QUOTIDIANO DE LUTA EM ANGOCHE CONTRA “AS PROMESSAS SEM DESTINO”

Introdução

A cidade de Angoche conta uma história de luta que vem desde o período da sua fundação. Em relação ao período anterior à independência de Moçambique, são particularmente conhecidos os confrontos entre os angocheanos e os portugueses pelo controlo do comércio do ouro, de marfim e de escravos. Desses confrontos, ficou especialmente registada na história a bravura de Musa Quanto (ou Mussa Kwantu) – nome por que foi conhecido Mussa Mamadi Sabo, o Napoleão da África Oriental, como lhe chamavam os portugueses – que chegou a estender a sua área de influência até Malawi e a ocupar alguns Praços da Coroa situados na Zambézia.¹¹⁶

No final do Século XIX, o então guarda-marinha Eduardo Lupi registou a seguinte opinião sobre as relações entre os portugueses e os angocheanos: «piores do que os seus vizinhos de Além-canal são os mujôjos de Angoche. São nossos inimigos: politicamente, por serem os antigos senhores da terra; economicamente, por lhes tolhermos o seu mais favorito negócio, a escravatura: e superior a estas duas coisas e bastante de per si, têm-nos o ódio de raça, e o ódio de crença. São nossos inimigos, e foram-no sempre...».¹¹⁷

Como referi no capítulo anterior, a dominação militar de Angoche efectivou-se apenas em 1910, ano em que foi derrotado Farrallahi (ou Farelay), o último sultão de Angoche.¹¹⁸ Entretanto, durante vários anos, Farrallahi impusera a sua governação nos

¹¹⁶ Musa Quanto, irmão do sultão Hassane-Issufo, dirigia as forças armadas do sultanato.

¹¹⁷ *Apud* Coutinho (1935).

¹¹⁸ Omar bin Nacogo Farallahi, sobrinho de Mussa Quanto, foi o sucessor do sultão Useni Ibrahim.

territórios reclamados por Portugal. Azevedo Coutinho (1935) descreve o poder de Farrallahi nos seguintes termos:

O «Farelay» deu-nos que fazer, embora sem ter a envergadura do «Mussá-Quanto» e longe de ter a sua proverbial valentia. Era inteligente, manhoso e atrevido, e conhecia bem a inanidade da nossa ocupação em Angoche, visto que frequentemente ia ao Parapato. Usava dos processos do «Ussene» bloqueando o Parapato e cobrando pesados impostos de quem, viajantes ou caravanas, pretendesse atingi-lo vindo do interior, e instalava a sua residência a 5 quilómetros da vila, e em 1889 veio atacar nas terras do Morrúa, mesmo às portas do Parapato, a força que o Governador mandara para prender o «Muapala-Muno». A situação da vila e dos seus habitantes é assim tornada extremamente precária, ficando por terra cercados pela gente do «Farelay» e por mar pela gente da ilha de Angoche, feita com ele.

Todavia, Liazzat Bonate (2003), que põe a questão das revoltas de Angoche noutros termos, realça o protagonismo e o poder político e militar dos sultões. Segundo Bonate, até à ocupação efectiva, as disputas políticas mais relevantes de Angoche desenvolviam-se entre as unidades políticas africanas, desempenhando Portugal um papel bastante periférico. Não estando Portugal em condições de impor o seu poder aos sultões, afirma aquela autora, não se pode sequer falar em resistência dos angocheanos até ao início do século XX. Pelo contrário, os portugueses simplesmente procuraram sobreviver no contexto político local de confrontação pelo controlo do comércio de escravos, estando *de facto*, se não também *de jure*, sujeitos ao poder militar dos chefes locais.

Estas experiências de luta permanecem na memória histórica dos angocheanos que se assumem como descendentes e continuadores da bravura de Farrallahi. Mas as

memórias e os elementos identitários reivindicados também congregam outras experiências, fantasmas, dilemas e contradições da própria história. Actualmente, os angocheanos sobrevivem transitando entre a pesca, a machamba, os mercados informais e a nova fábrica de caju. Reclamam o retorno do esplendor da cidade, mostram-se nostálgicos em relação ao colonialismo, apresentam-se como vítimas da independência, mas também assumem lealdades em relação ao Estado. Estas múltiplas pertenças e memórias que se cruzam, manifestam-se nas acções reivindicativas encetadas pelos trabalhadores da indústria do caju e no tipo de relações que estabelecem com os governos locais, com as instituições do Estado e com os sindicatos a nível nacional.

Este capítulo descreve e interpreta as lutas dos trabalhadores da fábrica de caju da CCA pelo exercício dos seus direitos. O capítulo percorre as acções reivindicativas que desenvolvem, as estratégias e os discursos que mobilizam, mostrando tanto as alianças que estabelecem, assim como os bloqueios e os dilemas que enfrentam. O capítulo também mostra que no processo pelo exercício de direitos não só se cruzam identidades, narrativas e interesses múltiplos (por vezes conflituantes), como também se contribui para a criação de espaços de participação pública e de interpelação do governo, do Estado e dos investidores privados, ainda que estes estejam articulados em poderosas teias de dominação.

Contudo, os trabalhadores não são uma massa homogénea e passiva. No seu seio tanto desenvolvem-se grupos de interesses e posições diversas sobre os problemas que enfrentam, como se encontram diferenças de poder relacionadas com a posição que cada trabalhador ocupava anteriormente na fábrica, com a actual posição em que se situam no processo de tomada de decisões e de gestão dos recursos disponíveis, etc.¹¹⁹ Veremos neste capítulo que algumas das clivagens entre os trabalhadores resultam da

¹¹⁹ Neste trabalho não são tomadas em conta, por exemplo, as diferenças de poder entre homens e mulheres entre os trabalhadores.

afirmação de interesses particulares cujo nascimento e desenvolvimento está intimidado ligado à história da própria fábrica e ao percurso dos trabalhadores após o encerramento da mesma. A divisão dos trabalhadores em dois grupos – entre os poucos que ficaram nas oficinas da fábrica e a maioria que foi forçada a abandoná-la – conduziu ao desenvolvimento de interesses e objectivos distintos em torno da luta. No capítulo também mostrarei que um elemento externo foi importante para a agudização das clivagens entre os trabalhadores: a força do Estado.

5.1. Sindicalismo em Moçambique: entre a lealdade política e a luta sindical

5.1.1. Dos Conselhos de Produção à unidade sindical

Durante a experiência socialista de Moçambique foram criadas várias estruturas de base popular e formas de participação pública em diversas instituições e sectores de actividade, nomeadamente nas assembleias do povo, nas chamadas organizações democráticas de massas, nas aldeias comunais, nas machambas e lojas do povo, nos tribunais populares, nas fábricas, etc.¹²⁰

Os Conselhos de Produção constituíram a forma primária de participação popular nas fábricas, procurando responder a dois objectivos fundamentais. Por um lado, juntamente com as comissões administrativas nomeadas para as empresas, respondiam a uma necessidade mais pragmática de cumprimento dos planos económicos. Por outro lado, visavam promover a organização, formação e participação política dos trabalhadores. Por isso, mais do que institucionalização de uma estrutura produtiva eficiente, perspectivava-se que através das Comissões de Produção se pusesse em prática a democracia popular na esfera produtiva.

¹²⁰ Sobre o socialismo moçambicano, ver capítulo IV.

Aponta-se a data de 13 de Outubro de 1976 como marco institucional do surgimento dos Conselhos de Produção, dia em que Samora Machel, num discurso dirigido aos operários, anunciou a sua criação, atribuindo-lhes o papel fundamental de transformação radical das relações de produção (Machungo; 1977:64). A instalação de conselhos de produção esteve a cargo da Comissão Nacional de Implementação dos Conselhos de Produção, tendo iniciado numa experiência piloto em 47 empresas da cidade de Maputo (Assis, 1997:35).

Os conselhos de produção estavam divididos em departamentos que tratavam de questões específicas, desde os assuntos económicos e sociais da empresa, passando pelas tarefas de controlo, disciplina e resolução de conflitos, até à organização de actividades culturais. Respondendo às necessidades do operariado moçambicano, o âmbito das tarefas dos conselhos de produção alargou-se, passando a incluir aulas de alfabetização, formação no trabalho, fornecimento de refeições e transporte para os locais de trabalho, instalação de creches e outras questões relacionadas com a segurança social e económica dos trabalhadores e seus familiares directos (Egerö, 1992:161).

À semelhança do que acontecia com outras estruturas e organizações criadas pelo Estado, os Conselhos de Produção confundiam-se com o partido Frelimo, partilhando ambos não apenas os membros e as estruturas organizativas, como também os pressupostos ideológicos de acção.

Por decisão do IV Congresso do partido Frelimo, em 1983 os Conselhos de Produção foram transformados na Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM), também concebida como estrutura de base do partido. A OTM assumiu a

responsabilidade de criar os sindicatos em todo o país,¹²¹ coordenando a elaboração dos programas e a nomeação dos respectivos corpos directivos e dos demais órgãos (Mosca, 1999:78). A OTM exercia, ainda, a direcção política e a fiscalização de todos os sindicatos.

Em Moçambique, a criação dos sindicatos não surge, pois, como expressão de um processo endógeno dos trabalhadores, ou da necessidade de defesa dos seus direitos contra o patronato, mas como uma iniciativa do próprio «Partido-Estado-Governo» (Assis, 1997), principal agente económico e detentor formal do monopólio da acção política. Tendo sido concebidos como estruturas tentaculares do partido Frelimo, a acção dos sindicatos visava, exclusivamente, colaborar com o governo (e com o Estado) e nunca confrontá-los. Coerentemente, a unidade sindical, que surge como apoteose da unidade ideológica e partidária, impôs-se com «naturalidade».

Ainda que, como faz Bertil Egerö (1992:160), se considere que a relação de intimidade entre o partido e os trabalhadores tenha sido forçada por imperativos de unidade e de eficácia na luta por um novo tipo de relações laborais, a verdade é que essa relação continua a condicionar de modo significativo o perfil e a actuação dos sindicatos moçambicanos.

5.1.2. Pluralismo político e liberdade sindical

A Constituição moçambicana de 1990 introduziu a democracia multipartidária e alargou o leque dos direitos e liberdades fundamentais. A liberdade sindical passou a constituir um dos fundamentos incontornáveis da democracia moçambicana. A nova política pluralista teve duas consequências imediatas para o sindicalismo moçambicano: a OTM deixou de ser (pelo menos formalmente) uma organização de base do partido

¹²¹ Tendo como base as estruturas criadas pelos Conselhos de Produção nos diversos ramos de actividades, a OTM criou 16 sindicatos ao nível nacional.

Frelimo, tendo sido transformada em central sindical (OTM-CS); em 1992, três organismos sindicais desvincularam-se da OTM-CS e constituíram um grupo que se chamou Sindicatos Livres e Independentes.¹²² Este grupo posteriormente (em 1998) foi transformado numa nova central sindical, a Confederação Nacional dos Sindicatos Livres de Moçambique (CONSILMO).

No contexto das profundas e rápidas transformações políticas e económicas introduzidas em Moçambique,¹²³ os sindicatos moçambicanos andam desencontrados. De uma lógica de tutela, paternalista, por parte do partido Frelimo, os trabalhadores passaram para uma relação de antagonismo e de exploração por parte dos (novos) empresários, muitos dos quais fazendo parte das figuras históricas daquela formação política. Os sindicatos tornaram-se, então, órfãos do governo e do Estado, enfrentando actualmente uma inquestionável crise identitária que torna a sua acção ambígua, repartida entre as velhas alianças político-partidárias e a necessidade de defesa dos trabalhadores.¹²⁴ O distanciamento dos líderes sindicais em relação às bases é um sintoma desse posicionamento ambíguo, contribuindo para a acentuação da crise de legitimidade de que sofrem. Uma das principais formas em que se manifesta essa crise é o facto de existirem acções reivindicativas dos trabalhadores à margem ou mesmo contra as lideranças dos sindicatos a que pertencem.

¹²² Compunham os Sindicatos Livres o Sindicato Nacional dos Transportadores da Construção Civil, o Madeiras e Minas, e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira e Similares.

¹²³ Como tenho vindo a referir, os programas de reajustamento estrutural têm estimulado novas práticas e formas de regulação do trabalho em Moçambique, respondendo às exigências do mercado. Por exemplo, foi recentemente aprovada a nova lei do trabalho (lei n.º 23/2007, de 1 de Agosto) que visa fundamentalmente acomodar os interesses relacionados com os investimentos e a desvalorização da força do trabalho.

¹²⁴ Repare-se, por exemplo, na alteração de uma das estrofes mais emblemáticas do hino dos trabalhadores: onde se dizia que os sindicatos venceriam as «manobras do imperialismo», passou-se a cantar «manobras do patronato», em consequência da viragem do próprio projecto político da Frelimo.

No entanto, as complexidades do novo contexto político e económico impõem outros desafios aos sindicatos moçambicanos, sobretudo de natureza organizativa e técnica, para os quais não estão preparados. Como afirma Maria José Arthur (2004:299), os sindicatos são confrontados com situações que não entendem e que não têm meios para controlar, como é o caso das privatizações. Ora, a defesa dos direitos dos trabalhadores, quando estão em causa estes e outros tipos de questões, pressupõe articular argumentos técnico-científicos mais sólidos, do mesmo modo que exige a adopção de estratégias inovadoras de luta e de mobilização social.

O caso da fábrica de caju da CCA é um exemplo elucidativo das dificuldades e dos dilemas dos sindicatos moçambicanos. Na luta que desenvolvem os trabalhadores da CCA contam sobretudo com as suas próprias forças, não tendo qualquer apoio das delegações distrital e provincial da OTM-CS. Aliás, paradoxalmente, da OTM-CS têm recebido uma feroz oposição. Por parte dos sindicatos do ramo do caju a nível central, nada mais recebem senão um silêncio que, na prática, significa tomar posição a favor do proprietário da CCA e do governo. Contudo, ainda que em desigualdade de armas contra interesses poderosos, ainda que bastante localizados em Angoche, os trabalhadores inscrevem uma história de luta sem precedentes em Moçambique.

5.2. O quotidiano de luta da “Massa Trabalhadora” de Angoche

5.2.1. A organização e mobilização dos trabalhadores da CCA: entrelaçando os fragmentos

A história da fábrica marca significativamente as formas de organização dos trabalhadores da CCA. Como vimos no capítulo III, após o abandono litigioso da CCA por parte dos accionistas e dos técnicos estrangeiros, a fábrica de caju passou para a gestão de uma comissão de trabalhadores entre os anos 1981 e 1984.

O encerramento definitivo da fábrica em 1984 levou à extinção tanto das estruturas embrionárias de organização e representação dos trabalhadores que entretanto tinham sido criadas, entre as quais o Conselho de Produção (em 1977), como das estruturas do partido Frelimo.

A Organização dos Trabalhadores Moçambicanos foi criada precisamente no ano em que a CCA fechou as portas, não tendo, por isso, ocorrido nesta fábrica o processo comum de implantação do sindicato. O comité sindical da CCA foi criado mais tarde pelos trabalhadores da fábrica, respondendo às necessidades pragmáticas da luta que desenvolvem.

Os destinos dos 1793 trabalhadores da CCA após o encerramento da fábrica foram vários. Enquanto ficaram «à espera de nova ordem», socorreram-se de múltiplas estratégias de sobrevivência, como já se referiu anteriormente, repartidas entre o trabalho nas fábricas de caju ainda existentes, a pesca, a agricultura (praticada, a título individual, nas terras anteriormente pertencentes à CCA ou noutros lugares), o comércio informal, etc.¹²⁵

Entre os trabalhadores da CCA há um caso particular de 38 trabalhadores que continuaram nas oficinas e nos escritórios da fábrica, embora trabalhando por conta própria. Sendo um grupo constituído por técnicos administrativos e por mecânicos, torneiros e serralheiros, os 38 trabalhadores sobreviviam do trabalho na oficina (onde produziam e reparavam peças de automóveis e de outro tipo de máquinas) e do arrendamento das casas da CCA que entretanto ficaram sob a sua administração.

A dispersão dos trabalhadores da CCA contribuiu para a fractura inicial das estruturas representativas dos trabalhadores em dois grupos e, conseqüentemente, dos

¹²⁵ Como diz Fernando Amial, trabalhador da CCA, alguns trabalhadores ficaram à espera de nova integração porque tinham sido informados por escrito que voltariam para a fábrica (entrevista realizada no dia 16 de Junho de 2006).

objectivos da luta. O comité sindical (constituído por quatro trabalhadores das oficinas), criado com o objectivo de institucionalizar o diálogo com os novos proprietários da fábrica, representava os interesses dos 38 trabalhadores. Este grupo colocava duas propostas alternativas: extinguir formalmente a relação de trabalho e receber indemnizações pelos anos dedicados à empresa; ou continuar a relação de trabalho, embora com novas condições salariais. Por seu turno, a comissão dos trabalhadores agia em nome de todos os trabalhadores, exigindo apenas o pagamento dos sete meses de salário em atraso desde 1984.¹²⁶

As primeiras acções de reivindicação foram protagonizadas pela comissão dos trabalhadores, numa altura em que «os 38 trabalhadores» ainda trabalhavam nas oficinas e nos escritórios da CCA. Essas acções iniciais, entre 1988 e 1990, traduziram-se em cartas dirigidas ao Ministério da Agricultura (que tutelava o sector do caju), solicitando «esclarecimentos sobre o pagamento dos sete meses do ano de 1984» e reafirmando insistentemente a história do encerramento da fábrica.¹²⁷ Essas cartas nunca foram respondidas.

Como veremos, as necessidades de luta contra os novos patrões conduziram à união dos dois grupos, embora nunca tivessem deixado de existir interesses particulares e por vezes inconciliáveis. Estas clivagens, ao serem perspicazmente exploradas pelo governo, transformaram-se no principal factor de fragilização da luta dos trabalhadores.

¹²⁶ A comissão é constituída por sete trabalhadores. Foi eleita numa reunião geral dos trabalhadores. Todos os candidatos que se propuseram a fazer parte da comissão foram aceites. A comissão é composta por seis pessoas, entre as quais apenas uma é mulher. O chefe dos recursos humanos tem conhecimento profundo da história da fábrica, assim como tem em seu poder a relação dos trabalhadores (nomes, categorias, funções que exercem e salários que auferiam) e a documentação da luta dos trabalhadores.

¹²⁷ Cartas da comissão dos trabalhadores da CCA, dirigidas ao Ministro da Agricultura nos dias 13 de Fevereiro de 1988, 20 de Julho de 1989 e 5 de Abril de 1990.

É certo que muitos trabalhadores eram oriundos de outros distritos e províncias de Moçambique, mas acabaram por fixar residência em Angoche ou nas proximidades da cidade, o que facilitou bastante a mobilização para a luta. Como explica um membro da delegação distrital da Organização dos Trabalhadores Moçambicanos – Central Sindical:¹²⁸

André Cristiano José (ACJ): Como é que recuperaram, vinte anos depois, mil e setecentos trabalhadores?

Delegação Distrital da OTM-CS (DDOTM): Aparecem na história de pressionar. O governo não nacionalizou a CCA. Quando o Gani toma esta empresa e eles, como trabalhadores em número reduzido, fizeram questão de reunir os outros trabalhadores, informando que a empresa já tem patrão. Mas antes que este patrão volte, «vamos exigir que pague os sete meses de salário que nos estão a dever. Então vamos nos juntar para fazermos pressão». É assim que surge o número de mil e setecentos trabalhadores para engrossar os trinta e oito e o assunto ter mais peso.

ACJ: Muitos destes trabalhadores são de Moma, outros são da Zambézia, outros são da cidade de Nampula, por aí adiante. Como é que mobilizaram os trabalhadores para voltarem?

DDOTM: A história é um pouco complicada porque muitas das vezes a naturalidade pode ser diversa, mas por causa da migração e da procura de melhores condições de vida...em Angoche, só agora é que os angocheanos vão para as fábricas. Nessa altura, os de fora é que iam para as fábricas. Eles vieram de fora e instalaram-se aqui. Esses de Moma, da Zambézia, etc., podem não ter regressado. Podem ter saído alguns, mas muitos estão aqui nos bairros. Mas também conheço pessoas que já não vivem aqui e que regressaram para vir resolver esta

¹²⁸

Entrevista pessoal a P., membro da delegação distrital da Organização dos Trabalhadores Moçambicanos – Central Sindical, realizada no dia 21 de Junho de 2006.

questão. Estão aqui a viver em casa de familiares. Outros saem e depois voltam. É uma situação complicada.

Mas uma parte considerável vive fora da cidade ou até mesmo do distrito de Angoche. Muitos destes são acolhidos na cidade por amigos ou familiares, e outros percorrem diariamente grandes distâncias a pé ou de bicicleta até à cidade para participarem na luta.

Tendo em conta que a maior parte dos trabalhadores da CCA não sabe ler, no início do processo reivindicativo o chamamento «boca-à-boca» e a rádio comunitária do Inguri desempenharam um papel de mobilização particularmente importante. Cada trabalhador era um potencial mobilizador, sobretudo dos trabalhadores residentes fora da cidade, enquanto a rádio cobria a área da cidade de Angoche. Para muitos trabalhadores, foi como se despertasse uma esperança adormecida. Perante a expectativa de receber o que lhes é devido, a adesão foi maciça. Foram igualmente mobilizados os descendentes de trabalhadores da CCA, alguns dos quais trabalham actualmente na nova fábrica de caju. O testemunho de um trabalhador expressa eloquentemente o contexto:¹²⁹

André Cristiano José (ACJ): Quando a fábrica parou, como é que é que os chefes chamaram o senhor para fazer a reivindicação?

António: Para fazer a greve?

ACJ: Sim.

António: Eu fui lá porque eles disseram vamos fazer greve.

Cada trabalhador acompanhou isso e foi lá.

ACJ: Como é que o senhor acompanhou?

António: Para eu ir lá?

ACJ: Sim.

¹²⁹ Entrevista pessoal a António Bacar, trabalhador da CCA, no dia 22 de Junho de 2006.

António: Foi dito que no dia «x» vamos começar a greve.

ACJ: Foi dito por quem?

António: Para a gente receber.

ACJ: Sim, quem disse que vão começar a greve?

António: São aqueles sindicatos porque os documentos são eles que conhecem.

ACJ: Eles chamaram?

António: Chamaram todos os trabalhadores, não fui eu sozinho.

ACJ: Sim. Como é que a notícia chegou até si. O senhor já não estava na fábrica. A fábrica já tinha fechado, todos os trabalhadores já tinham dispersado. Como é que conseguiram juntar outra vez os trabalhadores?

António: Juntaram por causa do documento que fizeram.

ACJ: Como é que conheceu o documento?

António: Eles tinham falado «tratámos o documento e agora vamos começar a greve». Por isso cada trabalhador conheceu que no dia «x» vamos começar a greve. Eu também como trabalhador de lá, não escondeu. Eu foi lá ver de perto. Se é dinheiro, vou lá ver se vou receber. Começámos a fazer e até hoje não recebemos. Não sabemos se havemos de receber. Se a gente tivesse recebido, já estaríamos espalhados. Cada um estaria nas suas zonas. É por isso que eu disse que ali até tem pessoas de Quelimane.

Os trabalhadores foram repartidos em cinco grupos iguais. De modo facilitar a comunicação e o controlo de toda a «massa trabalhadora»,¹³⁰ na medida do possível, foram agregados de acordo com a secção a que pertenciam quando a fábrica funcionava. Cada grupo era directamente dirigido por um chefe que tinha a responsabilidade de controlar as presenças na concentração, organizar os turnos de segurança das instalações

¹³⁰

Expressão utilizada pelos trabalhadores para designar o conjunto dos trabalhadores da CCA.

da CCA, recolher as contribuições monetárias dos trabalhadores (quando solicitadas), transmitir algumas informações e coordenar a execução das demais instruções organizativas que recebiam dos representantes dos trabalhadores.

A consistência da luta dependia da adesão dos trabalhadores nos processos de reivindicação. O local de concentração dos trabalhadores, enquanto espaço de luta, era também o lugar de construção de solidariedades e de identidades colectivas. Não obstante o facto da fábrica estar fechada há mais de 20 anos, os trabalhadores consideravam-se trabalhadores da CCA e encaravam a concentração diária como prestações de trabalho. Como dizia um trabalhador, «vir para a concentração é como uma machamba, é preciso ir todos os dias senão morre».¹³¹ A luta dos trabalhadores tem sido, pois, a forma mais importante de vitalização da esperança pelo reconhecimento dos seus direitos.

5.2.2. A Luta dos trabalhadores e democracia: para além do “bater as latas”

«Bater as latas» é a expressão que caracteriza uma das formas de protesto protagonizadas pelos trabalhadores da CCA e que não só marca uma etapa da luta, como reflecte as fases de intensificação do conflito. Para os trabalhadores e para os angocheanos em geral, «bater as latas» significa mostrar uma posição de força, marchando e cantando pelas ruas da cidade. Contudo, antes de decidirem “bater as latas”, os trabalhadores passaram por um longo e difícil processo de esclarecimento, de negociação com os novos proprietários da fábrica e de denúncia pública das artimanhas dos patrões, aliados ao governo.

Neste processo, os trabalhadores foram construindo uma memória comum sobre a história da fábrica e dos direitos que reivindicam. Embora poucos demonstrem domínio

¹³¹ Abdul Rafik, em entrevista pessoal realizada no dia 30 de Junho de 2006.

preciso dos factos, nomeadamente das datas, das pessoas envolvidas e das circunstâncias que levaram ao encerramento da fábrica, todos os trabalhadores contam a mesma história de intervenção do Estado naquele processo e dos salários que ficaram por receber. Vejamos os seguintes relatos:

António: Eu tenho 49 anos. Sou natural de Mogovolas. Quando eu saí de lá para cá Angoche, veio aqui no tempo colonial. Começou a crescer e foi para a fábrica CCA, no tempo colonial. Começámos ali a trabalhar e veio aquela confusão de fechar a fábrica, fechou. Quando fechou a fábrica, ali havia castanha descascado, chamado amêndoa. Tinha castanha em sacos, estava lá no armazém. Naquele tempo, o chefe era o senhor Gamito [Secretário de Estado do Caju]. O senhor Gamito veio e fez negociações com os chefes dali e venderam aquela castanha. A castanha não descascada meteu na Cajuca [Caju de Moçambique], a outra castanha levaram para Mocita. Aquela castanha embalada em lata mandaram para Nacala. As quantidades eu não conheço porque sou um trabalhador simples. Quem conhece são os chefes da empresa. Então pronto, nós começámos a trabalhar. Pouco tempo quando começámos a trabalhar, fecharam a fábrica. Quando fecharam a fábrica, outra gente ia na machamba. Havia machamba da CCA, lá fora. Todos os trabalhadores iam para lá, outros ficavam na empresa, e outros estavam no partido [Frelimo] a trabalhar.¹³²

F.A.: 81 quando eles [os suíços] foram embora, deixou-nos a trabalhar. Deixou-nos a trabalhar até em 84 veio um senhor chamado Sr. Alfredo Gamito, que era secretário geral da caju e disse olha: a vossa fábrica precisa ser caju 3. Ele convencido começou a tirar a nossa amêndoa, tínhamos 18 toneladas de amêndoa descascada, tínhamos 40 toneladas de castanha em bruto, alegando que ia pagar os

¹³²

Entrevista pessoal a António Bacar, trabalhador da CCA, no dia 22 de Junho de 2006.

sete meses de salário atrasado dos 7 meses daquele ano de 1984. Até agora que existe a nossa guerra é isso.

André Cristiano José: Ser caju 3 significa o quê?

F.A.: As fábricas todas de caju estava nacionalizado, só faltava a CCA. Queria-se integrar, e nós recusamos.¹³³

Esta história é confirmada por aquele que era Secretário de Estado do Caju no ano de encerramento da fábrica.¹³⁴ Embora este apresente explicações diferentes, segundo as quais os suíços abandonaram a fábrica por motivos técnicos (avaria insuperável de uma das máquinas), deixando-a ao cuidado de uma pequena equipa composta por moçambicanos e portugueses. Explica ainda que o Estado percebeu que, em consequência do desinvestimento na CCA, o processamento de caju decrescia acentuadamente, prevendo-se então o encerramento da fábrica em pouco tempo, se não houvesse alguma intervenção forte.¹³⁵

O antigo Secretário de Estado do Caju conta que se deslocou pessoalmente à Suíça para negociar com os proprietários o seu regresso, tendo estes afirmado que já não tinham qualquer interesse na fábrica. Acrescenta que, na medida em que o Estado não estava em condições de administrar mais uma fábrica, nem de absorver mais trabalhadores nas fábricas nacionalizadas, optou por não intervir na CCA, deixando-a andar ao sabor dos interesses que se foram afirmando em torno das oficinas da fábrica, dos imóveis, dos terrenos e das plantações.

O Secretário de Estado confirma que havia uma certa quantidade de castanha de caju armazenada na fábrica. Explica, ainda, que uma parte dessa castanha estava

¹³³ Entrevista pessoal a Fernando Amial, realizada no dia 16 de Junho de 2006.

¹³⁴ Em entrevista realizada no dia 22 de Outubro de 2007.

¹³⁵ Um relatório FAO indica que nos anos 1982 e 1984, a CCA alcançou apenas 28% e 21% da capacidade industrial, respectivamente (FAO, 1987).

degradada, sendo que a outra serviu para pagar as dívidas que a CCA tinha para com o Estado.¹³⁶ No entanto, também assume a responsabilidade do Estado no encerramento da fábrica e em relação à situação dos trabalhadores:

Esse problema resulta de um deficiente processo de privatização sobretudo porque o Estado, ao vender, não salda as contas com os trabalhadores. O comprador estava convencido de que chegava lá e dava ordens para que as pessoas se mudassem e que eles mudariam. Natiri fica a 70-80 Km de Angoche...aquilo fica fora e eles não foram. É uma coisa que tem a ver com o Estado, mas também com o patrão. O patrão quis comprar as terras e as plantações e a fábrica de sisal. Também foi numa altura em que o sisal estava a subir.¹³⁷

Ainda assim, reconhecendo a actual dimensão política do problema em questão, o ex-Secretário de Estado responsabiliza directamente o actual presidente do conselho municipal de Angoche, que é membro da Renamo, afirmando o seguinte:

Quer dizer, há um outro tipo de problemas ali. Na altura do pico das reclamações sempre pensei que havia motivações políticas, mas depois falei com ele e tudo ficou esclarecido. Há um indivíduo que era delegado político da Renamo, chamado [...] que já saiu da Renamo e agora está no PDD, era meu motorista. Nunca tivemos nenhum conflito. O indivíduo que era o responsável financeiro e de toda a tramitação administrativa, é esse [nome de um político da Renamo residente em Angoche]. Quer dizer, são pessoas que eu conheço. Se há alguém que tratou daquilo, era ele. Ele era o responsável administrativo da fábrica.

¹³⁶ Sobre esta questão, ver o capítulo IV.

¹³⁷ Entrevista ao ex-Secretário de Estado do Caju, realizada no dia 22 de Outubro de 2007.

Mas ao pedir que fizesse um balanço sobre a economia política do caju, o antigo Secretário de Estado do Caju, actualmente deputado da Assembleia da República pelo partido Frelimo e presidente da Comissão da Agricultura, Desenvolvimento Regional, Administração Pública e Poder Local, que também foi director geral da empresa estatal Caju de Moçambique e que posteriormente foi Vice-Ministro da Agricultura, Governador da província de Nampula e Ministro da Administração Estatal, retomou desconfortavelmente a questão da CCA:

Eu não me envergonho, embora possa aparecer essa manchazita da CCA. Se um dia for necessário esclarecer, eles que digam. Mas há outras histórias aí...motivações políticas. Se há alguém para responder a isso é o [nome do político da Renamo a quem se referiu anteriormente]. Uma vez falei com ele «é pá, o que há aí?». Ele disse «ah, esses gajos estão a me chatear, pá». Então pronto, ficámos assim. Ele disse isso na presença do tal delegado da Renamo que tinha sido meu condutor. [Risos] Quer dizer, eu circulo muito bem no meio dos nossos adversários sem problema absolutamente nenhum. Mas eu julgo que foi feito muito trabalho.¹³⁸

Desconhecendo os processos e os conteúdos das negociações em torno da fábrica, os trabalhadores foram confrontados com a presença de representantes de um proeminente político do Partido Popular de Espanha, que se apresentaram como os novos proprietários da CCA.¹³⁹

A entrada de novos investidores privados na fábrica, a partir do início dos anos 90, despoletou uma nova vaga de reivindicações dos trabalhadores. Existindo, agora, um patrão com rosto visível, foram-lhe directamente colocadas as exigências dos

¹³⁸ Entrevista ao ex-Secretário de Estado do Caju, realizada no dia 22 de Outubro de 2007.

¹³⁹ Segundo esse representante, a CCA foi comprada ao Estado em 1992.

trabalhadores. Pela primeira vez, o comité sindical da CCA põe em discussão o problema dos «38 trabalhadores». Contudo, depois de ter prometido pôr a fábrica a funcionar e aumentar os salários, o político e empresário espanhol abandonou a CCA por mais de três anos.

Perante estes constrangimentos, pela primeira vez o comité sindical, à semelhança do que fizera a comissão dos trabalhadores, indignou-se perante o Ministério da Agricultura, introduzindo o discurso da legalidade e da moçambicanidade: «os trabalhadores moçambicanos em geral gozam dos seus direitos e deveres consagrados pela lei em vigor, assim precisamos de conhecer as nossas razões dentro desse mesmo princípio, e como filhos dessa Nação». Existindo um interlocutor conhecido, individualizado, o comité sindical solicitou ajuda ao Ministério da Agricultura para que este «dentro das suas competências e com maior brevidade possível, recambiar-nos o nosso gerente geral [...]». O comité sindical também interpelou o governo afirmando que «os trabalhadores desejam saber que a vantagem da privatização dessa empresa, uma vez que estamos a mais de 7 anos e não estamos a verificar nenhuma actividade relacionada a esta companhia».¹⁴⁰

Na sequência destas reivindicações e na tentativa de abafar a pressão dos trabalhadores, os novos patrões (como também posteriormente aconteceu com a Gani Comercial) tentaram transferir os trabalhadores para as plantações da CCA. Os trabalhadores recusaram essas ordens socorrendo-se de uma série de argumentos: estando também encerradas as unidades industriais do sisal, não havia em Natiri trabalho para técnicos especializados; não estavam criadas as condições básicas para acolher os trabalhadores, muitos dos quais eram velhos; os trabalhadores das plantações não recebiam salários há vários meses, não havendo garantias de que a sua situação

¹⁴⁰ Carta do comité sindical da CCA dirigida ao Ministro da Agricultura no dia 20 de Setembro de 1999.

seria diferente. O comité sindical propôs, uma vez mais, uma de duas soluções, o pagamento de indemnizações ou a actualização dos salários, se houver garantias de que a fábrica voltará a funcionar.¹⁴¹

Seis meses depois da apresentação desta carta, o comité sindical e os proprietários da CCA chegaram a acordo sobre os termos da indemnização. Alegando que não tinha capacidade para pagar a todos os trabalhadores de uma vez, a CCA comprometeu-se a pagar, a partir do dia 1 de Julho de 2001, a indemnização de dois trabalhadores por mês. Este compromisso nunca foi honrado, ainda que o comité sindical o exigisse por carta durante os doze meses seguintes.

No entanto, numa altura em que negociava a venda da CCA à Gani Comercial, o empresário espanhol (por intermédio dos seus procuradores) comprometeu-se a prestar informação sobre a situação dos trabalhadores e dos acordos existentes ao futuro proprietário.¹⁴² Mais, comprometeu-se a dar conhecimento da situação dos trabalhadores ao novo proprietário, assegurando que o não pagamento dos salários e das indemnizações deveria ser motivo para a não entrega da empresa ao comprador. E para mostrar «boa vontade» no processo, esse empresário autorizara a venda de um armazém da CCA para pagamento dos salários. O imóvel foi vendido por 80.000.000, MT (cerca de 3,200 Dólares americanos), tendo a respectiva declaração de venda sido assinada pelos trabalhadores das oficinas e dos escritórios da CCA.¹⁴³

Enquanto isso, a comissão de trabalhadores mandou mais uma carta, desta vez para a Assembleia da República, recapitulando o processo de encerramento da fábrica e reafirmando a responsabilidade do Estado no mesmo. A comissão também forneceu aos

¹⁴¹ Carta do comité sindical da CCA dirigida ao administrador do distrito de Angoche no dia 21 de Janeiro de 2001.

¹⁴² «Declaração de compromisso» assinada no dia 11 de Setembro de 2002.

¹⁴³ Declaração de venda assinada no dia 31 de Julho de 2002.

deputados informação pormenorizada sobre os caminhos anteriormente seguidos, nomeadamente sobre as diligências junto do Ministério da Agricultura. Entretanto, os trabalhadores tiveram a oportunidade de apresentar o problema ao administrador de distrito, mas, como diziam, desta vez também «sem colheita». Agora, fazendo referência à Declaração Universal dos Direitos Humanos e aos «quarenta artigos contidos na nossa Lei mãe», a Comissão argumenta que o respeito pelo direito à vida dos trabalhadores e das respectivas famílias exige o pagamento dos salários.¹⁴⁴

Para os empresários envolvidos na questão da CCA, o mais importante era a viabilização dos negócios e a reprodução do poder, aproveitando as possibilidades que o contexto local lhes permitia. É assim que foi possível mostrar «boa vontade» (autorizando a venda de um imóvel à margem da lei) ou assinar uma declaração de compromisso que não tivesse força jurídica bastante para ser exigível. Como diria Mitchell (2002), a reprodução do poder funda-se na sua capacidade de adaptação e de parasitação dos modos de organização social existentes. No caso da CCA, essa capacidade reside no facto de interpretar em benefício próprio o universo argumentativo dos trabalhadores e as contingências do sistema jurídico moçambicano.

Efectivamente, a Gani Comercial acabou por comprar a CCA. O novo proprietário da CCA apresentou imediatamente uma proposta que não foi aceite pelos trabalhadores: pagamento de 35% do valor das indemnizações aos «38 trabalhadores», argumentando que seria uma medida importante para a recuperação da fábrica.

Mais tarde, num encontro mediado por representantes do governo provincial de Nampula, da administração distrito de Angoche e pelo secretariado provincial da OTM-CS, a comissão dos trabalhadores, o comité sindical e o administrador da Gani Comercial, reuniram-se pela primeira vez. Também, pela primeira vez, foram colocadas

¹⁴⁴ Carta da comissão dos trabalhadores da CCA, dirigida à Assembleia da República no dia 9 de Dezembro de 2002.

em simultâneo as questões das indemnizações e dos salários em atraso, salvaguardando-se os interesses de todos os trabalhadores.

Desde encontro resultaram duas conclusões principais. Primeiro, que as exigências dos trabalhadores não eram legítimas, à luz da lei do trabalho. Segundo, que a entrega da empresa ao novo proprietário é uma condição necessária para a solução gradual dos problemas económicos e sociais existentes.¹⁴⁵ Consequentemente, os representantes dos trabalhadores assinaram um termo de entrega das instalações da CCA, comprometendo-se a recorrer aos tribunais em caso de violação dos seus direitos por parte da nova entidade patronal.¹⁴⁶

Longe de representar um acordo efectivo entre os trabalhadores e a Gani Comercial, esta reunião marca a viragem no processo de negociação dos direitos dos trabalhadores. Desde então, as decisões do comité sindical e da comissão dos trabalhadores passaram a depender da exigente aprovação do colectivo dos 1793 trabalhadores mobilizados para a luta. No mesmo dia em que os representantes dos trabalhadores assumiram o compromisso de entrega da fábrica, foram obrigados a voltar atrás porque os trabalhadores discordaram dessa decisão:

Os trabalhadores depois de ter recebido a informação da reunião que está a decorrer nas instalações desta Companhia através do comité sindical onde nos informava que deveríamos entregar as chaves da Empresa a nova entidade patronal sem cumprir o compromisso estabelecido anteriormente pelo patrão assim como o actual alegando que nós trabalhadores o que estamos a exigir não tem enquadramento legal. Analisada essa posição saída da reunião os trabalhadores não concordam que o patronato não cumpra aquilo que

¹⁴⁵ Acta de reunião realizada em Angoche no dia 24 de Janeiro de 2003.

¹⁴⁶ Segundo o «termo de entrega da CCA», assinado no dia 24 de Janeiro de 2003.

*prometeu e que consta de vários documentos tornando desta forma, segundo nosso entender, ter existido ou existiu enquadramento legal.*¹⁴⁷

Mais tarde, numa carta dirigida ao Procurador-chefe da província de Nampula, os representantes do comité sindical viriam a afirmar que se sentiram forçados a concordar com as decisões daquela reunião porque foram intimidados pelos «blindados» da Gani Comercial, concretamente pelo secretário provincial da OTM-CS, o director distrital do trabalho e o administrador do distrito de Angoche.¹⁴⁸

A decisão dos trabalhadores acentuou as divergências com a Gani Comercial e a administração do distrito de Angoche, iniciando-se uma nova fase de confrontação, mais agressiva, mas também muito intensa. Os trabalhadores ocuparam definitivamente a fábrica e outros imóveis da CCA, ignorando as ordens da Gani Comercial para que se retirassem.

Os trabalhadores também se empenharam em mostrar que o administrador de Angoche não era suficientemente idóneo para proteger os interesses dos moçambicanos, nem para mediar o conflito da CCA, alegadamente porque era cúmplice e dependente dos favores da Gani Comercial. Por exemplo, dirigindo-se ao Ministro do Trabalho, o comité sindical afirmou o seguinte:

Da maneira como temos sido tratados nesta Companhia na presença dos órgãos do Estado, nem parecem filhos dum País Independente, soberano com ricas leis que bem implementadas não haveria vozes reclamatórias isto porque os nossos governantes são subornados pelo patronato. Por exemplo o nosso Administrador do Distrito de Angoche, tem machamba na área de Nametória, dentro da plantação de Natiri, a custa do patrão e quando participa nas nossas

¹⁴⁷ Carta do comité assinada pelos representantes do sindical no dia 24 de Janeiro de 2003.

¹⁴⁸ Carta de 11 de Março de 2003.

reuniões de negociação com o patrão ele defende como se fosse sócio daquela empresa.¹⁴⁹

O administrador recusa qualquer responsabilidade no conflito da CCA e considera que a reivindicação dos trabalhadores não é legítima:

André Cristiano José (ACJ): Na questão dos trabalhadores da CCA, o senhor administrador é das pessoas mais visadas durante as manifestações...

Administrador do distrito de Angoche: Não sou culpado, nem teria como ser culpado. Não tenho capacidade para resolver este problema. A CCA nunca foi intervencionada. Cerca de mil e tal trabalhadores estava no passivo e 38 estava no activo. Houve um investidor que esteve aqui não se sabe como. A CCA é uma empresa privada, o Estado não se meteu lá. Depois esse investidor vendeu a empresa ao Gani. Os 38 trabalhadores disseram que queriam ser indemnizados. Gani disse que não podia. Então decidiram organizar uma greve. Como sabiam que eles por si não tinham força, foram buscar os outros trabalhadores e disseram que iam receber muito dinheiro. Quando se trata de dinheiro, toda a gente vem. Mas na altura já tinham um processo no tribunal que eu não sei os pormenores. Parece que foi julgado improcedente o pedido deles. Fizeram recurso e mais tarde desistiram. Por isso, a greve deles é ilegal.¹⁵⁰

¹⁴⁹ Carta de 14 de Maio de 2003, dirigida ao Ministro do Trabalho, com conhecimento do Presidente da República, governador da província de Nampula, presidente do conselho municipal de Angoche, administrador do distrito de Angoche, direcção distrital do trabalho, secretaria provincial da OTM-CS, administrador da Gani Comercial.

¹⁵⁰ Entrevista pessoal ao administrador do distrito de Angoche realizada no dia 3 de Julho de 2006.

As ações de denúncia, de apelo e de reivindicação dos trabalhadores estenderam-se para o partido Frelimo. Procurando tirar partido da fraca popularidade da Frelimo em Angoche, os trabalhadores tentaram deixar claro que a não resolução do seu problema poderia trazer maus resultados eleitorais para a Frelimo, ao mesmo tempo que questionavam a honestidade da Gani Comercial e o seu comprometimento no desenvolvimento do distrito.

Analisando os antecedentes deste sr. os trabalhadores desta Empresa têm o afincio de chamar a atenção ao governo que o sr. Administrador da Gani está apostado a destruir Angoche e marginalizar o cidadão, fomentar o desemprego no Distrito, fazendo com que o povo esteja revoltado para com o Governo no poder e comprometer as Eleições, e mais, segundo o nosso ver, naquilo que tem acontecido neste Distrito, por parte deste sr. ele contribui para maior afluxo da oposição. Exemplo: tomou a Ango-Caju e nada deu, mas sim um fruto chamado desemprego e marginalização do Povo, na CCA nem passam 5 meses, está a destruir maquinarias e vender infra-estruturas da Empresa. Perguntamos, será esse tipo de Empresários que precisamos no País?¹⁵¹

Não obtendo qualquer resposta por parte do secretariado provincial do partido Frelimo, alguns dias depois os trabalhadores dirigiram-se a um líder histórico daquele partido político, combatente da luta de libertação nacional, solicitando que promovesse um encontro entre os trabalhadores, o anterior proprietário da CCA e o administrador da Gani Comercial.¹⁵² Esta carta também não foi respondida. Os trabalhadores tinham, todavia, compreendido que a aproximação das eleições legislativas proporcionaria um contexto favorável para a sua luta, estando o partido Frelimo apostado em conquistar o

¹⁵¹ Carta de 29 de Maio de 2003, dirigida ao Primeiro Secretário Provincial do Partido Frelimo.

¹⁵² Carta da comissão dos trabalhadores do dia 9 de Junho de 2003.

distrito de Angoche. Todavia, a Frelimo tardou a perceber a importância do problema da CCA para as eleições.

Da parte da Gani Comercial, o administrador da sociedade reafirmou que não tem a obrigação de pagar aos trabalhadores. Segundo aquele, alguns dos 38 trabalhadores tinham sido despedidos e outros ainda eram seus empregados. Em relação aos últimos, comenta o administrador, o maior problema é não existir em Moçambique legislação que os obrigue a trabalhar, o que constitui um entrave sério ao desenvolvimento do país. Quanto aos restantes trabalhadores, afirma ainda, são da responsabilidade do governo, uma vez que para além deste ser desonesto, decidiu conduzir o processo pensando em questões políticas para conquistar o voto dos trabalhadores.¹⁵³

Se os trabalhadores assumiam a sua condição de trabalhador, sujeitos de direitos em relação aos quais não abriam mão, a estratégia da Gani Comercial passava por recusar-lhes essa mesma condição. Mas do que isso, o administrador da Gani Comercial recorria a um dos argumentos centrais que outrora pretendia justificar o colonialismo, isto é, a ideia da civilização pelo trabalho: «o maior problema é não existir em Moçambique legislação que os obrigue a trabalhar, o que constitui um entrave sério ao desenvolvimento do país».

Os trabalhadores acabaram por fazer um ultimato à Gani Comercial. Marcaram um encontro para o dia 29 de Junho de 2003, sugerindo a presença do administrador do distrito e de representantes de outras instituições do governo local, nomeadamente as direcções distritais do trabalho e da indústria e comércio, sob pena de convocarem uma «greve».¹⁵⁴ Não tendo sido realizado o encontro, o comité sindical anunciou que os

¹⁵³ Entrevista ao administrador da Gani Comercial no dia 1 de Julho de 2006.

¹⁵⁴ Carta do comité sindical, dirigida ao administrador da Gani Comercial, no dia 16 de Junho de 2003, com conhecimento da direcção provincial do trabalho, direcção provincial da indústria e comércio, administrador do distrito de Angoche e presidente do conselho municipal da cidade de Angoche.

trabalhadores entrariam em greve por tempo indeterminado, a partir do dia 23 de Julho de 2003, e fizeram um conjunto de exigências: presença do anterior proprietário da CCA e do Secretário de Estado do Caju em exercício na altura do encerramento da fábrica; pagamento de sete meses de salário (de 1984); revogação das ordens de transferência e dos despedimentos sem justa causa; respeito pelos direitos adquiridos dos trabalhadores, nomeadamente o direito a ocupar uma habitação de empresa; e o pagamento da totalidade das indemnizações. Informaram, ainda, que a greve consistiria em «reter as oficinas, escritórios e todos os imóveis» da CCA.¹⁵⁵

A delegação provincial da OTM-CS reagiu à declaração de greve, opondo-se aos trabalhadores de Angoche. Segundo a OTM-CS, existindo um processo pendente nos tribunais judiciais, no qual se discutiam os problemas colocados pela CCA, a greve dos trabalhadores não era legítima. A OTM-CS apelou à calma e paciência, e ainda prometeu que chegaria brevemente a Angoche uma comissão provincial para mediar as negociações. Ao replicar, o comité sindical entrou em completa ruptura com a delegação provincial da OTM-CS, não lhe reconhecendo legitimidade para os representar.

*Concluimos que por aquilo que temos vivido no que diz respeito ao papel da OTM Provincial sobre o assunto, os trabalhadores estão desapontados e estranham categoricamente a ligação desta Organização com a entidade patronal que não passam de mais empregados da Gani Comercial, visto que temos assistido que todas as despesas inerentes à vossa deslocação têm sido de inteira responsabilidade da entidade patronal.*¹⁵⁶

¹⁵⁵ Carta de 18 de Julho de 2003.

¹⁵⁶ Carta de 31 de Julho de 2003, dirigida à delegação da OTM na província de Nampula.

Ainda que sem o apoio da central sindical a que pertencem, os trabalhadores da CCA continuaram a bater as latas. A greve continuou, ainda que, e por causa dela, os dirigentes do comité sindical tivessem sido julgados e condenados a penas de prisão, como veremos adiante.¹⁵⁷ Como referi, «bater as latas» não só marca esta nova fase de luta mais radical e intensa, como é a forma de protesto que popularizou os trabalhadores da CCA. Durante todos os dias da semana, os trabalhadores da CCA marcham e cantam pelas ruas da cidade, ensaiam palavras de ordem junto das principais instituições do governo distrital e dirigem-se para a fábrica, à saída da cidade, onde discutem as estratégias de luta.

As palavras de ordem são de luta, de mobilização dos trabalhadores, mas também de denúncia contra os jogos da Gani Comercial e do administrador do distrito. Enquanto duram os cânticos e as manifestações dos trabalhadores, nenhuma instituição funciona em Angoche. A cidade pára completamente.

A aproximação das eleições legislativas e presidenciais de 2004 trouxe novos elementos para a luta dos trabalhadores. A directora provincial do trabalho de Nampula, em fase de pré-campanha eleitoral, deslocou-se a Angoche para preparar a visita dos candidatos da Frelimo às eleições presidenciais e legislativas. Tendo pleno conhecimento da situação na CCA, a directora pediu aos trabalhadores que recebessem os candidatos sem protestos. Por exigência dos trabalhadores, antes de iniciarem a discussão da questão salarial e das greves, a directora do trabalho contactou imediatamente, por telefone, o tribunal judicial da província de Nampula para que os trabalhadores que tinham sido condenados a penas de prisão fossem soltos. Os trabalhadores comprometeram-se a paralisar a greve por um período de 60 dias, dentro

¹⁵⁷ Ver o ponto 5.3.3 do presente capítulo.

do qual a directora deveria conseguir efectivar a restituição da liberdade dos trabalhadores.

Mas a «paralisação da greve» implicava simplesmente a suspensão do «bater as latas». Os trabalhadores continuaram a ocupar os imóveis da CCA, cumprindo o duplo objecto de marcar posição na luta e de impedir a delapidação do património que podia ser uma importante fonte de receita para o pagamento das indemnizações. Assim, perto de mil trabalhadores passaram a reunir-se todos os dias da semana na sede da CCA. Por sua vez, a directora do trabalho comprometeu-se a resolver os problemas dos salários e das indemnizações dos trabalhadores.

Para coroar os acordos, a directora provincial do trabalho organizou uma festa para os trabalhadores. Como descreve um dos trabalhadores da CCA,

*[A directora do trabalho] começou «meus pais, minhas mães, não podem fazer isso... nós vamos fazer isto, vamos fazer aquilo, vamos trabalhar, não há problema». Ok. Quando no último dia, quando ela foi para Nampula, tirou dinheiro. Fizemos ali uma festa. Compraram cabrito, compraram açúcar... comemos ali. Aquelas mulheres cozinharam ali. Tudo comemos ali. Antes de nós recebermos. Aí cada pessoa começou a dizer «ah, agora que fizemos esta festa, não há problema, há-de haver dinheiro».*¹⁵⁸

Os acordos foram registados em acta, assinada pelas entidades presentes no encontro, nomeadamente pela directora provincial do trabalho e outros quadros do governo provincial de Nampula, pelos representantes do conselho municipal de Angoche e pelos membros da comissão dos trabalhadores.¹⁵⁹

¹⁵⁸ Entrevista pessoal a António Bacar, realizada no dia 22 de Junho de 2006.

¹⁵⁹ Acta de 28 de Abril de 2004.

Os trabalhadores que estavam presos efectivamente beneficiaram de liberdade condicional e foram soltos da cadeia de Nampula, ainda que depois do prazo acordado. No decorrer dos contactos com os trabalhadores, a directora provincial do trabalho prometeu, ainda, resolver o problema dos salários e das indemnizações se a Frelimo vencesse as eleições, tendo, por isso, pedido o seu apoio. Esperançados, os trabalhadores da CCA empenharam-se na campanha eleitoral pela Frelimo. Pela primeira vez na história das eleições legislativas e presidenciais, a Frelimo teve maioria no distrito de Angoche.

A directora provincial do trabalho foi, então, nomeada Ministra do Trabalho do governo de Emílio Armando Guebuza. Contudo, os salários em atraso não foram pagos e, depois de mais uma duríssima fase de luta, as indemnizações chegaram apenas para pouquíssimos trabalhadores. A decepção e o ressentimento dos trabalhadores em relação ao governo é grande, como ilustram as palavras de um dos dirigentes do comité sindical da CCA:

Até hoje em dia a Ministra [do Trabalho] não pensar em nós, estamos a admirar. O distrito de Angoche, o responsável de Angoche, não pensar em nós...é uma pena! Mas hoje em dia quando nós sentamos com o nosso chefe do distrito de Angoche, em vez de nos explicar bem, ele vem com ameaças para nós. É uma pena! O governo do distrito poderia sentir porque nós trabalhámos para ele. Posso dizer que foi a primeira vez em Angoche ele a ganhar votos, é graças aos trabalhadores da CCA. Hoje em dia ele esqueceu os trabalhadores da CCA. Ele mandou-me a mim pessoalmente. Fui a Natiri organizar os trabalhadores. Organizou bem. Saio o senhor administrador, saiu a directora provincial do trabalho, a doutora Helena Taipo, veio encontrar os trabalhadores organizados. De certeza que votaram Frelimo. Eles ficaram no poder e eles falavam «se caso nós ficarmos no poder, não há problema, nós vamos resolver o problema da CCA».

*Hoje em dia quando a gente liga um telefone para ela, ela desliga! Nós sentimos pena...coisas que nós não pensávamos que ela podia fazer a nós.*¹⁶⁰

Mas, como dizem os trabalhadores, «o Governo também virou as costas outra vez e não quer resolver o nosso problema. Por isso, a nossa luta continua».

5.2.3. Batalha jurídica: os rostos da (i)legalidade

A saída dos trabalhadores da CCA em liberdade condicional foi o culminar de uma batalha jurídica com contornos sinuosos. Essa batalha começou com arresto preventivo proposto pela comissão dos trabalhadores no Tribunal Judicial do Distrito de Angoche, numa altura em que a empresa estava sob a administração do empresário espanhol.¹⁶¹ Os trabalhadores alegaram que o representante da CCA, depois de prometer pagar os salários em atraso e indemnizar os trabalhadores, desapareceu para parte incerta. Requereram, por isso, o arresto preventivo dos bens móveis e imóveis da CCA, de modo a assegurar o pagamento das dívidas para com os trabalhadores.

Contudo, nas cartas enviadas às instituições governamentais, os trabalhadores queixaram-se de terem sido vendidos alguns bens, depois de ter sido decretada a providência.

Seis meses depois, a comissão dos trabalhadores intentou uma acção no tribunal judicial da província de Nampula, em representação dos 1793 trabalhadores, na qual requereu o pagamento de sete meses de salário e indemnizações, devendo os respectivos

¹⁶⁰ Entrevista pessoal a Jamal Saide, realizada no dia 20 de Junho de 2006.

¹⁶¹ Processo n.º 7/2002, registado no dia 31 de Janeiro de 2002.

valores serem actualizados em conformidade com a lei.¹⁶² Junto com a petição inicial, os trabalhadores juntaram cópias das cartas envidas aos governos local e central.

O tribunal julgou a acção improcedente, abstendo-se de se pronunciar sobre o fundo da questão. Considerou que a comissão era ilegítima para representar os 1793 trabalhadores e que a acção tinha prescrito, uma vez que tinha passado mais de um ano desde que os trabalhadores tomaram conhecimento dos factos que fundamentam a sua pretensão.¹⁶³

Sobre esta decisão, o chefe da comissão dos trabalhadores emitiu a seguinte opinião:

Começámos a trabalhar com um advogado, como ele conhece a lei. Abrimos um processo na 4.ª secção do Tribunal Provincial de Nampula. Houve um julgamento à revelia dos lesados. Marcou-se o julgamento para Março. Quando voltei para Nampula era já 1 de Março. O advogado entregou-me o documento e disse «vocês vieram para aqui para o julgamento e não me chamaram; o julgamento foi feito em Fevereiro». Eu disse que não, o julgamento estava marcado para Março. Então ele disse que também já não temos razão porque é preciso cumprir o prazo de 1 ano para ir ao tribunal. Eu disse que ainda não estamos despedidos, ainda somos trabalhadores da CCA.¹⁶⁴

A comissão recorreu da decisão para o Tribunal Supremo, com base em vários argumentos, entre os quais destaco os seguintes: o tribunal não esteve interessado em descobrir a verdade, não tendo investigado os factos, nem as circunstâncias que envolvem o caso; o tribunal não considerou o facto dos trabalhadores continuarem

¹⁶² Processo n. 212/02, da 4ª secção laboral.

¹⁶³ Sentença de 17 de Fevereiro de 2003.

¹⁶⁴ Palavras de Dário Ribaué, trabalhador da CCA, em entrevista colectiva aos trabalhadores, realizada no dia 12 de Junho de 2006.

formalmente vinculados à CCA, uma vez que as actividades da empresa foram simplesmente suspensas por tempo indeterminado.

Em consequência do não provimento da pretensão dos trabalhadores junto do tribunal de Nampula, a CCA (nesta altura já nas mãos da Gani Comercial) requereu uma providência cautelar não especificada contra dois membros do comité sindical cujo nome não é mencionado e mais «2 colegas».¹⁶⁵ A decisão do juiz fala por si:

*A greve dos trabalhadores da empresa CCA Autor nestes autos é manifestamente ilegal, porquanto, consta que existe um processo em recurso no Tribunal Supremo. O tal recurso procede por a decisão final deste tribunal ser desfavorável aos trabalhadores. Assim, aguarda-se a todo o momento que o Venerando Tribunal Supremo se pronuncie acerca da matéria em recurso. Enquanto isso, os trabalhadores devem manter-se calmos, não devendo de modo algum manifestar-se de forma como estão fazendo, o que constitui actos de vandalismo e sabotagem económica. Nestes termos, ordeno a cessação imediata da greve, por ser ilegal e infundada. Notifique os trabalhadores deste despacho, informando-os que incorrerão em crime de desobediência caso não parem com a pretensa greve.*¹⁶⁶

Os trabalhadores não concordam com a decisão, nem sequer interromperam a greve. Um dos trabalhadores explica assim a sua posição: «Eles que escreveram esse documento estão a mentir. Nós primeiro escrevemos pré-aviso de greve e não veio ninguém nos perguntar os porquês. Respirou aquele documento. Então escrevemos outro documento, já com a lei. Como sindicato, temos o livro das leis. Hoje em dia

¹⁶⁵ Providência cautelar n.º 201/03.

¹⁶⁶ Decisão de 26 de Agosto de 2003.

quando aparece o documento que diz que isso é ilegal...isso é uma máfia. Isso nós também não aceitamos». ¹⁶⁷

Curiosamente, o advogado que representava os trabalhadores desistiu do recurso que interpusera contra a decisão do tribunal de Nampula. ¹⁶⁸ Mais tarde, invocaram no Tribunal Supremo que quando foram condenados a penas de prisão, foram persuadidos a desistir do recurso como condição para saírem da cadeia.

De qualquer modo, mesmo tendo desistido do processo e apesar da providência cautelar movida contra eles, os trabalhadores continuaram a «bater as latas». A referida «providência cautelar» foi, no entanto, importante para refrear a luta dos trabalhadores. Nove trabalhadores, entre os quais os membros do comité sindical foram julgados e condenados a penas entre 10 e 12 meses de prisão, acusados de sedição. ¹⁶⁹ Depois da condenação, foram todos transferidos para os estabelecimentos prisionais da cidade de Nampula, a cerca de 200 Km de Angoche.

Como vimos, fruto da interferência do governo provincial nos tribunais, os trabalhadores beneficiaram de liberdade condicional no dia 16 de Julho de 2004. Contudo, perante a violência e as pressões do governo contra os trabalhadores, a luta dos trabalhadores foi fragmentada. Mas os fragmentos também constroem uma memória de luta.

5.2.4. Fractura interna e os novos termos da luta: calcular o “cálculo de saberes”

Contra um conjunto de forças que a tentava silenciar, a luta dos trabalhadores continuou. Da central sindical, como vimos, os trabalhadores não receberam qualquer apoio. Pelo contrário, o sindicato provincial opôs-se-lhes explicitamente. A

¹⁶⁷ Entrevista pessoal a Januário Sozinho, no dia 20 de Junho de 2006.

¹⁶⁸ No dia 30 de Setembro de 2003.

¹⁶⁹ Processo n.º 66/2004.

perseverança dos trabalhadores obrigou a uma nova fase de negociação. No entanto, os termos do diálogo estavam viciados.

Uma comissão de representação do governo, constituída pelos directores provinciais e distritais do trabalho, finalmente fez uma proposta de pagamento aos trabalhadores. Cada trabalhador receberia 73 mil meticais (cerca de 3 dólares americanos) correspondentes aos sete meses de salário. Este montante foi supostamente calculado com base no valor nominal do salário que os trabalhadores auferiam em 1984.

Os trabalhadores interpretaram aquela proposta como uma ofensa ao povo de Angoche e como mais uma tentativa de contenção da luta, especialmente porque se aproximava uma visita do Presidente da República ao distrito de Moma (distrito vizinho de Angoche). Ainda assim, três trabalhadores (um dos quais em representação do sindicato) foram ao encontro do Presidente da República em Moma.

Enquanto os colegas não regressavam de Moma, os trabalhadores continuaram a reunir-se todos os dias nas instalações da CCA, aguardando notícias e orientações dos seus líderes. Seguem o mesmo ritual, todos os dias. No início da manhã diziam palavras de ordem e de luta: «trabalhadores hoyê! Viva a massa trabalhadora». Em seguida os membros da comissão e do comité sindical dirigiam-se para uma das casas da CCA, para o escritório, como dizem. No escritório, trocavam impressões sobre a luta e sonhavam com o futuro, evocando o passado de trabalho na fábrica. Lembravam-se das «coisas boas» a que tinham acesso e percorrem as marcas de produtos alimentares. Em nome dos seus direitos, prometiam voltar a «bater as latas» caso não cheguem boas notícias de Moma.

Os restantes trabalhadores escolhiam os lugares que lhes aprouvessem entre as propriedades da CCA e os passeios da cidade. Muitos sentavam-se à sombra, conversavam ou jogavam às cartas. Alguns vendem produtos agrícolas em pequenas

quantidades (mandioca, amendoim, laranja, etc.). Outros, ainda, fabricam cestos e esteiras.

No fim da manhã os trabalhadores recebiam as instruções e informações dos chefes e eram mobilizados para o dia seguinte. Um dos membros da comissão lia os nomes dos trabalhadores escalados para guardar as instalações da empresa (a sede, as casas e a fábrica) durante o resto do dia e a noite. A sessão terminava com mais palavras de ordem e deslocações à mesquita para, consoante a hora, cumprir a *zuhr* ou *asr*, dois dos cinco chamamentos diários de *Allah*.¹⁷⁰

Estes rituais eram uma prática constante dos trabalhadores. Cumpriam uma dupla função de renovação das esperanças e de reforço das identidades colectivas. A partilha quotidiana de espaços, de afectos, de sonhos e de frustrações contribuía para a consolidação de um sentimento comum de pertença. A «massa trabalhadora» era muito mais do que um aglomerado de pessoas que lutava pelo seus direitos, eram pessoas que partilhavam uma história de vida, isto é, um passado, um presente e um futuro em nome do qual se juntavam.

Regressados de Moma, os trabalhadores relataram o seguinte aos demais que a máquina da Frelimo impediu que contactassem directamente o Presidente da República. Antes do comício do Presidente da República, um dos organizadores do evento chamou os trabalhadores da CCA pelo microfone. Ao responderem, foram dirigidos para um encontro privado com alguns membros do governo provincial de Nampula que pediram que os trabalhadores sossegassem porque lhes tinha sido agendada uma audiência com o Presidente da República na cidade de Nampula. Chegada a hora da partida para a cidade de Nampula (que fica a cerca de 200 Km de Moma), os trabalhadores da CCA não tinham como se deslocar. Quase todos os carros tinham sido alugados pelo governo

¹⁷⁰ As cinco orações diárias no Islão são as seguintes: *fajr* (antes do amanhecer), *zuhr* (ao meio dia), *asr* (ao meio da tarde), *maghrib* (quando o sol se põe) e *isha* (ao meio da noite).

provincial e os motoristas foram expressamente proibidos de levar «outras pessoas». Depois de se separarem, foi possível encontrar transporte alternativo para cada um dos trabalhadores. Chegados à cidade de Nampula, só depois da partida do Presidente da República é que foram recebidos pelo governador da província. Não foi dada qualquer solução ao problema.

O fracasso da deslocação a Moma foi a «gota de água» para que os trabalhadores, cansados de «promessas sem destino», radicalizassem a luta. A comissão dos trabalhadores e o comité sindical passaram a estar sujeitos à maior e mais exigente pressão dos trabalhadores. Estes reclamam uma atitude mais firme por parte dos seus representantes. Foram, então, colocadas duas alternativas em discussão: prender o administrador da Gani Comercial quando chegasse a Angoche (onde tem outros negócios, nomeadamente uma loja de comércio grossista); ou fechar a estrada de acesso a Angoche, impedindo a circulação de toda a gente.¹⁷¹ Como aconteceu em todos os dias da minha presença no local, não houve uma moderação firme da discussão, nem se observou qualquer processo formal para a tomada de decisão. Houve vários debates cruzados, muitos dos quais imperceptíveis. Os que falavam mais alto e os mais exuberantes faziam-se ouvir melhor. Não houve consenso.

Quando, passados quatro dias, a discussão foi retomada, um do membros do sindicato manifestou receio em fechar a estrada, temendo a intervenção da polícia e a possibilidade de voltarem para a prisão. Mostrou-se mais inclinado em prender o administrador da Gani porque, segundo esse trabalhador, foi assim que os trabalhadores da Angocaju conseguiram receber as indemnizações: «fecharam o *Gani* no escritório». Também argumentou que muitos angocheanos viviam da estrada, sendo por isso o seu bloqueamento prejudicial para o povo.

¹⁷¹ Esta discussão foi lançada no dia 16 de Junho de 2006.

Num ambiente de completa agitação, os trabalhadores discordam. Defenderam que é preciso atacar o Estado onde mais lhe doeria. Argumentaram que a «Gani é Estado», devendo, por isso, ser fechada a estrada, radicalizar a luta e ir para além do «bater as latas». Isto porque «guerra é guerra», «a guerra não escolhe». Para legitimarem a tomada de posições mais radicais, os trabalhadores chegaram a invocar alguns episódios da luta armada de libertação nacional e a encontrar paralelismos entre o sofrimento dos angocheanos e os massacres coloniais:

Temos que fazer a greve lá no mato, no nosso serviço. Vamos fechar a estrada lá na CCA. A luta armada não começou no mato? Porque vamos começar a nossa na cidade? Em Mueda houve um massacre. A Frelimo começou a luta fora da vila, em Chai. Então nós também vamos para o mato. É lá que a luta deve ser feita e vamos fechar a estrada. Ninguém entra e ninguém sai de Angoche.

Entretanto, os membros do sindicato avançaram com uma nova proposta, tentando conciliar as posições. Sugeriram que se fechassem a estrada, mas que deixassem passar os angocheanos que circulam de bicicleta e pé, de modo a que não ponham a sua sobrevivência. Os trabalhadores não aceitaram também esta proposta, alegando que se deixassem passar as pessoas que transportam produtos a pé ou de bicicleta, essa medida não afectaria em nada os membros do governo distrital porque continuariam a ter o que comer. Por isso, sentenciaram, era preciso fechar os acessos à cidade para que todos sintam quanto tem sido difícil a vida dos trabalhadores.

Os dilemas do comité sindical aumentaram. Repartidos entre as exigências da luta, a fidelidade política e o medo de prisão, os membros do comité sindical contactaram alguns representantes do governo distrital, com os quais partilharam a convicção de que fechar a estrada não seria recomendável. As mesmas pessoas, no contexto do fervor das discussões e da pressão dos trabalhadores, assumiam, pelo menos aparentemente, as

posições mais radicais: «greve que deixa passar as bicicletas não é greve». Paralelamente, nos bairros realizaram-se reuniões «secretas» nas quais os membros do sindicato tentaram convencer alguns trabalhadores a desistirem da ideia de fechar a estrada.

As diferentes posições acabaram, mais tarde, por provocar graves conflitos entre os trabalhadores. Os acontecimentos que se seguiram foram fortes sintomas desses conflitos.

A comissão dos trabalhadores e o comité sindical começaram a elaborar, separadamente, propostas de cartas de esclarecimento e de anúncio de greve a serem enviadas para o Presidente da República.¹⁷² Os sindicalistas reuniram-se no escritório, enquanto que a comissão preparou a carta no bairro do Inguri. A ideia era posteriormente produzir um único documento que seria assinado por todos os trabalhadores, a partir das propostas dos dois grupos. Em vários anos de luta, esta seria a primeira a carta a ser assinada por todos os trabalhadores da CCA.

No dia seguinte, os membros do sindicato reformularam a carta. Tentaram acrescentar o valor dos bens tirados da CCA pela Secretario de Estado do Caju e pelos proprietários privados. Enviaram um dos trabalhadores até à nova fábrica, a Miranda Caju (que fica a cerca de 3 Km do escritório), confirmar o preço actual da castanha. A determinação do valor dos imóveis foi mais difícil, dado o desconhecimento dos preços do mercado. De qualquer forma, explicaram-me a intenção: «queremos fazer as contas para o Presidente da República ver exactamente quanto roubou cada um».

Quatro dias depois do início da redacção da carta, os representantes dos trabalhadores foram convocados para uma reunião com o administrador, na qual também estiveram presentes o director provincial do trabalho e o delegado distrital da

¹⁷² Começaram a elaborar as cartas na manhã de 19 de Junho de 2006.

OTM-CS. Desta vez, o governo trouxe uma proposta que agravou as fracturas entre os trabalhadores. O governo disponibilizou-se a pagar os 73 mil meticais aos 1793 trabalhadores, referentes aos sete meses de salário de 1984; e a pagar a uma indemnização apenas aos 38 trabalhadores, com base no valor nominal do último salário auferido em 2001, altura em que a fábrica pertencia ao empresário espanhol.

Numa reunião restrita para os representantes dos trabalhadores à qual tive acesso, o comité sindical defendeu a posição de se que devia receber o dinheiro e continuar a luta. A comissão de trabalhadores entendeu que o dinheiro era pouco e que deveriam enviar a carta ao Presidente da República e esperar por uma resposta. De qualquer modo, tanto o sindicato como a comissão, tinham a difícil responsabilidade de levar a questão à discussão dos trabalhadores que estavam cada vez mais expectantes e impacientes.

Os trabalhadores consideraram inaceitável a proposta do governo. Indignaram-se: «não sei como eles calcularam esse cálculo de saberes», comentou um dos trabalhadores.¹⁷³ Os trabalhadores asseguram que não receberão essa quantia.

A pressão do governo local sobre os representantes dos trabalhadores continuou. Passados alguns dias desde o último encontro, os representantes dos trabalhadores foram convidados para mais uma reunião na administração do distrito.¹⁷⁴ Enquanto a reunião decorria, os trabalhadores concentraram-se, como sempre, na sede da CCA. Muitos manifestaram um certo desagrado pelo facto do governo beneficiar os 38 trabalhadores:

Porque chamam os 38 trabalhadores? Nós, desde a independência, aprendemos que a maioria é que vence. Então porque o governo quer resolver apenas o problema da minoria? Será que nós

¹⁷³ Entrevista pessoa a António Bacar, trabalhador da CCA, no dia 22 de Junho de 2006.

¹⁷⁴ No dia 27 de Junho de 2006.

não somos trabalhadores? Será que não somos da CCA? Todos nós recebemos uma carta a informar que somos trabalhadores, que a fábrica vai fechar, mas que voltamos quando continuar as actividades. Até hoje sou trabalhador da CCA. Quem entrar aqui tem que contar que sou trabalhador da CCA. Então porque só contemplam os 38 trabalhadores? A maioria é que vence. [...] O governo é culpado disto tudo, não é o Gani. Quem é o Gani?! O governo é que mete o Gani à frente. Em 1984 o governo é que fechou a empresa. Nós estávamos a funcionar bem. Fecharam só porque não era uma empresa estatal. O nosso material e o caju foi transferido para a empresa estatal. Será que porque trabalhamos numa empresa estatal não somos moçambicanos? Não temos direito à cidadania? Parece que estamos na Europa aqui. Não estamos contados como moçambicanos.

Às pressões do governo juntam-se a dos familiares dos 38 trabalhadores que sentiam que era a oportunidade para serem compensados pelos longos anos de luta e de esperança. Quando cruzávamos os bairros, os familiares e vizinhos iam aconselhando os trabalhadores a receberem o dinheiro. No contexto mais privado, alguns trabalhadores e respectivos familiares sonhavam com as coisas boas que o dinheiro lhes proporcionaria.

As discordâncias entre o comité sindical e a comissão dos trabalhadores acentuaram-se. Vieram à superfície as divergências e os interesses particulares existentes desde o momento da constituição dos grupos e que não se dissiparam durante o processo de reivindicação. Os trabalhadores questionaram abertamente a honestidade dos sindicalistas. Para além de afirmarem que os membros do comité sindical utilizaram em benefício próprio as contribuições dos trabalhadores, acusaram-nos de ter vendido alguns imóveis da CCA (como, por exemplo, o armazém de que falámos acima).

Os últimos acontecimentos, sobretudo as investidas dos governos provincial e distrital explicam algumas das hesitações e a gestão do tempo por parte do comité

sindical. O dia seguinte ao encontro da administração seria muito complicado para os trabalhadores, chegando a envolver-se em agressões físicas.¹⁷⁵ No início da manhã circulou entre os trabalhadores a notícia segundo a qual, na província da Zambézia, os trabalhadores da Empresa Moçambicana de Chá (Emocha) receberiam as indemnizações na semana seguinte, depois de um longo processo de reivindicação.¹⁷⁶

Quando um dos sindicalistas chegou ao escritório, um dos membros da comissão dos trabalhadores abordou-o para que apressasse a carta para o Presidente da República e prevenisse o conselho municipal de que ocupariam a via pública. O sindicalista recusou-se a finalizar a carta e assumiu uma posição oposta à que defendera durante vários anos: «o governo é como árbitro. Nós vamos atacar o árbitro do jogo entre nós e o nosso patrão? Se atacarmos ao árbitro, quem resolve?». Percebendo o problema que esta posição acarretava, de seguida, o sindicalista exigiu que a carta fosse assinada em primeiro lugar pela comissão dos trabalhadores.

Os membros da Comissão recusaram-se a assinar, alegando que, por um lado, quem tinha legitimidade para convocar a greve era o sindicato e, por outro lado, que em todos os documentos tinham, até então, seguido uma certa ordem das assinaturas: em primeiro lugar o comité sindical e depois a comissão dos trabalhadores: «as orelhas não ultrapassam a cabeça», argumentavam.

A discussão tornou-se violenta no seio dos trabalhadores. Alguns sugeriram prender os membros do sindicato na sala, «porque estão a enganar-nos. Até hoje só resolveram o problema dos 38 trabalhadores». Outros frisaram que a partir do momento que a Ministra do Trabalho não cumpriu o acordo, a greve será sempre justa, não sendo, por isso, necessário o documento do comité sindical. Os trabalhadores dirigiram-se ao escritório, gritando em coro «está na hora da greve». Meia hora depois desta

¹⁷⁵ Trata-se do dia 28 de Junho de 2006.

¹⁷⁶ A Emocha foi privatizada em 1996.

concentração, um membro da comissão deu ordens para que os trabalhadores levassem os sindicalistas à força para o local da reunião dos trabalhadores. Os trabalhadores obedeceram, os sindicalistas foram arrastados.

Antes de começarem a discussão, um dos membros da comissão dos trabalhadores dirigiu uma oração. O secretário-adjunto do comité sindical tomou a palavra e começou por perguntar se os trabalhadores ainda tinham confiança no sindicato, ao que responderam em unísono, «só confiamos *allah*». Este episódio mostrou, por um lado, que embora o comité sindical tenha sido importante para a institucionalização da luta e que ela só se efectivou na medida e nos termos em que era endossada pelos trabalhadores. Por outro lado, mostrou que os trabalhadores, mantendo-se vigilantes em relação aos processos de luta, jamais abdicaram de falar e de agir em nome próprio. A confiança ilimitada e, por isso, eterna, só *allah* merecia, enquanto divindade que fundamenta as suas próprias vidas.

Ainda assim, o secretário-adjunto foi ouvido. Tentou explicar-se fazendo o historial da luta. Terminou dizendo que já estavam esgotadas todas as possibilidades de negociação e aconselhou os trabalhadores a receberem os 73 mil meticais. Os trabalhadores replicaram que a questão do valor dos salários seria discutida posteriormente e que a prioridade era assinar o documento para o Presidente da República. O secretário-adjunto ainda sugeriu que retomassem a discussão no dia seguinte, na presença de todos os membros da comissão de trabalhadores, mas os trabalhadores não aceitaram. Exigiram a assinatura imediata do documento.

No meio da discussão, o secretário-adjunto abandonou o local de concentração dos trabalhadores. Regressou cerca de 10 minutos depois, com os lábios e as mãos pintadas de branco. Entre os trabalhadores levantaram-se, então, vozes de desculpabilização do secretário-adjunto. Um trabalhador explicou-me a estratégia do secretário-adjunto: «o

que está a proibir de assinar o documento é o curandeiro. Nós estamos mais virados para os curandeiros do que para a verdade. O curandeiro deve ter dito que para a greve funcionar, deve ir no *x*, às tantas horas. O senhor acha que ele está pintado porquê? Ele não é mulher. Só que aquilo não vai funcionar porque os trabalhadores estão cansados. Seria bom que aqui não houvesse feridos nem mortos, mas como as coisas estão, não sei». Mais tarde, um dos membros do comité sindical confirmou-me a intenção do colega: «o meu curandeiro aconselhou-me que hoje não podemos arrancar com a greve, só na terça-feira da próxima semana é que é a data certa». Outro sindicalista, humilhado pelos trabalhadores, evocou Farrallahi e anunciou a vingança dos espíritos.

A relação entre os trabalhadores e os líderes do movimento foi sempre negociada, desenvolvendo-se em função dos avanços das reivindicações e da capacidade de mobilização para mais um dia de luta. Os líderes mantiveram-se sempre num jogo relacional relativamente precário que lhes obrigava a negociar e a justificar sempre a sua posição. Nesse processo negocial recorriam a uma série de estratégias (incluindo a manipulação da informação e a exaltação das suas capacidades de influência de influência junto do governo local), e a um sincretismo de práticas quotidianas que articulam uma complexidade de lógicas identitárias. Na verdade, estas práticas não só contribuem para a relativa sedimentação da liderança, como também para o reforço de uma identidade colectiva dos trabalhadores. A história épica de Angoche, a memória do trabalho na fábrica, o sofrimento e a luta dos trabalhadores, as palavras de ordem, as concentrações diárias, a esperança no amanhã, a invocação de *allah*, o recurso às cosmologias tradicionais africanas, ao simbolismo mágico-regilioso, etc., enquanto processos que se interpenetram permanentemente são alguns dos elementos por que se (re)constroem os mundos de Angoche. Provavelmente tenha sido em nome desse

sentimento colectivo de pertença que não tivessem ocorrido mortes nem feridos, e que a promessa de vingança dos espíritos não tivesse sido cumprida.

Depois de uma discussão de cerca de três horas, os membros do comité sindical acabaram por assinar o documento em primeiro lugar, seguindo-se a comissão de trabalhadores. Na tarde desse dia, os trabalhadores voltaram a ser convidados para um encontro com o administrador do distrito. Mas antes do encontro, os trabalhadores foram para a mesquita. Os membros da comissão dos trabalhadores, os sindicalistas e outros trabalhadores, rezaram fraternamente a *zuhr*. Todavia, uma vez mais, no encontro com o administrador não houve avanços na solução do problema.

No dia seguinte de manhã, o secretário-adjunto do comité sindical informou aos trabalhadores que o administrador do distrito foi ao encontro dos membros do sindicato durante a noite, tendo prometido telefonar para a cidade Nampula para solicitar a presença dos membros do governo provincial numa reunião com os trabalhadores, marcada para dia 7 de Julho de 2006. Contudo, o secretário-adjunto também informou que estava prevista a chegada de uma comissão da Assembleia da República a Angoche no dia 15 de Julho. Propôs então que os membros do governo provincial se deslocassem para Angoche depois de 15 de Julho, para que pudessem antecipadamente negociar com o poder central (que tem maior poder de decisão).

Os trabalhadores decidiram esperar pela comissão da Assembleia da República. No dia que tomaram esta decisão, os trabalhadores marcharam pelas ruas da cidade. Cantaram, gritaram «a luta continua»; «independência ou morte, venceremos»; e disseram vivas aos trabalhadores. A canção mais repetida dizia que «os chefes e os patrões não querem trazer o nosso dinheiro, só olham para as suas barrigas». Também fazem alusão ao sofrimento dos trabalhadores: «o camaleão não consegue andar». Não faltam acusações ensaiadas contra o administrador do distrito. Os trabalhadores afirmam

explicitamente que o «administrador de Angoche não é dirigente; ele é negociante; negocia à noite», mas também advertem-no dizendo que «vamos ver, porque isto não é Moma».¹⁷⁷ As clivagens entre os trabalhadores e o comité sindical tornaram-se, contudo, mais evidentes. Os sindicalistas não participaram nesta manifestação, nem nas que se seguiram.

Ainda que, como afirmei, o comité sindical tivesse sido importante para a institucionalização da luta junto do governo e do Estado, ela dependeu sobretudo da perseverança dos trabalhadores e de articulação de diferentes estratégias em função do contexto de acção. Conforme realcei no capítulo II deste trabalho, o poder pode ser exercido de diversas maneiras, de forma articulada ou não, em diferentes escalas espaciais e temporais. A textura do poder condicionará, certamente, a natureza e eventualmente a intensidade dos actos de resistência. Estes, não sendo monolíticos, poderão depender também de outros factores: dos sujeitos da luta, dos objectos e objectivos da luta; dos interesses a preservar, a resgatar ou a combater; da avaliação das potencialidades da luta; dos instrumentos de luta de que se dispõe, etc. Ou seja, os termos das lutas dependem dos contextos em que se desenvolvem.

Nesta fase da luta e de agravamento dos conflitos internos, as marchas dos trabalhadores tiveram um condimento diferente, precavendo-se da violência policial e da eventualidade de criminalização dos protagonistas. Foram silenciosas. «Assim também mostramos a nossa dor», diziam. Ao mesmo tempo em que manifestavam as suas mágoas, com a marcha os trabalhadores marcavam uma posição política de luta contra o próprio silêncio a que foram forçados. Falavam através do silêncio.

A comissão de Nampula, que entretanto os trabalhadores esperavam em Angoche, não chegou. Todavia, tal como tinha informado o secretário-adjunto do comité sindical,

¹⁷⁷ Antes de ir para Angoche, o administrador trabalhou no distrito de Moma.

no dia 15 de Julho chegou a Comissão de Petições da Assembleia da República. Mas a visita desta Comissão tinha outro propósito que era reunir com os trabalhadores da Angocaju que exigiam o pagamento da totalidade das indemnizações. Vimos (no capítulo III) que embora a Angocaju tivesse recebido do Estado determinado valor para pagar as indemnizações, os trabalhadores não receberam a totalidade a que têm direito. Em consequência das petições dos trabalhadores da Angocaju, o Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, depois de prestar informação sobre o dinheiro disponibilizado para o pagamento das indemnizações, respondeu da seguinte maneira ao pedido de informações da Comissões de Petições da Assembleia da República:

Temos a informação de que, em Fevereiro de 1998, numa decisão de carácter eminentemente empresarial, a direcção da empresa decidiu manter na empresa um grupo de 60 trabalhadores (dos já indemnizados) para assegurar a manutenção da empresa (segurança, manutenção, etc.), com direito a salário por inteiro, na forma de 50% em produtos alimentares levantados na loja local da Gani Comercial e os restantes 50% a serem pagos em numerário. Por motivos que só a direcção da empresa [Gani Comercial] pode justificar, esta última parte dos pagamentos não foi devidamente feita e julgamos ser esta parte que está sendo reivindicada pelos trabalhadores.

Os trabalhadores da Angocaju reivindicavam também o pagamento do restante valor das indemnizações. Como disse um trabalhador da Angocaju, «o sector do trabalho chamou o Gani para mostrar as listas das indemnizações. Até hoje, não aconteceu! Repito, o nosso patronato Gani, que era pessoa indicada pelos outros patrões

para nos pagar, não tirou [o dinheiro] até hoje». ¹⁷⁸ É precisamente sobre estas questões que a Comissão de Petições da Assembleia da República pretendeu inteirar-se em Angoche. Os trabalhadores da CCA não participaram nesse encontro com a Comissão de Petições da Assembleia, ao contrário do que prometia o comité sindical.

Algumas semanas depois deste encontro, os 38 trabalhadores da CCA receberam o dinheiro que lhes tinha sido disponibilizado, ainda que os restantes trabalhadores se opusessem. Estes lamentam a atitude do sindicato e o facto de não serem protegidos pelo governo e pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Caju. Afirmaram que os angocheanos têm duas dores: uma causada pelo colonialismo e outra pelo governo da Frelimo. «Até quando?», questionam-se. Fizeram referência à luta dos *madgermane* e dos trabalhadores da Emocha. ¹⁷⁹ Decidiram continuar a lutar.

Conclusão

Ao contrário do que aconteceu com as demais fábricas de caju que tinham sido abandonadas pelos respectivos proprietários depois da independência de Moçambique, o Estado não nacionalizou a CCA. Contudo, a intervenção do Estado na fábrica foi determinante para o seu encerramento e para os destinos dos 1793 trabalhadores. Estes, não tendo sido despedidos, receberam uma nota informando-os que se encontravam numa «situação de dispensa por um período indeterminado até que a situação se

¹⁷⁸ Entrevista pessoal a Anuar Bali, ex-trabalhador da Angocaju, realizada no dia 1 de Julho de 2006.

¹⁷⁹ *Madgermane* é o nome por que ficaram conhecidos os trabalhadores que, ao abrigo de acordos de cooperação, foram trabalhar nos diversos sectores industriais da República Democrática Alemã, em alternativa ao tradicional destino de trabalhadores moçambicanos para a África do Sul. Com a queda do Muro de Berlim, a maior parte desses trabalhadores regressou para Moçambique, exigindo, desde então, que o Estado moçambicano pague a parte da remuneração que, ao abrigo do Acordo, lhes era descontada na RDA com a condição de ser pago após o regresso.

normalize». Quando a fábrica fechou, os trabalhadores ficaram por receber sete meses de salário.

Após o encerramento da fábrica, os destinos dos trabalhadores foram vários, dependendo das estratégias individuais de sobrevivência. Muitos permaneceram em Angoche, dedicando-se à pesca, agricultura, ao comércio informal. Alguns entraram para as outras fábricas de caju que ainda funcionavam. Outros regressaram para as suas terras de origem. Um número bastante reduzido, 38 trabalhadores (técnicos de oficina e funcionários administrativos), continuou a trabalhar na CCA, embora por iniciativa própria. A produção nas oficinas e o arrendamento dos imóveis da CCA assegurava a sobrevivência desses trabalhadores, até que a fábrica foi vendida pelo Estado a investidores privados. Enquanto isso, os restantes trabalhadores, através de uma comissão entretanto criada, reivindicava ao Estado o pagamento dos salários em falta.

O relançamento das actividades da fábrica esteve, então, condicionada a duas exigências: pagamento dos sete meses de salário aos 1793 trabalhadores; revisão das condições de trabalho dos 38 trabalhadores ou extinção da relação laboral e conseqüente pagamento de uma indemnização. De modo a institucionalizar as reivindicações e as negociações, os 38 trabalhadores criaram um comité sindical. Sem que o problema salarial e das indemnizações tivesse resolvida, a fábrica foi novamente vendida, desta vez à Gani Comercial. À semelhança do que aconteceu com o anterior proprietário, a Gani Comercial tentou dissipar a luta dos 38 trabalhadores, transferindo-os para fora da cidade de Angoche e instaurando processos disciplinares contra os que recusavam a mudar de posto de trabalho.

Perante a posição de força manifestada pela Gani Comercial, a união entre o comité sindical e a comissão de trabalhadores tornou-se premente. Desde então os

trabalhadores desencadearam um processo de reivindicação dos seus direitos, lutando contra os interesses da Gani Comercial.

É possível distinguir duas fases e formas de luta dos trabalhadores. A primeira, de mobilização, de denúncia e de apelos para uma solução negociada, na qual recorrem sobretudo às instituições do governo para esclarecer o historial da CCA e mostrar as injustiças a que os trabalhadores estão sujeitos. A segunda, de luta mais firme, forçando o diálogo, interpelando o governo e a Gani Comercial. Esta é a fase de «bater as latas» na qual, ante a arrogância do governo e da Gani Comercial, os trabalhadores tomaram posições extremadas, ocupando a fábrica e outros imóveis da CCA e marchando pelas ruas da cidade durante vários meses. Nestes processos os trabalhadores tentaram, pois, combinar a demanda institucional (administrativa e judiciária) com a acção directa, reconhecendo que, perante a comungação de interesses entre o governo, o Estado e os empresários, esta seria a forma mais eficaz porque inviabilizava os objectivos de acumulação por parte dos proprietários da CCA. Como diz Gunder Frank (1972), a força e a esperança da periferia reside precisamente na possibilidade de atacar os elos mais próximos, mais vulneráveis, da burguesia local.

Na luta que desenvolvem, os trabalhadores da CCA contam sobretudo com as suas próprias forças e com a solidariedade dos angocheanos. Os organismos sindicais moçambicanos, quando não demonstram as cumplicidades para com o governo, remetem-se ao silêncio.

A força dos trabalhadores pode ser avaliada pelas múltiplas reacções que sobre eles se fizeram sentir. O Estado foi importante para fragilizar os trabalhadores. Por decisão do tribunal, a «greve» dos trabalhadores foi considerada ilegal. Posteriormente, os líderes dos trabalhadores foram condenados a penas de prisão por prática do crime de sedição.

Por seu turno, o governo actuou em dois níveis. Por um lado, apostado em vencer as eleições em Angoche, comprometeu-se a libertar os trabalhadores presos e a resolver o problema salarial e das indemnizações, desde que parassem de «bater as latas» e apoiassem o partido Frelimo nas eleições. Por outro lado, depois de vencer as eleições, explorou as fragilidades, as tensões internas, dos trabalhadores. Ao oferecer aos 38 trabalhadores indemnizações relativamente avultadas, o governo estava seguro de que esse gesto fracturaria o grupo.

Uma vez mais na história, «dividir para reinar» relevou ser uma receita eficaz de dominação e de reprodução do poder. Ainda assim, os trabalhadores não desarmam, continuam a luta. Ao explicar-me os desenvolvimentos do problema da CCA, o Secretário de Estado do Caju, em exercício na altura do encerramento da fábrica, afirmou que os trabalhadores «coloca-me o problema numa altura em que a própria Caju de Moçambique extinguiu-se, a secretaria de estado extinguiu-se. Quer dizer, toda a memória institucional está perdida». É pelo exercício dos seus direitos que os trabalhadores lutam. Mas ao fazê-lo, também lutam contra uma certa «amnésia organizada» (Isaacman, 1997) e mantém viva a memória institucionalmente extinta. A participação de jovens na luta, descendentes de trabalhadores da CCA, será certamente uma garantia de preservação de uma memória de resistência.

Notas (In)Conclusivas: deixando abertas as portas da história

Os capítulos que antecedem estas notas (in)conclusivas – no sentido de notas finais que pretendem estar abertas para outros campos de análise possíveis – mostram a história dramática de Angoche, particularmente a dos trabalhadores da indústria do caju, para quem as promessas da independência ficaram por cumprir. O Estado moçambicano, confrontado com a dupla necessidade de se desfazer do fardo colonial e de implementar políticas de emancipação social – promovendo o desenvolvimento, a igualdade, a inclusão, a participação social e política – esteve longe de transformar as promessas políticas em práticas efectivas de transformação social.

A historiografia tradicional, na tentativa de explicar o relativo fracasso do socialismo moçambicano, normalmente recorre a um conjunto de condicionalismos históricos confluentes, mas com maior pendor para os aspectos externos como a dependência em relação à África do Sul (uma vez que as principais receitas de Moçambique provinham da prestação de serviços à África do Sul), as guerras (a guerra-fria, as guerras contra a Rodésia, a África do Sul e a guerra civil entre o governo da Frelimo e a Renamo), a falta de investimentos, a insuficiência de técnicos qualificados (fruto das desigualdades de acesso à educação e ao emprego no período colonial), etc. Esta visão parcial da história articula-se com o discurso oficial de exaltação dos êxitos da revolução moçambicana e de justificação das suas limitações com base na «acção inimiga», o inimigo externo (imperialismo) e interno (entendido como fruto de uma criação externa ou resquício do colonialismo).

No entanto, ainda no auge da experiência socialista moçambicana Barry Munslow e Phil O’Keef (1984), e também Joseph Hanlon (1984), questionavam-se sobre o facto de a crise global do sistema capitalista ter produzido efeitos negativos, paradoxalmente, nos países (em quase todos os continentes) que experimentaram projectos

revolucionários. Afirmam os primeiros dois autores que a crise do sistema capitalista evidenciou as distorções da estrutura económica moçambicana e a sua dependência em relação à África do Sul, mas que estes factores não são suficientes para explicar a crise do socialismo moçambicano. Àqueles deverão juntar-se factores endógenos relacionados com os limites da direcção política, económica e social centralizada e com a luta de classes em Moçambique. Nos mesmos termos que tinham sido colocados pela teoria da dependência, Munslow e O'Keef (1984) realçaram a existência de vínculos orgânicos entre a pequena burguesia moçambicana, cuja parte dos seus membros pertence do aparelho ao Estado, e os interesses capitalistas externos, sendo a guerra uma particular forma de manifestação desses interesses e vínculos.

Na mesma época, como vimos, Bragança e Depelchin (1986) realçavam os limites da historiografia oficial da Frelimo, erigida sobre um paradigma triunfalista e incapaz de contemplar os aspectos negativos, os fracassos e as contradições das políticas de desenvolvimento ensaiadas.

Ao contrário do que o partido Frelimo previa ao empreender a Ofensiva Política e Organizacional e outras iniciativas com o objectivo de eliminar as estratégias de acumulação de capital dentro do Estado, não foi possível travar a teia de interesses políticos e económicos que se afirmaram ao longo dos anos. Estes não eram, no entanto, fenómenos novos no seio da Frelimo, tendo inclusivamente se manifestado durante a luta de libertação nacional. Tanto a introdução dos programas de reajustamento estrutural em Moçambique, como a consequente assinatura dos Acordos de Paz representam, de certa forma, a vitória dos grupos que lutavam pelos interesses de acumulação capitalista.

Se é certo, como diz Yussuf Adam (2006: 152-153), que por imperativos de sobrevivência, todos os grupos sociais procuraram contornar a ortodoxia do centralismo

político e económico, não é menos certo que apenas determinados sectores como os comerciantes, os gestores das empresas estatais e os altos funcionários do Estado estiveram em condições de encetar estratégias de acumulação de capital, estabelecendo uma variedade de articulações, tanto dentro do país como fora. Como tinha sido assinalado pelos autores da teoria da dependência, a dominação externa não se efectiva sem a articulação com as componentes de dominação internas, também elas produtoras de exploração e diferenciação social.

O caso da fábrica de caju da CCA fornece-nos um exemplo paradigmático dos limites do projecto socialista moçambicano, manifestando-se claramente os interesses empresariais e as estratégias de acumulação presentes ao longo dos tempos. Mostra precisamente o desfasamento entre a prática e a retórica de participação política, de promoção da igualdade e do desenvolvimento através do trabalho. Mas a trajectória da CCA mostra, por outro lado, a capacidade de sobrevivência e reprodução dos interesses capitalistas nos mais variados contextos, mesmo nos que, em princípio, lhes seriam adversos. Como sustenta Timothy Mitchel (2002), o capitalismo parasita os outros sistemas de produção económica (agricultura familiar, pesca artesanal, etc.), transformando-os selectivamente, permitindo a sua reprodução constante e a sua adaptação a qualquer sistema social e político nacional e local. No caso de Angoche, particularmente da CCA, entre o abrir e fechar da fábrica, entre a intervenção do Estado e o abandono dos trabalhadores, entre as privatizações e a sucessiva transmissão da fábrica, estiveram sempre presentes estratégias de exploração do trabalho e de acumulação de capital.

Como vimos, perante a discordância em relação às regras de amortização das dívidas da CCA para com o Estado e quanto ao tipo de intervenção da empresa nas novas políticas de desenvolvimento, em 1981 os proprietários da CCA (e os técnicos estrangeiros) abandonaram ou sentiram-se forçados a abandonar a empresa.

Apesar da situação de abandono e do que determinava a legislação, a CCA não foi formalmente intervencionada/nacionalizada pelo Estado. Situações semelhantes aconteceram com outras fábricas, empresas e, especialmente, com os imóveis abandonados, cujo estatuto jurídico não correspondeu à situação de facto em que se encontravam.

A controvérsia em torno da questão das nacionalizações é, ainda, bastante delicada, de tal modo que o Estado viu-se obrigado a institucionalizar, por exemplo, um processo de restituição de imóveis «mal nacionalizados», *para se corrigirem procedimentos errados e se regularem a sua situação, acautelando os direitos do inquilino e do antigo proprietário.*¹⁸⁰ A rapidez dos acontecimentos e a dimensão dos problemas enfrentados não só dificultaram a resposta do Estado quanto ao esclarecimento do estatuto jurídico de cada empresa, imóvel ou outro tipo de bem, como também, nesse contexto de indefinição jurídica, abriram-se espaços de afirmação de práticas que em nada diferem das lógicas de acumulação capitalista.

Repare-se que, face ao abandono da fábrica por parte dos proprietários estrangeiros, o Estado entendeu não administrar a CCA, não permitir a continuidade da gestão por parte da comissão de trabalhadores que entretanto dirigiu a fábrica, nem colocar os trabalhadores noutra tipo de actividades produtivas ou noutras fábricas de caju existentes na cidade, com a justificação de que o Estado não estava em condições de administrar mais uma fábrica, nem de absorver mais trabalhadores nas fábricas nacionalizadas. Além do mais, a fábrica foi encerrada por decisão do governo, sem que tivessem sido pagos sete meses de salário aos trabalhadores. Como ficou explícito nos capítulos do presente trabalho, ao encerrar a CCA, O Estado, através do Secretário de Estado do Caju, informou aos trabalhadores que venderia as 40 toneladas de castanha

¹⁸⁰ Lei n.º 7/92, de 6 de Maio. Sobre o problema da conflitualidade em torno da habitação em Moçambique, ver José e Santos (2003).

para poder pagar os sete meses de salário em atraso. Os salários nunca foram pagos e os trabalhadores não receberam qualquer explicação, até que desencadearam o processo de reivindicação, protagonizando uma luta difícil.

A história da CCA significa que o Estado descurou dos valores que exaltava na época (os valores do progresso socialista, do trabalho, do poder popular, da aliança operária-camponesa, entre outros), orientando-se sobretudo por razões de racionalidade económica e colocando à margem da utopia socialista, ou seja, à margem das promessas da independência nacional, centenas de trabalhadores e suas famílias. Confrontados com esta situação, a maior parte dessas pessoas foram condenados a uma vida bastante precária.

Numa época em que o Estado, através das estruturas partidárias e de organização social (as organizações democráticas de massas), comandava a vida política e social, o facto de não ter assumido a gestão directa da CCA também teve consequências nas formas de organização e de participação política dos trabalhadores. As estruturas políticas embrionárias que tinham sido criadas na fábrica – Grupo Dinamizador (em 1974), Conselho de Produção (em 1977), Célula do Partido (1978), Organização da Mulher Moçambicana (1978), Grupo de Vigilância Popular (1979), Organização da Juventude Moçambicana (1979) e Comité de Círculo do Partido (1981) – não chegaram a consolidar-se, tendo todas se extinguido com o encerramento da fábrica em 1984. Neste mesmo ano, em substituição dos Conselhos de Produção, foi criada a Organização dos Trabalhadores Moçambicanos que assumiu a tutela, a coordenação e a representação dos sindicatos a nível nacional.

O caso da CCA mostra, pois, por um lado, algumas das contradições internas do socialismo moçambicano e o quanto limitadas e frustrantes acabaram por se revelar algumas experiências face aos objectivos propalados e às expectativas criadas. Por outro

lado, mostra que a experiência socialista de Moçambique foi entranhada por lógicas ou práticas de acumulação capitalista que não só lhe sobreviveram, como se fortaleceram e se legitimaram.

Contudo, a análise crítica do «socialismo realmente existe»¹⁸¹ em Moçambique obriga-nos a ir além da constatação dos limites da ideia de modernização, da homogeneização de experiências e de expectativas em relação ao futuro (Scott, 1998), do questionamento em relação à inexistência de uma «pluriversidade de caminhos» (Mignolo, 2003), ou, ainda do reconhecimento de que foi bojo de uma certa ideia de progresso que se gerou a derrota (no sentido de frustração de expectativas) dos trabalhadores e dos povos do Sul (Santos, 2006: 52). É necessário igualmente perceber que as práticas foram bastante diversificadas, complexas e mescladas, devendo por isso ser contextualmente compreendidas, tendo presente as formas em que se têm manifestado no país as tensões e as lutas dentro e fora do Estado. Portanto, longe de termos um corpo uniformizado de políticas e práticas, registam-se processos que transitam entre a participação popular democrática, o centralismo e o autoritarismo do Estado; entre a inclusão e a exclusão social; entre a acumulação privada, a redistribuição e a solidariedade social; entre o desrespeito pela diversidade cultural, a tolerância e a interpenetração de diferentes universos culturais, etc.

A trajectória da CCA, desde o seu encerramento até às sucessivas vendas a privados, está envolta de uma certa obscuridade que muito nos diz sobre a teia de interesses privados e de acumulação de capital tanto no contexto de gestão das dificuldades do socialismo, como, posteriormente, no âmbito do programa de reajustamento estrutural. Como afirma Mignolo (2005), uma das razões do fracasso dos movimentos de libertação – apesar dos trilhos de liberdade que nos deixaram – é que

¹⁸¹ Expressão de Rudolf Bahro, autor que analisou as práticas socialistas na Europa do Leste

mudaram o conteúdo, mas não os termos de diálogo, isto é, não só mantiveram-se no sistema de pensamento único, como as elites locais apropriaram-se do Estado. É essa mesma estratégia que lhes permite, mais tarde, uma participação lucrativa nos jogos dos programas de reajustamento estrutural, confirmando que os interesses internos e externos de acumulação capitalista são as duas faces da mesma moeda, como, repito, nos tinham mostrado os autores da teoria da dependência. Essa articulação de interesses, tanto contribui para a reprodução capitalista, como para a periferização de Moçambique e o agravamento das desigualdades sociais.

Ao analisar as dinâmicas de desenvolvimento de Moçambique, mostrei como, na economia do caju, a partilha de interesses de sobreexploração do trabalho e de arrecadação de lucros rápidos e avultados não só permitiu uma estratégica permeabilidade de posições entre comerciantes e industriais do caju, como pressupôs a articulação de interesses (de acumulação) entre aqueles empresários moçambicanos, o governo, o Banco Mundial e os empresários que operam na Índia. Em consequência desta conjugação de interesses, milhares de trabalhadores da indústria do caju perderam os postos de trabalho e, actualmente, os novos trabalhadores estão sujeitos a um regime de exploração extrema.

A análise da realidade de Angoche torna, assim, obrigatório questionar o sentido do pós-colonialismo para os povos e trabalhadores cujas expectativas foram frustradas e que, para além de não se sentirem contemplados nos ganhos da independência, são brutalmente combatidos por quem carrega a bandeira da libertação nacional e se propõe promover o desenvolvimento e a combater a pobreza. O que significará a independência nacional para quem perdeu o posto de trabalho, para quem enfrenta o drama de não ter como matar a fome, para quem é violentado por lutar pelos seus direitos, para quem ser cidadão reduz-se quase exclusivamente ao exercício do direito de voto? Significa somar

uma dor à que tinha sido causada pelo colonialismo, como afirmam os trabalhadores. Mas não só, diria.

A aritmética das dores convoca memórias e atitudes diversas, algumas das quais aparentemente contraditórias (como a nostalgia de um passado colonial em que trabalhavam na fábrica; a lealdade para com o governo e os ideais da independência nacional; e a exaltação da singularidade da história do povo de Angoche) mas que se compreendem se interpretarmos o sentido do ponto de partida dos angocheanos: «nós ficamos esfomeados sempre». São mágoas e memórias de quem reivindica para si a verdadeira humanidade. Por isso, as dores de Angoche também suscitam atitudes de inconformismo e de rebeldia. Enquanto actores que interagem com o mundo, os angocheanos contam também uma história de luta pelo reconhecimento dos seus direitos, uma história de luta pela (re)significação das suas vidas.

As feridas de Angoche conduzem-nos a pelo menos duas tarefas epistemológicas complementares: primeiro, a partir das experiências de dominação e de resistência registados naquela cidade, podemos, como propõe Walter Mignolo (2005), reconstruir um pensamento descolonial, no sentido de desprendimento e abertura às possibilidades encobertas ou negadas pelos poderes hegemónicos, isto é, um pensamento que se fundamenta na pluralidade de experiências, através das quais cada cidadão é um ponto de partida e de abertura que (re)introduz línguas, memórias, economias, organizações sociais e subjectividades múltiplas.

Em segundo lugar, sendo que no caso da CCA realçam-se de forma particular as subjectividades desestabilizadoras que se revoltam contra práticas de dominação, seguindo Boaventura de Sousa Santos (2000), contribuimos, certamente de modo muito modesto, para o enriquecimento de uma sociologia das ausências. Contudo, não se trata aqui de transformar as ausências em presenças – efeito que os trabalhadores alcançaram

por si, sem necessidade de intermediários – mas simplesmente ilustrar e interpretar as práticas sociais que tornam possível a transformação da acção conformista em acção rebelde, como também propõe Santos (2000). Se é certo que o fim do colonialismo enquanto relação política não se traduziu no fim do colonialismo enquanto relação social (Santos, 2006: 28), será, no entanto, importante desmistificar a separação entre o político e o social. A politização do social ajuda-nos a perceber que para muitos cidadãos, o colonialismo, o capitalismo e o socialismo (com ou sem o sufixo «pós» que normalmente se lhes acrescentam) representa o mesmo drama de sofrimento e de opressão. A politização do social também obriga-nos a compreender que, subjacentes às preocupações (e estratégias) quotidianas de sobrevivência, estão sempre presentes preocupações políticas. O reconhecimento de que o social é um campo de efervescência política (Mendes, 2005), permite, assim, reconceptualizar o sentido do político, encontrando-o também fora das instituições tradicionais, nos círculos da vida quotidiana e nas experiências de lutas sociais, como as que se desenvolvem em Angoche.

Vimos que apesar da variedade de trajectórias dos trabalhadores da CCA após o encerramento da fábrica, é possível agregá-los em dois grandes grupos: um muito mais numeroso, constituído pelos trabalhadores que saíram da fábrica e tentaram sobreviver fora dela; e outros (técnicos de oficina e funcionários administrativos, no total de 38 trabalhadores) que permaneceram na fábrica sobrevivendo do trabalho por conta-própria, na oficina e do arrendamento dos imóveis da empresa, entre 1984 até 1992, ano em que a fábrica foi comprada por uma sociedade cujo sócio maioritário era, como se referiu, um proeminente político do partido Popular de Espanha.

Esta divisão dos trabalhadores conduziu, pelo menos numa fase inicial, à fragmentação da organização dos trabalhadores, das estratégias de luta e dos interesses reivindicados. Ainda que, posteriormente, a luta tivesse obrigado a uma certa

convergência de estratégias, a verdade é que aquela separação dos trabalhadores em dois grupos acabou por proporcionar o desenvolvimento de subgrupos com interesses distintos. A comissão dos trabalhadores, liderada pelo antigo chefe dos recursos humanos da CCA, representava todos os trabalhadores da fábrica de caju da CCA (1793 trabalhadores), e exigia o pagamento dos sete meses de salário que ficaram por pagar em 1984; o comité sindical, em representação dos 38 trabalhadores que exigiam aos novos proprietários pagamento de uma indemnização ou a revisão das condições de trabalho.

As primeiras reivindicações foram feitas pela comissão dos trabalhadores, que solicitou esclarecimentos sobre a situação dos trabalhadores ao Estado. A intervenção do comité sindical da empresa surge posteriormente, sobretudo para negociar com os novos proprietários (privados) da CCA os termos de uma nova relação de trabalho ou, em alternativa, das indemnizações a receber. Aliás, como vimos, de modo diferente em relação ao que aconteceu com quase todos os sindicatos moçambicanos, o nascimento do comité sindical da CCA surge como uma necessidade pragmática de institucionalizar as reivindicações dos 38 trabalhadores e não como produto da criação da OTM e do partido Frelimo.

No contexto da democracia multipartidária e da economia de mercado, tornaram-se menos veladas as estruturas de poder, as cumplicidades e a promiscuidade entre a classe política e empresarial. O recurso à violência do Estado (policia e tribunais) passou a ser um dos instrumentos de coerção mais importantes de reprodução desse mesmo poder. A lei, utilizada como um instrumento de controlo político e social, tanto serviu para deslegitimar a luta dos trabalhadores, como para condená-los a penas de prisão e, por fim, para os libertar em liberdade condicional, sob a condição implícita de

não reivindicarem os seus direitos e de apoiarem o partido Frelimo nas eleições presidenciais e legislativas.

Quanto à central sindical, embora enfrentando uma certa crise identitária enquanto órfão do Partido-Governo-Estado que a criou e tutelou durante vários anos, no caso da CCA optou por conservar as velhas lealdades políticas, aliando-se ao governo e à Gani Comercial. Contando sobretudo com as suas próprias forças, a união entre o comité sindical e a comissão dos trabalhadores impôs-se como condição para o fortalecimento da luta. Contudo, continuaram a existir interesses particulares bem delimitados, ainda que não assumidos abertamente. Como vimos no capítulo V, estas clivagens acabaram por fragmentar e fragilizar a luta dos trabalhadores.

A luta dos trabalhadores desenvolveu-se basicamente em duas fases distintas. Uma, mais «pacífica», de interpelação, por cartas dirigidas ao governo e aos órgãos do Estado. Outra, mais radical, de confrontação violenta contra o governo, o Estado e a Gani Comercial, combinando os métodos utilizados anteriormente com a ocupação dos imóveis da CCA e manifestações diárias pelas ruas da cidade: pelo «bater as latas», nome por que ficou conhecida esta fase de luta e que caracteriza uma particular forma de protesto, os trabalhadores transmitem uma mensagem de mágoa, de luta e de esperança dos angocheanos.

Ao interpelarem o governo, o Estado e a Gani Comercial por cartas, petições, processos judiciais, etc., ao ocuparem os edifícios, ao marcharem pelas ruas da cidade, ao cantarem, ao proferirem palavras de ordem, os trabalhadores foram criando um campo retórico bastante heterogéneo que mobilizava uma diversidade de tópicos argumentativos flexíveis, adaptadas aos contextos da luta, mas colocando no cerne do discurso a necessidade de respeitar os direitos dos trabalhadores. Como frisa Santos (1988), o raciocínio dialéctico-retórico, que aspira à adesão ao que é crível, plausível,

razoável, recorre à argumentação a partir de pontos de vista geralmente aceites, tomando em consideração o circunstancialismo concreto do problema em causa. Assim, os trabalhadores recorriam à linguagem dos direitos dos trabalhadores, dos direitos humanos, da dignidade humana, da moçambicanidade, da cidadania, do desenvolvimento, da luta dos povos e dos trabalhadores, do sofrimento humano, do colonialismo, da revolta contra a exploração, mas também da compaixão e do paternalismo.

Os artefactos de luta mobilizados pelos trabalhadores tomam múltiplas direcções, por vezes até cruzadas, em função do interlocutor, da fase da luta e dos interesses que pretendem combater ou salvaguardar: queixam-se contra o antigo Secretário de Estado de Caju e contra o empresário espanhol por terem contribuído para a delapidação do património da CCA; nalguns casos insurgem-se contra o governo, afirmando que se sentem traídos enquanto moçambicanos; noutros mostram ressentimento em relação à região sul de Moçambique, alegando que esta é privilegiada porque é donde provém a elite política; por vezes assumem-se como membros da Frelimo, reivindicando um tratamento mais digno por parte do governo; também se assumem como apartidários (defensores de interesses exclusivamente económicos dos trabalhadores), escudando-se das acusações de que pertencem à Renamo; revoltam-se contra a Gani Comercial, mostrando que age com má fé, questionando a sua moçambicanidade e exacerbando a sua origem indiana; queixam-se sempre do administrador de Angoche, enquanto intermediário das partes em conflito, mas também representante local do governo; não reconhecem qualquer legitimidade à OTM-CS, considerada cúmplice da Gani Comercial; nas fases mais críticas da luta, questionam a Gani Comercial e o governo em simultâneo; desculpabilizam a Gani e culpam o governo, tentando justificar a ocupação da estrada; invocam a memória da luta armada

de libertação e das vítimas de massacres do colonialismo; e insurgem-se contra a manipulação dos trabalhadores por parte do comité sindical.

Mas os trabalhadores da CCA contam também com a solidariedade dos angocheanos. A luta que desenvolvem é acompanhada pela generalidade dos angocheanos, atentos ao que vai acontecendo. Por parte de algumas pessoas, sobretudo dos funcionários da administração e de outras instituições do governo distrital que, por razões políticas não podem manifestar livremente a sua solidariedade, recebem apoios velados. Na maior parte das vezes, esse apoio traduz-se na transmissão de informações confidenciais e na disponibilização de documentos recebidos ou expedidos pela administração. Outros angocheanos, em especial os pequenos comerciantes, prestam apoio material (fornecem papel, oferecem fotocópias, enviam faxes, etc.). A rede de informações dos trabalhadores parece ser eficaz. Não há passo que o administrador do distrito – o representante mais próximo do governo e, aos olhos dos trabalhadores, apoiante da Gani Comercial – dê sem que os trabalhadores saibam e comentem.

No quotidiano de luta e de vida dos trabalhadores interpenetram-se vários elementos identitários colectivos. Em primeiro lugar, vai sendo construída uma identidade colectiva enquanto trabalhadores da fábrica de caju. Nunca se referindo a si próprios como «ex» ou «antigos» trabalhadores, assumem a sua identidade operária como trabalhadores ainda vinculados à CCA. Como diz Jamal Saide a propósito do cumprimento da difícil tarefa de guarnição da fábrica durante a noite, «já dormi lá três dias no mês de Maio; não recusei porque sou trabalhador».¹⁸²

Por exemplo, ainda que não estejam em termos formais perante uma paralisação do trabalho (e tendo consciência deste facto), os trabalhadores denominam «greve» à fase de radicalização da luta. Coerentemente, seguem todos os procedimentos formais

¹⁸² Entrevista pessoal a Jamal Saide, trabalhador da CCA; realizada no dia 14 de Junho de 2006.

de convocação das greves. Assim, os trabalhadores reconstróem simbolicamente o campo de trabalho e da legalidade que lhe deve regular.

Em segundo lugar, os trabalhadores vão partilhando a história da fábrica e reconstruindo uma memória de resistência. Embora poucos conheçam com precisão os factos que marcam a história da fábrica, todos comungam as mesmas motivações para a luta, reconhecendo-a como legítima para a afirmação dos seus direitos e para combater as injustiças que sofrem. Terceiro, enquanto trabalhadores e angocheanos que lutam contra poderes hegemónicos, assumem-se como herdeiros legítimos da bravura de Farrallahi, o último sultão de Angoche. Em quarto lugar, orgulham-se do passado áureo de «Angoche industrial», são nostálgicos das regalias profissionais e sociais de que beneficiaram os trabalhadores da CCA durante o período colonial e partilham as mágoas da vida precária a que estão condenados.

Em quinto lugar, a culturas islâmica e africana estão são uma constante nas práticas quotidianas dos trabalhadores, informando de forma ecléctica os rituais, os processos de luta, as estratégias argumentativas e os modos de vida local.

Mas no seio dos trabalhadores também se manifestam e se reconstróem sub-identidades, não só produto da multiplicidade de experiências (e imaginações) de vida, como também dos interesses que se criam em torno da fábrica e da luta. Ainda que numa fase posterior da luta tivessem sido colocadas em simultâneo as exigências dos 38 trabalhadores e dos 1793 trabalhadores, a verdade é que distinção entre os dois grupos continuou presente em função dos objectivos de luta de cada um deles. Como realça José Manuel Mendes, os grupos e as pessoas que resistem à dominação também têm as suas divisões políticas internas, construídas em torno de questões étnicas, raciais, económicas e sexuais. De acordo com Mendes, «Os subordinados não têm só uma política reactiva mas também produzem e são activos a nível político. No domínio da

cultura, os subordinados também são produtores e produzem culturas e subculturas alternativas, num jogo complexo e fascinante de lealdades, alianças e categorias flexíveis» (Mendes, 2003a:72).

No caso da CCA, as fracturas internas prendiam-se tanto em relação às diferenças de interesses e de expectativas em relação ao valor das indemnizações a receber, como também por causa das dificuldades em assegurar a gestão participada e transparente da luta e dos poucos recursos disponíveis. Por um lado, na maior parte das vezes as decisões eram pouco participadas, sendo tomadas pelos grupos mais poderosos entre os trabalhadores, isto é, pelos homens que falavam mais alto e pelos membros do comité sindical e da comissão de trabalhadores. Por outro lado, o facto de nunca ter sido apresentada qualquer justificação dos gastos das contribuições dos trabalhadores para diversos fins (transporte, papel, correio, telefone, etc.) fez com se levantassem suspeitas sobre o destino do dinheiro. O facto dos próprios trabalhadores trazerem à luz estas questões é um dado importante, revelador da preocupação de evitar que as lutas sociais não sejam desenvolvidas à custa da liberdade e da democracia interna dos que nelas participam.

A luta dos trabalhadores desenvolveu-se num permanente processo de (re)construção estratégica de alianças, cumplicidades, rivalidades, desconfianças, etc. Contudo, a violência do poder foi determinante para a transformação das divergências entre os trabalhadores num factor de ruptura e de fragilização da luta. Esta violência consubstanciou-se na prepotência do governo, do Estado e da central sindical (permanecendo em silêncio perante os pedidos de esclarecimento dos trabalhadores e aliando-se aos interesses empresariais da CCA); no exercício da violência física e simbólica por parte da polícia e dos tribunais; na violência económica (deixando os trabalhadores sem uma fonte segura de sobrevivência, transferindo e expulsando-os

abusivamente); na violência psicológica (simulando a resolução do conflito, tentando esgotar a capacidade de resistência dos trabalhadores, fazendo propostas manifestamente injustas e aprofundando as divergências internas dos trabalhadores).

No seu conjunto, estas manifestações de violência acentuaram o medo, a vulnerabilidade, a pressão e as diferenças entre os trabalhadores. Ao propor o pagamento de 73 mil meticais (cerca de 3 dólares americanos) – correspondentes ao valor nominal de sete meses de salário que ficaram por pagar em 1984 – aos 1793 trabalhadores, e o pagamento de indenizações que oscilam entre 50 e 200 milhões de meticais, o governo fê-lo consciente de que naquele contexto de pobreza, de desgaste, e de pressão social, a proposta surtiria o efeito desejado: a ruptura definitiva entre os trabalhadores e a fragilização da luta. Perante o clima de violência, e estando na iminência de resolver os seus problemas mais imediatos, os 38 trabalhadores representados pelo comité sindical hesitaram em tomar medidas mais radicais na luta. Isto resultou na descredibilização total dos líderes sindicais, tendo inclusivamente sido fisicamente violentados pelos trabalhadores. Como diz Horácio Martins de Carvalho «as pessoas, os grupos e classes sociais que lutam pelo reconhecimento como sujeitos da história estão em permanente tensão entre a alienação e a consciência crítica, entre a dominação e a libertação e entre a tutela e a emancipação». Muitas vezes, continua, seja pela alienação e/ou pela repressão física e/ou mental esses mesmos actores «conformam-se com as subalternidades, ensaiando, qual espasmos, nos limites das suas possibilidades presentes, microconquistas num processo continuado de supostas libertações» (Carvalho, 2002: 239).

Os 38 trabalhadores acabaram por receber as indenizações a que tinham direito. Embora prometendo continuar a luta ao lado dos restantes trabalhadores, a verdade é que a sua disponibilidade e motivação deixou de ser a mesma. Os demais trabalhadores

continuaram a luta sem o comité sindical. Encontramos aqui semelhanças em relação ao que acontece noutros contextos de luta pela defesa de direitos. Como escreveu Horácio Martins de Carvalho (2002: 240) a propósito do Movimento Sem Terra, não se supõe «que a emancipação social continuada exija a presença de mediadores formais tipo representação de interesses, sejam elas associações, sindicatos, partidos, Estado ou igrejas. Essas mediações podem, em determinadas circunstâncias, ser necessárias, mas não são indispensáveis».

A expressão «os do sindicato não são os donos da greve» traduz a consciência da autonomia dos trabalhadores para a condução das suas vidas e da luta pelo reconhecimento dos seus direitos. Contrapondo o exemplo dos trabalhadores à tradição marxista-leninista, é possível afirmar, seguindo James C. Scott, que acção de um partido revolucionário, ou de outro tipo representação ou mediação de interesses, não é imprescindível para criar uma consciência de classe ou para formar uma consciência crítica nos grupos dominados. O combate ideológico estará sempre vinculado às condições materiais de resistência porque quem luta contra determinadas práticas de dominação, fá-lo necessariamente contra a racionalidade que as pretende justificar.

As manifestações de violência contra os trabalhadores também foram uma forma de reacção contra a sua força e contra as potencialidades da luta por eles travada. Pois, mais do que caracterizar os processos e uma forma particular de luta, tanto as cartas, as exposições e as petições dos trabalhadores, como o «bater as latas», significam uma tomada de posição política contra a opressão a que estão sujeitos, isto é, significam conquistar o lugar que lhe é negado pelos poderes aos quais se opõem, o lugar de sujeitos da história. Aqui reside o potencial emancipatório da luta dos trabalhadores, entendida a emancipação nos termos propostos por Zandar Navarro (2002), isto é, como a possibilidade das classes subalternas ou dos grupos sociais mais pobres, a partir de

diferentes identidades, penetrarem o campo das disputas políticas e aí exercerem seu direito legítimo de defender reivindicações próprias e procurar materializar as suas demandas. Como afirma José Manuel Mendes (2004), nos processos de luta, não se cruzam apenas identidades e narrativas individuais e colectivas múltiplas, como também se contribui para a criação de um «espaço público dialógico e participado», onde se testa a possibilidade efectiva de criar práticas emancipatórias que interpelam a hegemonia do Estado ou de outros poderes.

Na fábrica encerrada, nas casas da CCA, na rua e nas instituições públicas, os trabalhadores recriaram o espaço público de participação política. A partir das margens em que se situam, os trabalhadores puseram a nu as estruturas de poder que os oprimem, e mais do que tornar incómodo o exercício do poder, inviabilizaram as estratégias de acumulação que o orientam, e constringiram o governo a reconhecer-lhes, de facto, poder e legitimidade de negociação política. O seu envolvimento na campanha eleitoral pelo partido Frelimo, a troco da liberdade e da promessa de pagamento dos salários e das indemnizações, é o exemplo mais paradigmático desse reconhecimento. A ética de verdade de que fala Depelchin (2005) pressupõe, pois, reconhecer que em Angoche não só foram abertas feridas e provocadas dores, como, em resposta, desenvolvem-se lutas para sarar o sofrimento causado. Os ensinamentos políticos dessas lutas são inquestionáveis. Como diz Scott (1985: 29), mesmo quando as revoltas não atingem o objectivo a que se propõem, sempre alcançam alguma coisa, quanto mais não seja uma memória de resistência que fica para o futuro. No caso de Moçambique, um país que tem sido empurrado a subscrever consensos alheios e a imaginar o mundo por imitação, essas lutas são as narrativas do leão, que mantêm abertas as portas da história.

BIBLIOGRAFIA

Abrahamsson, Hans e Nilsson, Anders (1994). *Moçambique em transição. Um estudo da história do desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo e Gotemburgo: CEEI-ISRI e Padriugu.

Abrahamsson, Hans e Nilsson, Anders (1995). *”The Washington Consensus” e Moçambique. A importância de questionar o modo de pensar ocidental sobre o processo desenvolvimento do continente africano*. Maputo: Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, Instituto Superior de Relações Internacionais.

Adam, Yussuf (1993). «Mueda, 1917-1990: Resistência, colonialismo, Libertação e desenvolvimento». In *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, n.º 14*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, Universidade Eduardo Mondlane, pp. 9-101.

Adam, Yussuf (2001). «Samora Machel e o desenvolvimento de Moçambique». In Sopa, António (Ed.). *Samora, homem do povo*. Maputo: Manguezo Editores, pp. 47-52.

Adam, Yussuf (2006). *Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo: trajectória de Moçambique pós-colonial (1975-1990)*. Maputo. Promédia.

Alpers, Edward A. (2001). «A Complex Relationship: Mozambique and the Comoro Islands in the 19th and 20th Centuries». In *Cahiers d’Études africaines, 161, XLI-1, 2001, pp. 73-95*.

Amin, Samir (1999). *O Eurocentrismo. Crítica de uma ideologia*. Lisboa: Edições Dinossauro.

Amin, Samir (1978). *A caminho de uma crise estrutural do sistema capitalista*. Porto: Edições Afrontamento.

Amin, Samir (1977a). *A lei do valor e o materialismo histórico*. Lisboa: Edições 70.

Amin, Samir (1977). *O imperialismo e o desenvolvimento desigual*. Lisboa: Biblioteca ulmeiro n.º8.

Amin, Samir (1974). *Capitalismo periférico e comércio internacional*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

Andrade, Mário Pinto de (1998). *Origens do nacionalismo africano*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Arthur, Maria José (2004). «Fantasmas que assombram os sindicatos: mulheres sindicalistas e as lutas pela afirmação dos seus direitos, Moçambique 1993-2000». In

Santos, Boaventura de Sousa; *Reconhecer para Libertar. Os Caminhos do Cosmopolitismo Multicultural*. Porto: Edições Afrontamento, pp.293-326.

Ashcroft, Bill (2001). *Post-colonial Transformation*. London and New York: Routledge.

Assis, Abel (1997). *Movimento sindical em Moçambique: evolução e perspectivas*. Maputo: Fundação Friedrich Ebert.

Baia, Alexandre H. M (2004). «A exploração do ecossistema dos mangais enquanto apropriação do espaço da cidade de Angoche». In *Espaço e tempo*. S. Paulo: GEOUSP, pp. 171-177.

Bairoch, Paul (2001). *Mitos e paradoxos da história económica*. Lisboa: Terramar.

Banco Mundial (2005). *Report on the Millenium Development Goals: Republic of Mozambique*. Banco Mundial [http://www.siteresources.worldbank.org/INTMOZAMBIQUE/Resources/undp_mdg_rptpdf.pdf (acedido no dia 14 de Março de 2007)].

Baran, Paul. A. (1977). *A economia política do desenvolvimento*. Rio do Janeiro: Zahar Editores (4ª edição).

Baran, Paul. A. (1957). *The Political Economy of Growth*. New York: Monthly Review Press.

Bayart, Jean-François (2000). «Africa in the World: History of Extraversion». In *African Affair*, 99, pp. 217-267.

Bayart, Jean-François (1993). *The State in Africa. The Politics of the Belly*. London: Longman.

Benot, Yves (1981). *Ideologias das independências africanas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora [Vol. I e II].

Bhabha, Homi K. (2004). *The Location of Culture*. London and New York: Routledge Classics, pp. 28-56.

Bhabha, Homi K. (2003). «Democracy De-realized». In *Diogenes* 50(1), pp. 27-35.

Bonate, Liazzat J.K. (2003). «The Ascendance of Angoche. The Politics of Kinship and Territory in Nineteenth Century Northern Mozambique». In *Lusotopie*, pp. 115-140 [Acedido na página <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/bonate2003.pdf> no dia 13 de Agosto de 2007].

Boxer, C. R. (1977). *Relações raciais no império colonial português 1415-1825*. Porto: Edições Afrontamento.

Bragança, Aquino e Depelchin, Jacques (1986). «Da idealização da Frelimo à compreensão da história de Moçambique». *Estudos Moçambicanos n. 5/6*. Maputo: Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, pp. 29-52.

Brito, Luís de (2001). «O Poder Entre a Utopia e a Realidade», in Sopa, António (Ed.), *Samora, Homem do Povo*. Maputo: Maguezo Editores, 39-46.

Cabral, Amílcar (1976b). «A cultura nacional». In *A arma da teoria. Unidade e luta I*. Lisboa: Seara Nova, pp. 221-247. [Obras escolhidas de Amílcar Cabral, sob a coordenação de Mário de Andrade]

Cabral, Amílcar (1976a). «A estrutura social». In *A arma da teoria. Unidade e luta I*. Lisboa: Seara Nova, pp. 101-116. [Obras escolhidas de Amílcar Cabral, sob a coordenação de Mário de Andrade]

Cabral, Amílcar (1976). «As lições positivas e negativas da revolução africana». In *A arma da teoria. Unidade e luta I*. Lisboa: Seara Nova, pp. 189-198. [Obras escolhidas de Amílcar Cabral, sob a coordenação de Mário de Andrade].

Cabral, Amílcar (1974). *Textos políticos*. Porto: Edições Afrontamento [Reedição de uma publicação clandestina impressa e editada pelo grupo responsável do Boletim Anti-Colonial].

Capela, José (2002). *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904*. Porto: Edições Afrontamento.

Capela, José (1993). *O escravismo colonial em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento.

Carvalho, Horácio Martins de (2002). «A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro)». In Santos, Boaventura de Sousa (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, pp. 233-281.

Casimiro, Isabel (2004). *Paz na terra, guerra em casa. Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*. Maputo: Promédia.

Casimiro, Isabel et. al. (1994). *A mulher e a lei na África Austral. Direito à sucessão e herança*. Maputo: Departamento de Estudos da Mulher e Género, Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane.

CEA (1998). *O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane.

Chabal, Patrick and Daloz, Jean-Pascal (1999). *Africa Works: Disorder as Political Instrument*. Oxford and Bloomington, Indiana: The International African Institute and Indiana University.

Chachage, Chachage Seithy L.; Nyoni, Joyce (2002). *Economic restructuring and the cashew nut industry in Tanzania*. Dar es Salaam: Department of Sociology University of Dar es Salaam. (A Research Report).

Chakrabarty, Dipesh (2005). «A Small History of Subaltern Studies». In Schwarz, Henry e Ray, Sangeeta (Eds.). *A companion to postcolonial studies*. Oxford, United Kingdom: Blackwell, pp. 467-484.

Chakrabarty, Dipesh (1998). «Minority Histories, Subaltern Pasts». In *Postcolonial studies: culture, politics, economy, Vol. 1, No 1*, pp. 15-28 (15).

Chichava, José A. C. (1999); *Participação comunitária e desenvolvimento. O caso dos Grupos Dinamizadores em Moçambique*. Maputo: INLD.

Christie, Iain (1996). *Samora, Uma Biografia*. Maputo: Ndjira.

Coelho, João Paulo Borges (2003). «Antigos soldados, novos cidadãos: uma avaliação da reintegração dos ex-combatentes de Maputo». In Santos, Boaventura de Sousa; Trindade, João (orgs.) (2003), *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, Vol. I, pp. 195-228.

Conceição, António Rafael da (2006). *Entre o mar e a terra. Situações identitárias do Norte de Moçambique (Cabo Delgado)*. Maputo: Promédia.

Conceição, António Rafael da (2003). «A resolução de conflitos nas comunidades de pescadores da zona de Angoche/Moma, província de Nampula». In Santos, Boaventura de Sousa; Trindade, João (orgs.). *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, Vol. II, pp. 501-521.

Conselho Municipal de Angoche (2001). *Plano de Estrutura do Município de Angoche. Análise da situação actual* (Volume I).

Costa, Sérgio (2005). *Muito além da diferença: (im)possibilidades de uma teoria social pós-colonial*. Disponível na página [www.fflch.usp.br/sociologia/asag/poscolonialismomana-Sérgio%20Costa .pdf](http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/poscolonialismomana-Sérgio%20Costa.pdf) (acedida no dia 20/05/2005).

Coutinho, João de Azevedo (1935). *As duas conquistas de Angoche*. Lisboa: Agência geral das Colónias [Acedido na página <http://www.macua.org/livros/ASDUASCONQUISTASDEANGOCHE.htm> no dia 13 de Agosto de 2007].

Couto, Mia (2005). «A fronteira da cultura». In *Pensatempos. Textos de opinião*. Maputo: Editorial Ndjira.

Couto, Mia (2004). *Vinte e zinco*. Maputo: Editorial Ndjira (2ª edição).

Cramer, Christopher (2001). «Privatisation and Adjustment in Mozambique: a 'hospital pass'». In *Journal of Southern African Studies*, Volume 27, Number 1, pp. 79-103.

Deloitte & Touche ILA (Africa) (1997). *Cashew marketing liberalisation impact study, Mozambique*. Final Report. Maputo: Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.

Depelchin, Jacques (2005). *Silences in Africa history: between the syndromes of discovery and abolition*. Dar Es Salaam: Mkuki na Nyota Publishers.

Dinerman, Alice (1999). «O surgimento dos antigos régulos como “chefes de produção” na província de Nampula (1975-1987)». *Estudos Moçambicanos*, número 17. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, pp. 94-256.

Direcção Nacional de Planificação e Estatísticas do Trabalho (2005). *Boletim de Estatísticas do Trabalho-2004*. Maputo: Ministério do Trabalho.

Dirlik, Arif (2002). «Rethinking Colonialism». In *Interventions*, Vol. 4(3), pp. 428-448.

Dirlik, Arif (1999). «How the Grinch Hijacked Radicalism: Further Thoughts on the Postcolonial». In *Postcolonial studies*, Vol. 2, No. 2, pp. 149-163.

Dos Santos, Theotônio (1975). *Imperialismo e empresas multinacionais*. Coimbra: Centelha.

Durkheim, Émile (1995). *As regras do método sociológico*. Lisboa: Editorial Presença.

Egerö, Bertil (1992). *Moçambique. Os Primeiros Dez Anos de Construção da Democracia*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, Universidade Eduardo Mondlane.

Elias, Norbert (1971). «Sociology of Knowledge: New Perspectives: Part One». In *Sociology 1971*; 5; 149, pp. 149-168.

Fanon, Frantz (1975). *Os condenados da terra*. Lisboa: Ulmeiro.

FAO (1987). *Mozambique Cashew Nut Sub-sector Study. The Cashew Industry of Mozambique Review and Outlook*. Rome: Technical Report [UTF/MOZ/035/MOZ].

Fernandes, Tiago de Matos (2006). *Processo de descentralização em Moçambique: unidade do Estado e desenvolvimento local no contexto do pluralismo administrativo. Estudo de caso no município da Ilha de Moçambique*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa [Tese de mestrado].

Florêncio, Fernando (2002). «Identidade étnica e práticas políticas entre os vaNdau de Moçambique», in *Cadernos do Centro de Estudos Africanos n.3, Julho/Dezembro*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, pp. 39-63.

Fortuna, Carlos (1993). *O fio da meada: o algodão de Moçambique, Portugal e a economia-mundo (1860-1960)*. Porto: Edições Afrontamento.

Foucault, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.

Francisco, António (2003). «Reestruturação económica e do desenvolvimento de Moçambique». In B. S. Santos; J. Trindade (orgs.). *Conflito e Transformação Social: Uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto: Afrontamento, Vol. I, pp. 141-178.

Frank, Andre Gunder (1991). «Libros, Nueva visita a las teorías latinoamericanas del desarrollo. Un ensayo de reseña participativo». In *Nueva Sociedad 113, mayo-junio*, pp. 67-78.

Frank, Andre Gunder (1977). *Acumulação, dependência e subdesenvolvimento*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

Frank, Andre Gunder (1972). *Lumpenbourgeoisie: Lumpenddevelopment. Dependence, Class and Politics in Latin America*. New York and London: Monthly Review Press.

Frank, Andre Gunder (1971). *Do subdesenvolvimento capitalista*. Lisboa: Edições 70.

Fukuyama, Francis (1992). *O fim da história e o último homem*. Lisboa: Gradiva.

Galtung, Johan (2005). «Três formas de violência, três formas de paz. A paz, a guerra e a transformação social indo-europeia». in *Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 71, Junho*. Centro de Estudos Sociais: Coimbra, pp. 77-96.

Geffray, Christian (1991), *A Causa das Armas em Moçambique. Antropologia da Guerra Contemporânea de Moçambique*. Porto: Afrontamento.

Gentili, Anna Maria (1993). «Subversão no distrito de Cabo Delgado entre 1950 e 1960, segundo as fontes administrativas locais». In *Boletim do Arquivo Histórico de*

Moçambique, n.º 14. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, Universidade Eduardo Mondlane, pp. 103-116.

Gentili, Anna Maria (1999). *O Leão e o Caçador. Uma História da África Sub-sahariana dos séculos XIX e XX*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.

Giddens, Anthony (1995). *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta Editora.

Gómez, Miguel Buendía (1999). *Educação moçambicana – história de um processo: 1962-1984*. Maputo: Livraria Universitária.

Governo de Moçambique (2005). *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARPA II)*.

Governo de Moçambique (2000). *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta 2001-2005 (PARPA I)*.

Graça, Pedro Borges (2005). *A Construção da Nação em África*. Coimbra: Almedina.

Guambe, José Manuel (1996). «O problema de descentralização política num contexto democrático, em Moçambique». In Magode, José (Ed.), *Moçambique: Etnicidades, Nacionalismo e o Estrado – Transição Inacabada*. Maputo: Fundação Friedrich Ebert e Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, pp. 145-167.

Guambe, José; Weimer, Bernhard (1999). «Eleições Autárquicas em Moçambique: o Contexto da Investigação». In Serra, Carlos (dir.). *O Eleitorado Incapturável*. Maputo: Livraria Universitária da Universidade Eduardo Mondlane, pp. 27-41.

Gupta, Akhil (1998). *Postcolonial Developments. Agriculture in the Making of Modern India*. London: Duke University Press.

Hanlon, Joseph (2004). «Do Donors Promote Corruption?: the case of Mozambique». In *Third World Quarterly, Vol. 25, No. 4*, pp. 747-763.

Hanlon, Joseph (1996). *Paz sem benefício. Como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária, Universidade Eduardo Mondlane.

Hanlon, Joseph (1984). *Mozambique: the Revolution Under Fire*. London: Zed Books.

Harding, Sandra (Ed.) (2003). *The Feminist Standpoint Theory Reader: Intellectual and Political Controversies*. New York: Routledge.

Harding, Sandra (1995). «Can Feminist Thought Make Economics More Objective?». In *Feminist Economics 1(1), Spring 1995*, pp. 7-32

Hardt, Michael e Negri, Antonio (2004). *Império*. Lisboa: Editora Livros do Brasil.

Harootunian, H. D. (1999). «Postcoloniality's Unconscious/area Studies'». In *Postcolonial Studies, Vol. 2, No. 2*, pp. 127-147.

Harrisson, Graham (2002). «Traditional Power and its Absence in Mecúfi, Mozambique». *Journal of Contemporary African Studies*, 20.1: 107-30.

Harrison, Graham (1999). «Corruptions as 'Boundary Politics': the State, Democratisation and Mozambique's Unstable Liberalisation». In *Third World Quarterly, Vol. 20, No. 3*, pp. 537-550.

Hedge, David e Rocha, Aurélio (1999). «O reforço do colonialismo, 1930-1937). In Hedge, David (Coord.). *História de Moçambique, Volume 2: Moçambique no auge do colonialismo, 1930 – 1961*. Maputo: Livraria Universitária. [2ª Edição].

Hilmarsson, Hilmart T. (1995). «Cashew Pricing and Marketing in Mozambique». World Bank Working Paper. Maputo.

Honwana, Alcinda Manuel (2003). *Espíritos Vivos, Tradições Modernas. Possessão de Espíritos e Reintegração Social Pós-guerra no Sul de Moçambique*. Lisboa: Ela por Ela.

Honwana, João Bernardo (1996). *The United Nations and Mozambique. A sustainable peace?*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.

Hutchful, Eboe (1995). «Adjustment, Regimes and Politics in Africa». In Mkandawire, Thandika e Olukoshi, Adebayo (Eds.). *Between Liberalisation and oppression: the politics of structural adjustment in Africa*. Dakar: Codesria, pp. 52-76.

Instituto Nacional de Estatística (1999). *II Recenseamento Geral da População 1997. Resultados definitivos – província de Nampula*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

Isaacman, A. (1997). «Historical Amnesia, or, the Logic of Capital Accumulation: Cotton Production in Colonial and Postcolonial Mozambique». In *Society and Space 15*: 757-790.

Isaacman, Allen and Chilundo, Arlindo (1995). «Peasants at Work: Forced Cotton Cultivation in Northern Mozambique». In Isaacman, Allen and Roberts, Richard (Eds.). *Cotton, Colonialism and Social History in Sub-saharan Africa*. Portsmouth: Heinemann and London: James Currey, pp. 157-179.

Issacman, Allen e Issacman, Barbara (1979). *A tradição de resistência em Moçambique: o vale do zambeze, 1850-1921*. Porto: Edições Afrontamento.

Isendahl, Christian (2002). «Angoche: an Important Link of the Zambezi Gold Trade». In *Development of Urbanism from a Global Perspective*. Uppsala: Uppsala Universitet [Acedido na página <http://www.arkeologi.uu.se/afr/projects/BOOK/isendahl.pdf> no dia 13 de Agosto de 2007].

Jensen, Casper and Lauritsen, Peter (2005). «Qualitative Research as Partial Connection: Bypassing the Power-knowledge nexus». In *Qualitative Research Vol 5(I)*, pp. 59-77.

José, André Cristiano e Santos, Boaventura de Sousa (2003). «As ONGs, o acesso ao direito e a defesa dos direitos humanos: A Liga Moçambicana do Direitos Humanos», in Boaventura de Sousa Santos e João Trindade (Orgs); *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique*. Porto: Afrontamento, pp. 63-141.

José, André Cristiano (2005). «Autoridades arcaicas e democracia em Moçambique». *Cabo dos Trabalhos n.º 1*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. Disponível na página

http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n1/documentos/200611_autoridades_tradicionais_democracia.pdf

Leite, Joana Pereira (1999). «A guerra do caju e as relações Moçambique-Índia na época pós-colonial». Lisboa: CESA, *Documentos de Trabalho n.º 57*. Disponível em http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/DocTrab_57.prf (acedida no dia 04.05.05).

Leonard, Yvés (2000). «O império colonial salazarista», in Bethencourt, Francisco e Kirti, Choudhuri (orgs.), *História da expansão portuguesa, Volume 5*. Temas e Debates, p. 9-30.

Loforte, Ana Maria (2000). *Género e poder entre os tsonga de Moçambique*. Maputo: Promédia.

M'Bokolo (2003). *Africa negra. História e civilizações, Tomo I, até ao Século XVIII*. Lisboa: Editora Vulgata.

Macamo, Elísio (2005a). «Against 'Development'». In Codesria Bulletin, Nos. 3 & 4. Dakar: Codesria, pp. 5-7.

Macamo, Elísio (2005). *O abecedário da nossa dependência*. Maputo: Ndjira.

Macamo, Elísio (2002). *A transição política em Moçambique*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos, ISCTE. Occasional paper series nr.4.

Machel, Samora (1983a). «A implantação do poder popular para a conquista do poder económico». In *A Luta contra o subdesenvolvimento*. Maputo: Partido Frelimo, pp. 7-30. [Colecção textos e documentos].

Machel, Samora (1983). «Caracterizar a exploração para traçar a política de desenvolvimento». In *A luta contra o subdesenvolvimento*. Maputo: Partido Frelimo, pp. 28-46. [Colecção textos e documento].

Machel, Samora (1974). *A luta continua*. Porto: Edições Afrontamento.

Machungo, Mário da Graça (1977). «Nos Conselhos de Produção, reforça-se a consciência de classe». In Comissão Nacional de Implementação dos Conselhos de Produção, *Resoluções do IV Plenário dos Conselhos de Produção sobre reestruturação dos sectores e estruturas de produção*. Maputo: Partido Frelimo, pp. 63-67.

Mamdani, Mahmood (1996). *Citizen and Subjects. Contemporary Africa and Legacy of Late Colonialism*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

Manghezi, Alpheus (2003). *Trabalho forçado e cultura obrigatória do algodão: o colonato do limpopo e o reassentamento pós-independência 1895-1981*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, Universidade Eduardo Mondlane.

Marini, Ruy Mauro (1991). *Dialéctica de la dependencia*. México: Ediciones Era (reimpressão).

Martins, Oliveira (1996). *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Guimarães Editores.

Martins, Oliveira (1978), *O Brasil e as Colónias Portuguesas*. Lisboa: Guimarães e Companhia Editores.

Mazula, Brazão (1995). *Educação, Cultura e ideologia em Moçambique: 1975-1985*. Porto: Edições Afrontamento e Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa.

Mbembe, Achille (2000). «On Private Indirect Government». Dakar: Codesria [State of the Literature Séries No. 1].

Mbembe, Achille (2001). *On the Postcolony*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press.

Mbilana, Guilherme (1997). *Posicionamento dos chefes tradicionais e o comportamento da sua autoridade perante o poder político central no distrito de Marracuene*. Maputo, Tese de licenciatura, UEM/Faculdade de Letras.

McMillan, Margaret; Rodrik, Dani e Welch, Karen Horn (2002). «When Economics Reforms Goes Wrong: Cashew in Mozambique». Massachusetts, NBER Workin Paper n.º 9117, <http://www.nber.org/papers/w9117> (acedida no dia 04.05.05).

Medeiros, Eduardo da Conceição (1997). *História de Cabo Delgado e do Niassa (C. 1836 – 1929)*. Maputo: [sem indicação].

Mendes, José Manuel de Oliveira (2005). «“Só é vencido que deixa de lutar”». In *Revista Crítica de Ciências Sociais n.º 72*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, pp. 161-185.

Mendes, José Manuel de Oliveira (2004). «Uma localidade da Beira em protesto: memória, populismo e democracia». In Santos, Boaventura de Sousa (org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 156-191.

Mendes, José Manuel de Oliveira (2003a). *Do ressentimento ao reconhecimento: vozes, identidades e processos políticos nos Açores: 1974-1996*. Porto: Edições Afrontamento.

Mendes, José Manuel de Oliveira (2003). «Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas». *Oficinas do CES n.º 194*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

Mendes, José Manuel de Oliveira (1996). «O Regionalismo Como Construção Identitária. O Caso dos Açores». In *Revista Crítica de Ciências Sociais n.º 45*. Coimbra: Centros de Estudos Sociais, pp. 127-140.

Meneses, Maria Paula G. (2005). «Traditional Authorities in Mozambique: Between Legitimation and Legitimacy». *Oficinas do CES, 231*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

Meneses, Maria Paula (2003). «Agentes do conhecimento? A consultoria e a produção do conhecimento em Moçambique». In Santos, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 683-715.

Meneses, Maria Paula; Mbilana, Guilherme; Fumo, Joaquim; Gomes, Conceição. (2003). «As autoridades tradicionais do pluralismo jurídico». In Santos, Boaventura de Sousa; Trindade, João (orgs.), *Conflito e Transformação Social: Uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto: Afrontamento, Vol. II, pp. 341-426.

Métier (2005). *Impacto do processo de privatizações em Moçambique*. Maputo: Métier. http://www.metier.co.mz/b/Insite2_privatization_impact.pdf (acedida no dia 4 de Maio de 2007).

Mignolo, Walter (2005). «El pensamiento des-colonial, despredimiento e apertura: un manifesto». In *Tristes Trópicos*

[http://www.tristestopicos.org/walter%20mignolo_descolonial_tristestopicos.pdf]

(acedida no dia 28 de Março de 2007).

Mignolo, Walter (2003). «Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica». In Santos, Boaventura de Sousa (org). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 631-671.

Ministério da Administração Estatal (2005). *Perfil do distrito de Angoche, província de Nampula*. Maputo: Ministério da Administração Estatal.

Ministério das Pescas (2003). *Plano económico e social do sector para o ano 2003*. Maputo. [Acedido na página <http://www.mozpesca.gov.mz/Publicacoes/pes2003.pdf> no dia 23 de Agosto de 2007)].

Minter, William (1998). *Os contras do Apartheid. As raízes da guerra em Angola e Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, Universidade Eduardo Mondlane.

Mitchell, Timothy (2002). *Rule of Experts: Egypt, Techno-Politics and Modernity*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

Mkandawire, Thandika e Olukoshi, Adebayo (1995a). «Issues and Perspectives in the Politics of Structural Adjustment in Africa». In Mkandawire, Thandika e Olukoshi, Adebayo (Eds.). *Between Liberalisation and Opression: the Politics of Structural Adjustment in Africa*. Dakar: Codesria, pp. 1-18.

Mkandawire, Thandika e Olukoshi, Adebayo (Eds.) (1995). *Between Liberalisation and oppression: the Politics of Structural Adjustment in Africa*. Dakar: Codesria.

Mondlane, Eduardo (1995). *Lutar por Moçambique*. Maputo: Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane.

Mosca, João (2005). *Economia de Moçambique*. Lisboa: Instituto Piaget.

Mosca, João (1999). *A experiência Socialista em Moçambique (1975 – 1986)*. Lisboa: Instituto Piaget.

Munslow, Barry and O’Keef, Phil (1984). «Rethinking the Revolution in Mozambique». In *Race & Class*, XXVI, 2, pp. 15-31.

Navarro, Zander (2002). «Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil». In Santos, Boaventura de Sousa (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, pp. 189-232.

Ncomo, Bernabé Lucas (2003). *Uria Simango – Um Homem, Uma Causa*. Maputo: Edições Novafrica.

Newell, Stephanie (2001). «Reviewing Postcolonialism». *In The Round Table*, 362, pp. 751-755.

Newitt, Malyn (1997). *História de Moçambique*. Lisboa: Publicações Europa-América.

Newitt, Malyn D. D. (1972). «The Early History of the Sultanate of Angoche». *In The Journal of African History*, Vol. XIII, Number 3, pp. 397-406.

Nkrumah, Nwame (1965). *Neo-Colonialism, The Last Stage of Imperialism*. London: Thomas Nelson & Sons, Ltd.

Nugent, Paul (2004). *Africa Since Independence*. New York: Palgrave Macmillan.

Nyerere, Julius (1967). «Ujamaa – The Basis of African Socialism». *In Freedom and Unity. Hururu na Umoja*. Dar es Salaam: Oxford University Press, pp 162-171.

Nyerere, Julius (1967a). «The African and Democracy». *In Freedom and Unity. Hururu na Umoja*. Dar es Salaam: Oxford University Press, pp. 103-106.

O’Laughlin, Briget (2002). «Proletarianisation, Agency and Changing Rural Livelihoods: Forced Labour and Resistance in Mozambique». *Journal of Southern Africa Studies*, Volume 28, Number 3, September, p 511-530.

O’Laughlin, Bridget (1992). «A base social da guerra em Moçambique». *In Estudos Moçambicanos* nº 10. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, pp. 107-148.

Ochoa, Gilda Laura (1999). «Everyday Ways of Resistance and Cooperation: Mexican Women Building *Puentes* with Immigrants». *In Frontier, a Journal of Women Studies*, Vol. XX, No. 1. Washington: Washington State University Press, pp. 1-20.

Oppenheimer, Jochen (2004). «Os Madgermanes: os trabalhadores moçambicanos na antiga República Democrática Alemã». *In Lusotopie 2004*, pp. 85-105. <http://www.lusotopie.cean.org/oppenheimer2004.pdf> (acedida no dia 18.01.2007).

Osório, Conceição; Andrade, Ximena; Temba, Eulália; José, André Cristiano; Levi, Benvinda (2001). *Poder e Violência: Homicídio e Femicídio*. Maputo: Women and Law in Southern Africa.

Osório, Maria da Conceição; Andrade, Ximena; Temba, Eulália; José, André Cristiano (2000). *A ilusão da transparência na administração da justiça*. Maputo: Imprensa Universitária da Universidade Eduardo Mondlane.

Ossemane, Hélder (1999). «A guerra das metáforas – o peixe, a morte e o sangue». In Serra, Carlos (Dir.). *O eleitorado incapturável*. Maputo: Livraria Universitária da Universidade Eduardo Mondlane, pp. 261-274.

Pélissier, René (2000). *História de Moçambique: formação e oposição, 1854-1918*. Lisboa: Editorial Estampa.

Penvenne, Jeanne (1993). *Trabalhadores de Lorenzo Marques (1870-1974)*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, Universidade Eduardo Mondlane.

Pereira, João C. Graziano (2006). *A política da sobrevivência: camponeses, chefes tradicionais e Renamo no distrito de Maríngué*. Maputo: Promédia.

Pereira, Luís Filipe (s/d). *A dinâmica das transformações no espaço da província de Nampula*.
http://www.iid.org.mz/dinamica_das_transformacoes_no_espaco_da_prov_nampula.pdf
[acedida no dia 4 de Junho de 2007].

Pinto, António Costa (2000). «Portugal e a resistência à descolonização». in Bethencourt, Francisco e Kirti, Chaudhuri (orgs.). *História da expansão portuguesa, Volume 5*. Lisboa: Temas e Debates, pp. 51 - 64.

Pitcher, M. Anne (2002). *Transforming Mozambique. The Politics of Privatization, 1975-2000*. Cambridge: University of Cambridge.

Randeria, Shalini (2004). «Pluralismo jurídico, soberania fracturada e direitos de cidadania diferenciais: instituições internacionais, movimentos sociais e Estado pós-colonial na Índia». In, Santos, Boaventura de Sousa (org), *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*, pp. 357-395.

Ratilal, Prakash (2006). *Romper o cerco*. Comunicação apresentada em Maputo, no dia 7 de Outubro de 2006, por ocasião dos 20 anos da morte de Samora Machel.

Ribeiro, Fernando Bessa (2004). *Sistema mundial, Manjacaze e fábricas de caju: uma etnografia das dinâmicas do capitalismo em Moçambique*. Vila Real: Departamento de economia, sociologia e gestão da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro [Tese de doutoramento].

Ribeiro, Gabriel Sérgio Mithá (2000). *As representações sociais dos moçambicanos: do passado colonial à democratização. Esboço de uma cultura política*. Lisboa: Instituto da Cooperação Portuguesa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Rodney, Walter (1982). *How Europe Underdeveloped Africa*. Washington: Howard University Press.

Rogers-Dillon, Robin H. (2005). «Hierarchical Qualitative Research Teams: Refining the Methodology». In *Qualitative Research*, Vol. 5(4), pp. 437-454.

Sachs, Albie; Welch, Gita Honwana (1990). *Liberating the law: creating popular justice in Mozambique*. London and New Jersey: Zed Books.

Sachs, Jeffrey (2005). *O fim da pobreza: como consegui-lo na nossa geração*. Cruz Quebrada: Casa das Letras.

Santos, Boaventura de Sousa (2006a). «The Heterogeneous State and Legal Pluralism in Mozambique». In *Law and Society Review*, Volume 40(1), Number 1, pp: 39-76.

Santos, Boaventura de Sousa (2006). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. S. Paulo: Cortez Editora.

Santos, Boaventura de Sousa (2005). «A crítica da governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna». In *Revista Crítica de Ciências Sociais* n.º 72. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, pp. 7-44.

Santos, Boaventura de Sousa (2003b). «O Estado heterogéneo e o pluralismo jurídico». In Santos, Boaventura de Sousa; Trindade, João (orgs.). *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 47-95 (Vol. I).

Santos, Boaventura de Sousa (2003a). «Poderá do direito ser emancipatório?». In *Revista Crítica de Ciências Sociais* n.º 65. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, pp. 3-76.

Santos, Boaventura de Sousa (2003). «Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências». In Santos, Boaventura de Sousa (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2000a) «Estado, Globalização e Administração da Justiça». In Santos, Boaventura de Sousa; Trindade, João (Orgs), *Conflito e Transformação Social. Uma Paisagem das Justiças em Moçambique*. Maputo: Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. [Relatório de Investigação] (Capítulo 1).

Santos, Boaventura de Sousa (2000). *Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência [Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática, Volume I]*. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (1988). *O discurso e o poder: ensaio sobre a sociologia retórica jurídica*. Porto Alegre: Sérgio António Fabris Editor.

Santos, Boaventura de Sousa e Avritzer, Leonardo (2003). «Introdução: para ampliar o cânone democrático». In Santos, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa; Trindade, João (orgs.) (2003), *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, Vol. I e II.

Saul, John (2005). *The Next Liberation Struggle*. Scottsville: University of Kwazulu-Natal Press.

Saul, John (1994). «O Estado da Frelimo: da revolução à recolonização», in *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique n.º 15*. Maputo.

Scott, James C. (1998). *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition have Failed*. New Haven and London: Yale University Press.

Scott, James C. (1990). *Domination and Arts of Resistance. Hidden transcripts*. New Haven and London: Yale University Press.

Scott, James C. (1985). *Weapons of the Weak. Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven and London: Yale University Press.

Serra, Carlos (Dir.) (1999). *O eleitorado incapturável*. Maputo: Livraria Universitária da Universidade Eduardo Mondlane.

Serra, Carlos (1983). *Para a história da arte militar moçambicana*. Maputo: Cadernos Tempo.

Spivack, Gayatri Chakrovority (1994) . «Can the subaltern speak?». In Ashcroft, Bill; Griffiths, Gareth and Tiffin. Hellen (Eds). *Postcolonial Studies Reader*. London e New York: Routledge, pp. 24-28.

Stiglitz, Joseph E. (2002). *Globalização, a grande desilusão*. Lisboa: Terramar.

Telo, António José (1994). *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Edições Cosmos.

Temple, Bogusia and Yong, Alys (2004). «Qualitative Research and Translations Dilemmas». In *Qualitative Research Vol. 4(2)*, pp. 161-178.

Tillmann-Healy, Lisa M. (2001). *Between Gay and Straight: Understanding Friendship Across Sexual Orientation*. Walnut Creek, CA: AltaMira Press.

Trindade, João (2003). «Rupturas e continuidades nos processos políticos e jurídicos». In Santos, Boaventura de Sousa; Trindade, João (orgs.). *Conflito e*

Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique. Porto: Edições Afrontamento, Vol. I, pp. 97-127.

Vijfhuizen, Carin; Artur, Luís; Kanji, Nazneen; Braga, Carla (2003). *Liberalisation, Gender and Livelihoods: the cashew nut case*. Working Paper 2 (Portuguese). Maputo e Londres: Faculdades de Agronomia e de Letras da UEM; International Institute for Environment and Development. [Acedido na página <http://www.iied.org/pubs/pdf/full/14509IIED.pdf>, no dia 15 de Junho de 2006].

Wallerstein, Immanuel (1990). *O sistema-mundo moderno (Vol. I): A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Porto: Edições Afrontamento.

Wallerstein, Immanuel (1994). *O sistema-mundo moderno (Vol. II): O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo, 1600-1750*. Porto: Edições Afrontamento.

Wallerstein, Immanuel (1993). «World System versus World-Systems: A critique». In Frank, André Gunder and Gills, Barry K. (Eds.). *The World System: Five Hundred Years or Five Thousand?* London: Routledge, pp. 292-296.

World Bank (2000). *World Development Report 2000/2001. Attacking Poverty*. [<http://www.siteresources.worldbank.org/INTPOVERTY/Resources/WDR/English-full-Report/ch6.pdf>], acedida no dia 25.05.05].

World Bank (1995a). *Country Assistance Strategy*. Report no. 15067-MOZ.

World Bank (1995). *Mozambique – Impediments to industrial sector recovery*. Sector Report no. 13752-MZ, 22 August.

Zezeza, Paul Tiyambe (1997). *Manufacturing African Studies and Crisis*. Dakar: Coderia.

Zimba, Benigna; Alpers, Edward and Isaacman, Allen (Eds) (2005). *Slaves Routes and Oral Tradition in Southern Africa*. Maputo: Filsom Entertainment.

ANEXOS

Anexo n.º 1: Lista das entrevistas realizadas

Entrevistas Individuais							
N.º	Data	Nome	Sexo	Naturalidade	Residência	Funções na CCA	Funções actuais
1	10.06.06	Salim Amade	M	Mussoril	Angoche	Nenhuma	Trabalhador da Gani Comercial
2	11.06.06	António Jamal	M	Angoche	Angoche	Nenhuma	Comerciante
3	12.06.06	Estêvão Atumani	M	Angoche	Angoche	Nenhuma	Vereador do Conselho Municipal de Angoche para a área do fomento económico e turismo
4	14.06.06	Faustino Omar Atumani	M	Angoche	Angoche	Nenhuma	Presidente da associação de pescadores artesãos de Angoche
5	14.06.06	Jamal Saide	M	Angoche	Angoche	Secção de descasque	Camponês/Juiz do Tribunal Comunitário
6	15.06.06	Faruk Rajá	M	Angoche	Angoche	Secção de despeliculagem	Camponês
7	15.06.06	Lumina Boavida	F	Moma	Angoche	Técnica de oficinas	Comerciante/membro da comissão dos trabalhadores
8	16.06.06	Albino Mutoco	M	Angoche	Angoche	Nenhuma	Funcionário da direcção distrital da indústria e comércio
9	17.06.06	Fernando Amial	M	Angoche	Angoche	Técnico de oficinas	Pescador/membro do comité sindical
10	18.06.06	Julieta Mutoro	F	Moma	Angoche	Secção de selecção	Camponesa
11	21.06.06	Paulo Salvador	M	-	Angoche	Nenhuma	Delegado distrital da OTM
12	21.06.06	Alberto Omar Assane	M	Angoche	Angoche	Nenhuma	Presidente do Conselho Municipal de Angoche
13	22.06.06	Adamugy Baibai	M	Angoche	Angoche	Funcionário	Camponês

Anexos

						administrativo	
14	22.06.06	António Bacar	M	Mogovolas	Angoche	Miliciano	Camponês

15	23.06.06	José Naite	M	-	Angoche	Nenhuma	Chefe da repartição de tecnologia pesqueira da IDPPE
16	23.06.06	Hermínio Piquitai [Filho de uma trabalhadora que faleceu]	M	Angoche	Angoche	Nenhuma	Trabalhador eventual numa fábrica de processamento de caju
17	24.06.06	Januário Sozinho	M	Mussoril	Angoche	Soldador	Membro do comité sindical
18	26.06.06	Mário Ossufo	M	Nametória	Nametória	Secção de descasque	Camponês
19	26.06.06	Silvério Faque	M	Angoche	Angoche	Chefe dos recursos humanos	Guarda
20	29.06.06	Mussá Ali	M	Mogovolas	Angoche	Técnico de aprovisionamento	Reformado
21	30.06.06	Sualé Braimo	M	-	Angoche	Nenhuma	Agente de crédito do FFPI
22	30.06.06	Abdul Rafik	M	Moma	Moma	Secção de descasque	Camponês/membro da comissão dos trabalhadores
23	30.06.06	José Artur Joaquim	M	-	Angoche	Nenhuma	Gestor-adjunto do projecto Ophavela
24	01.07.06	Amissé Abudo	M	Angoche	Angoche	[Operário da Angocaju]	Membro do comité sindical e deputado na Assembleia Municipal
25	01.07.06	Mahomed Yunuss Gafar	M	-	Nampula	Nenhuma	Administrador da Gani Comercial
26	03.07.06	Ichaque Aly Abdul Baraca	M	-	Angoche	Nenhuma	Administrador do distrito de Angoche
27	03.07.06	Dário Ribaué	M	-	Angoche	Funcionário administrativo	Camponês/membro da comissão dos trabalhadores
28	30.08.06	Alberto Omar Assane	M	Angoche	Angoche	Nenhuma	Presidente do Conselho Municipal de Angoche
29	05.08.06	Régulo Licuaru	M	Angoche	Angoche	Nenhuma	Autoridade comunitária local
30	08.08.06	Mauro	M	-	Angoche	Nenhuma	Juiz do tribunal judicial

31	08.08.06	Monteiro Saúde	M	Angoche	Angoche	Nenhuma	Secretário de bairro
32	08.08.06	Jacinto Bilal	M	Angoche	Angoche	Nenhuma	Auxiliar do director da localidade autárquica do bairro do Inguri
33	09.08.06	José Bombe	M	-	Angoche	Nenhuma	Responsável pelo projecto de relançamento da cultura do caju em Angoche
34	10.08.06	Muaruri Molile	M	-	Angoche	Nenhuma	Primeiro Secretário do Comité da Cidade do Partido Frelimo
35	10.08.06	Evaristo Amade	M	-	Angoche	Nenhuma	Trabalhador de uma fábrica de processamento de caju
36	11.08.06	António Miranda	M	-	Nampula	Nenhuma	Proprietário da Miranda Caju
37	22.10.06	Alfredo Gamito	M	-	Maputo	[Ex-Secretário de Estado do Caju]	Deputado da AR
38	24.01.07	Boaventura Mondlane	M	-	Maputo	Nenhuma	Secretário-geral do SINTIC
39	25.10.07	João Milano	M	-	Maputo	Administrador	Empresário

Entrevistas Colectivas							
N.º	Data	Participantes	Sexo	Naturalidade	Residência	Funções na CCA	Funções actuais
1	12.06.06	Fernando Amial	M	Angoche	Angoche	Técnico de oficinas	Pescador/membro do comité sindical
		João Muktar	M	Angoche	Angoche	Técnico de oficinas	Camponês/membro do comité sindical
		Manuel Etul	M	Angoche	Angoche	Técnico de oficinas	Camponês/membro do comité sindical
		Januário Sozinho	M	Mussoril	Angoche	Soldador	Membro do comité sindical
		José Caio	M	Angoche	Angoche	Secção de descasque	Membro da comissão dos trabalhadores
		Nicolau Faizal	M	Angoche	Angoche	Secção de despeliculagem	Membro da comissão dos trabalhadores
		Mário Agy	M	Angoche	Angoche	Secção de despeliculagem	Pescador/membro da comissão dos trabalhadores
		Abdul Rafik	M	Moma	Moma	Secção de descasque	Camponês/membro da comissão dos trabalhadores
		Lumina Boavida	F	Moma	Angoche	Técnica de oficinas	Comerciante/membro da comissão dos trabalhadores
2	13.06.06	Fernando Amial					
		João Muktar					
		Manuel Etul					
		Januário Sozinho					
		Mário Agy					

3	23.06.06	Fátima Bakar	F	Moma	Angoche	Secção de despêliculagem	Trabalhadora eventual numa fábrica de processamento de caju
		Alberto Memba	M	Angoche	Angoche	Secção de selecção	Pescador
		Lídia Puli	F	Mogovolas	Angoche	Secção de selecção	Trabalhadora eventual numa fábrica de processamento de caju
		Ancha Firmino	F	Angoche	Angoche	Secção de descasque	Camponesa